



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

TAIANA CAR VIDOTTO

**O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS DOS
ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE
O REGIME MILITAR (1964-1985)**

CAMPINAS

2020

TAIANA CAR VIDOTTO

**O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS DOS
ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE
O REGIME MILITAR (1964-1985)**

Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, para obtenção do título de Doutora em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA TAIANA CAR VIDOTTO E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. ANA MARIA REIS DE GOES MONTEIRO.

ASSINATURA DA ORIENTADORA

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Luciana Pietrosanto Milla - CRB 8/8129

V669p Vidotto, Taiana Car, 1984-
O papel das instituições representativas dos arquitetos no Estado de São Paulo durante o Regime Militar (1964-1985) / Taiana Car Vidotto. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Ana Maria Reis de Goes Monteiro.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Arquitetura moderna - Brasil. 2. Arquitetos. 3. Urbanistas. 4. Associações, instituições, etc. - Brasil. 5. Sindicato. I. Monteiro, Ana Maria Reis de Goes, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The role of architects representative institutions in São Paulo Estate during the Military Regime (1964 - 1985)

Palavras-chave em inglês:

Modern architecture - Brazil

Architects

Urban planning

Associations, institutions, etc. - Brazil

Syndicate

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Doutora em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Ana Maria Reis de Goes Monteiro [Orientador]

Sílvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

Josianne Frância Cerasoli

Gonçalo do Canto Moniz

Joana Mello de Carvalho e Silva

Data de defesa: 18-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7498-3789>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2494422395051099>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E
URBANISMO

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS DOS
ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE O
REGIME MILITAR (1964 – 1985)

TAIANA CAR VIDOTTO

Tese de Doutorado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro

Presidente e Orientadora / FEC Unicamp

Profa. Dra. Sílvia Aparecida Mikami Goncalves Pina

FEC Unicamp

Profa. Dra. Josianne França Cerasoli

IFCH Unicamp

Prof. Dr. Gonçalo Canto Moniz

Universidade de Coimbra

Profa. Dra. Joana Mello de Carvalho e Silva

FAUUSP

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Campinas, 18 de Fevereiro de 2020

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 (01-P-03714-2017).

Durante os quatro anos de pesquisa, incontáveis pessoas colaboraram com a construção do que hoje se apresenta aqui como tese de doutorado.

Agradeço à professora Ana Goes, pela orientação, amizade, generosidade e especialmente pelo exemplo de não desistir em meio às dificuldades que a vida apresentou nesse período. Sua perseverança é um testemunho valioso para mim.

Agradeço aos professores que acompanharam a qualificação e a defesa, cujas contribuições foram fundamentais para a conclusão desse trabalho. Ao professor Gonçalo do Canto Moniz, que em seu esforço a distância sempre se dispôs a refletir, discutir e fazer perguntas oportunas, as quais se seguirão para minhas futuras pesquisas. À professora Josianne Francia Cerasoli pelo empenho e dedicação à leitura atenta dos textos, dividindo sua inquietação quanto às questões da pesquisa que ressoam até os dias atuais. Sem dúvida suas perguntas e proposições não serão esquecidas.

Sou grata também à professora Joana Mello, pelas análises que fez sobre esse trabalho, as quais darão frutos para a sequência dessa pesquisa; bem como pela contribuição fundamental através das reflexões propostas na disciplina de História da Arquitetura e da Cidade: Teoria e Método, ministrada na FAUUSP.

À Professora Silvia Mikami, pelo esforço pessoal que fez para estar presente na defesa, pelas importantes contribuições nessa pesquisa e pelo acompanhamento no Programa de Estágio Docente. Muito obrigada por cada comentário e palavra de apoio.

Aos meus colegas do GEECA – Grupo de Estudos sobre o Ensino, a Cidade e a Arquitetura, pelas muitas reuniões, apresentações e conhecimento construídos juntos desde o mestrado: Beatriz Rocha, Bruno Rossi, Fábio Bonugli, Lígia Moura, Lilian Staningher, Maíra Vucovix, Raíssa Armelin Lopes, Sheila Goto e Thisgo Pedrosa. Em especial agradeço ao Fernando Nakandakare, colega e amigo de tantos artigos, que sempre presou pelo pensamento reflexivo em meio a cada problema de pesquisa.

Aos prestativos e generosos funcionários e responsáveis por cada arquivo onde qual passei. Sem eles essa pesquisa não seria possível. Ao Emerson Fioravante, pelo acesso aos arquivos do IAB/SP; à Liana Perez de Oliveira e ao Maurílio Chiaretti pela generosidade de permitir o acesso aos riquíssimos arquivos do SASP; à diretoria da ABEA, por disponibilizar o acesso ao arquivo digital da Associação; à Liliane Lehmann, pelo apoio no Núcleo Memória do Centro Cultural São Paulo; à Ana Paula Marques, do Arquivo Wanda Svevo, da Fundação Bienal de São Paulo; à equipe do Centro de Documentação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – CEDOC IAU-USP – pelo acesso ao arquivo do arquiteto Jorge Caron.

Agradeço também aos queridos, prestativos e eficientes funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, especialmente ao Eduardo Estevam da Silva e a Rosana Kelly.

Aos tantos professores que dividiram as aulas comigo nas instituições pelas quais passei nesses quatro anos, dando apoio e fazendo com que as amizades transcendessem a sala de aula, em especial a Paula Marques Braga, Mirela Pilon Pessatti, Geise Pasquotto, Renata Góes e Julia Farah Ribeiro. Nesses últimos meses que antecederam a finalização da pesquisa, minha gratidão especial à Giovanna T. Novellini Brigitte e à Ana Carolina F. Basso Marques. A disposição em ajudar, os incentivos e a confiança de vocês foi fundamental.

À Luana Espig Regiani e à Giovana Martino, minhas companheiras do Programa de Estágio Docente, bem como ao professor Rafael Urano, pela supervisão.

Aos meus amigos arquitetos (alguns deles pesquisadores e companheiros de seminários, disciplinas e congressos), pela escuta sempre generosa em meio ao caos da rotina de pesquisa e da escrita: Ana Teresa Cirigliano, Fábio Pires, Thaís Curi, Renata Barnabé Mirone, Karen Dal Bello Dias, Juliane Bellot Rolemberg Lessa e Augusto Manzato.

Às minhas amigas sempre presentes (algumas à distância, em outros Estados e continentes): Clarissa Lisboa, Fernanda Miguel, Murielle Badin e Raquel Felix. Minha gratidão a vocês pelas inúmeras horas de conversa e compartilhamento não só da pesquisa, mas da vida.

Àqueles amigos e amigas que caminham comigo, dividindo a mesma fé, Aline Azevedo, Thaís Reina, Maria Elisa Marques, Ricardo e Natalie Gejão, Caique e Sabrina Bull, Letícia Novais, Helen Nascimento, Christiane e Amanda Medeiros, Alessandra David, Luciana e Adriana Correia; Florência, Hugo e Cristina Secreto; Geovana e Mariana Albuquerque, Lília Cláudia, Débora Lobo, Lúcia Rodrigues, Raquel, Heloisa e Emanuel Madruga, Alice, Uyara, Luís Fernando e Flávia; e tantos outros cujos nomes não caberiam aqui!

Encerrando esse longo agradecimento, expresso aqui minha imensa gratidão aos meus familiares – pais e irmãs – sem os quais eu não teria sido capaz de concluir essa pesquisa. Sempre presentes e compreensivos nas minhas ausências e desatenções foram meus companheiros nas horas difíceis e nas horas divertidas de viagens a congressos. Sem vocês isso não teria sido possível e essa fala não é um mero clichê! É a mais pura verdade. Sou muito grata a vida de cada um de vocês, mãe, pai, Talita e Ticiane.

Sobretudo, agradeço à Deus.

RESUMO

No Brasil, em meio ao Regime Militar (1964-1985) a profissão do arquiteto passou por uma série de transformações que impactaram não apenas a sua formação, mas também a sua organização enquanto categoria profissional em meio as suas instituições representativas. O Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista (IAB/SP), entidade pioneira, instalou-se na capital paulista, em 1943, com o objetivo de divulgar e estabelecer o campo profissional do arquiteto. Em 1971, o Instituto foi responsável pela criação do Sindicato de Arquitetos (SASP) e em 1973, da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA). Essa ação fez parte de um posicionamento estratégico que buscava abarcar todas as áreas que envolviam a categoria profissional (a divulgação da profissão, a segurança aos trabalhadores e a qualidade do ensino) e foi denominada “política do tripé”. Estabeleceu-se como hipótese de pesquisa que a criação das novas Instituições, sua consolidação e posterior construção de identidades, foram estratégias buscadas pelos arquitetos para enfrentar a conjuntura econômica e política durante o Regime Militar. Esse trabalho objetiva investigar o papel das entidades representativas da profissão e da formação do arquiteto durante o Regime Militar no Estado de São Paulo – o IAB/SP, o SASP e a ABEA. Por meio de fontes primárias, publicações e eventos promovidos pelas entidades, bem como de periódicos da época, foi revelada a atuação das instituições ora de forma conjunta, ora de forma independente. Pôde-se identificar as ações das instituições em duas etapas distintas. A primeira delas, entre os anos de 1973 e 1979, quando houve uma intensa atividade conjunta entre as três instituições e, uma segunda fase, entre os anos 1980 e 1985, na qual ocorreu uma reorganização da atuação de cada uma delas, refletindo mudanças em suas práticas e na busca de rumos distintos para suas atuações. A IAB/SP, o SASP e a ABEA colaboraram entre si, visando o reconhecimento da profissão, a criação de um conselho autônomo e de um novo currículo mínimo. Por outro lado, divergiram quanto a ampliação do número de escolas e à situação precária que a profissão enfrentava, enfraquecendo o posicionamento da categoria de maneira coletiva. Por fim, as três instituições tiveram um papel fundamental no período do Regime Militar, sendo o derradeiro espaço democrático de defesa da profissão e a formação dos arquitetos.

Palavras-chave: arquitetura moderna brasileira – arquitetos e urbanistas – IAB – SASP – ABEA

ABSTRACT

In Brazil, in the midst of the Military Regime (1964-1985), the profession of the architect went through a series of transformations that impacted not only their education, but also their organization as a professional category among its representative institutions. The Institute of Architects of Brazil, São Paulo nucleus (IAB / SP), a pioneer entity, was installed in the capital of São Paulo, in 1943, with the objective of promoting and establishing the professional field of the architect. In 1971, the Institute was responsible for the creation of the Architects Trade Union (SASP) and in 1973, the Brazilian Association of Schools of Architecture (ABEA). This action was part of a strategic positioning that sought to encompass all areas that involved the professional category (disclosure of the profession, security for workers and the quality of education) and was called “tripod policy”. As a research hypothesis, it was established that the creation of new Institutions, their consolidation and subsequent construction of identities, were strategies sought by architects to face the economic and political conjuncture during the Military Regime. This work aims to investigate the role of entities representing the profession and the education of the architect during the Military Regime in the State of São Paulo - IAB / SP, SASP and ABEA. Through primary sources, publications and events promoted by the entities, as well as journals and magazines of that time, the performance of the institutions was revealed, sometimes jointly, sometimes independently. It was possible to identify the actions of the institutions in two distinct stages. The first one, between 1973 and 1979, when there was an intense joint activity between the three institutions and, a second phase, between the 1980s and 1985, in which there was a reorganization of the performance of each one, reflecting changes in their practices and in the search for different directions for their actions. IAB / SP, SASP and ABEA collaborated with each other, aiming at the recognition of the profession, the creation of an autonomous council and a new minimum curriculum. On the other hand, they differed on the expansion of the number of schools and the precarious situation that the profession faced, weakening the positioning of the category collectively. Finally, the three institutions played a key role during the Military Regime, being the ultimate democratic space for the defense of the profession and the training of architects.

Key-words: Brazilian Modern Architecture – architects and urban planners – IAB – SASP – ABEA

Lista de Figuras

Figura 1: Crítica a não existência do cargo formal de arquiteto no Estado	57
Figura 2: Exposição da I Bienal de Arquitetura (1973)	76
Figura 3: Estudantes reunidos no Simpósio	82
Figura 4: Charge que criticava a proliferação das escolas de arquitetura	85
Figura 5: Capa do Jornal Arquiteto que celebrava a IX Edição do CBA	103
Figura 6: Mesa de encerramento do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos	130
Figura 7: Charge sobre as circunstâncias de ingresso dos recém-formados no mercado de trabalho ...	137
Figura 8: Capa do Jornal Arquiteto sobre a atuação da Cooperativa	150
Figura 9 - Frequência nas reuniões pré-cooperativa	157
Figura 10: Experiência de ensino dos alunos da FAU São José dos Campos	177
Figura 11: Charge de Paulo Caruso sobre as perspectivas da profissão (Revista Projeto no 58, 1984) .	204
Figura 12: Charge de autoria de Claudius, sobre o arquiteto "batendo ponto"	207
Figura 13: Campanha de filiação dos arquitetos ao IAB/SP	209
Figura 14: Charge de autoria de Paulo Caruso sobre o achatamento salarial dos arquitetos.	210
Figura 15: Plenário do XI Congresso Brasileiro de Arquitetos	215
Figura 16: Diretoria do SASP e, no destaque, o presidente José Carlos Ribeiro de Almeida	226
Figura 17: Reunião anual da ABEA	231
Figura 18: Charge de Paulo Caruso sobre a ausência da participação dos arquitetos nas reuniões	242

Lista de Tabelas

Tabela 1: Diretores do IAB/SP no Biênio 1964-1965	44
Tabela 2: Diretores do IAB/SP no Biênio 1966-1967	49
Tabela 3: Diretores do IAB/SP no Biênio 1968-1969	51
Tabela 4: Diretores do IAB/SP no Biênio 1970-1971	54
Tabela 5: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1972-1973.....	55
Tabela 6: VI Congresso Brasileiro de Arquitetos.....	60
Tabela 7: VII Congresso Brasileiro de Arquitetos	68
Tabela 8: VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos.....	75
Tabela 9: Diretoria do SASP entre os anos 1972 - 1973	80
Tabela 10: Primeira diretoria da ABEA 1973-1975	87
Tabela 11: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1974-1975.....	93
Tabela 12: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1976-1977	96
Tabela 13: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1978-1979.....	97
Tabela 14: IX Congresso Brasileiro de Arquitetos.....	100
Tabela 15: X Congresso Brasileiro de Arquitetos	132
Tabela 16: Diretoria do SASP entre 1974-1977	141
Tabela 17: Diretoria do SASP entre os anos de 1978-1979.....	145
Tabela 18 - Quadro do no de Pessoas / nº de reuniões frequentadas, baseado nos anos de formatura = pessoas que acompanharam o processo evolutivo.....	156
Tabela 19 - Quadro de Inscritos como interessados / Pré Cooperativa	157
Tabela 20 – Trabalhos pré-Cooperativa.....	158
Tabela 21: Diretoria da ABEA 1976-1977	163
Tabela 22: Diretoria da ABEA 1978-1979	169
Tabela 23: I Encontro Estadual de Arquitetos.....	184
Tabela 24: II Encontro Estadual de Arquitetos	187
Tabela 25: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1980-1981.....	208
Tabela 26: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1982-1983.....	211
Tabela 27: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1984-1985.....	212
Tabela 28: XI Congresso Brasileiro de Arquitetos.....	214
Tabela 29: XII Congresso Brasileiro de Arquitetos.....	223
Tabela 30: Diretoria do SASP nos anos 1980-1983.....	224
Tabela 31: Diretoria do SASP nos anos 1984-1986.....	229
Tabela 32: Diretoria da ABEA 1980-1981	231
Tabela 33: Diretoria da ABEA 1982-1985	235
Tabela 34: III Encontro Estadual de Arquitetos.....	243

Lista de Siglas

ABEA – Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura

AI – Ato Institucional

APA – Associação Profissional de Arquitetos

ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas

AsBEA – Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAFAU – PUC Campinas – Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CBA – Congresso Brasileiro de Arquitetos

CEAU – Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

CEDOC – Centro de Documentação

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COGEP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas

COHAB-SP – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

CONABEA – Congresso da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

COSU – Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EEA – Encontro Estadual de Arquitetos

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

EMDEC – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

EMURB – Empresa Municipal de Urbanização

ENEAU – Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FAU/UNB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

FAUS – Fau Santos

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FEBASP – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

FECE – Fundo Estadual de Construções Escolares

FNA – Faculdade Nacional de Arquitetos e Urbanistas

FNA – Federação Nacional de Arquitetos

GFAU – Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

HABITAF AUS – Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IAB/BA – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Bahia

IAB/CE – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Ceará

IAB/DF – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Distrito Federal

IAB/MG – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Minas Gerais

IAB/MT – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Mato Grosso

IAB/PE – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Pernambuco

IAB/RJ – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Rio de Janeiro

IAB/RS – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Rio Grande do Sul

IAB/SC – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo Santa Catarina

IAB/SP – Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista

IAU/USP – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

ICA – Instituto Central de Artes

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPC – Instituto de Projeto e Comunicação

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LABHAB – Laboratório de Habitação

L'ABITAT - Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

MEC – Ministério da Educação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PRIMEG-ARQ - Programa Integrado de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura

PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A.

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC Campinas / PUCC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

SAERGS – Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul

SASP – Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TGI – Trabalho de Graduação Integrado

UIA – União Internacional dos Arquitetos

UID – Unidades Interdepartamentais

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFCE – Universidade Federal do Ceará

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	26
3. A AUTONOMIA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, NÚCLEO PAULISTA (IAB/SP) (1943 – 1973).....	33
3.1. ATUAÇÃO DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, NÚCLEO PAULISTA (1943-1964).....	33
3.2. ATUAÇÃO DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, NÚCLEO PAULISTA (1964-1973).....	39
3.2.1. A LEI Nº 5.194/1966 – REGULA O EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES DE ENGENHEIRO, ARQUITETO E ENGENHEIRO-AGRÔNOMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	56
3.2.2. OS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ARQUITETOS: VI (1966); VII (1968) E VIII (1969).....	59
3.3. FUNDAÇÃO DO SINDICATO DE ARQUITETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	77
3.4. FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA	81
4. ATUAÇÃO CONJUNTA (1973-1979)	89
4.1. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, NÚCLEO PAULISTA.....	91
4.1.1. OS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ARQUITETOS: IX (1976); X (1979).....	99
4.2. SINDICATO DE ARQUITETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	137
4.2.1. A COOPERATIVA DE ARQUITETOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	146
4.3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA.....	162
4.4. ATIVIDADES CONJUNTAS.....	170
4.4.1. ATIVIDADES REALIZADAS PELO IAB/SP E SASP.....	170
- CRIAÇÃO DO JORNAL ARQUITETO	170
- CRIAÇÃO DE NOVAS FACULDADES	175
- CONVÊNIO CULTURAL	178
- OS ENCONTROS ESTADUAIS DE ARQUITETOS	184
4.4.3. ATIVIDADES REALIZADAS PELA ABEA E O SASP.....	198
4.4.4. ATIVIDADES REALIZADAS PELO IAB/SP, SASP E ABEA.....	200
5. BUSCA POR IDENTIDADE (1980 – 1985)	204
5.1. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, NÚCLEO PAULISTA.....	208
5.1.1. OS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ARQUITETOS: XI (1982); XII (1985).....	214
5.2. SINDICATO DE ARQUITETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	224
5.3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA.....	231

5.4.	ATIVIDADES CONJUNTAS.....	239
5.4.1.	ATIVIDADES REALIZADAS PELO IAB/SP E SASP.....	239
5.5.2.	ATIVIDADES REALIZADAS PELO IAB/SP, SASP E ABEA.....	244
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	254
	APÊNDICES – RELAÇÃO DAS DIRETORIAS DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS DOS ARQUITETOS DURANTE O REGIME MILITAR.....	269
	APÊNDICE A – DIRETORIAS DO IAB/SP 1964-1971	269
	APÊNDICE B – DIRETORIAS DO IAB/SP, SASP E ABEA 1972-1979.....	272
	APÊNDICE C – DIRETORIAS DO IAB/SP, SASP E ABEA 1980-1985.....	277
	APÊNDICE D - ÍNDICE DE ARQUITETOS POR ORDEM ALFABÉTICA	281

1. Introdução

“Resumo, assim, o primeiro Congresso de Arquitetos com algumas teses, certamente um tanto quanto jocosas, mas que valeria a pena pesquisar, talvez alguém escrever a respeito delas, porque a História e as ciências sociais estão um pouco longe de se interessar pela nossa participação peculiar como arquitetos. **Nós mesmos teremos que escrever nossa própria história**”.

João Batista Vilanova Artigas em seu depoimento no evento organizado pelo IAB/SP – “Arquitetura e Desenvolvimento Nacional”, no ano de 1979.

Essa pesquisa surgiu do interesse, após o mestrado¹, de continuar buscando as relações indissociáveis entre o ensino e a profissão do arquiteto. Se no trabalho realizado anteriormente, que analisou o Instituto de Arquitetos do Brasil, seu núcleo paulistano (IAB/SP) e a estreita relação com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo entre os anos de 1948 e 1962, identificou-se uma atuação conjunta para a conformação de um novo currículo para a formação dos arquitetos, perguntava-se: e depois?

Sabia-se que na década de 1970 uma série de novas escolas ou faculdades autônomas de arquitetura foram criadas e imaginava-se ser possível narrar essa história da relação do IAB/SP com essas novas escolas. Contudo, pela inacessibilidade dos arquivos das faculdades, o olhar foi voltado às instituições. Assim, destacou-se a criação do Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo (1971) e da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (1973) justamente em meio ao período do Regime Militar.

Partindo da afirmação de Faria (2018), que atesta a reunião dos arquitetos nas instituições como uma característica estrutural da profissão, se tornou indispensável conhecer as instituições e seu papel durante o Regime Militar. Este, teve início em 1964, e encerrou-se em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves. Desse modo, reconhecendo que em meio ao Regime as relações entre o ensino e a profissão seguiam-se indissociáveis, bem como a presença dos arquitetos nas Instituições, iniciou-se uma busca pelos trabalhos acadêmicos que versavam sobre a relação entre a formação e a prática profissional do arquiteto². Como resultado, os trabalhos encontrados foram classificados em três grupos: aqueles que

¹ A pesquisa de mestrado foi intitulada “A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948 – 1962”.

² Sabe-se que a profissão do arquiteto no Brasil é intitulada como “arquiteto e urbanista”, justamente pela formação dupla que a graduação oferece. Essa titulação se deu com a lei de criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em 2010. Contudo, no período analisado nesse trabalho as leis que regiam a profissão intitulavam-o como “arquiteto”. Por essa razão, se referirá nessa pesquisa à formação do arquiteto e à atuação profissional do arquiteto.

abordam a história das instituições representativas; os que se debruçam sobre a profissão e aqueles que analisam a formação.

Quanto aos trabalhos que abordam as instituições representativas, o de Durand (1972), foi o primeiro inventário sobre a atuação profissional dos arquitetos no Estado de São Paulo, observando os ajustes da profissão em meio ao Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista (IAB/SP) e ao recém-criado Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP). Nele, o autor apontou o “drama” vivido pelos arquitetos em vista da diferença marcante entre o “sistema de crenças” alimentado pelos profissionais notáveis e propagado pelo sistema de ensino e a real situação dos arquitetos como trabalhadores do setor terciário. Além disso, o trabalho de Durand (1972) foi pioneiro no sentido de investigar os espaços entre as Instituições ou espaços de intercessão.

O trabalho de Nakandakare (2018) investigou a atuação do Instituto na disseminação da profissão do arquiteto moderno no país, por meio do diálogo com os poderes públicos dos Estados e de suas capitais, o contato com os arquitetos nas escolas de arquitetura e a instalação de núcleos estaduais do Instituto. O autor comprovou que entre os anos de 1945 e 1969 o IAB atuava como modelo suficiente para promover a profissão e o ensino de arquitetura.

Por sua vez, Dedecca (2012; 2015; 2018) estudou o IAB sob diversos aspectos. Desde o estabelecimento do Instituto na cidade de São Paulo e sua atuação como espaço de sociabilidade junto aos ambientes culturais como os museus e as faculdades de arquitetura e urbanismo, até as suas relações com as Instituições que representavam o arquiteto em outros países da América Latina e do mundo. Para a autora, as Instituições se colocavam como espaço de discussão através dos quais se tornou possível revelar as movimentações e disputas no meio arquitetônico. A autora também tem discutido a possibilidade de construir uma história da arquitetura moderna a partir das redes profissionais e das associações. Nesse sentido, tem buscado se afastar da visão da entidade estudada, no caso dela, o IAB, como imutável ou paralisada. Como premissa, a pesquisa citada parte da ideia de mudanças de rotas que revelam “questões importantes acerca das movimentações e disputas do meio arquitetônico”. Dedecca (2018) fez essa leitura considerando as entidades enquanto “nós de sociabilidade e como círculos de reflexão”. Entende-se que nessa pesquisa, o olhar para as entidades é, da mesma forma, como espaços de reflexão da profissão e da formação.

Quanto ao histórico da profissão em meio ao sistema CONFEA/CREA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia / Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), destacaram-se o trabalho de Novo (2018), que abordou a atuação dos arquitetos na busca por garantias e estabilidade profissional na década de 1920, antes da aprovação de Lei que regulamentou a profissão em 1933. Além deste, o trabalho de Oliveira (2011) analisou o sistema instituído pelo Governo Federal para controle da prática profissional do arquiteto entre os anos de 1933 e 2007. Nesse período, foram promovidas diversas tentativas de emancipação dos arquitetos de um sistema que os unia aos engenheiros

– o que só teve êxito com a criação do CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo/Brasil), em 2010.

Sobre os Sindicatos dos Arquitetos, o único trabalho encontrado foi organizado por Mello (2014) que ilustrou os primeiros 40 anos do SAERGS, o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, o qual, assim como o SASP se estruturou a partir da resolução dos arquitetos no VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1966. A APA – Associação Profissional de Arquitetos do Rio Grande do Sul era, segundo o autor “um ato de coragem”, pois foi organizada em 1968, um ano depois do AI-5 (Ato Institucional nº 5). Da mesma forma que em São Paulo, o IAB-RS (Instituto de Arquitetos, núcleo Rio Grande do Sul) liderou o processo de instalação do Sindicato, e o abrigou fisicamente em seu edifício entre os anos de 1973 – quando receberam a carta sindical – e 1978 – quando foram para uma sede própria.

A ABEA também publicou recentemente o registro de sua história por meio de um livro organizado pelos seus diretores, analisando sua atuação em busca de um ensino de qualidade através dos anos (GUTIERREZ, 2013). O primeiro capítulo retomou a fundação, em 1973 e seu esforço, junto da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), até 1985, ao realizar encontros em todo o país de modo a debater o ensino de disciplinas específicas do curso de arquitetura e urbanismo (como o ensino de projeto, de conforto, de história e de estruturas). A principal iniciativa da Associação no período foi promover as discussões e lutar para aprovação de um novo Currículo Mínimo, em 1977. Sem lograr êxito, a instituição passou a se readequar na década de 1980, e pouco se tem registro de sua atividade nesse período, conforme atestado no livro da própria Associação.

Ainda assim, por esse panorama, entende-se que a história das Instituições e seu papel, não apenas durante o Regime Militar, na atuação em favor da profissão e da formação do arquiteto necessitam de maiores investigações. Como atestou Dedecca (2018), se considerássemos a pequena quantidade de pesquisas sobre as Instituições poderíamos nos enganar acreditando ser proporcionalmente pequena a importância de suas atuações.

Quanto aos trabalhos que analisaram a formação e a profissão do arquiteto destacaram-se aqueles que buscaram identificar como os arquitetos passaram a perceber que o trabalho enquanto assalariado, ou enquanto profissional liberal, se colocava distante do objetivo profissional de pensar na cidade como um todo. Lopes (2011), que foi aluno da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) em meio ao Regime Militar, citou os Laboratórios de Habitação como uma prática de “inconformismo e resistência”, voltando os arquitetos para a periferia, como espaço de atuação profissional. Além disso, o autor apontou que na FAUUSP, desde 1975 a disciplina de Introdução ao

Projeto e de Meios de Expressão e Representação já levava os alunos a considerar as necessidades de projeto nas ocupações da periferia da cidade³.

Esse trânsito entre a atuação enquanto liberal (com escritório associado a algum colega) e o assalariado (espaços de trabalho como as grandes empresas, as faculdades e as autarquias públicas) era prática corriqueira entre os profissionais. Nesse aspecto, alguns trabalhos que abordam arquitetos e seus percursos foram consultados em busca de informações que detalhassem seu envolvimento nas Instituições analisadas⁴.

Já o trabalho de Pulhez (2014) destacou o papel das empresas de engenharia consultiva no período de grande desenvolvimento econômico do Regime Militar. Nesse contexto, a autora apontou que o arquiteto passou a se encontrar em uma “condição subordinada ao empresariado forte da engenharia nacional”, que seria responsável, a partir de então, a conceder espaço para os arquitetos no mercado de trabalho das grandes obras.

Deve-se considerar que a atuação profissional do arquiteto estava inserida em meio às políticas trabalhistas e segundo a condição econômica imposta pelo próprio Regime Militar. A atuação enquanto assalariado nas empresas de engenharia consultiva e de projetos estava relacionada ao incentivo do Governo Federal para que essas empresas fossem responsáveis por grande parte das obras de infraestrutura do país. Durante o Regime Militar, especialmente entre 1970 e 1983, as grandes empreiteiras subcontratavam arquitetos e outras pequenas empresas para a prestação de serviços em obras maiores. O estímulo do Estado para a expansão da engenharia nesse período esteve relacionado com a condução da política econômica nacional. Assim, o setor da construção era “ao mesmo tempo objeto e instrumento de política econômica” (CAMARGOS, 1993, p. 32). Dessa forma, para os pequenos escritórios de arquitetos que se associavam para atuar como profissionais liberais possuíam estrutura muito inferior às grandes empresas de projeto, diminuindo suas possibilidades de acesso às grandes obras.

Além do trabalho de Camargos (1993), Campos (2017) destacou o livre acesso que as grandes empresas internacionais tinham ao mercado de projetos e da construção civil no Brasil. Esse acesso era uma das condições para o financiamento americano através do Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Assim, mesmo com os protestos de que a engenharia nacional já era desenvolvida o bastante para se responsabilizar por grandes obras, a infiltração de empresas estrangeiras foi

³ Eram professores na ocasião: na disciplina de AUP 100 – Introdução ao Projeto, com os professores Siegbert Zanettini, Rodrigo Lefevre, Feliz Araujo, Daria Montesano, e Eideval Bolanho; de AUP 400 – Meios de Expressão e Representação (Introdução ao Desenho Industrial), com Ermínia Maricato, Walter Ono, Telmo Pamplona, Percival Brosig, Yvonne Mautner, Elvira Almeida (LOPES, 2011).

⁴ Entre os trabalhos que analisam a trajetória dos arquitetos que frequentaram as Instituições no período estão: o trabalho de Amanda S. Ruggiero, “Jorge Caron: uma trajetória”; de Helena Ayoub Silva, “Abrahão Sanovicz: o projeto como pesquisa”; de Valéria Ruchti, “Jacob Ruchti, modernidade e a arquitetura paulista (1940 – 1970)”, por exemplo.

significativa. Essas empresas, por estarem em concordância com o acordo do USAID também garantiam a proximidade necessária com o Estado no fornecimento de obras.

De forma simultânea, enquanto as grandes empresas assumiam novas encomendas e se desenvolviam, durante o período de maior desenvolvimento do Regime Militar, segundo Alves (2000) a década de 1970 resultou numa “superexploração do trabalho”. (ALVES, 2000, p.106). Nesse período, houve uma combinação explosiva entre “uma jornada prolongada de trabalho com uma intensidade extenuante do processo produtivo, e uma tendência persistente à depreciação salarial” (ALVES, 2000, p.109). Se na década de 1970, mesmo diante de um cenário produtivo, o mercado de trabalho já vivia períodos difíceis, na década de 1980, com a crise da dívida externa nacional, o mercado de trabalho sofreu maiores prejuízos.

Se do ponto de vista da atuação profissional do arquiteto ainda carecemos de maiores investigações, o mesmo se dá sobre sua formação. Diante das várias novas escolas criadas no Estado de São Paulo, com a participação de arquitetos que atuavam como diretores das Instituições enquanto professores, se faz necessário buscar as conexões e os impactos sobre como esse trânsito conformou o ensino nos novos cursos. Contudo, deve-se destacar que existem trabalhos que abordaram as novas escolas como o trabalho de Fortis (2004), sobre a FAU Santos; de Ficher (2006) e Rosa (2012), sobre a Belas Artes, bem como o de Pompeia (2006), sobre os Laboratórios de Habitação, incluindo o LAB-HAB. Ainda é necessário referir-se ao trabalho de Moreira (1989) que abordou a experiência da FAU São José dos Campos. Em nenhum deles, contudo, foi identificada a participação do IAB/SP, do SASP e da ABEA nas definições e discussões em meio às crises no ensino.

Já quanto aos impactos sofridos pela Universidade Brasileira no período, Pereira (1984) ilustrou uma série de medidas que acarretaram na condição precária⁵; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a proposta da Universidade de Brasília; os acordos MEC USAID⁶; o relatório de Rudolph Atcon; o Relatório Meira Matos; o Relatório do grupo de trabalho da Reforma Universitária criado pelo Governo Federal; A Reforma de 1968 com a explosão do movimento estudantil; o AI 5 e o Decreto-Lei 477; seguido do silêncio no país e na Universidade Brasileira. Por essa razão, a década de 1970 foi de grande silêncio provocado pelas atitudes policiais e pela censura, afetando a Universidade como um todo. A visão do relatório Atcon defendia uma organização universitária como uma “estrutura empresarial, amparada em uma severa disciplina, tudo nos moldes da doutrina da segurança nacional brasileira”. Entre outras

⁵ Publicada no texto “Universidade brasileira, reforma e democratização”, em 1982.

⁶ O acordo MEC-USAID tratou de um conjunto de medidas que envolveu assessores norte-americanos em uma série de ações visando mudanças nos ensinos primário, médio e superior. Em 1966 foi assinado o acordo que mais impacto teve no ensino superior – o de Assessoria para Modernização da Administração Universitária. Entre as diretrizes estavam a da cobrança de mensalidades e a privatização do ensino público.

iniciativas, Meira Matos acrescentava “a redução dos currículos e a diminuição da duração dos cursos” (PEREIRA, 1984, p. 152).

Fato é que não se pode compreender a atuação profissional dos arquitetos sem a história das instituições que os representam. Segundo Faria (2018) a institucionalização de uma profissão pode ser compreendida como uma “rede interna”, quando se relacionam entre si, ou como uma “articulação entre redes” quando ocorre:

“... justamente a partir da interlocução e circulação dos profissionais que transitaram entre as instituições ou participaram das atividades que eram realizadas, mas especialmente os congressos, publicações e reuniões técnicas. Ou seja, a formação de redes institucionalizadas no campo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento-urbano-regional não é um dado conjuntural, mas uma característica estrutural” (FARIA in JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 300).

Nesse contexto, este trabalho tem como objeto de estudo três instituições⁷ que representam o arquiteto: o IAB/SP, o SASP e a ABEA, os quais atuaram no Estado de São Paulo de maneira conjunta em meio ao Regime Militar. O IAB/SP, fundado em 1943, foi responsável pela criação do SASP (1972) e da ABEA (1973). Assim, a partir de 1973, essa “articulação entre redes” se deu em meio ao campo profissional dos arquitetos. Esse sistema de organização da categoria foi chamado de “sistema estratégico do campo profissional”⁸ (ABEA, 1982).

De modo a compreender esse período (1964-1985), **objetiva-se investigar o papel das entidades representativas da profissão e da formação do arquiteto durante o Regime Militar no Estado de São Paulo – o IAB/SP, o SASP e a ABEA⁹ no Estado de São Paulo.**

⁷ Adotou-se nesse trabalho a definição de instituição – segundo o Dicionário Caldas Aulete (Organização que atende interesses e necessidades sociais, coletivos; Órgão público ou privado que presta serviços necessários à determinada sociedade ou à comunidade mundial – exemplos OAB e ONU; Qualquer agremiação ou corporação) – como sinônimo de entidade – segundo Aulete (Organização, instituição ou empresa com fins específicos) – ao se referir as três organizações da categoria de forma conjunta. Ainda que o IAB seja um instituto, cuja definição é - Associação de pessoas ou organização dedicada a atividades de certo tipo esp. educacionais, científicas ou culturais. Agremiação de caráter cultural, artístico etc; o Sindicato tenha a definição de associação de profissionais que defende os interesses trabalhistas dos seus membros; Associação que tem como objetivo a defesa dos interesses dos seus integrantes; e a ABEA seja uma associação - União organizada de pessoas ou entidades com um objetivo comum; Grupo organizado de pessoas ou entidades visando a um objetivo comum; entende-se que é possível usar ora entidade, ora instituição para fazer referência às três de forma conjunta.

⁸ Esse sistema estratégico profissional veio a ser completado em 1979, com a fundação da FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, que congregou os Sindicatos e Associações Profissionais.

⁹ Além dessas entidades, foi fundada em 1973 a Asbea – Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura. Sua criação era retrato de um conflito político dentro do próprio IAB/SP, resultando em uma polarização cada vez mais acentuada entre esquerda e direita, progressistas e conservadores: “Um dos principais sintomas dessa dicotomia foi a disputa pela direção do Instituto de Arquiteto do Brasil, principalmente em São Paulo. Após o Golpe Militar, pela primeira vez houve uma cisão entre os profissionais paulistas, colocando em campos opostos nomes que até então conviviam quase pacificamente em prol da causa comum do fortalecimento da profissão. De um lado ficaram os profissionais identificados com o Partido Comunista, que admiravam a União Soviética; o outro foi ocupado por profissionais que entendiam a profissão como prestação de serviço, tinham os Estados Unidos como símbolo” (SERAPIÃO, 2013, pp.31-32). O papel da AsBEA era de “defender os direitos dos escritórios de arquitetura, esmagados por empresas de projeto” (SERAPIÃO, 2013, p.38). Segundo Luiz Paulo Conde, um dos fundadores, a Associação esperava atuar junto às demais entidades como IAB, sindicatos e conselhos regionais, buscando os interesses dos escritórios de arquitetura, como pessoa jurídica. Sobre tudo, segundo Serapião, “a nova entidade refletia certa insatisfação com o IAB, que possuía atribuições muito mais amplas”⁹. Os responsáveis pela criação da AsBEA questionavam a capacidade do IAB de defender os escritórios e acabaram por não

Como objetivos específicos, pretende-se:

- **Apresentar o histórico das Instituições no período**, à luz das circunstâncias da formação do arquiteto e urbanista no Brasil e das discussões sobre a profissão;
- **Levantar os agentes** que participaram das diretorias das Instituições;
- **Divulgar o que se discutia** nos eventos promovidos no período, como os **Congressos Brasileiros de Arquitetos e Encontros Estaduais**;
- **Apresentar a Cooperativa pelo SASP**

Estabeleceu-se como hipótese que **a criação das novas Instituições, sua consolidação e posterior construção de identidades, foram estratégias buscadas pelos arquitetos para enfrentar a conjuntura econômica e política durante o Regime Militar**. A “política do tripe”, instituída pelos arquitetos com a organização em três instituições iniciou-se com a criação do Sindicato. As discussões para sua instalação se deram logo após a derrota dos arquitetos em meio ao CREA, quando em 1966 foi aprovada a nova lei que regulava a profissão, sem dar garantias e funções exclusivas aos arquitetos. Como minoria em um Conselho de Engenheiros, a criação do SASP era vista como uma possibilidade de criar um espaço de defesa das funções exclusivas ao arquiteto e da própria profissão. Por sua vez, a ABEA foi criada em um período no qual o Currículo Mínimo, aprovado em 1969, como um decreto do Regime Militar, apresentava-se como um meio facilitador para a abertura dos novos cursos de arquitetura. Se o currículo criado em 1962 já se apresentava deficitário, e ele havia sido criado de forma democrática, o currículo de 1969 se apresentava como uma imposição. Assim, com a criação da Associação foi possível inventariar a condição do ensino de arquitetura e promover reflexões sobre sua qualidade.

Durante o Regime Militar, o SASP, em defesa da profissão, interviu pelos arquitetos assalariados nas empresas de engineering, nas autarquias públicas e nos escritórios de arquitetura. Foi responsável por acompanhar os jovens profissionais na transição do modelo difundido pelo IAB/SP, do profissional liberal, ao arquiteto assalariado¹⁰. O cenário econômico nacional, especialmente entre os anos de 1969 e 1973, do chamado “milagre econômico”¹¹, favorecia o assalariamento dos arquitetos nas empresas. Em primeiro lugar, havia um estímulo do Estado para o desenvolvimento de empresas privadas, dentre as quais prestavam serviços e tinham arquitetos em algumas posições (Camargos, 1993). Com o crescimento dessas empresas, o papel do arquiteto também passou a ser lido como um elemento interno,

se associar ao Sindicato dos Arquitetos, mas ao Sindicato Nacional de Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), que agregava as empresas de engenharia.

¹⁰ Contudo, o sistema educativo, segundo Durand (1972), seguia imprimindo na mentalidade do estudante de arquitetura o prestígio do trabalho autônomo em contraste com o trabalho assalariado.

¹¹ O “milagre econômico” foi um período conhecido do desenvolvimento econômico nacional onde o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto caminhava junto com a queda da inflação, resultando em um aumento de investimentos.

especialmente nos anos 1970¹², auge da construção pesada no país. Nesse contexto, o arquiteto passou a encontrar-se em uma “condição subordinada ao empresariado forte da engenharia nacional”, que decidia então o espaço ou não de atuação desse arquiteto no mercado de trabalho e das grandes obras (PULHEZ, 2014). Segundo Durand (1972), o SASP era espaço de debate para os profissionais mais jovens e assalariados¹³, destacando seu papel “como sinal de profissionalização do arquiteto” (DURAND, 1972, p.59).

Adotou-se a divisão dessa pesquisa em quatro partes, sendo a Introdução, o primeiro capítulo e o segundo, o de Materiais e Métodos. O capítulo 03, intitulado **“A autonomia do Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista (1943-1973)”**, apresenta a atuação do IAB/SP em dois períodos. Entre 1943 e 1964, um panorama histórico do papel do Instituto da sua fundação na cidade de São Paulo até o início do Regime Militar e, entre 1964-1973, sua atuação no período em que apoiou a criação do SASP e da ABEA. Deve-se considerar que o ano de 1973 representa o fim do período de crescimento econômico em meio a Ditadura conhecido como “Milagre Econômico”, encerrando um ciclo importante na história do Regime Militar. Esse mesmo recorte temporal é identificado por Camargos (1994) como uma fase de criação e diversificação¹⁴ das empresas de engenharia consultiva.

O capítulo 04, **“Articulação para consolidação (1973-1979)”** apresenta o início da atuação do SASP e da ABEA juntos ao IAB/SP. Esse período, segundo Camargos (1994), foi de firmação das empresas de engenharia, onde muitos arquitetos trabalhavam como assalariados. Nesse momento o Estado incentivava a construção civil como ferramenta do desenvolvimento econômico. Nele, são expostas as atuação das entidades e suas diretorias de forma individual, incluindo na seção do IAB/SP os Congressos Brasileiros realizados no período e seus debates relativos à profissão e a formação do arquiteto e urbanista; na seção do SASP a criação da Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana de São Paulo; e na seção da ABEA, o Encontro de Ouro Preto. Em uma segunda parte, são identificadas as atividades realizadas em

¹² Em meio ao Regime Militar, o I Plano de Desenvolvimento Nacional buscava consolidar as bases da economia nos setores de transporte, comunicação e energia. Nesse período, uma das grandes obras que atraiu diversas empreiteiras, passada a fase das grandes rodovias, foi o Metrô de São Paulo, que iniciadas na década de 1970 adentrando aos anos 1980. Sua construção contou com a participação das empreiteiras João Mendes e Andrade Gutierrez. Depois, seguiu-se o desenvolvimento para o setor hidrelétrico. Esse setor havia recebido atenção desde 1962, com a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás). Os anos 70 vão ser anos de grande crescimento no setor, com a construção de várias hidrelétricas de grande porte (CAMARGOS, 1993).

¹³ Quanto ao mercado de trabalho, Pinto (1989) comenta que com as transformações econômicas da década de 1960 – a crescente industrialização e a implantação de grandes empresas de serviço – a sobrevivência por meio do trabalho em escritórios de profissionais liberais passou a ser cada vez mais difícil. Cresceu também nesse período o número de empreiteiras que passaram a concretizar as “aspirações da política do Estado, construindo barragens, indústrias, cidades, conjuntos habitacionais e demandando fabulosos contingentes de mão-de-obra de todos os níveis” (PINTO, 1989, p.17).

¹⁴ Segundo Camargo (1994) a história das empresas de engenharia consultiva pode se dividida em três períodos. O primeiro deles, entre 1943 e 1973 (ano da crise do petróleo), teve o estabelecimento de empresas como a Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda (1958), do CNEC (1959), incorporado, em 1969, pela Camargo Corrêa; da PROMON (1960), resultado da associação de brasileiros e norte-americanos e da THEMAG (1961).

conjunto por mais de uma instituição. O IAB/SP e o SASP, por exemplo, promoveram a criação do Jornal Arquiteto, um convênio cultural para cursos de formação continuada e os Encontro Estaduais de Arquitetos. Também se apresentam as atividades conjuntas entre o IAB/SP e a ABEA, entre o SASP e a ABEA e das três instituições em conjunto, na organização das demandas por um novo currículo mínimo. Um dado importante sobre esses anos é que o IAB/SP e o SASP estavam locados no edifício do IAB/SP, enquanto a ABEA estava localizada em um anexo no edifício da FAUUSP. Contudo, em 1979 as duas instituições mudam de endereço, caminhando para novos rumos. Além disso, esse ano foi marcado pelo fim do AI-5, com a Lei da Anistia.

O capítulo 05, **“Busca por Identidade (1980-1985)”**, apresenta novamente a atuação do IAB/SP, SASP e ABEA de forma específica e em um segundo momento destacam-se as atividades conjuntas. Esse período foi marcado pela grave crise econômica nacional, uma inflação crescente e a evasão dos investimentos das empresas de projeto. Com a falta de empregos, intensificam-se os problemas da participação dos arquitetos nas Instituições – que sofreram com a baixa representatividade e adesão de profissionais. Para as empresas de engenharia, essa é uma fase de internacionalização, pois há o arrefecimento dos investimentos do Estado nas obras nacionais (Camargos, 1994). Para a profissão do arquiteto, junto com a recessão econômica, esse período foi de luta pela sobrevivência. Além disso, ficaram marcados o início das atividades do SASP e da ABEA em novos endereços enquanto em meados da década de 1980, o país caminhava na campanha de eleições diretas, encerrando o Regime Militar.

Somam-se a esses capítulos os das considerações finais e os apêndices, os quais foram elaborados para identificar o trânsito dos agentes entre as Instituições. A partir desses foi possível identificar os agentes que participaram de mais de uma diretoria e segui-los, construindo seu percurso de participação nas Instituições.

O SASP e a ABEA se uniram ao IAB/SP em um momento conflituoso, onde os direitos dos cidadãos eram tolhidos e no qual o campo profissional debatia as formas de trabalho do arquiteto, bem como a perpetuação da atuação como profissional liberal. Simultaneamente, discutia a mudança do currículo mínimo e a qualidade dos novos cursos. Eram questionados tanto o domínio que o projeto exercia na cadeia produtiva e sobre o canteiro de obras quanto o não reconhecimento da autoria de projetos nas grandes empresas, bem como as condições do mercado de trabalho dos arquitetos. Enquanto isso, as escolas de arquitetura buscavam alternativas em meio à uma formação que visava aproximar os alunos da atuação social. Por sua vez, na vida prática, o arquiteto se via cada vez mais próximo de sua atuação como assalariado, o que era entendido pelos profissionais como perda de prestígio e, muitas vezes resultava na precarização do seu trabalho e na perda de direitos trabalhistas.

A criação das entidades não foi vista como uma solução unânime para resolução dos problemas da profissão. No II Inquérito Nacional de Arquitetura, publicado em 1981, os arquitetos foram questionados quanto à atuação das entidades de representação da categoria entre os anos de 1961 e 1981 e depoimentos

como o de Edgar Graeff questionavam a criação da ABEA e a razoável sintonia entre as Instituições. Por sua vez, Joaquim Guedes atestava que as entidades que representavam a categoria tiveram uma representação insuficiente, pois, para ele, emitir moções de apoio não era suficiente sendo necessário pensar o Brasil de forma ampla, sem a divisão que muitas vezes foi apontada entre SASP e IAB/SP.

No mesmo documento o posicionamento de arquitetos como Alfredo Britto, membro do IAB/RJ, testemunhava que as “entidades de representação da categoria profissional dos arquitetos foi o fato de resultados mais significativos nesse período obscuro da vida brasileira” (WISSENBACH, 1982, p.24). Em concordância com Britto, Fernando Burnmeister também apontou a importância dos espaços democráticos construídos pelo IAB em um período contra a repressão. A arquiteta Lina Bo Bardi também emitiu críticas as entidades, afirmando que durante os últimos 20 anos elas “praticamente se omitiram, ou quase”, enquanto defendia que coisas “enormes” poderiam ter sido feitas (WISSENBACH, 1982, p.115)

Por sua vez, Ermínia Maricato reforçou que as dificuldades de legitimação e consolidação dos Sindicatos, enfrentados depois de sua criação, estava na “impossibilidade de unificar os interesses econômicos da categoria, extremamente diversificados” (WISSENBACH, 1982, p.61). Assim, o que antes estava centralizado na relação do IAB/SP com duas únicas escolas de arquitetura da cidade de São Paulo (a FAU USP e o Mackenzie) e um pequeno grupo de profissionais alinhados passa a ser distribuído entre o SASP, a ABEA e um conjunto de novas escolas sediadas fora da Capital Paulista (em Mogi das Cruzes, Santos, São José dos Campos, Guarulhos e Campinas), gerando uma necessidade maior de diálogo em prol dos interesses da profissão e da sociedade durante o Regime Militar.

Por meio dessa pesquisa, foi possível contribuir para a construção de parte da história da profissão e da formação do arquiteto, evidenciando o papel das entidades na transposição do período do Regime Militar. Mesmo diante da escassez de publicações¹⁵ a resistência das instituições como espaço de sociabilidade e debate foi fundamental para a divulgação da categoria em meio a sua configuração heterogênea com profissionais liberais, assalariados, arquitetos professores e pesquisadores nas escolas de arquitetura e urbanismo, bem como os proprietários de pequenos escritórios em associação com seus colegas. Ainda assim, entende-se que a atuação das Instituições não garantiu as conquistas desejadas no período de uma legislação que representasse a profissão e de um novo currículo mínimo.

¹⁵ Com exceção do Jornal Arquiteto, criado em 1972, em associação do IAB/SP com o SASP: “A revista Módulo, de Oscar Niemeyer, tem sua redação invadida, os móveis destruídos, os arquivos queimados e os redatores e pessoal do administrativo, presos e maltratados. Arquitetura – AD, Habitat, Acrópole e dezenas de outras publicações, cadernos de estudo, boletins estudantis são lentamente liquidados pelo clima de intolerância e terrorismo instalado no país e, especialmente, nas universidades. Por volta de 1971 não se encontrava em circulação no Brasil nenhum periódico especializado em arquitetura” (GRAEFF, 1995, p. 46).

2. Materiais e Métodos

Essa pesquisa, com caráter exploratório, tem como finalidade investigar o papel das entidades representativas da profissão e da formação do arquiteto e urbanista durante o Regime Militar (1964 – 1985): IAB/SP, SASP e ABEA. Com base em seus procedimentos, trata-se uma pesquisa histórica e documental, que tem como fonte uma série de arquivos documentais como o das Instituições estudadas – IAB/SP, SASP e ABEA. Além desses, foram consultados os acervos do Centro Cultural São Paulo, o Arquivo Histórico Wanda Svevo da Bienal de São Paulo e as Bibliotecas da FAUUSP, do IAU – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos (Centro de Documentação - CEDOC de Jorge Caron), da FAU Santos, e da Belas Artes.

No arquivo do IAB/SP, por exemplo, o que mais chamou atenção foi a descontinuidade dos documentos encontrados e uma série incompleta de dados. Os Boletins do Instituto também se encontram bastante segmentados no período estudado. Contudo, deve-se destacar que era uma iniciativa do Instituto criar um Centro de Documentações, para registro da sua história¹⁶. Não se pode apontar os motivos exatos dessa descontinuidade, mas ela foi simultânea ao período de ausência de liberdade enfrentado pelo Instituto, de baixa participação profissional e baixa arrecadação.

Em um segundo momento, foi consultado o arquivo do Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo. O volume de documentos encontrados no SASP foi expressivo e uma sistematização profissional do arquivo certamente abriria mais fontes para a pesquisa. Deve-se considerar que entre as mudanças da Sede do SASP, os diretores relataram que, provavelmente, parte do arquivo se dispersou. Da mesma forma que no arquivo do IAB/SP, a série de documentos encontrados não foi contínua, mas trouxe grande contribuição na compreensão do papel do Sindicato.

Por sua vez, os documentos da ABEA consultados faziam parte do acervo digital da Associação, com textos, boletins e atas de alguns encontros promovidos. Além disso, optou-se por coletar as publicações da Associação e da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) disponíveis nas Bibliotecas consultadas como a da FAUUSP, a da UFRGS, da UFMG e da Belas Artes em São Paulo,

¹⁶ Minuta aprovada da Reunião do COSU, datada de 23 de abril de 1979 (IAB/SP, Arquivo Morto IAB, Caixa no 013, Assembleias 1979). O objetivo principal desse Centro de Documentação e Memória do IAB era reconstruir a história do Instituto, suas atuações, participações no campo social, político e cultural do Brasil, suas lutas, vitórias e caminhos. Como objetivo secundário o arquivo tinha como pressuposto manter e divulgar as publicações de interesse dos arquitetos; sistematizar os documentos existentes na sede; promover depoimentos de arquitetos que participaram de sua história; divulgar os documentos; sistematizar os noticiários na imprensa sobre o IAB, Arquitetura e Arquitetos; sistematizar publicações de livros, teses e textos de arquitetos; sistematizar arquivos de projetos; Para tal, seriam abertas três frentes de trabalho: Frente A (Centro de Documentação, publicação e divulgação, a cargo de Luiz César, Cecília, Henrique e Galo); Frente B (Depoimentos de arquitetos que efetivamente participaram da história do IAB, a cargo de Marlene Acayaba e Helene); Frente C (Levantamento de Produção, publicações dos arquitetos paulistas fora do âmbito da instituição, a cargo de Maria Helena Flynn).

bem como no arquivo do IAB/SP. Considerou-se a publicação recente sobre a sua história¹⁷ e os documentos disponíveis em seu site.

Para sistematizar as informações contidas nos documentos e iniciar a análise, fez-se a organização das fontes obtidas de forma cronológica, como uma linha do tempo, resultando na **Imagem 1**. Esse procedimento veio de encontro com a metodologia definida por Yaneva (2012), do Mapeamento das Controvérsias. Para a autora, ao executar esse mapeamento é possível conhecer meandros da ação coletiva, observando-os por diferentes pontos de vista. O primeiro passo para a execução do mapeamento das controvérsias é traçar a dinâmica entre os indivíduos, grupos e instituições, verificando como estes mudaram e progrediram ao longo do período analisado, por meio a busca de informações e fontes. Como ferramenta para tal mapeamento deve-se recorrer ao traçado do desenvolvimento cronológico dos eventos, ou seja, de uma linha do tempo. Dessa forma, dividida nas três instituições, a linha do tempo destacou as iniciativas e eventos promovidos por cada entidade. Nesse sentido, a atuação de cada uma delas pode ser analisada com peso individual, sob o aspecto de cada Instituição de modo distinto, ao mesmo tempo que com peso coletivo, sendo o mesmo evento observado por diferentes pontos de vista. Assim, por meio do mapeamento das controvérsias foi possível identificar “processos e práticas, incluindo a complexidade dos fenômenos” (YANEVA, 2012, p.05).

A primeira linha sinaliza temporalmente o governo de cada General no Regime Militar e alguns dos eventos e tomadas de decisões relevantes para a política nacional. A segunda identifica as ações do IAB/SP, a terceira do SASP e a última linha da ABEA. Além disso, foram elencadas junto a ABEA a criação dos cursos de arquitetura do Estado de São Paulo e dos Laboratórios de Habitação, pois são todos eventos relacionados à formação do arquiteto.

Deve-se observar que quando se adotou a linha do tempo como ferramenta, não se propunha, como abordado por Jacques e Pereira (2018) a ideia de cronologia da reprodução de uma visão linear de tempo. Esperava-se, no entanto, notar informações de modo a perceber: “continuidades, emergências, rupturas, reiteraões assim como discursos e silêncios” (JACQUES; PEREIRA, 2018, p.12).

Na sequência iniciou-se um cruzamento das fontes entre as entidades e outros acervos consultados conforme sugerido por Bacellar (in PINSKY, 2014), com o intuito de investigar sobreposições “estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências”. A partir do que foi levantado como fonte, foram analisadas as publicações dos encontros de arquitetos e urbanistas promovidos pelo IAB/SP, SASP e ABEA, bem como os textos de autoria de professores e alunos das escolas citadas. Foram consultados periódicos em circulação na época, no sentido de contextualizar as fontes obtidas nos acervos consultados, mas também de identificar qual era a percepção dos mesmos da ampliação e consolidação

¹⁷ A publicação “A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os anos 40 da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo”, organizado por Ester Gutierrez em conjunto com Ana Maria Reis de Goes Monteiro, Gogliardo Vieira Maragno e Wilson Ribeiro dos Santos Junior.

do campo profissional dos arquitetos e urbanistas. Para isso, foram construídos índices de reportagens relativas ao ensino e à profissão entre os anos de 1964 a 1985.

Quanto aos periódicos¹⁸, buscou-se o Índice de Arquitetura Brasileira, da FAUUSP, através do uso de palavras chave como “profissão”, “ensino”, “Associação Brasileira de Escolas”, “Instituto de Arquitetos do Brasil”, “sindicato”. Desse modo, foram obtidas reportagens¹⁹ em diversas revistas indexadas no Índice como a Revista Arquitetura, Revista AU, CJ Arquitetura, Construção São Paulo, Módulo e Pampulha. Além disso, foram consultados na Biblioteca da FAUUSP os exemplares do Jornal Arquiteto, um dos importantes frutos da associação entre o IAB/SP e o SASP, editado por Vicente Wissenbach e publicado entre os anos de 1972 e 1979, quando deu origem a Revista Projeto. Séries especiais desse Jornal também foram encontradas no arquivo de Jorge Caron (os exemplares publicados diariamente no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos) e Edições sobre a Bienal de Arquitetura, ocorrida em 1973.

A análise dessas fontes se deu, segundo apontado por Menezes (2003), como meio para adquirir conhecimento sobre os temas explorados, encontrando respostas às perguntas externas às fontes:

“É normal e legítimo que projetos de investigação histórica surjam da descoberta ou reavaliação de fundos documentais ou coleções tipologicamente bem definidas e possam delas partir. No entanto, o próprio projeto de pesquisa deve estabelecer uma relação dialética permanente entre documentos e problemática histórica, mas ao cabo essa é a última que deve predominar” (MENESES, 2003).

Além disso, adotou-se sobre os documentos consultados a leitura traçada por Le Goff (2013) de abordar os materiais como documentos-monumentos. Segundo o autor, a memória coletiva e a história foram construídas a partir de documentos e monumentos, sendo os monumentos entendidos como herança do passado e os documentos, a escolha do historiador. A construção da história atual, não trata apenas de selecionar monumentos, mas de considerar os documentos como monumentos em si mesmos - “colocá-los em série, tratá-los de modo quantitativo”. Sobretudo se compreendermos que os documentos não são resultantes de todos os acontecimentos, de tudo que existiu no passado e sim o retrato de “uma escolha efetuada”. Nesse sentido, o olhar sobre as publicações das entidades se deu como uma visão sobre uma seleção do que desejavam preservar e divulgar, e não como o retrato do todo presente no período.

Quanto aos agentes, foi através da metodologia de Latour (2002), da Teoria Ator-Rede, que se estruturou esse trabalho. Para emprega-la, Latour nos aconselha a “seguir os atores”. Nesse caso, tomamos como atores ora os agentes das Instituições, ora as elas mesmas como atores. Assim, por meio do levantamento dos arquitetos e urbanistas que atuaram enquanto membros das diretorias das Instituições elaborou-se

¹⁸ O trabalho de Souza (2013) trás uma grande contribuição através da análise de como as revistas registraram as mudanças na prática profissional dos arquitetos entre os anos de 1962 a 1996. Contudo, a autora faz essa análise por meio de três revistas (Arquitetura: Revista do IAB; Projeto e AU), enquanto nesse trabalho espera-se analisar as revistas presentes no Índice de Arquitetura Brasileira, aumentando esse recorte.

¹⁹ A variedade de fontes também é um aspecto importante destacado pelo mapeamento de controvérsias (YANEVA, 2012).

uma tabela. No total, foram 217 arquitetos estiveram presentes nas diretorias do IAB/SP, SASP e ABEA. Seguindo suas trajetórias, foi possível observar a permanência de mais de um arquiteto ocupando posições simultâneas nas diretorias entre 1972 e 1979, enquanto no período de 1980 a 1985 essa ocorrência passou a diminuir. Como resultado do ato de seguir os atores, foram elaborados os quatro apêndices que se apresentam ao final do trabalho: o Apêndice A apresenta os membros das diretorias do IAB/SP no período do Regime Militar, antes da criação do SASP e da ABEA (1964-1971); o B apresenta os arquitetos presentes nas diretorias do IAB/SP, SASP e ABEA entre 1972-1979; o C a diretoria das três instituições entre os anos de 1980-1985 e, por fim o D, com o índice de todos os arquitetos que estiveram nas diretorias das três entidades.

Além da participação dos arquitetos e urbanistas nas diretorias, foram considerados seus nomes e sua presença nas reuniões de assembleia e organização de eventos, revelando que a parte de indivíduos excepcionais (que já são estudados nas biografias), muitos outros agentes foram responsáveis por conduzir as discussões relativas ao ensino e à atuação profissional no período. Sabe-se que as entidades por si mesmas não teriam seu papel registrado se não fosse a imagem dos agentes que estiveram nelas presentes. Contudo, não se espera com o registro desses nomes construir trajetórias de relação causa/consequência. Conforme apontado por Cerasoli (2014) fatos como o “estudou em...”, “trabalhou com...” e “projetou para...” apresentam “de forma acentuada o risco de uma valorização excessiva dos rastros, como se eles reiterassem a trajetória explicada” (CERASOLI, 2014, p.285). Ao mesmo tempo, não se deve negar “as ligações entre o jogo de forças que envolve o campo profissional e as escolhas da esfera individual” (CERASOLI, 2014, p.288).

Outro aspecto que não foi considerado com a devida necessidade foi a atuação partidária dos agentes. Essa análise foi feita por Nunes (2016) quanto a atuação político-partidária de 05 professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA – UFRGS), ilustrando como as resoluções do Partido Comunista Brasileiro (PCB) tiveram impacto na atuação desses arquitetos enquanto docentes, militantes nas entidades que participavam, por meio da escrita de publicações e pela execução de projetos de arquitetura e urbanismo. Eram eles: Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Edvaldo Pereira Paiva, Eneida Ribeiro e Nelson Souza²⁰. Para a autora, a participação desses no “debate político intelectual promovido pelo PCB os conduziu ao engajamento a um projeto ideológico de cidade e sociedade cuja atuação se fez cumprir, principalmente, pela transmissão de conhecimento por intermédio da docência” (NUNES, 2016, p.47).

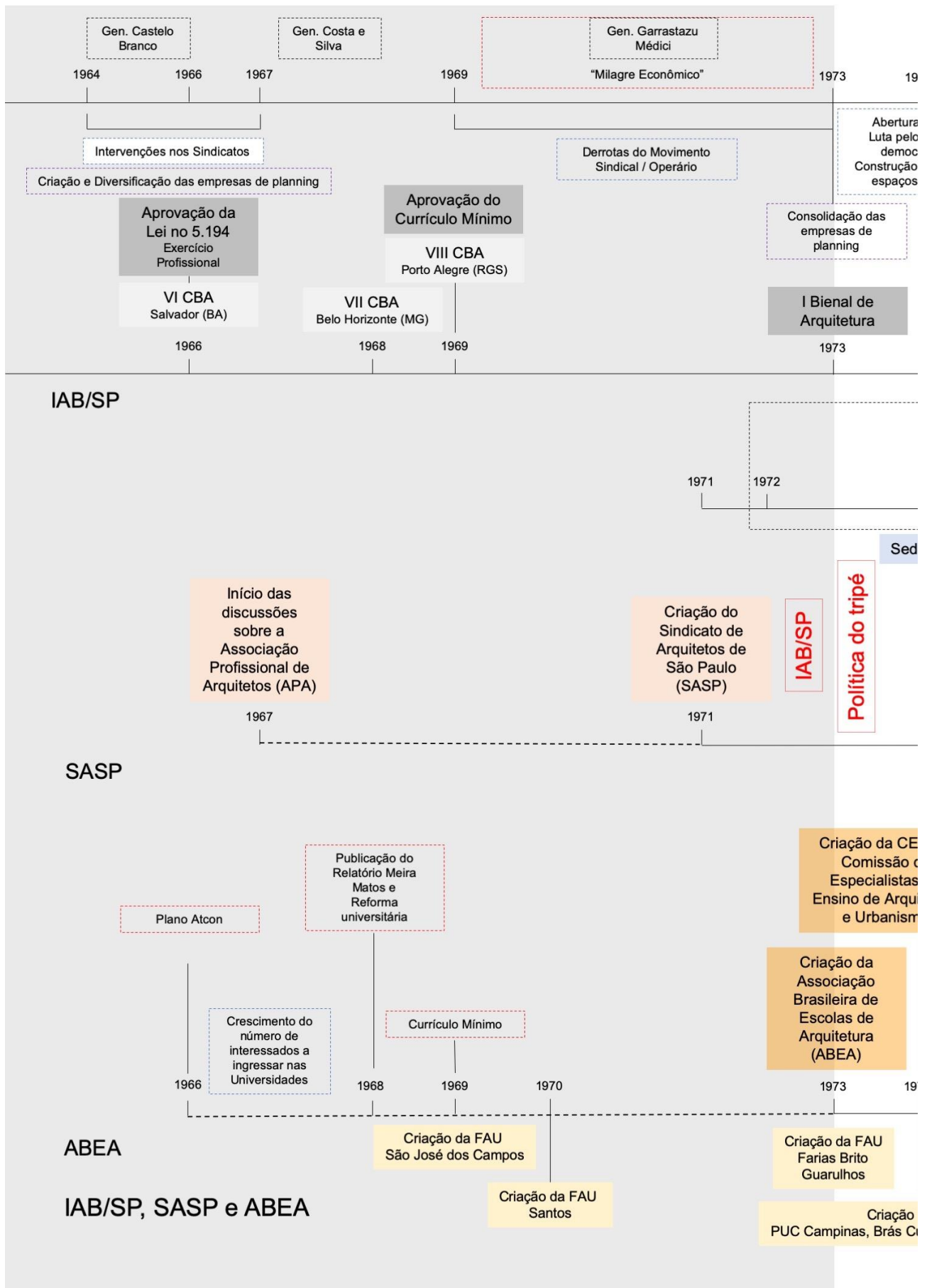
²⁰ No caso investigado por Nunes (2016), Demétrio Ribeiro teve sua provável filiação ao PCB em 1943, sendo seu dirigente entre os anos de 1945 e 1947, além de ter sua atuação marcante nas diretorias do IAB RS e Nacional. Por sua vez, Edgar Graeff se filiou, provavelmente, em 1945 ao PCB e da mesma forma, frequentou as diretorias do IAB. O terceiro arquiteto estudado, Edvaldo Paiva, provavelmente se filiou na década de 1930 ao PCB e participou da primeira diretoria do IAB/RS. A única mulher estudada, Eneida Ribeiro, teve sua provável filiação ao PCB em 1951, sendo presidente do IAB regional entre os anos de 1980 e 1981. Por fim, o professor Nelson Souza, filiado ao PCB na década de 1950, migrou para o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1981.

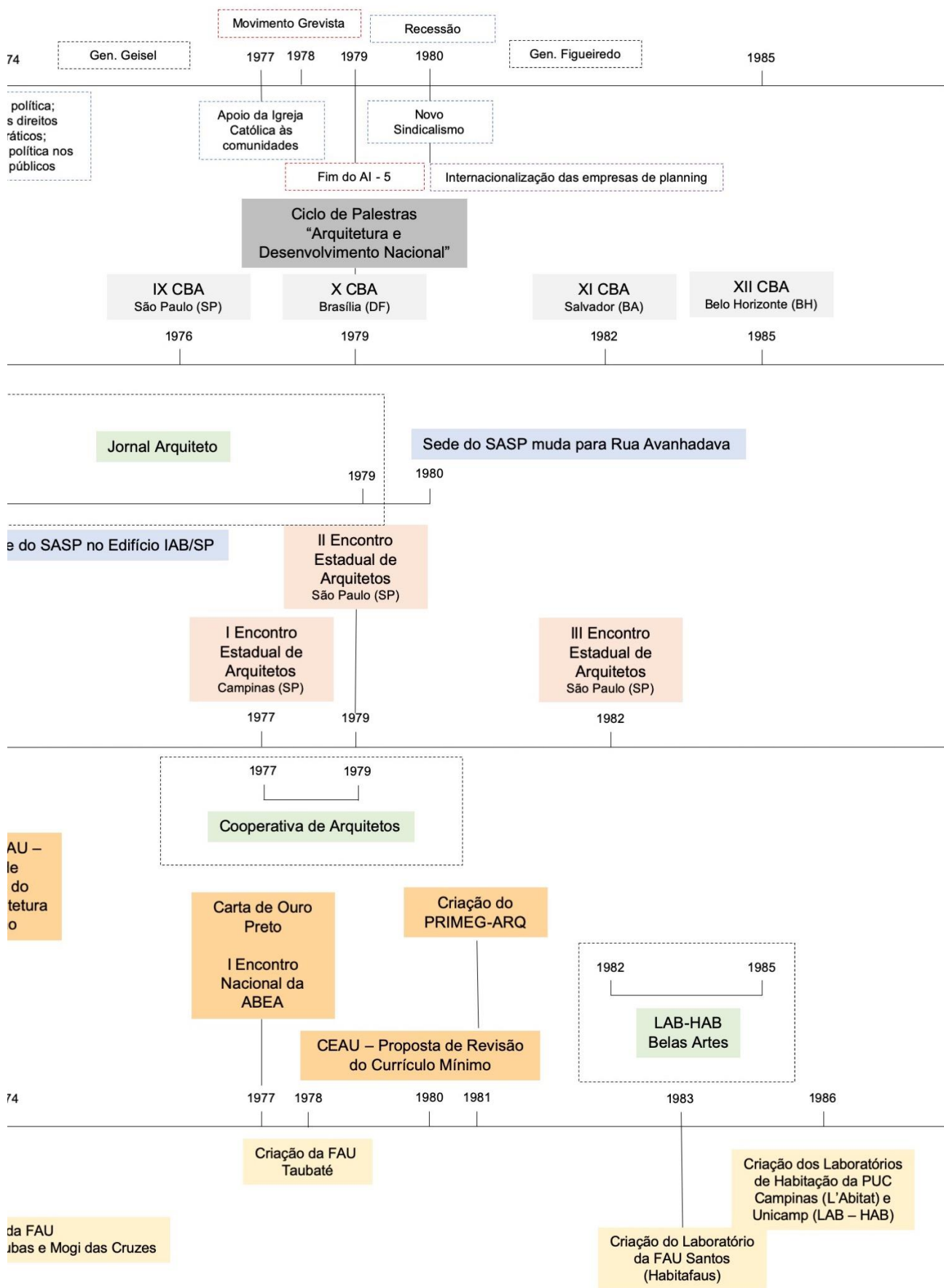
Ainda que seja inegável e inseparável a atuação dos profissionais de seus ideais políticos, e que a transmissão de seus valores e crenças seja natural nas instituições, escolas e faculdades que frequentavam, não foi feito um levantamento de filiação partidária dos agentes. Nesse sentido, aqueles que publicamente declaravam sua filiação são reconhecidos como membro de tal partido, enquanto aqueles que possuíam indicação de postura mais ou menos liberal, não são classificados em um ou outro partido, pois não foram investigados os dados necessários que comprovassem a filiação partidária de cada um dos agentes.

Além disso, a presença dos arquitetos nas instituições – ora no IAB/SP, na ABEA ou no SASP, ou em mais de uma instituição ao mesmo tempo – pode ser compreendida como parte da construção de sua reputação individual. Borges (2014) analisou a construção da reputação de arquitetos no mercado de trabalho e em determinada região através de redes de colaboração entre profissionais que publicam, ampliam, ou sustentam e alteram valores e predileções. Para a autora, “os nomes reconhecidos detêm mais crédito e seus ateliês de arquitetura beneficiam dessa transferência de valor dos indivíduos para as instituições e para os territórios onde os objetos arquitetônicos se inscrevem”. A reputação dos arquitetos ou de instituições depende “dos consensos que existam num dado momento histórico e da linha de participantes que ajudam o indivíduo a construir a obra” (BORGES, 2014, p.04). Nesse sentido, podemos atribuir essa relação às instituições estudadas no período:

“No fundo, as vantagens que as redes e as associações de nomes reconhecidos produzem funcionam como um mecanismo concorrencial que pode gerar monopólios no mercado de trabalho da arquitetura, à semelhança daquilo que acontece noutros mercados” (BORGES, 2014, p.10).

Outra opção tomada foi a de não escrever a biografia de cada um desses 217 arquitetos que atuaram nas Instituições, bem como definir categorias de análises para grupos específicos. Uma série de trabalhos já foi publicada sobre alguns desses agentes e espera-se, por meio deste trabalho, trazer novos agentes e grupos que podem ser investigados. A importância de aprofundar o conhecimento sobre os atores envolvidos nas entidades também vai de encontro ao exposto por Joseph Maria Montaner, na introdução do livro de Bastos e Zein, no qual destacou que a história da arquitetura moderna brasileira foi feita para além das figuras notáveis. A história da “arquitetura moderna no Brasil muito mais plural e coletiva que a história típica das individualidades”. (BASTOS E ZEIN, 2011, p. 17)





3. A autonomia do Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista (IAB/SP) (1943 – 1973)

Este capítulo visa apresentar a atuação do Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista, e seu papel desempenhado nas discussões relativas a profissão e a formação do arquiteto e urbanista. A primeira parte tem como objeto de análise o período que antecedeu o início do Regime Militar (1943-1964), enquanto a segunda parte aborda os primeiros anos da Ditadura, se encerrando no ano de 1973. Nesse ano, o IAB/SP passou a compartilhar sua representatividade com duas outras instituições que foram criadas com o seu apoio – o SASP e a ABEA.

3.1. Atuação do Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista (1943-1964)

Em 1943, foi instalado na cidade de São Paulo o primeiro núcleo estadual do IAB²¹, fora do Rio de Janeiro com o objetivo divulgar a produção da arquitetura brasileira, a profissão do arquiteto e de discutir seu ensino e formação (IAB, Circular nº34, 1945). Através do Instituto, iniciou-se uma estratégia de reposicionamento de suas atividades, pautada na distinção da profissão do arquiteto à do engenheiro civil, como autor de projetos e profissional liberal (DURAND, 1972; FICHER, 1989). Na sessão de instalação, o arquiteto Paulo de Camargo, então presidente do IAB/BR, lembrou a todos que alguns princípios haviam sido determinados pelo Conselho Diretor os quais deveriam ser seguidos pelo Instituto em São Paulo, incluindo a difusão da profissão e a reformulação do ensino de arquitetura:

“A) A reunião da classe por todos os recantos do país, para com isso, tornando-se forte, ter a possibilidade de influir, com as demais entidades e associações de engenheiros, na solução dos problemas sociais e econômicos brasileiros.

B) A instalação na capital brasileira da sede própria do Instituto, a fim de possibilitar as demais aspirações da classe.

C) Promover entre os demais elementos que integram a comunidade social, estreita colaboração, dadas as finalidades existentes entre as diversas profissões; e, finalmente, trabalhar no sentido de que os poderes constituídos pesem devidamente os trabalhos que poderão ser realizados em larga escala, pela classe dos arquitetos, uma vez que a falta de escolas especializadas no país, determinou e determina ainda a absurda composição urbana de nossas cidades, refletindo-se, assim, na desorganização social do povo” (IAB, 1943).

21 O atual Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) nasceu na Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, no ano de 1921, com o nome de Instituto Brasileiro de Arquitetura (IBA). Nos primeiros anos, o IBA congregava arquitetos e engenheiros e buscava defender os direitos da profissão e questões como a realização de concursos públicos para a construção de edifícios, o ensino e o exercício da profissão. Ainda nos anos 20, o IBA passou por uma cisão interna, subdividindo-se em dois grupos que voltaram a unir-se em 1925, sob o nome de Instituto Central de Arquitetos. A partir da década de 1930, o Instituto assumiu sua postura a favor de arquitetura moderna e, em 1934, adotou o nome de Instituto de Arquitetos do Brasil. Nos anos 1940, o IAB passou a criar os departamentos estaduais, dentre os quais foram criados, em 1943, os departamentos de Minas Gerais e São Paulo (Fonte: <http://www.iab.org.br/historia>, acesso em 09 de janeiro de 2020).

A partir de sua instalação, o IAB/SP passou a ser consultado pelos jornais para reportagens sobre questões urbanas e problemas habitacionais. A figura do IAB/SP e dos arquitetos começou a ser veiculada como uma imagem política progressista. Para Durand (1972), o Instituto tornou-se o grande “veículo de expressão dos arquitetos” e refletia o esforço de garantir aos profissionais “uma posição competitiva no mercado de trabalho”. Esse aspecto era de grande valia para inserção dos arquitetos em um meio profissional disputado, o meio da construção civil. Nele, o mercado de trabalho visado pelos arquitetos reunidos no IAB/SP era aquele onde este coordenava o projeto.

Nos seus primeiros anos de existência, o IAB/SP passou de 38 associados, em 1943, a 715 associados no início da década de 1960 (DURAND, 1972). Para reafirmar o valor do impacto que o Instituto causou na cidade de São Paulo, pode-se recorrer às palavras de Artigas (in ABEA, 1978a):

“O segundo pós-guerra encontrou os arquitetos brasileiros suficientemente prestigiados para começarem a planejar a educação e a formação de novos quadros de arquitetos. Para isso, foi muito importante a reorganização, a partir de 1944 do Instituto de Arquitetos do Brasil. Entidade nacional e única agremiação de todos os arquitetos brasileiros, o IAB, desde o 1º Congresso Nacional de Arquitetos realizado em 1944 [na verdade, em 1945] em São Paulo dedicou-se a incentivar o aperfeiçoamento do ensino da arquitetura e a fundação de novas Faculdades de Arquitetura dentro das Universidades, separadas das Escolas de Engenharia” (ABEA, 1978a, p. 33).

Assim, o IAB/SP passou a atuar de forma contundente nas discussões relativas à profissão e ao ensino de arquitetura, promovendo eventos para debate. A formação de um número maior de profissionais era necessária para encorpar a categoria e trazer maior voz as demandas. Foi através dos debates realizados no I Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1945, que foi criada a Faculdade Nacional de Arquitetura – a FNA²² – com o propósito de “ministrar o ensino de arquitetura e de urbanismo, visando à preparação de profissionais altamente habilitados; realizar estudos e pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos, que constituem objeto de seu ensino”. Seguindo o modelo da FNA, a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie (FAM, 1947) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP, 1948) foram criadas a partir dos cursos de Engenheiro-Arquiteto já existentes no Mackenzie e na Escola Politécnica da USP, respectivamente.

22 A Faculdade de Arquitetura fez parte de um projeto de Getúlio Vargas. Suas origens estão relacionadas ao 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 1945, na cidade de São Paulo. Segundo Ficher (2005) naquele Congresso, promovido pelo IAB – SP, a grande polêmica interna do Instituto era a arquitetura moderna, associada à “relevância do projeto arquitetônico”. Para que fossem concretizados estes ideais, o IAB-SP almejava “o ensino de arquitetura desligado do ensino de engenharia e das belas artes”. Ficher (2005) aponta que ao retornarem do Congresso de São Paulo, os arquitetos cariocas se mobilizaram em defesa desta causa e redigiram um “memorial sobre o ensino de arquitetura”. Este documento foi entregue ao Presidente Getúlio Vargas em junho de 1945. O documento destacava o papel dos arquitetos para a promoção da imagem do Brasil no mundo, assim como lembrava ao Presidente de todos os serviços que os arquitetos estavam prestando à nação. Ao final, solicitava-se à presidência da República a criação de uma Faculdade de Arquitetura do Brasil. Dois meses depois, em agosto de 1945 foi criada a Faculdade Nacional de Arquitetura. Eram finalidades da FNA: “ministrar o ensino de arquitetura e de urbanismo, visando a preparação de profissionais altamente habilitados; realizar estudos e pesquisas nos vários domínios técnicos e artísticos, que constituem objeto de seu ensino”. Estes fins eram cumpridos em dois cursos – o de Arquitetura e o de Urbanismo (FNA, 1945).

Depois da criação das Faculdades paulistas de arquitetura, o IAB/SP seguiu atuando junto a elas, buscando a transformação do currículo – já que o modelo nacional da FNA era considerado muito conservador, por ser baseado no modelo da Belas Artes e as heranças nos cursos paulistas da sua origem nas Escolas de Engenharia também impactavam o ensino.

No período, a atuação profissional era regulamentada, através da Lei nº 23.569/1933 – Regulamento das Profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor, que tinha como papel principal coibir a prática profissional dos autodidatas, pois a atuação passava a ser exclusiva aos engenheiros, arquitetos e engenheiros-arquitetos diplomados. Contudo, as atribuições profissionais²³ definidas pela lei eram o reflexo do ensino de arquitetura vigente antes da criação da FNA, subdividido e sobreposto entre as Escolas de Belas Artes e as Escolas Politécnicas²⁴.

Assim, iniciou-se uma atuação do IAB Central, através da organização outros Congressos Brasileiros de Arquitetos (o II Congresso Brasileiro de Arquitetos, Porto Alegre (1948); III, em Belo Horizonte (1953); o IV, em São Paulo (1954) e o V Congresso (1955), no Recife) que visavam a divulgação do profissional que se queria formar por meio do ensino de arquitetura. Segundo Graeff (1955), duas fases se deram entre as décadas de 1940 e 1960 quanto ao ensino de arquitetura no Brasil. A primeira entre 1948 e 1955, chamada de “confirmação da autonomia conquistada”, após a criação da primeira escola autônoma de arquitetura, a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), e a segunda fase, de 1955 a 1962, de “luta pela reforma do ensino de arquitetura”.

No contexto paulista, em 1955, o IAB/SP teve papel fundamental para a aprovação do primeiro regulamento da FAUUSP (Lei nº 3.233/1955), que até então estava subjugada ao regulamento da Escola Politécnica. Com isso, a FAUUSP iniciou-se a contratação de novos professores, o que não era permitido com a Lei nº 104/1948, quando estes deveriam ser preferencialmente da Escola Politécnica da USP. A luta para que professores arquitetos fizessem parte do corpo docente aproximou os alunos da diretoria do IAB/SP, pois estes apresentavam diretamente ao Instituto suas demandas. A aproximação dos alunos da FAUUSP com o IAB/SP²⁵ se deu ao mesmo tempo em que se iniciou a participação dos mesmos nos

²³ O decreto nº 23.569 regulamentava as profissões do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrimensor. Este estava alinhado ao ensino e à atuação profissional, que já não satisfaziam a categoria dos engenheiros-arquitetos. A principal queixa era a sobreposição de funções que eram permitidas tanto a eles quanto aos engenheiros civis. Eram elas: o estudo, o projeto, a direção, a fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares; o projeto, a direção e a fiscalização dos serviços de urbanismo. As únicas especializações profissionais exclusivas dos arquitetos e engenheiros-arquitetos eram: o estudo, o projeto, a direção, a fiscalização e construção das obras que tivessem caráter essencialmente artístico ou monumental; o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística; o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica (BRASIL, 1933).

²⁴ No Rio de Janeiro o curso de arquitetura, era ministrado, desde 1889, na Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, que possuía suas raízes na Academia Imperial de Belas Artes – AIBA, fundada em 1826. Por sua vez, no Estado de São Paulo, o ensino de arquitetura se dava, desde o ano de 1894, no curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo. A partir de 1917, o curso passou a ser ministrado também na Escola de Engenharia do Mackenzie College. Ambas as escolas atribuíam como diferenciação entre o curso de Engenheiro-Arquiteto e o curso de Engenharia-Civil a disciplina de Composição. (BREIA, 2005; FICHER, 1989).

²⁵ A ação próxima dos estudantes junto ao IAB/SP trazia para o Instituto a segurança de que os ideais defendidos pelos arquitetos seriam perpetuados pelas próximas gerações. O Instituto passou a receber associados aspirantes para

Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Sua organização, vinculada à dos profissionais, possuía força para promover mudanças. Simultaneamente aos Congressos Brasileiros de Arquitetos, ocorreram, na década de 1950, três encontros de estudantes: o primeiro, em 1952, na cidade de Salvador, o segundo em 1953, no Recife e o terceiro, em Porto Alegre no ano de 1954. Os estudantes também discutiam a necessidade da busca de um ensino que estivesse alinhado à prática profissional do arquiteto autor de projetos.

A luta pela consolidação da autonomia do ensino de arquitetura teve sua conclusão com a realização dos “Encontros de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura”, nos anos de 1960, 1961 e 1962. As resoluções finais desses encontros divulgaram os princípios da organização de um currículo mínimo para curso de arquitetura, no qual as disciplinas de Composição, a serem ministradas no atelier, deveriam tomar 50% da carga horária dos cursos e abranger não apenas o estudo de edifícios, mas também o planejamento do espaço externo e o estudo do objeto. A isto, acrescentou-se a necessidade de respeito e adequação às características regionais de cada Faculdade (FAUUSP, 1962).

O reflexo dessas discussões no âmbito da FAUUSP se deu em dezembro de 1961, com a aprovação da Portaria nº 09²⁶ e o estabelecimento de um novo currículo para a escola. Por sua vez, o trabalho de Carlos Millan, “O Atelier na Formação do Arquiteto” veio reafirmar os temas expostos nos contextos nacional e internacional, registrando o marco do que se conhece como Reforma de 1962 na FAUUSP. A primeira recomendação foi a revisão dos programas das disciplinas, sugerindo sua organização por departamentos e a interdisciplinaridade. A seriação do curso deveria iniciar com uma carga maior de conhecimentos técnicos e, nos últimos anos, finalizar com um aumento de disciplinas socioculturais, tudo norteado pelas aulas de composição, da forma como estipulado no Plano de Ensino de Walter Gropius (1954). Quanto a essas aulas, tratava de propor um aumento do número de horas de dedicação aos trabalhos nos ateliers e efetivá-los como cerne do ensino de arquitetura. No texto de Carlos Millan foi aprofundada a relação de entrosamento das disciplinas no atelier e encontramos a expressão “Arquitetura e Urbanismo” quando se refere ao tratamento conjunto da arquitetura com o planejamento urbano.

participarem de seus quadros e passou a apoiar a contratação de jovens arquitetos, recém formados, como professores auxiliares nas escolas de arquitetura. Pode-se citar como exemplo Jon Maitrejean, Ruy Gama, Joaquim Guedes Sobrinho, Nestor Goulart Reis Filho, Abrahão Sanovicz, Brenno Cyrino Nogueira, Júlio Roberto Katinsky, Cândido Malta Campos Filho, Benedito Lima de Toledo. Da parte dos alunos, faziam parte do IAB/SP como representantes do GFAU, Edoardo Rosso, Francisco Torres e Joaquim Vicente Ferrão. Além dos alunos que participaram das reuniões das assembleias do IAB/SP, os alunos que se associaram ao Instituto foram: Toshio Tone, José Luis Fleury de Oliveira, Roberto Franco Bueno, José Geraldo Veiga, Wladimir Kliass, Abrahão Sanovicz, Alberto Carlos Araújo, Heitor Ferreira de Souza, Jaguanhara de T. Ramos, Jerônimo Esteves Bonilha, Ayako Nishikawa, Brenno Cyrino Nogueira, Júlio Ribeiro Bandeira Villela, Júlio Roberto Katinsky, Lucio Grinover, Luis de França Roland, Maria Aparecida C. França, Marlene Picarelli, Regina Zonta e Alberto José Schaefer.

26 A Portaria nº 09, de dezembro de 1961, fixou o currículo padrão dos cursos normais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Pode-se dizer que durante o governo democrático de João Goulart (1961 – 1964), a profissão dos arquitetos e urbanistas vivia um período de grande prestígio. Nesses anos houve uma “inédita convergência de movimentos sociais”:

“Articularam-se trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, estudantes, intelectuais e artistas, graduados das Forças Armadas e das políticas militares. Cada setor defendia as próprias reivindicações, mas com o passar do tempo, formulou-se um programa abrangente, as chamadas reformas de base” (REIS, 2014, p.78).

Entre todas as reformas estavam a discussão da redistribuição das terras aos camponeses, os debates da reforma urbana, buscando regulamentar o mercado de trabalho; a reforma bancária e a reforma política nacional, que defendia a universalização do voto. Nesse processo, atuavam no campo as ligas camponesas, sindicatos rurais e a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (Contag). Por sua vez, nas cidades, atuava o Comando Geral dos Trabalhadores; os estudantes se organizavam por meio da União Nacional de Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes). Além dessas, as organizações e partidos de esquerda se uniram na Frente de Mobilização Popular (REIS, 2014).

Para a parcela dos conservadores, essa organização popular soava uma ameaça. Assim, buscaram se organizar através de outros espaços de debate como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, a Ação Democrática. Junto a essas, organizações existentes como a Ordem dos Advogados (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a Confederação das Classes Produtoras (Conclap) e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) (REIS, 2014).

Em meio a esse debate o governo de João Goulart anunciou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico que não teve o desenvolvimento esperado e foi abandonado seis meses depois de aprovado. O país encontrava-se “envolvido em múltiplas crises, inflação crescente e dilacerado por movimentos contraditórios e relativamente equilibrados” (REIS, 2014, p.81).

Quanto a formação do arquiteto, o Governo de João Goulart teve como fruto o Currículo Mínimo aprovado na FAUUSP passou a ser base do Currículo Mínimo nacional e os arquitetos desfrutavam de um período de amplo desenvolvimento da arquitetura moderna nacional. Pode-se dizer que, até então, havia um alinhamento entre as discussões que se davam no âmbito do ensino e da profissão do arquiteto e urbanista. A partir desse ponto, os arquitetos buscaram a ampliação do número de profissionais iniciando a “luta pela criação de novas escolas e cursos que estivessem adequados do ponto de vista da concepção e da estrutura curricular, a formação de novas gerações comprometidas com o desafio por maior inserção política e cultural da profissão no país” (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 26), luta esta apoiada e difundida pelo IAB. A formação do arquiteto e urbanista²⁷ era entendida como de um autor e

²⁷ O texto de Carlos Millan, professor da FAUUSP, *O Atelier na Formação do Arquiteto*, aprofundou a relação da teoria e da prática por meio do entrosamento das disciplinas no atelier, utilizando o termo “Arquitetura e Urbanismo” quando se referiu ao tratamento conjunto da arquitetura com o planejamento urbano e na ampliação do conteúdo no currículo

coordenador de projetos que não se restringiam apenas ao edifício, mas também ao planejamento urbano, à indústria e à paisagem. Outro aspecto era a atuação como profissional liberal, influenciada pelos arquitetos modernos aos quais o ser profissional liberal dava liberdade de escolha de projetos e preferências de estilo (DURAND, 1972; FICHER, 2005; VIDOTTO, 2014).

No entanto, o projeto de implantação do currículo mínimo, decidido de forma democrática entre alunos, professores, diretores e profissionais, efetivado em 1962, não teve longa duração, bem como o discurso otimista e a perspectiva encorajadora da profissão expressos no I Inquérito Nacional de Arquitetura (EAMG, 1963)²⁸. Enquanto o país apresentava uma série de movimentos populares engajados na luta pelos seus direitos²⁹, as Forças Armadas nacionais viam esse movimento como uma “guerra revolucionária, cujo objetivo final seria a implantação do comunismo” (FAUSTO, 2001, p.452). Em 30 de março de 1964, João Goulart foi a um encontro das forças militares no Rio de Janeiro, onde fez um discurso misto de “moderação e radicalismo”. Como resultado, o general Mourão Filho acionou as tropas mineiras de Juiz de Fora, iniciando o conflito armado (REIS, 2014). Em 31 de Março de 1964, teve início o governo militar, com a justificativa de livrar o país do comunismo e dar sequência à democracia. Contudo, uma série de Atos Institucionais (AI) começaram a ser decretados pelos comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica. Com o Golpe Militar, o ensino de arquitetura e a atuação profissional dos arquitetos “resultou na frustração das expectativas” (INEP/MEC, 2010).

mínimo de 1962. Nesse sentido, a iniciativa de integração da arquitetura e do urbanismo garantia aos arquitetos a possibilidade de atuarem como planejadores urbanos, dando início ao profissional que até os dias de hoje é chamado arquiteto e urbanista (MILLAN, 1962).

²⁸ No I Inquérito Nacional de Arquitetos, os respondentes manifestavam entusiasmo em vista do desenvolvimento plástico e estético da arquitetura moderna nacional, do reconhecimento profissional diante de grandes conquistas como a construção de Brasília e vislumbravam um futuro promissor para a profissão. Ainda que profissionais como Carlos Maximiliano Fayet já apontavam a necessidade de busca por “melhores condições de trabalho e de vida para a categoria profissional” e os irmãos Roberto lembravam que apenas 2% das edificações contavam com a colaboração de um arquiteto em seu desenvolvimento. Assim, já se revelavam questões a serem analisadas quanto ao desenvolvimento da profissão. Além disso, no primeiro Inquérito os arquitetos já almejavam uma legislação que tratasse a profissão de forma autônoma (EAMG, 1963).

²⁹ Em 19 de março de 1964 houve a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com a participação de cerca de 500 mil pessoas, em São Paulo (FAUSTO, 2001).

3.2. Atuação do Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista (1964-1973)

Na década de 1960, o Brasil ainda contava com uma sociedade predominantemente rural, com diferenças marcantes por região, classe social e raça. A educação e a saúde eram privilégio dos cidadãos mais ricos, que também tinham maior expectativa de vida. O país também contava com uma população extremamente jovem, com média de 18,7 anos (KEIN; LUNA, in REIS, 2014).

Quanto a condição social dos trabalhadores, os anos 1960 tiveram início com a implantação do primeiro Plano Nacional de Previdência Social, culminando em 1964 com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e a criação de INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Em 1966, por sua vez, o governo criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como uma espécie de seguro desemprego para trabalhadores demitidos. Esse fundo também passou a funcionar como reserva para aposentadoria ou fonte de recursos para a casa própria. Deve-se apontar que a maior parte da arrecadação do FGTS era destinado ao BNH – Banco Nacional de Habitação, que não teve condições em sua existência de atender a toda população. Segundo Klein e Luna (in Reis, 2014) apenas um quarto das operações do BNH favoreceu a população de baixa renda.

Contudo, o cenário político nacional vivia tempos de repressão. O primeiro governo ditatorial foi do General Castelo Branco, apoiado no seu vice-presidente José Maria Alkmin e em uma Junta Militar que havia se constituído logo após o golpe – que se denominava Supremo Comando da Revolução. Em 09 de abril de 1964, essa Junta havia criado o primeiro Ato Institucional, com validade até 31 de janeiro de 1966, quando o regime democrático seria reestabelecido através de uma eleição direta em 1965. Contudo, Castelo Branco prorrogou seu mandato e as eleições não foram realizadas, permitindo apenas eleições diretas nos Estados. Em 1965, Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 02, que dissolvia partidos e estabelecia a eleição indireta para presidente, impedindo a população de eleger seus representantes. Além disso, instalou-se o bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional (pró-ditadura) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB – oposição legal). Em 1966 editou o terceiro Ato Institucional, que estabelecia eleições indiretas também para os Estados. Nesse ano, Castelo Branco chegou a ordenar o fechamento temporário do Congresso. (REIS, 2014).

Entre os anos de 1967 e 1974 se estabeleceu um novo modelo de desenvolvimento. Nesse período, o Estado passou a articular de forma mais intensa capitais estatais, nacionais e estrangeiros, mas retomou sua posição como regulador da economia, política e cultura. Nos governos dos generais Artur da Costa e Silva (15/3/1967 a 31/8/1969) e Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/3/1974) estabeleceu-se um ciclo de grande desenvolvimento chamado de “milagre econômico” (REIS, 2014). Nesse período, houve um rápido crescimento econômico junto com uma queda da inflação, resultando em um momento de otimismo e investimentos crescentes no país.

Ainda que o desenvolvimento econômico e o PIB estivessem crescendo, saltando de um aumento anual de 2,4 % em 1965 para 14% em 1973, a sociedade não se calou no período (GASPARI, 2014). O ano de 1968 teve eventos em escala mundial, levando muitos grupos a protestar nas ruas. No Rio de Janeiro houve a passeata dos 100 mil, reconhecida como o “auge da contestação política à ditadura” (REIS, 2014, p.15). Esse movimento gerou, por parte do governo, uma intensa repressão. Em dezembro de 1969, com o Ato Institucional nº 05³⁰ estabeleceu-se o fechamento do Congresso Nacional e a cassação e prisão de artistas e intelectuais, incluindo a prisão de professores universitários, como no caso dos três arquitetos e urbanistas que lecionavam na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP: Paulo Mendes da Rocha, Jon Maitrejean e João Batista Vilanova Artigas (PEREIRA, 2005). Como oposição, atuavam organizações armadas revolucionárias como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular revolucionária (VPR) e o MR-8. Como consequência, em meados dos anos 1970 foi criado o DOI-Codi (Departamento de Operações e Informações / Centro de Operações e Defesa Militar), onde civis era levados para serem interrogados e, muitas vezes, torturados.

Outro movimento iniciado pelo Regime Militar em meio ao “milagre econômico” foi a Reforma Universitária (1968). A partir do acordo do Ministério da Educação e Cultura – MEC e a USAID - o ensino superior no país tomou outro contorno. Ainda em 1968, o Relatório Meira Matos foi publicado, contra a autonomia das universidades, requerendo a instauração de uma ordem administrativa e disciplinar sobre elas. Segundo Fávero (2006), este teve um papel contra a “subversão estudantil”, controlando a atividade dos alunos dentro da esfera universitária. Outra medida que gerou mudanças no ensino de arquitetura e urbanismo foi o decreto do Currículo Mínimo³¹, apoiada pelo Plano Atcon, de um ensino empresarial (ARONI, 2017).

O choque provocado pela aprovação do Currículo foi relatado em editorial de Eduardo Corona na edição da Revista Acrópole³². Segundo Corona, até mesmo a FAUUSP que havia retomado as discussões quanto ao currículo do seu curso após o Fórum realizado pela escola em 1968, retomando os valores de 1962, havia sido pega de surpresa com o decreto. Na afirmação de Corona, o signatário do Currículo Mínimo, o Conselheiro do Ministério Celso Kelly, poderia afirmar o que acreditava ser adequado ao ensino de arquitetura:

“Só não pode e não deveria relatar um processo como esse de currículo mínimo sem ouvir a opinião dos mais interessados no assunto, por isso os mais capazes, os arquitetos professores do país inteiro, entre os quais se destacam muitos os da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo” (ACRÓPOLE, nº 361, 1969, p.12).

³⁰ O AI – 5 durou até 1979, com um ciclo de muitas cassações de mandatos, perdas dos direitos políticos e cargos no funcionalismo público. Também resultou em um processo de censura acentuada nos meios de comunicação e de tortura de diversos cidadãos (FAUSTO, 2001).

³¹ Parecer nº 384 do Conselho Federal de Educação de 1969.

³² “A propósito de um novo currículo mínimo para o ensino da arquitetura”. Revista Acrópole nº 361, maio de 1969.

À primeira vista, o novo Currículo Mínimo de 1969 exerceu um papel importante na criação de novos cursos de arquitetura e urbanismo. Essa ampliação fez aumentar o número de profissionais em atuação, sendo considerada uma importante conquista para manter a relação entre a expansão e a qualidade desse ensino (SANTOS JUNIOR, 2001). No entanto, para Graeff (1995) a expansão de vagas³³ após o Plano Atcon “foi dada sem nenhuma preparação, quer quanto a instalações e equipamentos, quer quanto à qualificação de docentes”.

Para o ensino de Arquitetura e Urbanismo, o Currículo Mínimo de 1969³⁴ passou de um projeto que poderia garantir a qualidade mínima à “um roteiro facilitador para o cumprimento das formalidades necessárias à autorização do funcionamento e reconhecimento dos novos cursos”:

“Mais que um instrumento homogeneizador do ensino e da formação profissional, que garantisse um núcleo básico comum aos arquitetos e urbanistas em escala nacional, a observância do currículo mínimo foi se reduzindo, na essência, ao atendimento cartorial do disposto nas normas” (INEP/MEC, 2010, p. 70).

Por essa razão, cresciam “as preocupações com o aparente paradoxo estabelecido entre o crescimento das escolas e as limitações do campo de trabalho característico do perfil liberal da profissão” (SANTOS JUNIOR, 2001). No entanto, essa preocupação com a redução do campo de trabalho do arquiteto como profissional liberal não evitou que o governo federal ou mesmo o Instituto de Arquitetos do Brasil³⁵ autorizassem a criação de diversas novas escolas de arquitetura (Salvatori, 2005).

Em 1970, mais da metade da população brasileira passou a viver em cidades. Além de se tornar urbana, essa população também colaborou para o crescimento do número de alunos matriculados. Nas décadas de 1960 e 1970, se deu um aumento significativo de matrículas no ensino secundário e superior:

“Em 1960, o número de matriculados no segundo grau representava apenas 3,1% do total da população escolar – percentual não muito diferente do registrado na década de 1940. No entanto, em 1974 esse número atingiu 8% - mais que o dobro – do total de alunos

³³ A expansão de vagas no ensino superior se deram, prioritariamente como cursos (segundo o dicionário Caldas Aulete, “programa de formação educacional em determinado campo e constituído de uma série de períodos, matérias, lições; cada uma das divisões da formação escolar ou universitária”), subordinados às estruturas Universitárias em detrimento do modelo de Faculdade (estabelecimento de ensino superior; O conjunto de professores do ensino superior encarregados de uma área de estudo; Reunião das disciplinas relacionadas com cada uma das áreas do ensino superior). No caso do ensino de arquitetura, muitos cursos de Fundações (no caso de São José dos Campos) e de sociedades reunidas em nome do ensino superior (caso de Santos), foram autorizados. O modelo de autorização do curso tinha interferência nas relações de hierarquia com as Instituições de Ensino Superior no qual estavam locadas. Assim, cursos autônomos, não locados em Universidade tinham a tendência de ter maior autonomia nas decisões.

³⁴ O Currículo Mínimo decretado em 1969 pelo parecer no 384, tinha como disciplinas: Estética; História das Belas Artes e especialmente História da Arquitetura; Artes no Brasil; Matemática, Física; Estudos Sociais; Desenvolvimento Econômico, Social e Político do Brasil; Problemas correlatos em Arquitetura e Urbanismo e Comunicação em massa; Desenho e outros meios de expressão; Plástica; Teoria da Arquitetura; Arquitetura Brasileira; Resistência dos Materiais; Materiais de Construção e Técnicas de construção; Sistemas Estruturais; Instalações; Higiene de Habitação; Planejamento.

³⁵ Em entrevista a Pinto (1989), Jorge Caron comentou em depoimento que junto à documentação do MEC para pedido de abertura das escolas se incluía uma carta do IAB “afirmando que o mercado ainda está absorvendo profissionais” (PINTO, 1989, p.153).

dos primeiro e segundo graus; em 1980 eram 3 milhões, representando 11% desse total” (KLEIN; LUNA in REIS, 2014, p.54).

Entre os anos de 1966 e 1974 registrou-se uma taxa de crescimento do número de instituições de 16,66 % ao ano, nos governos de Castelo Branco e Médici. No Estado de São Paulo esse aumento foi notável, sendo criadas entre os anos de 1970 e 1979 oito novas escolas privadas em cidades próximas à capital³⁶: Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Brás Cubas³⁷ (1970) e da Universidade de Mogi das Cruzes (1978) em Mogi das Cruzes; a da Universidade Católica de Santos (1970); a de São José dos Campos (1970); da Universidade Farias Brito (1972), em Guarulhos; da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1973); da Faculdade de Taubaté (1978) e a Faculdade de Belas Artes de São Paulo (1979) na cidade de São Paulo³⁸.

Deve-se destacar que os cursos superiores, de maneira geral, eram definidos pelas “condições de mercado”. E, no Estado de São Paulo, além da migração para a capital, as décadas de 1970 e 1980 geraram uma migração para o interior (KLEIN; LUNA in REIS, 2014). Daí o incentivo para a criação de novas faculdades e escolas, especialmente as escolas isoladas, que tinham atuação mais passiva diante do sistema, porém praticavam pior qualidade de ensino. Além disso, essas escolas eram localizadas em “polos de concentração do capital” garantindo seus lucros (Anais..., 1976, p. 126). Conforme apontado por Santos e Silveira (2001), iniciou-se no final dos anos 1960 uma migração das indústrias e com elas de instituições de ensino para cidades médias, criando uma rede em torno da cidade de São Paulo.

Em vista do desenvolvimento em andamento, foi criado, em 1971, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, responsável por um “salto para frente do capitalismo brasileiro, que mudou então de patamar histórico, ensejando imensa mobilidade social e geográfica num quadro de crescentes desigualdades sociais” (REIS, 2014, p.90). Ao mesmo tempo, para a oposição ao Regime Militar esses foram os chamados “anos de chumbo” com repressões severas em todos os níveis sociais. Assim, em 1972 o país vivia um paradoxo entre o auge da popularidade do general-presidente, Garrastazu Médici,

³⁶ O trabalho de Pinto (1989) buscou avaliar de que forma, as experiências de projeto desenvolvidas nas escolas paulistas a partir dos anos 1960 “ao se distanciarem dos métodos tradicionais de ensino, trouxeram efetiva contribuição ao ensino de Arquitetura” (PINTO, 1989, p.06). Quanto ao levantamento feito pelo autor, ele atestou que houve dificuldade – já na década de 1980 – de coletar informações por conta da “ausência de arquivos organizados e de pessoal especializado para atendimento” (PINTO, 1989, p.07). Pinto (1989) acrescentou que as escolas produziram poucos documentos relativos à sua própria experiência. Assim, procurou entrevistar professores que vivenciaram as experiências de ensino de projeto de arquitetura nas escolas paulistas como: Sérgio Souza Lima, Mayumi Souza Lima, Jorge Osvaldo Caron, Carlos Alberto Ferreira Martins, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Nabil Bonduki e Luiz Gastão de Castro Lima.

³⁷ Sobre os primeiros meses de funcionamento da Faculdade foram publicados o texto “Uma nova faculdade de Arquitetura” – que destacava o ingresso de 200 alunos no curso e um corpo discente com média de idade mais elevada – e “A arquitetura e seu ensino”, que destacava a organização do curso em três departamentos: desenho, tecnologia e história; bem como a colaboração entusiasmada dos professores no curso recém criado (Revista Acrópole, nº 379, novembro de 1970, p.12; Revista Acrópole, nº 383, abril de 1971, p.12)

³⁸ A evolução do número de vagas no ensino superior – “notadamente no período noturno, em escolas particulares, mesmo que muitas delas fossem de baixa qualidade e fizessem do ensino um negócio voltado, sobretudo, para o lucro fácil” (RIDENTI in REIS 2014, p.236) – teve um crescimento notório durante o Regime Militar – de 57.342 vagas, em 1964, para 417.342, em 1981.

com exaltação nacionalista e a violência em reação àqueles que se posicionavam contra o Regime. Esse momento se interrompeu com o primeiro choque da Crise do Petróleo, em 17 de outubro de 1973, e o consequente aumento súbito de preços.

Durante a década de 1960, o IAB/SP seguiu como a única instituição de representação da categoria dos arquitetos. Em seu Estatuto Nacional³⁹, aprovado em 1965, o Instituto se apresentava como um órgão apolítico, independente, técnico e cultural que representava a arquitetura brasileira juntos aos poderes públicos e o Brasil no exterior (IAB, 1965, p.03). Segundo o artigo 2º, eram finalidades do Instituto:

I – Congregar os Arquitetos do País para a defesa e prestígio da classe e da profissão, promovendo o desenvolvimento da Arquitetura e do Urbanismo;

II – Zelar pela ética profissional;

III – manter sempre como entidade técnica e cultural, apolítica e independente, não tomando posições político-partidárias e recebendo no seu seio a todos os Arquitetos, sem preocupação de ideologias políticas, crenças religiosas ou origens raciais de cada um;

IV – Zelar pelo patrimônio histórico e artístico nacional, propondo aos poderes públicos legislação adequada e medidas de proteção aos monumentos;

V – Representar a arquitetura brasileira e os pensamentos dos arquitetos do Brasil junto aos poderes públicos, órgãos paraestatais e outras entidades de classe, culturais ou técnicas, colaborando efetivamente em todos os setores de sua competência, para o desenvolvimento técnico e cultural do país;

VI – representar a Arquitetura brasileira e o pensamentos dos Arquitetos do Brasil junto às missões diplomáticas ou representantes de organismos internacionais sediados no Brasil e, no exterior, junto às missões diplomáticas do Brasil, junto aos organismos ou órgãos internacionais a que está filiado, ou que, porventura, se venha a filiar, participando dos seus órgãos de direção, das comissões de trabalho, dos congressos internacionais, seminários, encontros e de todas outras manifestações ligadas à profissão do Arquiteto;

VII. - estimular o estudo e o ensino de Arquitetura e do Urbanismo;

VIII – estimular o estudo e o ensino das artes plásticas, do desenho industrial e do artesanato, promovendo o intercâmbio artístico;

IX – Promover conferências, congressos, exposições e publicações bem como o intercâmbio profissional, mantendo, ainda, estreito contato com as entidades congêneres e afins, no Brasil e no Estrangeiro, provocando maior intercâmbio para favorecer a troca de observações e experiências a seus filiados;

X – Concorrer para a boa organização e prestígio e a divulgação dos concursos de arquitetura e urbanismo, dentro das normas estabelecidas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB;

XI – propugnar, junto aos poderes públicos, dar providências, legislação e planejamento, com a finalidade de contribuir para solução do problema habitacional do país e o remanejamento urbano;

³⁹ Pela primeira vez o IAB se organizava como uma Instituição com uma representação nacional, à qual todas as representações estaduais estavam subordinadas.

XII – colaborar com a indústria na pesquisa de novos materiais, novos elementos e novos processos construtivos, visando o barateamento de indústria da construção;

XIII – propugnar pela maior compreensão e mais estreita colaboração entre as profissões liberais e afins, no sentido de que, cada uma separadamente e em conjunto, possa dar ao programa de desenvolvimento do nosso país o melhor de seus esforços;

XIV – elaborar tabelas de honorários que sirvam de base oficial para remuneração dos serviços profissionais;

XV – Criar e manter serviços de Previdência Social e de Assistência Jurídica (IAB, 1965, pp.04-05).

Deve-se considerar que a partir desse estatuto o IAB passou a se organizar de forma nacional. Para tal, se propunha a organizar-se em Departamentos e Delegacias, distribuídos nos Estados⁴⁰ e dirigidos por uma Assembleia Nacional e um Conselho Superior. À época da aprovação do novo estatuto, a diretoria do núcleo paulista era composta pelos seguintes membros, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Diretores do IAB/SP no Biênio 1964-1965

1. Alberto Rubens Botti	Presidente
2. Arnaldo Paoliello	Vice-Presidente
3. Ary de Queiroz Barros	1º secretário
4. Carlos Eduardo Pompeu	2º secretário
5. Fábio Arantes Aquino Leme	1º tesoureiro
6. Ivan Gilberto Castaldi	2º tesoureiro
7. João Clodomiro Browne de Abreu	Diretor
8. Júlio José Franco Neves	Diretor
9. Lívio Edmundo Levi	Diretor
10. Maurício Tuck Schneider	Diretor
11. Roberto Aflalo	Diretor
12. Rodney Guaraldo	Diretor
13. Antônio Ferraz de Andrade Filho	Conselho Fiscal
14. Wilson Maia Fina	Conselho Fiscal
15. Miguel Badra Junior	Conselho Fiscal

Fonte: IAB/SP

Cabem algumas considerações quanto às finalidades do Instituto. A primeira delas, relativa à defesa e prestígio da classe profissional. Para os arquitetos, naquele momento, a classe profissional era representada por um único profissional – aquele com atuação enquanto profissional liberal (reforçada no parágrafo XIII). Em um segundo lugar, os arquitetos através do IAB/SP se propunham a representar os pensamentos dos colegas junto aos poderes públicos – considerando que respondiam por toda categoria de modo generalista e sem distinção posicionamento político definido, conforme parágrafo 3º. Além disso, o IAB/SP se colocava como responsável por estimular o ensino de arquitetura e urbanismo, bem

⁴⁰ Na aprovação do estatuto, estavam elencados os departamentos da Bahia, do Distrito Federal, do Ceará, da Guanabara, de Goiás, de Minas Gerais, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro (sediado em Niterói), do Rio Grande do Sul e de São Paulo. O Estado do Rio de Janeiro ainda contava com um núcleo em Petrópolis e o de São Paulo com dois núcleos – Santos e Campinas. Havia também as delegacias de Alagoas, Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Norte (IAB, 1965). Dessa forma, o IAB estava alcançando arquitetos em todas as regiões do país e buscando cumprir as suas finalidades no ensino e na profissão.

como por promover conferências, eventos e publicações. No entanto, com o início do Regime Militar, o IAB/SP se colocou como responsável por estimular o ensino, defender a profissão e promover eventos, como veremos a seguir, até o ano de 1973, quando foi iniciada a atuação do Instituto em conjunto com o SASP e a ABEA.

Quanto a profissão o estatuto do IAB tinha entre suas finalidades a defesa e busca pelo prestígio da classe, além da colaboração entre profissionais liberais. Nota-se que o uso do termo profissionais liberais reafirmava a visão do Instituto da profissão do arquiteto e urbanista. Em nenhum momento o IAB refere-se aos assalariados em suas definições.

Contudo, ao final da década de 1960, uma das atuações da diretoria se deu justamente na luta pelo Salário Mínimo. O Instituto noticiava em seu Boletim que o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura consultou o IAB/SP sobre a Lei no 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispunha sobre a remuneração dos profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Segundo o artigo 2º dessa lei, o salário mínimo fixado era a remuneração mínima obrigatória a qualquer profissional, independente da fonte pagadora. Contudo, por estar em contraste com a Lei 5.194 de 1966, que colocava em seu artigo 82 que as remunerações iniciais de engenheiros, agrônomos e arquitetos, independente da fonte pagadora, não poderiam ser inferiores a 06 vezes o salário mínimo, o artigo foi declarado inconstitucional aos servidores estatutários (IAB, Boletim de Notícias – Circular nº 30, 1968).

Outra questão que se destacou no período foi a carência de empregos. Em reunião de diretoria⁴¹, o IAB/SP declarava necessário o incentivo aos jovens para ingresso no mercado de trabalho. Foi pedido aos membros do Conselho Diretor que apresentassem sugestões que pudessem ser tomadas a curto prazo pelo IAB no sentido de encaminhar a solução do problema (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1968). Deve-se notar que ao mesmo tempo que o IAB/SP buscava trabalhar em conjunto com as faculdades, requerendo o aumento do número de vagas, reocupava-se com a colocação desses recém-formados no mercado de trabalho.

Além disso, foi discutido pelo Instituto⁴² o surgimento das empresas de “planning”:

"O arq. Alberto Botti, como relator e representante do arq. Júlio Neves e Jorge Wilhelm coloca o problema das grandes firmas nacionais e estrangeiras de "Planning" em relação ao exercício profissional do arquiteto, realçando as características de processo de qualificação e do julgamento das credenciais profissionais. O Conselho Diretor deliberou formar um grupo de trabalho para esse tema, coordenado pelo Vice-Presidente Roger Zmerkhol, composto dos seguintes membros: Alfredo Paesani, Maurício Schneider,

⁴¹ Participaram desta reunião em 06 de Fevereiro de 1968: Abelardo Gomes de Abreu, Roger Zmerkhol, Maurício Schneider, Bona de Vila, Gregorio Zolko, Alfredo Paesani, José Carlos Ribeiro de Almeida, Eurico Prado, Humberto Lagrotta, Geraldo Puntoni, Luís Stockler, Mário de Azevedo e os colegas Carlos Pompeu e Leon Dirkstejin (IAB/SP, Livro de Atas no 06, 1968).

⁴² A reunião que instituiu a comissão se deu em 20 de agosto de 1968, com a presença de: Abelardo Gomes de Abreu, Roger Zmerkhol, Sigbert Zanettini, Israel Sancovicz, Alfredo Paesani, Bona de Villa, José Carlos R. de Almeida, Eurico Lopes, Geraldo Puntoni e colegas Carlos Pompeu e Alberto Botti (IAB/SP, Livro de Atas no 06, 1968).

Eurico Prado Lopes, Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cerqueira César, Alberto Botti, Arnaldo Paoliello, Eduardo Corona, Francisco Petracco, Heitor Ferreira de Souza, Júlio Neves, Lívio Levi, Luís Alfredo Stockler, Luiz Roberto Carvalho Franco, Pedro Paulo de Mello Saraiva e Roberto Claudio Aflalo, cujas resoluções serão apresentadas em conjunto com a Comissão de Exercício profissional que será estruturada e apresentadas no VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos a se realizar em Belo Horizonte (IAB/SP, Livro de Atas n° 06, 1968, p.126).

De certa forma, a preocupação com o mercado de trabalho para os jovens arquitetos e o surgimento das empresas de “planning” estavam relacionados à defesa da profissão e do modelo de atuação profissional pelo IAB/SP de arquiteto liberal. Deve-se apontar que esses arquitetos – Alberto Botti, Júlio Neves, Jorge Wilhelm, Roger Zmerkhol, Maurício Schneider e Roberto Claudio Aflalo – foram alguns dos fundadores da Asbea na década seguinte, justamente defendendo seus escritórios das empresas de planning.

Entretanto, para estimular novas oportunidades de trabalho, o Instituto tratou como tema em algumas reuniões o Convênio com o FECE – Fundo Estadual de Construções Escolares, como na reunião⁴³ de 08 de abril de 1970. Quanto à atividade profissional, seguiu-se discutindo a necessidade de aproximação e integração dos arquitetos recém-formados⁴⁴:

"O arquiteto Francisco Petracco propõe que os Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Arquitetura tenham representantes nas reuniões do IAB. Propõe também que sejam realizados, proximamente, alguns cursos para reunir, aqui, os recém-formados. O arquiteto Paesani é de opinião que os problemas de alunos de Arquitetura são muito difíceis de serem colocados nas reuniões de diretoria. Por outro lado, não encontra motivação suficiente para os estudantes assistirem a tais reuniões. Por encaminhamento do arquiteto Raymundo de Paschoal, foi aprovada a proposta de manter relacionamento formal com as diretorias das escolas, propondo tarefas culturais em comum" (IAB/SP, Atas 1970, 1970, s/n).

Dentre as discussões relativas à participação dos recém-formados, deve-se considerar que o Instituto buscava agregar novos arquitetos ao corpo do IAB/SP. Assim, trazendo-os junto ao Instituto este estaria de fato representando as demandas não apenas dos associados, mas daqueles que enfrentavam dificuldades para ingressar na profissão. De certa forma, os espaços de discussão promovidos pela realização de eventos, como os Congressos Brasileiros de Arquitetos eram também espaços para o debate dos problemas agregando os profissionais recém-formados.

Além da defesa da profissão, entre as definições do Estatuto do IAB estava estimular o estudo e o ensino da arquitetura e do urbanismo. Enquanto no início da década de 1960 as lutas travadas eram pela reforma do ensino junto aos arquitetos, professores e estudantes de arquitetura, em meio ao Regime Militar, as demandas eram outras. O ambiente nas escolas e faculdades de arquitetura foi bastante tumultuado pela

⁴³ Participaram os arquitetos: Alfredo Paesani, Raymundo de Paschoal, Kalil Dabdab Neto, Walter Maffei, Francisco Petracco, José Eduardo Bicudo Tibiriça, Helene Affanasieff (IAB/SP, Atas 1970).

⁴⁴ Nessa reunião, realizada em 01 de abril de 1970, estavam presentes os arquitetos Alfredo Paesani, Raymundo de Paschoal, Kalil Dabdab Neto, Walter Maffei, Francisco Petracco (IAB/SP, Atas 1970).

ausência de liberdade. Entre as prisões dos professores e greves dos alunos, alguns casos se destacaram, nos quais o IAB foi chamado a intervir como mediador dos conflitos.

Um deles ocorreu em outubro de 1967, quando a FAU UNB (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília) e o Instituto Central de Artes (ICA) foram fechados pelos seus alunos. Na ocasião, um novo reitor foi nomeado para a Universidade e este consultou o diretório nacional do Instituto sobre a possível formação de um grupo de trabalho para analisar e solucionar o problema. O primeiro convidado foi o arquiteto e Prof. Neudson Bandeira Braga, do IAB/CE (núcleo Ceará), diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, com a justificativa de que esta possuía uma estrutura bastante próxima a da Universidade de Brasília. Os presidentes do IAB Nacional Fábio Penteadó e Eduardo Kneese de Mello apoiaram a criação do grupo de trabalho e foi formada a comissão composta pelos arquitetos Neudson Bandeira Braga e Liberal de Castro (ambos do IAB e da FAU do Ceará), Miguel Pereira (IAB/RS e vice-presidente do IAB Nacional), Paulo Mendes da Rocha (IAB/SP e Diretor da Divisão Nacional de Ensino do IAB) e Paulo Barbosa Magalhães do IAB DF (núcleo Distrito Federal), representando os arquitetos de Brasília (Jornal do IAB, 1968). Pode-se dizer que esta foi uma experiência do IAB já em âmbito nacional que pode ter influenciado o surgimento da CEAU – Comissão de Especialista de Ensino de Arquitetura e Urbanismo e mesmo da ABEA, já que o IAB era reconhecido como órgão consultivo para mediar problemas relativos ao ensino.

Quando a Comissão assumiu, a Faculdade não contava com professores e tinha “absoluta liberdade de trabalho”. Nas reuniões, os membros buscaram ouvir “diretores, alunos e todas as pessoas e entidades, de uma ou outra forma, ligadas ao problema”. A princípio a Comissão constatou que estava ocorrendo uma “distorção progressiva” da organização da UNB – tanto no aspecto da construção de Institutos e não de faculdades isoladas quanto da autonomia administrativa, didática e financeira (Jornal do IAB, 1968, p.11).

Justamente por essa organização diversa, a UNB havia se tornado uma instituição modelo, mas desde 1964 iniciaram-se as ameaças de reestruturação, resultando no pedido de demissão de diversos professores. A contratação de um novo corpo docente que não estava alinhado com as propostas de ensino da Universidade ocasionou um processo de isolamento dos Departamentos. O Instituto Central de Artes passou a ser exclusivamente um pré-requisito da FAU – o que a Comissão identificava como a causa maior da crise. A partir da constatação, o Grupo de trabalho se dissolveu, formulando um documento com recomendações e nomeando como coordenador do ICA e da FAU o arquiteto Paulo Magalhães. Contudo, tanto os alunos como os membros da Reitoria compreendiam como necessária a continuidade do Grupo de Trabalho e os arquitetos participantes foram nomeados como assessores da reitoria, com exceção de Paulo Mendes da Rocha que foi substituído pelo arquiteto Paulo de Mello Bastos (IAB/SP e subdiretor da Divisão Nacional de Ensino do IAB). Naquele momento, o IAB celebrava:

“Hoje, tanto o ICA quanto a FAU estão funcionando em condições de normalidade. Tudo parece indicar o ressurgimento efetivo de uma instituição universitária, embora nada se possa informar, ainda, quanto às soluções encontradas para as demais organizações da UNB. De qualquer forma, resta lembrar que a participação Institucional, e, portanto, impessoal, do IAB e da UFCE (Universidade Federal do Ceará) revelou-se instrumento inteligente e objetivo no encontro de soluções para o problema universitário, um dos mais importantes para o futuro da nação” (Jornal do IAB, 1968, p.12).

A experiência da formação de uma Comissão composta por membros do IAB veio a se repetir em outras escolas de arquitetura, como na FAU São José dos Campos, na FAU Santos⁴⁵ e na Belas Artes. Ainda na década de 1960, foi relatado em reunião do Conselho Diretor⁴⁶ do IAB/SP uma crise no ensino da FAUUSP, sem menção do motivo. Na ocasião, os arquitetos Júlio Neves e Fábio Penteado foram responsáveis por emitir um comunicado. Na reunião seguinte⁴⁷, foi esclarecido que o arquiteto Júlio Neves, presidente do IAB/SP, teve uma reunião com o Reitor da USP, Professor Mário Guimarães Freire e apresentou entre os requerimentos um aumento do número de vagas oferecidas pela FAUUSP bem como a discussão da formação profissional do arquiteto com a participação do IAB/SP (IAB/SP, Livro de Atas no 06, 1967). Destaca-se a constante necessidade, ao ver do IAB/SP, do aumento do número de arquitetos atuando profissionalmente.

Entretanto, o principal periódico em circulação à época⁴⁸ já notava em seu editorial que medidas precisavam ser tomadas no âmbito nacional quanto ao ensino de arquitetura. Até então, a experiência das escolas de arquitetura existentes não havia sido analisada de forma crítica e o MEC era cobrado para realizar um simpósio para discutir o ensino nas escolas (Acrópole, n° 339, 1967).

Possivelmente, como consequência, no mesmo ano, o IAB/SP iniciou as discussões para realizar o I Encontro Nacional de Ensino de Arquitetura⁴⁹. Na reunião de 01 de agosto de 1967⁵⁰, foi nomeada uma comissão para organização do evento, composta pelos arquitetos: Paulo Bastos, Sérgio Souza Lima, Alfredo Paesani, Jon Maitrejean (IAB/SP, Livro de Atas n° 06, 1967). A proposta apresentada por Bastos⁵¹

⁴⁵ Noticiado na Revista Projeto n° 44, de outubro de 1982.

⁴⁶ Participaram da reunião: Julio Neves, Roberto Aflalo, Jon Maitrejean, Israel Sancovicz, Rodney Guaraldo, João Clodomiro de Abreu, José Carlos R. de Almeida, Gesel Himmelstein, William Munford, Edmundo Giordano e Eideval Bolanho (IAB/SP, Livro de Atas no 06, 1967).

⁴⁷ Estavam presentes os arquitetos: Julio Neves, Jon Maitrejean, Israel Sancovicz, Eurico Prado Lopes, João Clodomiro de Abreu, José Carlos R. de Almeida, Gesel Himmelstein, Alberto Botti e Roger Zmerkhol (IAB/SP, Livro de Atas no 06, 1967).

⁴⁸ Arquitetura: ensino e pesquisa. Revista Acrópole n° 339, maio de 1967.

⁴⁹ Não foram encontrados os Anais do evento nos arquivos e bibliotecas consultados, com exceção do Relatório Final do Encontro, publicado na edição n° 345 da Revista Acrópole, em novembro de 1967.

⁵⁰ Estavam presentes os arquitetos: Julio Neves, Arnaldo Paoliello, Jon Maitrejean, Eurico Prado Lopes, João Clodomiro de Abreu, José Carlos Ribeiro de Almeida, Gesel Himmelstein, Telésforo Cristofani, Wilson Edson Jorge, e colegas Nelson Andrade, Ney Marcondes, Gregório Zolko, Paulo Freitas, Roger Zmerkhol e Carlos Eduardo Pompeu (IAB/SP, Livro de Atas no 06, 1967).

⁵¹ Arquitetos presentes na reunião de 22 de agosto de 1967: Arnaldo Paoliello, João Clodomiro de Abreu, Rodney Guaraldo, Gesel Himmelstein, William Munford, Telésforo Cristofani, Carlos R. de Almeida, e colegas Paulo Freitas, Gregório Zolko,

tinha como temário: o ensino de arquitetura e a Universidade - relações e a integração do ensino de arquitetura no contexto global da estrutura das Universidades - particularmente em função das novas formas de organização; o ensino de arquitetura e urbanismo - análises e conclusões sobre a necessidade de formação do arquiteto em relação ao urbanismo e ao paisagismo; ensino de arquitetura e comunicação visual e desenho industrial - introdução dessas temáticas no ensino (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1967). No Relatório Final do evento destacou-se a necessidade de engajar o ensino superior no desenvolvimento nacional do país (Acrópole, nº 345, 1967). Percebe-se aqui uma preocupação do IAB/SP em discutir a ampliação do campo de trabalho do arquiteto e urbanista, envolvendo agora o paisagismo, a comunicação visual e o desenho industrial, conformando o ensino à realidade em transformação no campo profissional.

Nessa ocasião, eram diretores do Instituto, conforme Tabela 2:

Tabela 2: Diretores do IAB/SP no Biênio 1966-1967

1. Júlio José Franco Neves	Presidente
2. Arnaldo Paoliello	Vice-Presidente
3. Roberto Aflalo	1º Secretário
4. Jon Maitrejean	2º Secretário
5. Israel Sancovicz	1º Tesoureiro
6. Rodney Guaraldo	2º Tesoureiro
7. Eduardo Corona	Conselho Fiscal
8. João Clodomiro Browne de Abreu	Diretor
9. Eurico Prado Lopes	Diretor
10. José Carlos Ribeiro de Almeida	Diretor
11. Gesel Himmelstein	Diretor
12. Telésforo Cristofani	Diretor
13. Fábio Penteado	Conselho Superior (Titular)
14. Oswaldo Corrêa Gonçalves	Conselho Superior (Titular)
15. Eduardo Kneese de Mello	Conselho Superior (Titular)
16. Alberto Rubens Botti	Conselho Superior (Titular)
17. Roger Zmerkhol	Conselho Superior (Titular)
18. Pedro Paulo de Melo Saraíba	Conselho Superior (Suplente)
19. Roberto Cerqueira César	Conselho Superior (Suplente)
20. Maurício Tuck Schneider	Conselho Superior (Suplente)
21. Nestor Goulart Reis Filho	Conselho Superior (Suplente)
22. Rodrigo Brotero Lefèvre	Conselho Superior (Suplente)
23. Walter Saraiva Kneese de Mello	Conselho Superior (Suplente)

Fonte: IAB/SP

Como consequência desse Encontro Nacional de Ensino, questões relativas ao ensino no Mackenzie também surgiram nas discussões⁵² da Diretoria do IAB/SP. Em abril de 1968, o Professor Paulo de Melo

Alfredo Paesani, Paulo Bastos, Alberto Botti, Edmundo Giordano e Carlos Eduardo Pompeu (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1967).

⁵² Os arquitetos presentes na ocasião foram: Abelardo Gomes de Abreu, Roger Smerkhol, Maurício Schneider, Sigbert Zanettini, Israel Sancovicz, Alfredo Paesani, Gregorio Zolko, Marino Barros, Geraldo Puntoni, Sigbert Zanettini, Luiz Stockler, Mario de Azevedo (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1968).

Bastos foi demitido e informou que “o motivo foi o da proposta para uma reestruturação do curso de Arquitetura naquela Faculdade teve por base as resoluções obtidas no "Encontro" e também da precária condição de estabilidade de todos os professores contratados por aquela Faculdade” (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969, p.111).

Outros problemas enfrentados no Mackenzie à época também foram abordados nas reuniões do IAB/SP como o relato do Arquiteto José Carlos de Almeida de uma distinção entre os trabalhos das mulheres e dos homens em sala de aula⁵³. Na reunião seguinte⁵⁴, o arquiteto Abelardo Gomes de Abreu informou que a situação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie atingiu tal nível de desordem que já não constituía mais um problema de fácil solução, sem fazer menção ao problema em andamento (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969). Deve-se considerar que o ano de 1968 marcou o mundo com uma série de manifestações que envolvia os estudantes, incluindo a cidade de São Paulo, com invasão da Faculdade de Filosofia da USP, a Rua Maria Antônia. Esse movimento, que precisava ser compreendido pelo Instituto em meio aos outros problemas no ensino tiveram maior eco na FAUUSP. Na realização do Fórum de Ensino da escola, foi afirmado que com o início do Regime Militar em 1964, os planos de desenvolvimento do ensino haviam sido frustrados (Acrópole, nº 350 e no 351, 1968)⁵⁵.

Assim, ao final da década de 1960, observa-se que o IAB/SP atuava como agente ativo nas faculdades. Os próprios docentes (que muitas vezes eram membros da diretoria do Instituto) entravam em contato, assim como os alunos das faculdades, para requerer apoio nas ações e protestar contra resoluções unilaterais da direção das escolas. Nota-se, também, que em alguns casos os problemas eram apontados ao Instituto, mas não necessariamente resolvido por ele. Essa poderia ser uma das justificativas da criação da ABEA, mas veremos que o estímulo ao ensino de arquitetura se deu de forma intensa, mesmo após a sua fundação, nos anos seguintes.

Além de atuar como agentes em meio das Faculdades existentes, o IAB/SP apoiava a criação de novas escolas. A FAU Santos, por exemplo teve sua fundação noticiada pelo Jornal do IAB em dezembro de 1968, quando o processo de tramitação no Conselho Federal de Educação teve início. Sua instalação como Comissão Organizadora os arquitetos Anibal Martins Clemente, Roberto Machado de Almeida, Oswaldo Correa Gonçalves, Sergio de Souza Lima e Benno Perelmutter. O Jornal destacava:

⁵³ Ocorrência relatada na reunião de 19 de agosto de 1969, na presença dos arquitetos Abelardo Gomes de Abreu, Gregório Zolko, Israel Sancoviski, Roger Zmerkhol, Maurício Schneider, Alfredo Paesani, José Carlos Ribeiro de Almeida e os colegas Oswaldo Correia Gonçalves, José Guedes, Carlos Eduardo Pompeu; e o presidente do BNH Rubens do Amaral Portela (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969). Não houve menção de detalhes, apenas o relato da ocorrência.

⁵⁴ Reunião de 26 de agosto de 1969, com os arquitetos Abelardo Gomes de Abreu, Israel Sancoviski, Maurício Schneider, Siegbert Zanettini, Alfredo Paesani, Gregório Zolko, Geraldo Puntoni, Roger Zmerkhol, e o colega Oswaldo Correia Gonçalves (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969).

⁵⁵ Esses comentários foram feitos em editoriais de Eduardo Corona na Revista, respectivamente o intitulado “A renovação do ensino de arquitetura” e “Os resultados no Fórum da FAU”.

“De acordo com os planos, o corpo docente será de alto nível, o que é preocupação da comissão no presente momento. O curso será de 05 anos, com mais um para quem desejar fazer doutoramento, sendo certo que o período letivo será de 06 meses, no total de 02 períodos para cada 360 dias” (IAB, Jornal, 1968, p.4).

Eram diretores do IAB/SP no período, segundo Tabela 3:

Tabela 3: Diretores do IAB/SP no Biênio 1968-1969

1. Abelardo Gomes de Almeida	Presidente
2. Roger Zmerkhhol	1º Vice-Presidente
3. Israel Sancovski	2º Vice-Presidente
4. Alfredo Serafino Paesani	3º Vice-Presidente
5. Maurício Tuck Schneider	Secretário Geral
6. Siegbert Zanettini	1º Secretário
7. Bona de Villa	2º Secretário
8. Rubens Gouvea Carneiro Vianna	Conselho Fiscal
9. Gregório Zolko	1º Tesoureiro
10. José Carlos Ribeiro de Almeida	2º Tesoureiro
11. Eurico Prado Lopes	Diretor
12. Geraldo Vespasiano Puntoni	Diretor
13. Humberto Lagrotta	Diretor
14. Luiz Alfredo Stockler	Diretor
15. Marino Fernandes Barros	Diretor
16. Mario de Azevedo	Diretor
17. Walter Saraiva Kneese de Mello	Conselho Superior
18. Roberto Cerqueira César	Conselho Superior

Fonte: IAB/SP

Segundo Fortis (2004), a FAU Santos – autorizada em 1970 – foi a única Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da baixada santista por 30 anos. A criação do curso se deu com a expansão da Sociedade Visconde de São Leopoldo naquela década, que já incorporava os cursos das Faculdades Católica de Santos: Direito, Filosofia, Ciências Econômicas e Comerciais. Os antecedentes da criação do curso remontam a criação, pelo Prefeito Municipal à época (o Engenheiro Civil Silvio Fernandes Lopes) da PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A., empresa que pertencia a Prefeitura de Santos e tinha como finalidade “praticar um desenvolvimento progressista na Cidade de Santos, notadamente nas áreas da Arquitetura e da Engenharia, voltadas para planejamento, projeto e execução de obras públicas” (FORTIS, 2004, p.15). Em 1968, Anibal Clemente e Oswaldo Correia Gonçalves “imaginaram que precisavam formar profissionais arquitetos competentes para manter, colocar em prática e reformular, quando se fizesse necessário, o Plano Físico Diretor de Santos”. Assim, os dois arquitetos entraram em contato com o Bispo Diocesano de Santos, Presidente da Sociedade Visconde de São Leopoldo, Dom David Picão. Com o aceite da proposta, “foi contatado o IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo, cujos membros manifestaram-se também favoráveis à ideia” (FORTIS, 2004, p.17). Reforça-se aqui a importância do apoio do IAB/SP na abertura da escola.

Outro exemplo da participação do IAB/SP foi a notícia sobre a abertura da FAU São José dos Campos. O Boletim do IAB⁵⁶ de 1968, noticiava que seu projeto de criação fora aprovado pelo Conselho Federal de Educação “para início imediato onde os excedentes da FAU poderiam matricular-se imediatamente” reforçando o tom de apoio à Escola especialmente pela carência de vagas no ensino de arquitetura e urbanismo:

“É a notícia auspiciosa que o IAB tem a dar, por ter sempre apoiado a ideia. Sua instalação inicial se deu no dia 05 próximo passado, formando seu corpo docente os colegas: Siegbert Zanettini, Paulo Bastos, Vicente de Paulo Borges Bicudo, Dácio Ottoni, Lei Nishilawa e Geraldo Vespaziano Puntoni” (IAB, Boletim de Notícias – Circular no 30, 1968, p.7).

A preocupação com o número excedente de alunos sem vagas nas faculdades de arquitetura foi manifestada na da Comissão Diretora do IAB/SP de 10 de junho de 1969⁵⁷, na qual foi recebida uma carta dos alunos que haviam ficado na lista de espera do vestibular da FAUUSP, requerendo alguma medida:

“O presidente leu a carta do representante dos excedentes da FAU de 1969, ao IAB, solicitando o apoio do Instituto para seu movimento. Propõe o Sr. Presidente encaminhar cópias desta carta ao ministro da Educação através de ofício do IAB. O arquiteto Zanettini informa que os alunos não são considerados excedentes, atendendo-se aos termos do edital, uma vez que são alunos não classificados. A reitoria pressionada pelo Governo Federal, solicitou a FAU, informações sobre a possibilidade de aceitar os 77 excedentes, que declinou da obrigação por se encontrar o Departamento de Projetos impossibilitado de ministrar aulas em condições normais, por falta de professores. Afirma o arquiteto Zanettini que as faculdades de arquitetura de Santos e São José dos Campos se dispõe em atender os estudantes” (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969, p.153).

O caso das escolas de São José dos Campos e de Santos era um caso típico do período do milagre econômico. Incentivar a criação da FAU de São José dos Campos⁵⁸, em um primeiro momento, e de uma série de outras escolas durante os anos 1970, era uma iniciativa alinhada ao crescimento dessas cidades. Em reunião da Diretoria do IAB foi abordada a aprovação pelo MEC e instalação da Faculdade no Vale do Paraíba:

“O arquiteto Bicudo relata que hoje, o Conselho Federal de Educação aprovou a instalação da Faculdade de Arquitetura de São José dos Campos, com o direito dos excedentes da FAU, matriculem-se sem prestar exames. Convida oficialmente a diretoria do IAB para o ato solene a ser realizado na Câmara Municipal de São José dos Campos, amanhã dia 05 de novembro de mil novecentos e sessenta e nove. Os professores iniciais

⁵⁶ Assinavam o Boletim os arquitetos Aberlardo Gomes de Abreu (presidente do IAB), Maurício Tuck Schneider (secretário geral) e Israel Sancovski.

⁵⁷ Arquitetos presentes na reunião: Abelardo Gomes de Abreu, Geraldo Puntoni, José Carlos Ribeiro de Almeida, Gregório Zolko, Alfredo Paesani, Siegbert Zanettini, Israel Sancovski e o colega Carlos Eduardo Pompeu (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969).

⁵⁸ Nessa reunião, em 04 de novembro de 1969, estavam presentes os arquitetos Abelardo Gomes de Abreu, Israel Sancovski, Alfredo Paesani, José Carlos Ribeiro de Almeida, Gregório Zolko, Geraldo Puntoni e o colega Vicente de Paula Borges Bicudo (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969).

são: Siegnert Zanettini, Paulo de Mello Bastos, Vicente de Paulo Borges Bicudo, Decio Ottoni, Leo Dirkstejin e Geraldo Puntoni (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969, p.176).

Dentre as preocupações sobre o ensino, em 1969 o Instituto teve como tema das assembleias⁵⁹ a cassação dos professores da FAUUSP (João Batista Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean). Na reunião seguinte, foi feito um alerta ao descompromisso com que a diretoria do IAB/SP estava encaminhando as questões relativas ao Instituto:

“O presidente dirigiu-se aos presentes para lembrar-lhes que os trabalhos sob a responsabilidade da atual diretoria não estão se processando com a intensidade esperada e que isso significa o estabelecimento da impossibilidade de serem programadas as atividades de uma terça-feira para a seguinte (...)As reuniões são desmarcadas bruscamente, outras são sobrepostas aos programas no nosso auditório, como a de hoje, por exemplo; isto é uma das causas do esvaziamento. Além disso, a nossa classe não está sensibilizada do ponto de vista profissional, o IAB pouco oferece aos recém-formados não são informados, outros não são esclarecidos; Israel Sancovski, relata que sente existir um esvaziamento pela ausência de sócios e isso reflete no Conselho Diretor ou vice-versa. É o Conselho que motiva? Esta é a questão, não sei bem qual é a mecânica. Pode também ser a conjuntura nacional. Não há resposta clara” (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1968, pp. 151-152).

De certa forma, junto com a crise causada com o AI – 5, pode-se imaginar que a frequência nas reuniões e a segurança na participação das mesmas em meio às perseguições não estava em alta, dificultando o andamento das discussões no IAB/SP. Além disso, o próprio Instituto dava sinais de esgotamento em meio as ações afirmativas que desempenhava junto aos profissionais e aos recém-formados – um alerta que pode nos levar a compreender a fundação das outras Instituições que seriam criadas.

Ainda assim, no início os anos 1970, o IAB/SP seguiu apoiando a criação de novas escolas, assim como havia feito com a FAU de Santos e de São José dos Campos. O curso em questão era o da FAU de Mogi das Cruzes:

“Foi lido o relatório do colega Oswaldo Correa Gonçalves sobre a FAU Mogi das Cruzes, sendo o qual essa faculdade é legal e cumpre um programa mínimo oficial. A Secretaria ficou encarregada de oficiar a diretoria da escola, pedindo seus planos, currículos, corpo docente, etc.” (IAB/SP, Atas 1970, s/n).

⁵⁹ Em reunião de 29 de abril de 1969, com a participação de Abelardo Gomes de Abreu, Maurício Schneider, Gregório Zolko, Geraldo Puntoni, Carlos Eduardo Pompeu, Siegbert Zanettini, Eurico Prado Lopes, Roger Zmerkhof, Israel Sancovski (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1969).

Nesse período, eram diretores do Instituto, conforme Tabela 4, que segue:

Tabela 4: Diretores do IAB/SP no Biênio 1970-1971

1. Pedro Paulo Saraiva	Presidente
2. Alfredo Serafino Paesani	1º Vice-Presidente
3. Marlene Yurgel	2º Vice-Presidente
4. Renato Luiz Martins Nunes	3º Vice-Presidente
5. Raymundo de Paschoal	Secretário Geral
6. José Magalhães Junior	1º Secretário
7. Luiz Gonzaga Camargo	2º Secretário
8. Eduardo Corona	Conselho Fiscal
9. Ezequim Bertoldi	Conselho Fiscal
10. Ruy Gama	Conselho Fiscal
11. Kalil Dabdab Neto	1º Tesoureiro
12. José Eduardo de Castro Bicudo	2º Tesoureiro
13. Décio Tozzi	Diretor
14. David Araújo Benedito Ottoni	Diretor
15. Francisco Petracco	Diretor
16. Sérgio Zaratini	Diretor
17. Luigi Villavecchia	Diretor
18. Walter Maffei	Diretor
19. Paulo de Mello Bastos	Conselho Superior (Titular)
20. Sigbert Zanettini	Conselho Superior (Titular)
21. Oswaldo Correa Goncalves	Conselho Superior (Titular)
22. Leo Ribeiro de Moraes	Conselho Superior (Titular)
23. Araken Martinho	Conselho Superior (Suplente)
24. Arnaldo Antônio Martinho	Conselho Superior (Suplente)
25. Maria Giselda Cardoso Visconti	Conselho Superior (Suplente)

Fonte: IAB/SP.

Entretanto, esse apoio à ampliação das escolas não era feito sem uma preocupação do Instituto quanto a qualidade do ensino nas escolas de arquitetura, especialmente com o surgimento de novas unidades de ensino. Em reunião de setembro de 1972, o arquiteto Abrahão Sanovicz, “comenta sobre as novas escolas de arquitetura, apontando suas deficiências em termos de equipamentos e currículos. Conclui afirmando que, a seu ver o IAB como órgão cultural, deveria ter uma ligação estreita com as escolas, reportando-se aos anteriores Encontros de Escolas de Arquitetura” (IAB/SP, Atas do Conselho, Biênio 1972 – 1973, 1972). Como consequência dessa preocupação, na reunião de 09 de abril de 1973, o arquiteto Ruy Ohtake foi encarregado a comandar a Comissão de Ensino do IAB/SP⁶⁰.

⁶⁰ Nas pesquisas do Arquivo do IAB/SP e mesmo nas atas de reunião não foram especificados os trabalhos e resoluções dessa Comissão. Na referida reunião estavam presentes Edgar Dente, Kalil Dabdab Neto, Abrahão Sanovicz, Sami Bussab, Eduardo de Castro Mello, Hélio Pasta, Haron Cohen, Ruy Ohtake, Paulo Mendes da Rocha (IAB/SP, Atas do Conselho, Biênio 1972 – 1973, 1973).

Entre os anos de 1972 e 1973, a diretoria do IAB/SP, que já compartilhava sua representatividade junto aos arquitetos com o SASP e a ABEA era composta pelos seguintes arquitetos, como apresentado na Tabela 5:

Tabela 5: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1972-1973

1. Paulos Mendes da Rocha	Presidente
2. Francisco Lúcio Petracco	1º Vice-Presidente
3. Hélio Pasta	2º Vice-Presidente
4. Abrahão Sanovicz	3º Vice-Presidente
5. Edgar Gonçalves Dente	Secretário Geral
6. João de Deus Cardoso	1º Secretário
7. Lúcio Gomes Machado	2º Secretário
8. Plínio Croce	Conselho Fiscal
9. Ludovico Martino	Conselho Fiscal
10. César Bergstrom Lourenço	Conselho Fiscal
11. Sami Bussab	1º Tesoureiro
12. Eduardo de Castro Mello	2º Tesoureiro
13. Oswaldo Correa Gonçalves	Conselho Superior (Titular)
14. Pedro Paulo Saraiva	Conselho Superior (Titular)
15. Jon Maitrejean	Conselho Superior (Titular)
16. Rubens Gouvea Carneiro Vianna	Conselho Superior (Titular)
17. Maria Giselda Cardoso Visconti	Conselho Superior (Titular)
18. Alfredo Paesani	Conselho Superior (Suplente)
19. Renato Luiz Martins Nunes	Conselho Superior (Suplente)
20. José Magalhães Junior	Conselho Superior (Suplente)
21. Benno Perelmutter	Conselho Superior (Suplente)
22. Júlio Roberto Katinsky	Conselho Superior (Suplente)

Fonte: IAB/SP.

Deve-se considerar, quanto aos agentes nesse período, que muitos fizeram parte de mais de uma diretoria do Instituto, alternando apenas seus cargos. Foram esses os casos de Alfredo Paesani, Eduardo Corona, Oswaldo Corrêa Gonçalves, Pedro Paulo de Mello Saraiva, Roberto Cerqueira César, Alberto Botti, Arnaldo Paoliello, João Clodomiro Browne de Abreu, Júlio José Franco Neves, Maurício Tuck Schneider, Rberto Aflalo, Rodney Guarando, Israel Sancovicz, Eurico Prado Lopes, José Carlos Ribeiro de Almeida, Gesel Himmelstein, Roger Zmerkhol, Walter saraiva Kneese de Mello, Siegbert Zanettini e Geraldo Vespaziano Puntoni. Para Durand (1972) a permanência de um número representativo de arquitetos passando por várias diretorias atestava a participação de um grupo com alguma homogeneidade na diretoria do Instituto, definindo políticas e organizando eventos.

3.2.1. A Lei nº 5.194/1966 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências

Em meio ao “milagre econômico”, os arquitetos tinham a profissão regulada pelo Sistema CONFEA/CREA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia / Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), onde arquitetos eram minoria. Segundo Oliveira (2011), com a aprovação da nova lei de regulamentação da profissão, a Lei nº 5.194, em 1966, substituindo a Lei 23.569/1933, os arquitetos foram colocados com a representação inferior aos engenheiros no Conselho. Uma de suas definições foi a composição dos conselheiros como 56% de engenheiros. Com isso, qualquer iniciativa de diálogo e equilíbrio entre as profissões era inviável⁶¹.

Não se pode afirmar, mas nesse mesmo ano, os arquitetos passam a se organizar para a criação de seus Sindicatos, durante o VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, organizado pelo IAB. Naquele período, o Sindicato possuía uma organização vertical, pois sua autorização de funcionamento e qualquer procedimento que tomasse carecia da autorização do Ministério do Trabalho (IBRAHIM, 1980). Ser dependente do Ministério do Trabalho incluía estar autorizado ou desautorizado por meio da cassação do registro sindical da entidade; ter o controle da gestão das diretorias; dirigir o processo sindical; podendo inclusive intervir destituindo diretores. Contudo, mesmo durante um período de intervenções nos sindicatos, nos quais estes atuavam quase de forma clandestina, os arquitetos deram esse importante passo em reação ao Regime Militar, como afirmado por Clóvis Ingelfritz da Silva (SILVA, 1992).

Deve-se notar que a lei profissional aprovada em 1966, de maneira diferente a Lei aprovada em 1933, que atribuía funções específicas a cada uma das atuações profissionais filiadas ao CREA, não fazia a mesma distinção. Esse aspecto foi motivo de protesto dos arquitetos, pois tinha impacto não apenas para os profissionais liberais, mas principalmente para aqueles que ocupavam cargos no serviço público⁶². Afinal, desde que os arquitetos haviam conquistado sua formação em escolas autônomas de arquitetura era demanda se distinguirem pela sua atuação com projetos de arquitetura e urbanismo, distinção essa que deveria estar na legislação profissional.

⁶¹ Uma alternativa proposta para discussões no âmbito de cada uma das profissões era a criação, via artigos 45 e 48, de Câmaras Especializadas – com um “conselhinho” para cada profissão – o que ainda não era garantia de diálogo e conquistas pelos arquitetos.

⁶² “Reivindicações”, Revista Acrópole, no 344, Outubro de 1967, p.18.

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Conforme artigo 10º, cabia às Congregações das escolas e Faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados. Ao Conselho competiria organizar e manter atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características (IAB/SP, 1968b). Essa proposta, ainda que aparentemente exequível na década de 1960, tornou-se desafiadora com a expansão do ensino na década de 1970. A Lei 5.194 também garantia dos direitos de autoria e protegia os arquitetos das alterações de projeto. Para tal, os Conselhos Regionais criariam registros de autoria de planos e projetos, para salvaguarda dos direitos autorais⁶³ dos profissionais que o desejarem (Artigo 23º) (IAB/SP, 1968b)⁶⁴.

Deve-se considerar que nesse período os arquitetos passaram, em um número maior, a trabalhar nas empresas de engenharia consultiva e nas grandes construtoras, que estavam em fase de consolidação. Além das empresas nacionais, os arquitetos em também prestavam serviço às empresas estrangeiras que tinham acesso ao país por meio do acordo da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

Contudo, muitos profissionais protestavam contra a atuação dessas empresas no país. Um dos casos que mais trouxe repercussão foi a atuação de uma empresa francesa (SCET Internationale) no planejamento

⁶³ Os debates a cerca dos direitos autorais em vista dos novos cargos nas autarquias públicas e nas empresas já se davam antes mesmo da aprovação da nova legislação profissional. Em junho de 1966, Eduardo Corona escreveu editorial sobre o tema (Revista Acrópole, no 329).

⁶⁴ Em 1973, com a aprovação da Resolução 218, o Confea “reprisava” o Decreto de 1933. Um avanço proposto, segundo Oliveira (2011) foi a inclusão dos profissionais urbanistas que haviam se graduado nos cursos existentes no Brasil até a década de 1960. Contudo, eram atreladas suas atribuições àquelas presente em seu currículo escolar. Quanto ao “sombreamento” entre as atividades do arquiteto e do engenheiro civil, seguiu-se a descrição que se apresentava na legislação de 1933. Além disso, adicionou para a atividade de agrônomo que se incluía no sistema regulatório a atribuição quanto às construções para fins rurais e instalações complementares, bem como parques e jardins.

da Rio-Santos⁶⁵, como se os profissionais brasileiros não estivessem preparados para executar o trabalho. Por essa razão, os arquitetos decidiram entrar com um processo. Além disso, havia uma proposta do IAB/SP de condicionar a contratação de empresas de projeto nacionais, especialmente nas obras que demandassem planejamento. Essa seria uma das medidas para fortalecer as empresas nacionais. Ao CONFEA competiria verificar a qualificação as empresas em atuação e, ao mesmo tempo, identificar se havia conhecimentos que precisavam ser aplicados no país.

Contudo, o próprio Confea apoiou a atuação das empresas estrangeiras, possibilitando seu registro para atuação no país⁶⁶. Para Miguel Pereira era difícil acreditar:

“... que abrir o Confea ao registro de firmas estrangeiras seja a resposta ao esforço do país para a formação de seus técnicos. Segundo o presidente do IAB, “isso, sem dúvida, transformará a Universidade brasileira, cada vez mais, numa mera formadora de técnicos de grau médio, já que o saber qualificado pode vir de fora, e ainda conduzirá a otimização estatística do número de vagas e matrículas na Universidade a um mero jogo de números, traduzindo cada vez menos as necessidades do mercado”” (Arquiteto nº 06, 1972b, p.05).

Segundo a Resolução 209, a pessoa jurídica estrangeira só poderia exercer atividade no território nacional associada a uma pessoa jurídica nacional – tenho duração enquanto o projeto se encaminhar. Para Miguel Pereira a resolução descaracterizava a preocupação de “proteção do exercício de nossas profissões”.

3.2.2. Os Congressos Brasileiros de Arquitetos: VI (1966); VII (1968) e VIII (1969)

Entre o ano de 1964, data de início do Regime Militar, e 1973, quando a atuação do IAB/SP ganhou a companhia do SASP e da ABEA, o Instituto foi responsável pela organização de três Congressos: em 1966, 1968 e 1969. O primeiro deles, o VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, ocorrido em Salvador, na sede do IAB local⁶⁷, de 19 a 24 de setembro, teve como tema “Arquitetura e o Meio Ambiente”, que tinha sido anunciado como tema de debate do IX Congresso da UIA em Praga, no ano de 1967. Os subtemas nos grupos de trabalho foram também estabelecidos para o Congresso da UIA conforme a seguinte divisão: estrutura residencial; patrimônio histórico; meio habitável; a produção e o meio ambiente; o homem e a paisagem, conforme Tabela 6. Contudo, o IAB adicionou dois outros grupos de trabalho: o exercício da profissão em função da arquitetura e do meio ambiente, tendo em vista integrar o arquiteto ao planejamento para o desenvolvimento do Brasil; a revisão e a atualização do ensino de arquitetura, de forma a tornar o arquiteto apto a se integrar objetiva e operativamente no planejamento (IAB/SP, 1966 a). Dentre os grupos destacados quanto aos temas relativos essa pesquisa, o Grupo 06, apresentou o relatório final intitulado “Sobre o exercício da profissão em função da arquitetura e do meio ambiente, tendo em vista integrar o arquiteto no planejamento para o desenvolvimento do Brasil”, detalhando uma

⁶⁵ Rio-Santos, continua a luta por projeto nacional. **Arquiteto nº 06**, São Paulo, Dezembro, 1972a (Ano I, no 06), pp.04-05.

⁶⁶ Resolução 209 não é resposta ao esforço do país. **Arquiteto nº 06**, São Paulo, Dezembro, 1972b (Ano I, no 06), p.05.

⁶⁷ O Congresso marcou a inauguração da sede do IAB local, em Salvador (IAB/BA, 1966).

série de pontos. O primeiro destacou que o trabalho do arquiteto era definido pela organização do espaço e da criação de “estruturas materiais que se destinam às atividades humanas”. Essa definição era conhecida em dois níveis distintos – do projeto e do plano. O projeto definia “todos aqueles pormenores que determinam as estruturas ou a forma propriamente dita e sua produção”. O plano correspondia à definição geral que tratavam da pré-existência do projeto – desde o desenho da cidade ao objeto (IAB/SP, 1966d).

Tabela 6: VI Congresso Brasileiro de Arquitetos

Tema: “Arquitetura e o Meio Ambiente”	Data: 19 a 24 de setembro de 1966	Local: Sede do IAB/Bahia, Salvador
Grupos de Trabalho	Textos de destaque Grupo 06	Textos de destaque Grupo 07
1. Estrutura residencial 2. Patrimônio histórico 3. Meio habitável 4. A produção e o meio ambiente 5. O homem e a paisagem 6. O exercício da profissão em função da arquitetura e do meio ambiente 7. A revisão e a atualização do ensino de arquitetura	“O exercício da profissão em função da arquitetura e o meio ambiente e a integração do arquiteto ao planejamento” (IAB/SP) “O arquiteto e o serviço público” (IAB/SP) “O Exercício da Profissão”, (IAB/BA) “Arquitetura do Vale do Paraíba: implantação de núcleos urbanos; necessidade de pesquisas estudadas” (IAB Guanabara) “Considerações sobre o Plano Diretor Regional” (IAB/Brasília)	“Sobre o Ensino de Arquitetura” ⁶⁸ IAB/Brasília “Diretório Acadêmico” (IAB Guanabara) “Revisão e Atualização do Ensino de Arquitetura” ⁶⁹ (IAB/SP) “Revisão e Atualização do Ensino de Arquitetura” “Pelo Ensino da Arquitetura Tropical” “Ensino de Arquitetura e Planejamento” (IAB/BA)
Comitê diretor do Congresso		
Benito Sarno (presidente do IAB/BA); o vice-presidente Flávio Léo Azeredo da Silveira (vice-presidente da UIA); Fábio Penteadó (presidente do IAB Nacional); Affonso Baqueiros Rios (vice-presidente do IAB); Carlos Maximiliano Fayet (vice-presidente do IAB); José Fernando Nunes de Carvalho (vice-presidente do IAB); Sabino Barroso (secretário geral do IAB); Eduardo Kneese de Mello (subdiretor da Divisão Nacional de Congressos e Assuntos Internacionais – DINCAI) e Luiz Paulo Fernandez Conde (diretor da Divisão Nacional Cultural e de Divulgação – DINCED)		
Comitê de Organização		
Armando Pontes, Ary Magalhaes, Fernanda Maria de Fontes Moniz, Newton de Oliveira, Pasqualino Magnavita, Walter Vellozo Gordilho, Zélia Barreto de Almeida e o estudante da Universidade da Bahia, João Cipriano Brasileiro		
Comitê de conclusões		
Benito Sarno, Flávio Léo Azeredo da Silveira, Fábio Penteadó, Carlos Maximiliano Fayet, João Batista Vilanova Artigas (Relator Geral do Congresso) e Sabino Barroso		
Relatores dos Grupos de Trabalho		
Acácio Gil Borsoi, Gian Carlo Gasperini, Joaquim Guedes Sobrinho, João Ricardo Serran, Jorge Wilhelm, Maurício Roberto, Wladimir Alves de Souza, Ary Penna Costa (subdiretor do DINCAI) e Alberto Xavier (subdiretor do DINCED)		

Fontes: (IAB/SP, 1966 a; IAB/BA, 1966).

⁶⁸ De autoria de Luiz Carlos da Cunha (CUNHA, 1966).

⁶⁹ De autoria de Newton Oliveira e Fernanda Maria de Freitas Muniz (OLIVEIRA; MUNIZ, 1966) e, que uma outra tese com o mesmo título foi apresentada pelo Mackenzie, De autoria de Jun Okamoto, Paulo de Mello Bastos, Telesforo Cristofani e Walter Saraiva Kneese (OKAMOTO et al, 1966)

O relatório afirmava que diante do desenvolvimento da tecnologia e a complexidade atingida pela sociedade moderna, a profissão do arquiteto se alinhava à organização de equipes interdisciplinares, com a colaboração de especialistas no plano de cidades ao desenho industrial. Nessas equipes interdisciplinares, não importava a posição hierárquica ocupada pelos profissionais, a cada objeto de trabalho essa composição era alterada. No desenvolvimento do espaço urbano, o arquiteto seria responsável pela síntese do que era produzido, enquanto quando fossem tratados aspectos do desenvolvimento social de uma região, o arquiteto não deveria assumir esse papel (IAB/SP, 1966d).

Seus autores acrescentaram que em vista da alta taxa de crescimento da população e da urbanização das cidades, era necessária uma nova forma de organização das atividades profissionais e que essas transformações precisavam ser feitas com urgência, pois até aquele momento o arquiteto não estava sendo solicitado a intervir, ainda que esta fosse parte de sua atribuição profissional. Assim, os relatores propuseram que a política de desenvolvimento do país se organizasse para incluir todas as etapas de intervenção, planejando as estruturas materiais para todas atividades humanas; que a aplicação dos recursos fosse feita preferencialmente nas áreas onde o processo de planejamento fosse implantado; que o governo se organizasse e contasse com a participação do arquiteto em todos os níveis governamentais (IAB/SP, 1966d).

Por fim, os relatores recomendavam que fossem estabelecidas condições favoráveis ao exercício da profissão do arquiteto, incluindo a criação de uma carreira no serviço público⁷⁰, com a efetiva aplicação da Lei Federal nº 4950 A, de 22 de abril de 1966 – que estabelecia níveis mínimos do salário profissional, além da adoção da tabela de honorários do IAB para as relações liberais de trabalho, “não sendo admitida a concorrência de preço para planos e projetos”. Além disso, recomendavam que os trabalhos de planejamento e de obra fossem contratados separadamente, sendo os contratos de obra precedidos da realização do projeto completo e, por fim, que fossem liberados financiamentos destinados à elaboração de planos e projetos de arquitetura (IAB/SP, 1966d).

Quanto ao Grupo 07, “Revisão e a atualização do ensino de Arquitetura” uma série de textos foram apresentados. Uma das teses teve como autor o arquiteto Luiz Carlos da Cunha e foi intitulada “Sobre o ensino da arquitetura”. Em seu texto, Cunha (1966) abordou que os comentários referentes a necessidade de reformas no ensino de arquitetura no Brasil permaneciam os mesmo em um período de 10 anos. Pleiteava-se a “integração de todas as disciplinas ministradas no curso de arquitetura”. Contudo, segundo o autor essa integração só era realizada fora da Universidade, “na obra concreta e acabada”.

Para Cunha (1966), um dos grandes problemas era a necessidade de trabalhar dos estudantes brasileiros – que eram empregados que estudavam e, portanto, tinham pouco tempo a dedicar aos estudos. Parte

⁷⁰ No âmbito do Estado de São Paulo, o IAB/SP havia apresentado um requerimento, em nome dos arquitetos (assinaram o documento Alberto Botti, Júlio Neves, Arnaldo Paoliello, Maurício Schneider e Roger Zmerkhol) requerendo uma posição do governador para a criação do cargo no Estado (Revista Acrópole, no 322, outubro de 1965, p.21).

das Universidades, para redimir as consequências desse problema propôs aulas aos sábados e concedeu bolsas de estudo, visando melhorar a frequência escolar desses estudantes. O autor afirmava que essas condições traziam grande prejuízo ao aprendizado dos alunos, que deixavam de lado a excelência acadêmica em vista de sua vida pessoal e profissional. Deve-se considerar que essa era uma realidade que estava apenas se iniciando no ensino superior, afinal, hoje a maioria das escolas conta com alunos que estudam e trabalham.

Como para todas as profissões, o curso de Arquitetura se firmava sobre o Currículo Mínimo. Para Cunha (1966), buscavam alternativas ao cumprimento desses requisitos mínimos a Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul, a da Universidade Federal Bahia, a da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília. No Rio Grande do Sul, foram concentradas nas disciplinas dos primeiros semestres aquelas de conhecimento técnico, com uma presença maior das disciplinas de composição ao final do curso, além da criação da disciplina de “Introdução a Arquitetura”. Por sua vez, na Bahia criaram-se as cadeiras de “Técnica de Expressão Gráfica”, de “Organização Social da Cidade” e de “Evolução Urbana”. Ao currículo da FAUUSP, Cunha (1966) destacava “contribuições audaciosas” para o atendimento do mercado industrial com o ensino de “Mecânica dos Solos – Fundações”, “Desenho Industrial”, quatro cátedras de “História de Arquitetura”, duas de “Planejamento” além das quatro disciplinas de “Composição” chamadas de “Projeto I, II, III e IV” e das cadeiras de “História da Arte” e “Estética”, enfocando aspectos da história da cultura paulista. Já na Universidade de Brasília, que havia criado a estrutura universitária mais nova do país com a proposição de um curso básico de dois anos no Instituto Central de Artes e, na sequência, mais três anos de estudo na Faculdade de Arquitetura.

Essa variedade de alternativas para composição do currículo, ao ver de Cunha (1966) eram todos retratos de boa qualidade, mas quem executava todas elas eram os alunos e por tal motivo:

“(…) pode-se afirmar com toda a segurança que o ensino de arquitetura (ou outro qualquer), é tanto mais eficiente quanto maior a vinculação entre teoria e a prática profissional. E é diretamente proporcional às horas de vivência escolar’ escolaridade é medida direta e indireta do aproveitamento” (CUNHA, 1966, p.3).

Para amenizar os impactos do baixo envolvimento com a escola, Cunha (1966) propunha a adoção, mais breve possível, do estágio em obra com trabalho em canteiro. O autor da tese alertava que estava-se buscando compensar as dificuldades na resolução de problemas construtivos com o aumento das horas na prancheta:

“Nossas escolas, em maior ou menor grau, teimam ainda no teorismo prático (arquitetura de prancheta); isto, as melhores; pois as faculdades de arquitetura de baixo rendimento escolar já fogem até da atividade de prancheta, do exercício da composição em atelier. Sem a erudição cultural e histórica da Beaux Artes e com o agravante: sem usar um número razoável de horas no exercício de projeto. Em outras palavras: nossos estudantes fazem muito pouco projeto e fazem sumariamente” (CUNHA, 1966, p.3).

Com o esvaziamento da importância da atividade de projeto, havia o “afrouxamento dos meios de verificação do aproveitamento” e a “desvalorização progressiva da atividade em atelier”. Como consequência, tornava-se cada vez mais difícil formar profissionais. Cunha (1966) acrescentou que além das dificuldades encontradas nos ateliers, os alunos desenvolviam preconceitos contra as disciplinas de “erudição cultural e principalmente técnica”, pois, não encontravam relação imediata destas com as disciplinas de Composição. E lembrava que se essas disciplinas não existissem o curso de Arquitetura seria um “sumário de geometria projetiva”. Por fim, Cunha (1966) sugeriu que fosse submetido ao plenário do Congresso a abertura das Congregações Universitárias às Representações Profissionais, como o IAB, que dentro das Faculdades de Arquitetura poderiam apresentar os problemas diários da vivência da profissão.

Outra tese proposta foi a “Revisão e Atualização do Ensino de Arquitetura”, apresentada por Jun Okamoto, Paulo de Mello Bastos, Telesforo Cristofani e Walter Saraiva Kneese. Okamoto et al (1966) consideraram que o problema do ensino de arquitetura era um problema mais amplo, da Universidade. Tanto no Brasil como em diversos outros países, a Universidade se encontrava entre a divisão racional do trabalho, promovida pela sociedade moderna e responsável por uma crescente especialização profissional. Por outro defrontava-se com a condição de uma economia subdesenvolvida e a necessidade da superação desse status. Somado a isso, as Universidades brasileiras eram resultado da junção de faculdades autônomas, que por si só ocasionavam uma individualização dos currículos:

“Praticamente não há mecanismos institucionais, nas Universidades, tendentes a estimular a interação e a permuta de experiências entre as várias Faculdades e propiciar a discussão, por exemplo, dos problemas metodológicos ou das questões culturais, que sendo comuns as várias especializações, por isso mesmo, estão acima delas” (OKAMOTO et al, 1966, p.1).

Também não havia uma interação entre as Universidades das diferentes regiões do país. Como consequência, as faculdades acabavam por preparar profissionais com uma visão restrita de seu próprio campo de trabalho – desconectada do papel profissional que poderia desempenhar na transformação da realidade nacional. Outro ponto negativo era a ausência de pesquisa na área da arquitetura. Para os autores, o Brasil não havia elaborado o próprio quadro. Outro ponto destacado eram as discussões da ordem do dia sobre o planejamento urbano e os problemas da habitação. Por essa razão, destacavam que se o arquiteto se restringisse ao campo da edificação ficaria marginalizado do mercado de trabalho. Assim, para que o ensino de arquitetura não se tornasse alienado a esse processo era necessário buscar novas perspectivas de ação e conhecimento como:

- Debater formas de instituição de pesquisa nas Faculdades de Arquitetura, formador de novos pesquisadores e docentes;
- Discutir a atual estrutura universitária do país e verificar em que medidas novas estruturas como a de Brasília podem ou não cooperar com a melhoria do ensino;

- Analisar as reformulações já existentes no ensino de arquitetura, como a da FAUUSP;
- Perceber que o planejamento exige uma formação mais profunda do que aquela que se dispõe;
- Programar o intercâmbio de experiências entre todas as Faculdades de Arquitetura e destas com outras faculdades por meio de publicações, trocas de acervos (OKAMOTO et al, 1966, p.3).

O último texto apresentado no evento quanto à formação dos arquitetos foi “A revisão e atualização do ensino de arquitetura de forma a tornar o arquiteto apto a se integrar objetiva e operativamente no Planejamento” de autoria de Newton Oliveira e Fernanda Maria de Freitas Muniz. Em sua tese, Oliveira e Muniz (1966, p.1) abordaram, conforme apontado em outros trabalhos, que com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento urbano colocavam-se algumas questões: “Como intervirá o Arquiteto brasileiro nessa problemática? Ele está preparado para desenvolver as tarefas oriundas dessa nova realidade, a realidade do planejamento integrado? Como conceituar a formação do Arquiteto para o momento presente? E, porventura, as solicitações de projeto isolado ou da construção de um prédio, desaparecerão?”. Para os autores, se fazia desnecessário repetir o alerta da defasagem do ensino de arquitetura – sua desatualização de objetivos e métodos. Era proposto um curso básico de Arquiteto (de 03 a 04 anos) para solução de tarefas de projeto e construção e, como uma complementação do ensino, as faculdades de Arquitetura oferecessem uma formação do arquiteto para o planejamento (OLIVEIRA; MUNIZ, 1966).

Como conclusão, Oliveira e Muniz (1966) afirmavam que o custo social para a formação do arquiteto seria reduzido; aumentaria o número de formados para atender a estrutura de desenvolvimento do país; e a formação profissional se adaptaria a esse novo mercado. Além disso, o ensino para o arquiteto de equipes de planejamento integrado teria melhor condição e eficiência e, por fim, era proposto que as Faculdades de Arquitetura desenvolvessem temas concretos da realidade, realizando tarefas para órgãos públicos e privados, ao nível de projeto, resultando na remuneração dos estudantes e na produtividade social da Universidade.

O Relatório do Grupo de Trabalho que reuniu todos esses textos, apontou que as modestas contribuições a esse grupo de discussões reforçavam a necessidade de retomar o que havia sido firmado no “Congresso de Curitiba”⁷¹ O IAB alertava que deveria ser efetivada “a curto prazo, uma sólida tradição de trabalho” pelo Instituto “a partir da qual se possam fazer sentidos e considerados os seus pontos de vista”. Para o IAB só dessa maneira seria possível “efetivamente, influir, não só na formação profissional do arquiteto, mas na própria reestruturação da Universidade Brasileira” e acrescentava que o diálogo entre arquiteto-estudante-professor era fundamental para isso (IAB/SP, 1966e, p.1). Contudo, esse diálogo e participação de todos era improvável diante do Regime.

⁷¹ Encontro de Arquitetos Planejadores.

O Relatório destacava que mesmo com o desenvolvimento recente, o Brasil ainda apresentava dificuldades nos processos de industrialização e desenvolvimento independente e autônomo. Essa realidade colocava todos os profissionais diante da responsabilidade de suprir as carências que se encontravam no ensino das diversas profissões. A qualidade da educação precisava ser mais prática e objetiva e menos formal e acadêmica:

“Só à medida que a Universidade se tornar uma instituição aberta à realidade cultural em que está inserida, poderá ela modificar-se com autenticidade e validade. Pois, e preciso compreender-se, acima de tudo, que educação não é algo permanente e isolado do processo histórico. É da troca de pontos de vista, do amplo debate das pesquisas, estudos, da seriedade desses estudos, do engajamento dos mais destacados elementos de seus quadros na procura de soluções que, por certo, há de surgir uma Universidade efetivamente posta a serviço do desenvolvimento socioeconômico brasileiro” (IAB/SP, 1966e, p.3).

O relatório considerava que era responsabilidade da Universidade ser livre e permeável, desenvolvendo mecanismos de relação com a comunidade, identificando suas aspirações e respondendo a seus estímulos, como um agente de transformação social. A Universidade que permanecia alheia a isso “presa a uma estrutura rígida, a processos imutáveis de ensino e normas de administração estranha a própria dinâmica da educação, afasta-se cada vez mais da realidade, torna-se alienada e estéril” (IAB/SP, 1966e, p.4). E nesse contexto a formação do arquiteto:

“(...) deve responder ao desenvolvimento tecnológico do mundo moderno, superando sua definição como especialista em edifícios, e, afirmando-se como profissional de formação integral, qualificado, por isso, para o planejamento, bem como para todas as atribuições específicas de seu campo de conhecimento e controle profissionais” (IAB/SP, 1966e, p.4).

A longo prazo era necessário reestruturar a universidade, para a formação de todos os profissionais responsáveis pelo planejamento. A curto prazo era necessário elaborar mudanças imediatas nas estruturas das faculdades existentes, com a criação de centros de pesquisa e treinamento para profissionais aptos ao planejamento.

Assim, o Grupo 07 considerou alguns pontos: diante dos debates ocorridos nos últimos 12 anos em todas as Faculdades de Arquitetura no Brasil por meio dos congressos e encontros de Arquitetos, Estudantes e Professores; diante da necessidade de divulgar e analisar as teses discutidas nos encontros nacionais e internacionais sobre o ensino de Arquitetura e Planejamento; com a realização do VIII Congresso da UIA que tratou desses problemas; a existência de experiências como a do Instituto Central de Artes da Faculdade de Arquitetura de Brasília e o pouco tempo disponível para buscar-se uma alternativa propôs:

- Que a Divisão Nacional de Ensino do IAB, que deveria existir como reflexo dos trabalhos dos departamento, selecionasse, publicasse e divulgasse os documentos mais significativos dentre as conclusões dos eventos nacionais e internacionais; que estabelecesse um intercâmbio entre as Divisões de Ensino dos departamentos, os diretórios acadêmicos das Faculdades de Arquitetura, com objetivo de

manter arquitetos, estudantes e professores atualizados em relação aos estudos que se desenvolvem em todo país.

- Que a Divisão do Ensino do IAB do Rio Grande do Sul⁷² e seu programa fossem tomados como base para os outros departamentos do país;

- Que fossem considerados os seguintes elementos para um estudo objetivo:

- a estrutura das universidades brasileiras e suas limitações para a integração dos diversos campos de conhecimento e para a formação do arquiteto;

- a estrutura das faculdades de arquitetura e as perspectivas de revisão global de seus currículos e métodos, no sentido de um ensino voltado para a composição e planejamento, tendo em vista a flexibilidade estabelecida pela lei de Diretrizes e Bases e Conselho Federal de Educação;

- a inclusão, nos currículos plenos, de disciplinas de complementação atualizáveis e atualizadas, como instrumento de exame de problemas novos da realidade brasileira e atendimento de particularidades regionais;

- a organização de centros de pesquisa e planejamento dentro das universidades e o exame das possibilidades daí decorrentes para a organização de cursos de pós-graduação de alto nível (IAB/SP, 1966e, p.7).

No mesmo Relatório, o Grupo 07 apresentou uma moção que constatou os seguintes fatos:

1. A reabertura do diálogo entre arquitetos, professores e estudantes após um hiato de 04 anos
2. O interesse dos estudantes em participar do VI Congresso evidenciou sua preocupação com os problemas relacionados ao ensino no país
3. Percebeu-se a deficiência dos estudantes e suas dificuldades na participação dos debates de forma mais profunda, possivelmente ocasionada por problemas estruturais no ensino de arquitetura como:

⁷² O programa apresentado pela Divisão de Ensino do IAB/RGS propunha como atividades de estruturação de seu programa o exame do VII e VIII Congressos da UIA – de Cuba e Paris; o Relatório sobre o Sistema de Ensino em Brasília; o Material da Comissão de Reestruturação da UFRGS; o exame dos currículos do curso de Arquitetura e de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura; hipótese de reformulação do ensino a partir do entendimento de uma nova estrutura universitária. Além disso, a divisão se propunha a participar do Encontro de Arquitetos Planejadores e do VI Congresso Brasileiro de Arquitetos (ao qual estava participando); atuava na coordenação com a Comissão Permanente de Reestruturação da UFRGS; coordenação com a Comissão Permanente de Ensino do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura da UFRGS; na coordenação com a Secretaria de Ensino do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura – DAFA; coordenação com as demais Divisões de Ensino dos Departamentos do IAB, tendo em vista não apenas a troca de experiências, mas a análise das condições de ensino nas outras universidades; a pesquisa de documentação internacional de estruturas universitárias mais avançadas; a realização de conferências, mesas redondas e seminários no âmbito estadual; organizar a bibliografia especializada sobre o assunto e publicar trabalhos (IAB/SP, 1966e).

- a. A inexistência de uma definição objetiva do tipo de profissional a ser formado, suas características e definições de atividade profissional. Mais grave na FAU UFRJ, onde se formam 1/3 dos estudantes do país;
- b. Estrutura de ensino baseada na cátedra vitalícia, impossibilitando a renovação de professores e permitindo a permanência de profissionais estranhos ao campo de atividade dos arquitetos;
- c. Currículos ultrapassados que necessitam da reformulação que nem “sequer é estudada e debatida em virtude de quase total desinteresse do corpo docente”. Apresentavam maior gravidade as faculdades de Arquitetura da Universidade de Brasília, do Rio Grande do Sul e Mackenzie “que apresentavam evidente regressão em relação a conquistas anteriores no plano de estrutura e conteúdo do ensino” (IAB/SP, 1966f, p.1).
- d. A ausência de diálogo entre Congregação e estudantes. Estudantes do Mackenzie, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais não tem representação junto às direções.
- e. A ausência de um critério objetivo e aceitável de contratação do corpo docente, com capacidade a assumir a responsabilidade de formar jovens profissionais.
- f. A falta de equipamentos e ambientes adequados para o desenvolvimento dos estudos.

O grupo ainda afirmava que na FAU UFRJ os alunos estavam sendo ameaçados de desligamento, suspensão ou expulsão pela direção da Faculdade e que era estranha a ausência de representantes das faculdades de Arquitetura da Universidade de Brasília, Rio de Janeiro, Mackenzie, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco “o que comprova seu desinteresse na discussão destes problemas” (IAB/SP, 1966f, p.2).

Em vista dos fatos apontados a moção propunha que o IAB levasse tais fatos a conhecimento dos órgãos oficiais de ensino, às diretorias das Faculdades de Arquitetura e a todos os arquitetos e estudantes através dos veículos oficiais de divulgação. Além disso, o IAB seria responsável por tomar as providências da realização do Seminário de Ensino, em São Paulo, podendo contar com a ajuda dos estudantes de arquitetura para sua realização. As Divisões de Ensino, os Diretórios Acadêmicos e as Faculdades de Arquitetura deveriam considerar a sua participação nesse Seminário (IAB/SP, 1966f, p.2). Nota-se que os debates em 1966 já apresentavam desgastes quanto a adequação do currículo às demandas da profissão do arquiteto e urbanista, dois anos depois do início do Regime Militar. Além disso, em todos os sentidos o apoio do IAB junto às escolas se propunha como algo primordial para incentivar novas transformações. Contudo, na sequência dos anos essas insatisfações se intensificariam e novos problemas surgiriam.

Por sua vez, o VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, ocorreu em Belo Horizonte, na Sede do Banco da Lavoura, teve dois grandes temas: o exercício da profissão do arquiteto e o desenvolvimento urbano, conforme a Tabela 7(IAB/SP, 1968a).

Tabela 7: VII Congresso Brasileiro de Arquitetos

Tema: “O exercício da profissão do arquiteto e o desenvolvimento urbano”	Data: 1968	Local: Sede do Banco da Lavoura, Belo Horizonte
Grupos de Trabalho	Subtema: O exercício da profissão do arquiteto	Subtema: Desenvolvimento urbano
1. O exercício da profissão do arquiteto 2. O desenvolvimento urbano	- imagem e função do arquiteto na sociedade brasileira - Legislação, mercado e organização profissional do arquiteto	- expansão e renovação urbana.
	Textos IAB/SP	Textos IAB/SP
	Sobre a Regulamentação da Lei 5.194 Solicitação ao Conselho Superior “Pela aprovação do documento O Arquiteto, suas funções, responsabilidades e direitos” “Roteiro” “Pela criação do Sindicato de Arquitetos”	“A urbanização do Brasil e seu significado” “Problema Habitacional Brasileiro – 1968”

Fontes: (IAB/SP, 1968a).

Nesse Congresso, diferente do evento ocorrido em 1966, não foi discutido o tema da formação. Entre os textos apresentados, uma das propostas elaborada pelo grupo de trabalho depoimentos do IAB/SP, foi coordenada pelos arquitetos Roger Zmerkhol e Raymundo de Paschoal, e redigida em conjunto com os arquitetos Alberto Rubens Botti, Alfredo Paesani, Arnaldo Furquim Paoliello, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, Eurico Prado Lopes, Francisco Lucio Mario Petracco, Heitor Ferreira de Souza, Júlio José Franco Neves, Lívio Edmondo Levi, Luiz Alberto Stockler, Luiz Roberto Carvalho Franco, Pedro Paulo de Mello Saraiva, Roberto Cerqueira César e Roberto Claudio Aflalo. A proposta, no Tema I, “Exercício da Profissão do Arquiteto”, no subtema “Legislação, mercado e organização profissional do arquiteto” considerava que a Lei no 5.194 deveria ser regulamentada, pois continha instrumentos de grande valia para o desenvolvimento profissional do arquiteto. Os arquitetos também apontavam que seus colegas desconheciam o artigo 8º da Lei, bem como o Capítulo II que se referia ao direito autoral, considerando que o trabalho do arquiteto estava sendo “oferecido ao nível do assalariado” e que a Lei definia responsabilidades técnicas, os autores da proposta propunham que as sessões de trabalho desse subtema:

- Encontrassem a melhor forma de divulgar os artigos da Lei de maior interesse para o exercício da profissão do arquiteto;
- Estabelecessem uma tática de ação capaz de elaborar programa de atuação do IAB e suas unidades federadas, no sentido de se regulamentar as atribuições profissionais do arquiteto;

- Organização um novo Currículo Mínimo Nacional, para os diversos cursos de arquitetura;
- Arrolamento das atribuições profissionais do arquiteto;
- Elaboração de instrumentos capazes de melhor garantir as distintas atividades e atribuições profissionais de competência da pessoa física e pessoa jurídica (Artigo 8º);
- Elaboração dos instrumentos capazes de melhorar e garantir direitos de autoria enunciados no Capítulo II;
- Estabelecimento de um programa e coordenação de suas atividades das Câmaras Especializadas nos Conselhos Regionais e;
- Que o IAB, elaborasse quais eram as responsabilidades técnicas, fazendo as necessárias sugestões junto aos CREAs e CONFEA, para sua regulamentação;
- Que o Conselho Superior recomendasse às duas unidades federadas fazerem gestões junto aos respectivos órgãos estaduais e municipais, no sentido de se elaborar normas para a seleção de firmas ou profissionais de arquitetura para a elaboração de estudos e projetos (IAB/SP, 1968b).

O grupo de arquitetos do IAB/SP também anexou um documento, com campos para assinatura de membros representantes das três profissões abarcadas pelo CREA: Júlio José Franco Neves, como presidente do IAB, José Calil, presidente da federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e Luiz Carlos Mendonça, 1º secretário do Instituto de Engenharia. Nele, foram elencadas diversas considerações sobre a Lei que regulava a profissão, nº 5.194/1966. Por um lado, os arquitetos destacaram que a Lei criou novas condições e exercício da profissão, impedindo, por exemplo, a concorrência de preços para serviços profissionais, ainda que essa prática não funcionasse. Contudo, os arquitetos destacavam que a Lei não definia as atribuições de cada uma das profissões⁷³. Por sua vez, os órgãos de classe de cada profissão estavam buscando, através de tabelas específicas, os valores de remuneração de cada serviço. Ao mesmo tempo, os órgãos governamentais estavam estabelecendo regras de remuneração desses profissionais através de portarias, normas e regulamentos, causando prejuízo às classes interessadas. Os arquitetos acrescentavam que o CREA da 6ª região (São Paulo e Mato Grosso) era o único capaz de representar o conjunto das profissões conforme exigia a Lei (IAB/SP, 1968b).

Dessa forma, os autores propuseram que o CREA da 6ª Região definisse os serviços de engenharia, arquitetura e agronomia e todas as suas especificações de maneira clara e detalhada; definissem os critérios de remuneração dos serviços, oferecendo igual oportunidade e maior possibilidade de participação a todos profissionais; a reformulação, em comum acordo com as Universidades, do currículo escolar, proporcionando condições de formação a todos profissionais de realizar os trabalhos a serem definidos

⁷³ Esses aspectos foram reafirmados em editorial da Revista Acrópole, nº 336, de janeiro de 1967, intitulado: “Aspectos da Nova Lei”.

pelo conselho; a definição das atribuições profissionais de cada uma das classes representadas pelo CONFEA; e a determinação de direitos, obrigações e responsabilidades dos profissionais. A realização desse trabalho seria feita por um grupo de profissionais, representantes de cada classe, e remunerados pelo CREA, sendo um trabalho urgente e a ser desenvolvido no menor prazo possível (IAB/SP, 1968b). Ao fim deste documento, estavam reproduzidos os artigos da antiga Lei de regulamentação da profissão (nº 23.569/1933) nos quais eram definidas as atribuições de cada profissional, como dos artigos 30 a 37.

O que se pode ver foi um inicial apoio a promulgação da lei, seguido de um protesto da categoria, pois além de não definir as atribuições exclusivas dos arquitetos, ela não dava garantia do cumprimento de todos os artigos sem uma fiscalização efetiva. No período, era notório aos arquitetos a ampliação de seu campo de trabalho, envolvendo o planejamento urbano e o desenho industrial. Contudo, conforme apontado por Joaquim Guedes e Jorge Wilhelm⁷⁴, a profissão do arquiteto seguia em “posição de insegurança”. A demanda efetiva de trabalho se apresentava inferior às reais necessidades. Além disso, os escritórios precisavam se reestruturar para atender a esses novos projetos (REVISTA ACRÓPOLE, 344, 1966).

Nesse sentido, uma das propostas apresentadas no VII CBA foi a “Imagem e função do arquiteto na sociedade brasileira”. As considerações apresentadas abordavam a necessidade de divulgar e promover o arquiteto junto ao poder público e à sociedade em geral; a necessidade de caracterização das atribuições profissionais dos arquitetos que ainda não estavam regulamentadas; e o fato de que o campo de atividade profissional do arquiteto não se restringia apenas à edificação. Assim, os arquitetos propunham que fosse elaborado no Congresso o roteiro de um documento intitulado “O arquiteto, suas funções, responsabilidades e direitos” (IAB/SP, 1968c).

Para tal, o grupo apresentou uma proposta, na qual seriam elencadas a imagem e a função do arquiteto (na participação do desenvolvimento brasileiro e o avanço da cultura e da técnica); o campo de trabalho do arquiteto ao nível do edifício (edifícios, equipamentos de infraestrutura urbana dos transportes), ao nível do objeto (móveis, equipamentos), ao nível da paisagem (urbanismo – móvel de rua, paisagismo – viário), ao nível de linguagem (comunicação visual e programação visual); normalização, programações, especificações e orçamentos; execução (ao nível de fiscalização e direção técnica); e ensino. O documento também incluía os tipos de prestação de serviços profissionais: consultorias, assessoramentos, pareceres e julgamentos; perícias avaliações e vistorias; elaboração de programas; estudo de viabilidade técnica (quanto a custos e técnicas construtivas). A prestação de serviços de projeto era detalhada em diversas etapas, sendo o projeto do edifício, da paisagem ou da linguagem⁷⁵. Os arquitetos propunham que fosse

⁷⁴ “O exercício da profissão”, edição nº 334, novembro de 1966, p. 44.

⁷⁵ As quais eram: estudo preliminar, anteprojeto, projeto definitivo (básico, de execução, especificações, avaliações e levantamentos quantitativos de serviços e materiais, memorial descritivo); assessoria e tramitação de processos; coordenação, direção e assessoramento aos projetos técnicos e complementares; fiscalização arquitetônica; orçamentos, direção técnica e execução de obra (através de programação de execução de obra, realização de cronogramas financeiros,

acrescentado a esse roteiro as normas de seleção de profissionais ou firmas para a elaboração de estudos e projeto, entre as quais estavam a livre escolha, o cadastramento, a qualificação, o concurso de títulos e anteprojeto. Também faziam parte da proposta as normas de remuneração de serviços: hora técnica (valor adotado pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o curso de salários multiplicados por um coeficiente somado ao reembolso das despesas diretas multiplicada por outro coeficiente; por porcentagem sobre o custo da obra, por salário mínimo profissional ou por salários em vários níveis (sênior, júnior, manager ou experiência profissional). Por fim, o roteiro elencava as formas de exercício profissional: como pessoa física (em atividades por conta própria, atividades assalariadas com CLT para os setores público ou privado); como pessoa jurídica (autônomo ou em firmas); com trabalhos em equipes de autores de projetos ou equipes interdisciplinares; e de forma híbrida (setor público-privado e órgãos paraestatais) (IAB/SP, 1968c). Aqui, nota-se a consciência dos profissionais em meio as diversas formas de atuação profissional da categoria.

No mesmo evento de 1968, foi publicado um roteiro do documento “O arquiteto, suas funções, responsabilidades e direitos”, o qual seguiu acompanhado de alguns comentários referentes ao campo de trabalho do arquiteto e alguns problemas de interesse profissional como o surgimento das empresas de projeto, o caso dos recém-formados, do arquiteto e o serviço público, as áreas de planejamento e desenho industrial/comunicação visual e os tipos de serviço oferecidos por arquitetos (IAB/SP, 1968c).

Quanto ao campo de trabalho, os arquitetos reconheceram que as oportunidades tinham se ampliado especialmente com a incorporação do planejamento pelo governo. Como consequência, o arquiteto estava sendo solicitado em projetos que envolviam além do edifício, a saúde pública, a indústria e todo o desenvolvimento econômico. Entre os anos de 1950 e 1968 o governo havia criado uma série de órgãos como a - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene (1958), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e Urbanismo, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e diversos Fundos de Financiamento. Contudo, alguns problemas apareceram aos arquitetos como o surgimento das empresas de projeto (entre firmas estrangeiras e nacionais). Além disso, em todo esse processo os arquitetos recém-formados encontravam participação reduzida, e suas oportunidades acabavam-se por resumir ao trabalho assalariado (IAB/SP, 1968c). Ao mesmo tempo que o poder público buscava transferir diversas de suas ações para a área privada, houve a criação de novos órgãos nos quais a participação do arquiteto se fazia imprescindível.

Nos novos campos de trabalho fazia-se visível a área de planejamento com desenvolvimento de trabalhos de planejamento global na área da habitação, indústria da construção civil, a localização de equipamentos, infraestrutura, evolução urbana. Também eram desenvolvidos pelos arquitetos planos setoriais (na área de urbanização e habitação) e planos regionais e urbanos de desenvolvimento integrado. Outro campo

organização das concorrências, coordenação e fiscalização técnica de execução de obras, controle de cronograma de execução e financeiro.

em destaque era o do desenho industrial e comunicação visual, de objeto e linguagem. Os arquitetos consideravam necessário que o IAB destacasse esse campo principalmente nos aspectos da formação profissional, pois em países como os Estados Unidos havia cursos especializados de desenho industrial. Com isso, alguns arquitetos admitiam que esta área era também desenvolvida por arquitetos, mas não excluía a hipótese da atuação de outros profissionais no desenvolvimento dessas atividades (IAB/SP, 1968c).

Outra colaboração dada no VII Congresso Brasileiro, ao subtema do exercício profissional, a de Alberto Botti, que apresentou na temática “Imagem e função do arquiteto na sociedade brasileira”, o trabalho intitulado “O IAB e os Novos Processos de Planejamento”. Nele, o arquiteto destacava que nos anos que antecederam a realização do VII Congresso, estava-se criando uma cultura de planejamento para a solução de diversos problemas no país. Profissionais de diversas áreas estavam considerando essa nova oportunidade no mercado de trabalho e depois da implantação de firmas estrangeiras para o atendimento dessa demanda no país, algumas firmas nacionais passaram a surgir. Junto com as novas firmas, surgiram outras formas de contratação⁷⁶, como a pré-qualificação:

“Observe-se, que em princípio, o processo de pré-qualificação tenderia a determinar entre os diversos grupos apresentados, aquele que reunisse o maior número de condições para a solução de um problema específico objeto da concorrência em si. Dentro de uma consideração desta, a posição dos arquitetos sempre que se tratasse de problemas ligados especificamente ao projeto arquitetônico, deveria de per si estar suficientemente estabelecida, o que se verifica, porém na realidade, é infelizmente diverso. Dentro do processo criado vem se firmando uma série de conceitos, que tendem a caracterizar, cada vez mais, a importância da empresa, desprezando-se o valor de seus componentes. É a supervalorização de núcleo-empresa em detrimento daquele inicialmente fundamental, qual seja daqueles que compõem este mesmo grupo” (BOTTI, 1968, pp.01-02).

Essa nova modalidade, ao ver de Botti (1968) revelava-se perigosa para o arquiteto pois, valorizava a imagem das empresas e desvalorizava a imagem do indivíduo. Como consequência os arquitetos poderiam ser “alijados do próprio processo específico de planejamento arquitetônico em detrimento de grupos impessoais, sem que tenham qualquer condição, da forma atual, de poder fazer ouvir seu ponto de vista” (BOTTI, 1968, p.02). Algo precisava ser feito para a retomada do papel do arquiteto na esfera do planejamento e segundo Botti (1968) cabia ao IAB reestabelecer a posição do arquiteto e sua consequente valorização.

⁷⁶ Outra queixa contra os critérios de distribuição de trabalho se apresentava contra as concorrências chamadas de integradas, nas quais as empresas incluíam o projeto e a execução da obra em um único pacote. Contudo, era requerido que as empresas apresentassem um ou mais autores de projeto. Constatava-se que “com esse procedimento de concorrências integradas, a profissão do arquiteto está sendo dilacerada, e menosprezada”. Outro ponto era o aspecto qualitativo do projeto feito por meio dessa modalidade, pois que garantia ela daria do ponto de vista social, humano e arquitetônico” aos futuros usuários? (“Um mal, as concorrências integradas”. REVISTA ACRÓPOLE, nº 356, 1968, p. 14). Assim, era urgente a participação do IAB na mediação desse processo de organização das oportunidades no mercado de trabalho, pois, segundo o presidente do IAB/ RJ (núcleo Rio de Janeiro), Paulo Casé “a classe está marginalizada por falta de uma legislação que defina suas verdadeiras funções na elaboração de projetos” (REVISTA ACRÓPOLE, nº 390, 1971, p.05).

Dessa forma, o arquiteto propunha que fosse desenvolvida uma política de valorização profissional como indivíduo, incluindo outras entidades de classe interessadas; que fosse manifestada a necessária participação do órgão de classe em todas esferas que envolvessem o projeto arquitetônico em casos de consultoria, concursos e concorrência; o desenvolvimento de soluções e “ações do sindicato de classe como órgão mais capacitado para a defesa dos interesses profissionais do arquiteto” e a ampla divulgação do problema a toda classe (BOTTI, 1968, p.03). Possivelmente, Botti, que havia sido vice-presidente do IAB/SP no biênio 1964/1965 e atuava entre os anos de 1966/1967 como membro do Conselho Superior, havia acompanhado as primeiras movimentações para a criação da APA e acreditava, naquele momento, que o Sindicato poderia ser esse órgão de defesa. Com o passar dos anos, nenhuma das suas Instituições atendiam as demandas dos escritórios de projeto – nem o IAB/SP e nem o Sindicato – levando-os a criar a AsBEA com outros colegas.

No entanto, até aquele momento, como anexo ao texto do Botti, foi apresentado o Ato nº 3.894 de agosto de 1967, intitulado “Normas para a seleção de firmas ou profissionais de engenharia e arquitetura para a elaboração de estudos e projetos”. Segundo o primeiro capítulo do Ato, ele se aplicaria a serviços profissionais especializados como “planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, bem como de obras, estruturas, comunicações, exploração de recursos naturais e desenvolvimento de produção; avaliações, vistorias, perícias, pareceres e fiscalização de obras e serviços de engenharia e arquitetura; estudos de organização administrativa, econômicos e financeiros”. No âmbito desses serviços estavam envolvidas consultas e assistência técnica, projetos e fiscalização (São Paulo, 1967).

No segundo capítulo eram estabelecidas as normas de contratação. A escolha da firma a ser responsável pelo trabalho seria feita por uma Comissão Permanente de Contratação de Serviços Especializados, organizada em cada departamento ou autarquia pública. Esta comissão seria composta por 06 membros, dos quais 04 pertenceriam à Secretaria dos Serviços e Obras Públicas, um representante do Instituto de Engenharia e um urbanista representante do IAB/SP. Dos membros da secretaria, aos menos dois deveriam ser engenheiros ou arquitetos e, por sua vez, os membros das entidades de classe não poderiam pertencer à Secretaria. A responsabilidade da comissão seria organizar e manter atualizado um cadastro de firmas, profissionais interessados e qualificados para a execução dos serviços. Nesses cadastros as firmas e profissionais deveriam manter atualizados sua organização, capacidade e experiência, complementadas por informações da comissão como recomendações, atestados, apreciações sobre trabalhos realizados (São Paulo, 1967).

No momento da contratação de um serviço, a comissão selecionaria em seu cadastro “a seu juízo, tendo em vista a magnitude e natureza do trabalho, um número adequado de firmas e profissionais de notória especialização as quais endereçara convite para qualificação”. A Comissão estava autorizada a fazer convites a firmas que não constavam no cadastro e divulgar o serviço a ser feito para a inscrição de mais candidatos. No convite para a qualificação deveria constar claramente a finalidade do projeto, localização

e todas as outras informações pertinentes que permitissem a firma averiguar as dificuldades e a natureza do trabalho, de modo a prestar as informações adequadas. Depois do recebimento da qualificação dos candidatos, a Comissão faria a apreciação com a emissão de um relatório com os critérios analisados e estabeleceria uma classificação. A Comissão se responsabilizaria pela elaboração do contrato com o classificado (São Paulo, 1967). De certa forma, a norma propunha a democratização do processo de escolha dos profissionais, em um momento nada democrático.

Os relatórios finais do VII Congresso não apresentaram grande satisfação diante dos resultados obtidos. Quanto aos resultados das discussões nos temas de Exercício da Profissão do Arquiteto não foram apresentadas propostas dentro do subtema “Imagem e Função do Arquiteto na Sociedade Brasileira”. Assim as propostas apresentadas foram originariamente feitas ao ENEAU - Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo pelo IAB/SP, a fim de construir-se um debate sobre o tema. Os responsáveis pelo relatório atestaram que a participação estava muito aquém das “reais possibilidades de intervenção já demonstradas pelos arquitetos brasileiros”. Para eles, era sintomático não ter representações nesse tema diante da presença cada vez menor dos arquitetos no desenvolvimento do país – apenas 5% do total da área construída era feita com a participação dos arquitetos. Algumas possibilidades foram aventadas para esse ocorrido: os arquitetos e departamentos do IAB ainda não estavam sensibilizados para debater essas questões, pela forma de preposição e preparação do VII Congresso os arquitetos não foram despertados a esse debate; os arquitetos estavam demonstrando pouco interesse sobre o tema. Por sua vez, no subtema “Legislação, mercado e organização profissional do arquiteto” foi destacada a nova organização profissional dos arquitetos em vista da transformação da profissão que faziam surgir “problemas de representação legais e defesa de profissional que fogem da alçada do IAB” com criação dos Sindicatos dos Arquitetos (IAB/SP, 1968e).

Quanto às discussões apresentadas referentes à legislação profissional foi proposto que os arquitetos encontrassem maneiras para divulgar e esclarecer alguns dos artigos da Lei 5.164/66 que interessavam ao exercício da profissão como o artigo 8º, que determinava as atividades e atribuições profissionais de competência física e jurídica; o capítulo referente aos direitos autorais e o artigo 83º referente a concorrência de preços de projeto (IAB/SP, 1968e).

A concorrência que se apresentava mesmo em meio à ampliação do mercado de trabalho era uma grande preocupação dos profissionais. Os arquitetos protestavam pela falta de independência que possuíam nos trabalhos enquanto assalariados e em outras funções onde não atuavam como liberais. Para a Eduardo Corona⁷⁷, o IAB precisava articular-se e comunicar-se melhor com os responsáveis pela contratação de projetos, exigindo a abertura de portas aos arquitetos liberais, os quais eram nesse momento preteridos em detrimento das empresas de projeto.

⁷⁷ “O trabalho nos foge das mãos”. Revista Acrópole, nº 346, abril de 1968.

Mesmo em meio a concorrência e as queixas quanto a participação no desenvolvimento nacional, trouxe polêmica a época uma pesquisa realizada pelo CREA da 6ª Região assegurando que até o ano de 1975, os arquitetos ainda encontrariam emprego na cidade de São Paulo. Contudo, estimava-se que em 1980, teriam 5.600 arquitetos, enquanto só haveria trabalho para 5.000 deles. Os resultados da pesquisa foram contestados, pois reconhecia-se que os arquitetos não atingiam todas as camadas da população. Além disso, era necessário distribuí-los de forma adequada no território⁷⁸, já que diversos municípios no Estado ainda não tinham arquitetos (REVISTA ACRÓPOLE, n° 380, 1970)⁷⁹.

O último evento organizado pelo IAB na década de 1960 foi o VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos, ocorrido em Porto Alegre, entre os dias 14 e 17 de outubro de 1969, teve como grande tema “As potencialidades do arquiteto frente ao desenvolvimento da sociedade atual”, conforme a Tabela 8 (IAB/SP, 1969).

Tabela 8: VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos

Tema: “As potencialidades do arquiteto frente ao desenvolvimento da sociedade atual”	Data: 14 e 17 de outubro de 1969	Local: Porto Alegre
Painéis de Discussão	Grupos de Trabalho	
1. Informação e arquitetura 2. Indústria e arquitetura 3. Subdesenvolvimento econômico e planejamento físico	1. Organização do espaço 2. Organização profissional 3. Formação do arquiteto e outras temáticas	
Comissão de Direção		
Demétrio Ribeiro (presidente do IAB/RS), Eduardo Kneese de Mello (Presidente do IAB), Miguel Alves Pereira, Reynaldo Luiz Calvo e José Fernando Carvalho (Vice-presidentes do IAB) e Fabio Penteado (secretário geral do IAB).		

Fontes: (IAB/SP, 1969).

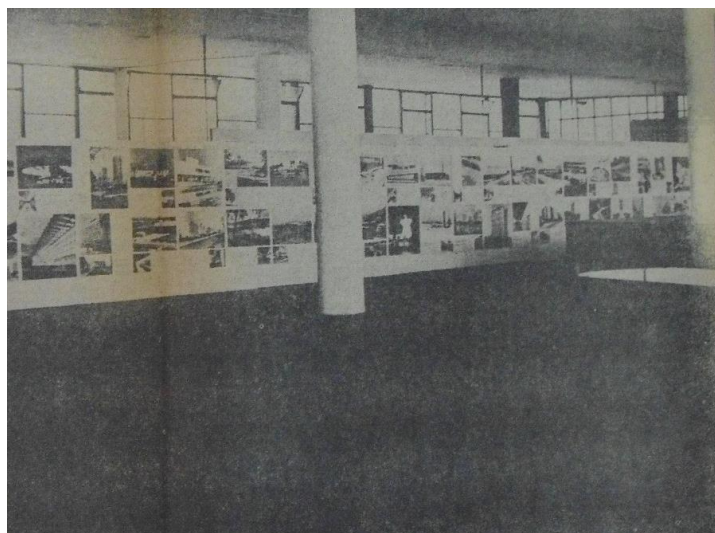
No Grupo de trabalho de organização do espaço foram discutidas a participação dos arquitetos no planejamento e qual seria sua contribuição para a criação de uma estrutura urbana adequada em larga escala, as distribuições de transporte de massa e novos sistemas nos Planos Regionais e colocava como questão se o arquiteto, com os métodos atuais, solucionaria os problemas relativos à dinâmica da sociedade além dos problemas de moradia. No grupo 02, de Organização Profissional, colocaram-se questões relativas à criação das entidades de classe – se estas eram feitas para evolução da profissão ou para manutenção da condição momentânea; se o modelo profissional do arquiteto permitia que ele participasse do desenvolvimento do país e se as novas formas de atuação profissional estavam incidindo sobre o modelo. Por sua vez, o grupo de formação do arquiteto defendia a representação paritária de estudantes de arquitetura (IAB/SP, 1969).

⁷⁸ A má distribuição geográfica dos profissionais também foi destaque no artigo “Brasil, país sem arquitetos”, na Revista Acrópole n° 388, de setembro de 1971, destacando a necessidade de avançar na formação de profissionais – incluindo a criação de novas faculdades – “depois de Brasília e de uma Transamazônica”.

⁷⁹ “A profissão e uma pesquisa”. Revista Acrópole, n° 380, dezembro de 1970.

Pretendia-se no Congresso “formular perspectivas amplas da atuação profissional, ao invés de se fazer apenas uma troca de experiências de relações atuais”. Era previsto em seu regulamento a realização de painéis, coordenado por um arquiteto e aberto a colocação dos participantes nos seguintes temas: informação e arquitetura; indústria e arquitetura; subdesenvolvimento econômico e planejamento físico (IAB/SP, 1969). Sobre esse congresso, pouquíssimas informações foram obtidas no Arquivo Morto do IAB/SP. Deve-se considerar que 1969 foi o ano de AI-5 e possivelmente os arquitetos paulistas encontravam-se em dificuldades para elaborar propostas de discussão. Diante dos temas abordados pelos arquitetos, nota-se a ausência de posicionamento diante dos acontecimentos políticos desde 1964. Aparentemente, o IAB/SP observava no final da década de 1960 a intensa repressão e controle nos Sindicatos, bem como a cassação de professores, apenas atestando a ocorrência dos fatos. Provavelmente buscava-se compreender como seriam os anos subsequentes e qual seria o posicionamento do Instituto. Estes foram os eventos promovidos pelo IAB no período enquanto era única entidade atuando em defesa da profissão e da formação do arquiteto. Após esse período, com o AI – 5 e o enrijecimento das ações do Regime Militar, os arquitetos se reuniram em outras instancias, como a primeira Bienal de Arquitetura, realizada em 1973, na qual foi realizado o Simpósio de Escolas de Arquitetura.

Figura 2: Exposição da I Bienal de Arquitetura (1973)



Fonte: Arquivo Wanda Svevo. Jornal Diário Popular de 16 de Junho de 1976.

Contudo, os Congressos Brasileiros de Arquitetos só foram retomados em 1976. O que se percebia quanto ao ensino já era uma insatisfação pela não implantação do Currículo Mínimo de 1962 em larga escala, bem como pela imposição do Currículo Mínimo de 1969. Já a ampliação do número de escolas era bem vista, no sentido da formação de mais profissionais para divulgação da profissão.

3.3. Fundação do Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo

As discussões e as manifestações de apoio para a criação do Sindicato de Arquitetos se iniciaram em 1966, no VI Congresso Brasileiro de Arquitetos⁸⁰. A finalidade inicial da criação do SASP era a existência de um órgão que atuasse em defesa da profissão. Segundo Alfredo Paesani, participaram das discussões iniciais sobre a criação dos Sindicatos de Arquitetos os profissionais paulistas e baianos, os quais constataram que:

“Além das dificuldades naturais enfrentadas, ainda havia outra: antes da constituição dos sindicatos, eles deveriam ser precedidos, conforme exigência legal, das Associações Profissionais, e estas, também não haviam sido formadas” (IAB, 1972, p. 45).

Atuantes na defesa do Sindicato, os arquitetos Clovis Ilgenfritz (fundador do SAERGS e segundo presidente da FNA – Federação Nacional dos Arquitetos, além de fundador da CUT – Central Única dos Trabalhadores) e Newton Burmeister (terceiro presidente da FNA e fundador da CUT) lembraram a decisão pela criação dos Sindicatos se deu como uma reação dos trabalhadores ao golpe de 1964 (SILVA, BURMEISTER in Arquiteto, 1992). Nesse período também foi alterada a condição de trabalho:

“Herdeiros de uma visão de profissional liberal, autônomo, que trabalhava para as elites, do profissional que, para ser bem-sucedido, precisava de um “mecenas”, os arquitetos, na sua maioria, passaram para a condição de empregados nos serviços públicos, nas universidades, nas empresas privadas, na produção de arquitetura, na construção propriamente dita, e na organização urbana. Aumentava o número de assalariados, enquanto se estreitava cada vez mais a participação dos profissionais liberais e autônomos” (SILVA, BURMEISTER in Arquiteto, 1992, p.14).

Segundo Paesani (in Arquiteto, 1992), a transformação das Associações Profissionais em Sindicatos se deu entre os anos de 1967 e 1975 em cinco Estados – Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e em São Paulo. Essa estrutura nacional era importante, pois havia uma preocupação de consolidar os sindicatos nesse âmbito, a partir da estrutura de cada Estado, sendo coordenados pela base nacional que se encontrava por meio dos Encontros Nacionais de Sindicatos de Arquitetos⁸¹. Nesse processo, o Ministério do Trabalho era responsável por verificar os estatutos – os quais eram padronizados – e verificar a procedência dos diretores, que eram submetidos a aprovação.

Em 1967, a criação do SASP começou a ser discutida pela diretoria do IAB/SP. Em reunião do dia 11 de abril, foi deliberado aos arquitetos Alfredo Paesani, William Munford e Alberto Botti que iniciassem o processo de criação da Associação dos Arquitetos Paulistas (APA), para a posterior criação do Sindicato (IAB, Livro de Atas nº 06, 1967). Deve-se considerar que Paesani e Munford não participavam da diretoria do IAB/SP no Biênio 1966-1967, apenas Botti, que era membro do Conselho Superior.

⁸⁰ O Congresso, realizado em Salvador, ocasionou a criação do primeiro Sindicato de Arquitetos do Brasil, conforme nota publicada na Revista Acrópole 374 – “Sindicato de Arquitetos” p.12, junho de 1970.

⁸¹ Essa forma de organização era a mesma estabelecida pelo IAB, conforme destacado por Nakandakare (2018).

No mesmo ano, em Belo Horizonte, definiu-se que “todos os departamentos do IAB deveriam criar sindicatos locais”. Assim:

“Em 19 de maio de 1967 com a presença de 123 profissionais na sede do IAB, departamento de São Paulo, foi criada a Associação Profissional dos Arquitetos, tornando possível teoricamente a constituição do Sindicato, cabendo ao arquiteto Ícaro de Castro Mello materializar a sua implantação. No ano seguinte, após a preparação da documentação necessária, foi convocada uma assembleia geral extraordinária, a 06 de novembro de 1968, para a transformação da Associação em Sindicato, o que foi aprovado por unanimidade” (IAB, 1972, p. 46).

Em 15 de abril de 1968, foi anunciado em assembleia pelo arquiteto Paesani (o qual nesse período já ocupava cargo na diretoria do IAB/SP) como 3º Vice-Presidente, que a APA já estava registrada e era necessária a realização de uma assembleia para a que fosse aprovada a criação do Sindicato pois, para sua existência era necessário que “1/3 dos arquitetos registrados no CREA” estivessem filiados a mesma. Essa assembleia seria responsável por aprovar o estatuto do Sindicato, e outros assuntos. Nessa oportunidade, o IAB/SP fez uma doação de 300 cruzeiros novos para o SASP (IAB, Livro de Atas nº 06, 1968).

Para angariar mais associados, em reunião no IAB/SP de 03 de dezembro de 1968⁸², com a presença de Ícaro de Castro Mello (o qual havia sido presidente do IAB/SP no início da década de 1960, mas não ocupava cargo na diretoria naquele momento), o arquiteto pediu o envio de uma circular conjunta do IAB e da APA para convidar os colegas à se inscreverem na Associação. Nas reuniões seguintes, discutiu-se a possibilidade ou não dos funcionários públicos se filiarem à APA (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1968).

Quanto ao processo jurídico de instalação do Sindicato, no VII Congresso Brasileiro de Arquitetos o grupo de trabalho de depoimentos do IAB/SP, estabeleceu algumas considerações para a proposta dos Estados de criarem em suas respectivas regiões os Sindicatos de Arquitetos. Entre elas estavam o fato do desenvolvimento da profissão levava o arquiteto à ter novas condições de atuação profissional, que, em consequência estavam surgindo problemas de relações empresariais e trabalhistas que fugiam a ação específica do IAB; que o Conselho Superior do órgão já havia recomendado a criação dos Sindicatos Estaduais de Arquitetos reiteradas vezes; que o Sindicato seria o único instrumento legal de representação dos profissionais junto aos órgãos competentes; por meio dele teriam melhor maneira de colocar os problemas de remuneração do trabalho profissional e que sua existência era caminho natural para um órgão nacional de representação e fiscalização do exercício profissional (IAB/SP, 1968d).

Como anexo a essa proposta os arquitetos apresentaram o parecer do advogado Modesto Carvalhosa, consultor jurídico do IAB/SP, datado de 10 de março de 1963, muitos anos antes das discussões se

⁸² Também estavam presentes os arquitetos Abelardo Gomes de Abreu, Roger Zmerkhol, Israel Sancovicz, Alfredo Paesani, José Carlos R. de Almeida, Eurico Prado Lopes, Humberto Lagrotta, Marino Barros, Mario de Azevedo e o colega Carlos Pompeu (IAB/SP, Livro de Atas nº 06, 1968).

iniciarem no VI CBA de Salvador, em 1966. Nele, foi apresentado o roteiro para estabelecimento do Sindicato de Arquitetos. Que seguia o processo já apresentado nas Atas do IAB/SP: a necessidade da criação da APA, a convocação de uma Assembleia Geral de Constituição, com avisos publicados em órgãos de grande circulação, conforme a seguinte ordem do dia: deliberação da fundação da Associação profissional dos Arquitetos do Estado de São Paulo; aprovação dos respectivos Estatutos Sociais; a fixação da contribuição mensal e outros assuntos de interesse geral (IAB/SP, 1968d).

Um dos aspectos que se destacam no parecer do advogado era a preocupação quanto a representatividade da associação que deveria ter um terço dos profissionais registrados na região. Por isso, o advogado ofereceu duas opções – ao invés de propor um Sindicato estadual, propor um de forma distrital, municipal, interestadual ou nacional; ou até mesmo pedir dispensa dessa exigência (IAB/SP, 1968d).

Outro documento anexado a proposta tratava da “Consolidação das leis do trabalho e legislação complementar” de autoria de Adriano Campanhole, datado de 1966. Nele, foram abordados os termos da organização sindical propostos na Constituição Federal. Do processo de transição da associação para sindicato, o artigo 511 afirmava:

“É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais exerçam respectivamente a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas” (IAB/SP, 1968d).

O artigo seguinte, 512, definia que apenas as associações profissionais constituídas com essa finalidade podiam ser reconhecidas como Sindicatos. Eram prerrogativas dos Sindicatos: representar os interesses gerais da categoria ou profissão liberal ou interesses individuais associados a profissão exercida; celebrar contratos coletivos de trabalho; eleger ou designar representantes da categoria ou profissão liberal; colaborar com o Estado, como órgãos técnicos de estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal; impor contribuições a todos aqueles que participavam da categoria. Eram deveres dos Sindicatos: colaborar com o poder público no desenvolvimento da solidariedade social; manter serviço de assistência jurídica aos associados; promover conciliações nos dissídios de trabalho. Os sindicatos de empregados também teriam o dever de promover a fundação de cooperativas de consumo e crédito, a fundação de escolas de alfabetização e pré-vocacionais (IAB/SP, 1968d). Nota-se que neste primeiro momento, o Sindicato não se afirmava como sendo unicamente um sindicato de assalariados, mas de todos os profissionais da categoria, incluindo os liberais

Também se encontrava anexada ao parecer do advogado uma resolução da Comissão de Enquadramento Sindical, datada de 17 abril de 1968 na qual estava relatado:

“Vistos e relatados estes autos em que a Associação Profissional dos Arquitetos do Estado de São Paulo, requer seu registro. Resolve a Comissão do Enquadramento Sindical, em sessão ordinária, por unanimidade de votos dos presentes, de acordo com o parecer do relator, opinar favoravelmente ao registro do requerente” (IAB/SP, 1968d).

A cópia da carta que havia sido enviada à Comissão de Enquadramento Sindical, datada de 30 de novembro de 1967, foi assinada por Sacha Kislánov e descrevia que para o registro da Associação já constavam a assinatura de 123 arquitetos e se tornava, naquele momento, “dispensável argumentar quanto a importância profissional do arquiteto” e que mesmo que os arquitetos estivessem incluídos no CONFEA, não se poderia deixar de reconhecer que “os interesses profissionais de Engenheiros e Arquitetos são divergentes”⁸³ e por essa razão existia o IAB, para classe dos arquitetos. O sindicato estaria inserido no Plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais (IAB/SP, 1968d). O registro da Associação, também anexado junto a Proposta, foi datado de 19 de setembro de 1968, com endereço do Edifício do IAB, à Rua Bento Freitas, 306, 4º andar (IAB/SP, 1968d).

A primeira diretoria do Sindicato contou com os seguintes arquitetos, como informa a Tabela 9:

Tabela 9: Diretoria do SASP entre os anos 1972 - 1973

1. Alfredo Serafino Paesani	Presidente
2. Geraldo Vespaziano Puntoni	Vice-Presidente
3. Eduardo Kneese de Mello	Conselho Fiscal
4. Pedro Paulo Saraiva	Conselho Fiscal
5. Abelardo Gomes de Abreu	Conselho Fiscal
6. Gregório Zolko	Tesoureiro
7. Roberto Loeb	Tesoureiro
8. Helene Afanasieff	Secretária
9. Edith Gonçalves de Oliveira	Diretora
10. João Clodomiro Browne de Abreu	Suplente
11. Israel Sancovicz	Suplente
12. Sergio Pileggi	Suplente
13. José Luiz Fleury de Oliveira	Suplente
14. Leo Bonfim Junior	Suplente
15. Luiz Ernesto Gadelha	Suplente

Fonte: SASP

Observa-se na composição dessa primeira diretoria a presidência de Alfredo Paesani, que atuava na gestão do biênio 1970-1971 do IAB/SP como vice-presidente; a de Pedro Paulo de Melo Saraiva como membro do Conselho Fiscal do SASP, vindo da presidência do IAB/SP na gestão 1970-1971; e de Geraldo Puntoni, que era membro do Conselho Superior do IAB/SP e ocupava a partir de 1972 o cargo de vice-presidente do SASP. Outro ponto notável é que os três arquitetos também ocupavam cargos na diretoria do IAB/SP ao mesmo tempo que compunham a diretoria do SASP. Nesse sentido, destaca-se que além da cooperação na fundação do Sindicato, havia também uma cooperação das diretorias das instituições nesse período inicial do seu funcionamento.

Em 1972, possuía 1007 associados, de um contingente de 2000 mil profissionais estimados no Estado. Com seu estabelecimento, a primeira questão que cercou o Sindicato foi qual seria o relacionamento

⁸³ O trabalho de Oliveira (2011) tratou dos embates vivenciados pelos arquitetos no âmbito do CONFEA, onde eram a minoria e encontravam resistência em qualquer mudança proposta.

interno com os arquitetos – enquanto categoria – e com as entidades profissionais – o IAB e o sistema CONFEA/CREA, bem como o relacionamento com outras categorias profissionais. Para Paesani:

“Ao mesmo tempo em que se procurou uma linguagem e perfil próprios, independentes do IAB, que ajudou a alavancar a organização sindical, foram priorizados alguns temas específicos: salário mínimo profissional, direitos trabalhistas, direito autoral, relacionamento intersindical, representação nos Creas e a criação das câmaras de arquitetura, campanhas de valorização profissional” (PAESANI In ARQUITETO 20 ANOS, 1992, p.06).

A atuação do SASP e a sua relação com as outras entidades profissionais, bem como suas pautas, foram abordadas nas sessões que seguem.

3.4. Fundação da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura

No início da década de 1970, o Ministério da Educação, preocupado com a qualidade do ensino superior no país, criou as Comissões de Especialistas do Ensino, que tinham como objetivo fazer visitas nas escolas diagnosticando necessidades, planejando seu desenvolvimento e exercendo um papel de fiscalização. A Comissão de Especialistas de Ensino em Arquitetura e Urbanismo – CEAU, foi criada em 1973, tendo seus membros indicados pelo IAB, “única entidade de abrangência nacional e, por isso, a “representante” dos interesses dos profissionais arquitetos e urbanistas envolvidos com a educação superior”.

Junto a criação da CEAU, o IAB apoiou a fundação da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura – ABEA (INEP/MEC, 2010). Esta foi noticiada pelo Jornal Arquiteto, valorizando a construção da chamada política do tripé, conforme atestado por Miguel Pereira:

“O IAB nacional está empenhado naquilo que seu presidente Miguel Pereira chama de política do tripé: dinamizar a entidade, prosseguir na luta pelo fortalecimento da Federação dos Sindicatos de Arquitetos e coordenar a criação do terceiro lado desse triângulo de atuação, a Associação das Escolas de Arquitetura” (Arquiteto nº 05, 1972a, p.04)⁸⁴.

Para Pereira, era prioritária e urgente a criação da Associação de modo a coordenar as escolas para trocar experiências, realizar seminários, congressos, encontros e eventos, bem como “encaminhar soluções a problemas comuns” sendo o “terceiro esteio da presença do arquiteto no cenário nacional, ao lado do IAB e da Federação dos Sindicatos”. O próprio anteprojeto dos estatutos da associação estava sendo preparado pelo Conselho Superior do IAB. Na reunião ocorrida em Goiânia, o IAB foi categórico em afirmar que a ABEA – na ocasião chamada de Federação das Escolas de Arquitetura, teria completa autonomia:

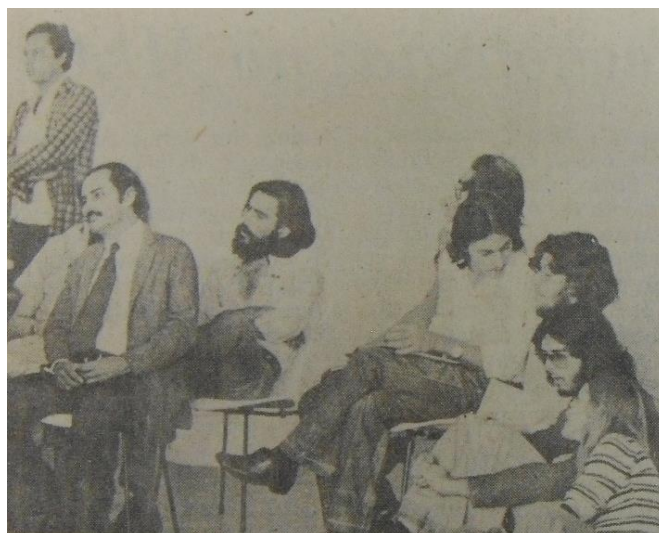
“A fundação da Federação de Escolas de Arquitetura objetiva a criação de um órgão de caráter nacional, capaz de coordenar os assuntos de formação profissional. O IAB

⁸⁴ Escolas terão associação nacional. **Arquiteto nº 05**, São Paulo, Novembro, 1972a (Ano I, no 05), p.04.

passaria a ser um órgão assessor ou consultor para esses assuntos. Neste sentido, proporá, num encontro de diretores de Escolas de Arquitetura, o anteprojeto de um estatuto e a criação desta Federação. O Instituto de Arquitetos do Brasil não criará esta Federação, nem a mesma virá a ser um órgão subordinado ao IAB. Esta é uma missão específica das escolas e a elas caberá a definição dos futuros procedimentos” (Arquiteto nº 05, 1972b, p.09)⁸⁵.

Deve-se notar que algumas discussões sobre a criação a ABEA se deram em um evento que ocorreu durante a I Bienal de Arquitetura – o Simpósio Nacional de Escolas de Arquitetura (Figura 3), conforme noticiado pela Revista Construção São Paulo⁸⁶ e pelo Jornal Arquiteto⁸⁷. Desse evento, estavam inscritos de cada escola, três representantes do corpo docente e três do corpo discente de vários Estados, além de professores, alunos e arquitetos estavam inscritos. Em reunião Conselho Diretor da Bienal de Arquitetura⁸⁸ ficou aprovado que a Comissão Organizadora do evento foi formada “por dois estudantes indicados pela comissão de estudantes da Regional-Sul e por 02 professores indicados pelo Conselho Diretor” (BIENAL, 1973a). As indicações foram dos alunos Carlos Alberto Ferreira Martins e Kulf Galkowicz. Entre os diretores foram indicados Paulo Sérgio Souza e Silva e Paulo Bastos. O evento foi assessorado pela comissão permanente do Encontro Regional de Escolas de Arquitetura – que já havia realizado dois eventos em 1971 em São Paulo e em 1972, no Recife.

Figura 3: Estudantes reunidos no Simpósio



Fonte: Arquivo Wanda Svevo. Jornal Folha de 11 de Julho de 1973.

Como tema central foi estabelecido o Currículo Mínimo atualizado propondo a: “analisar, discutir e avaliar o desenvolvimento das várias experiências, propostas didáticas e diretrizes básicas dos diversos

⁸⁵ A reunião do Conselho Superior em Goiânia. **Arquiteto nº 05**, São Paulo, Novembro, 1972b (Ano I, no 05), pp.08-09.

⁸⁶ “Seminário e simpósio também no programa”. Revista Construção São Paulo, no 1321, 1973, p.34. Fonte: Arquivo Multimeios – Centro Cultural Sp.

⁸⁷ Bienal: está tudo ponto para o grande acontecimento. **Arquiteto nº 07**, São Paulo, Janeiro 1973? (Ano I, no 07), pp.11-13.

⁸⁸ Reunião no 26 de 13 de fevereiro de 1973.

cursos de arquitetura, precisando os rumos e tendências desse desenvolvimento e identificando os principais problemas, a fim de chegarem a proposições curriculares”. Além disso, em meio ao simpósio seria promovido um concurso com os alunos, além de uma premiação da Exposição Internacional de Escolas.

Em publicação do Jornal Folha da Tarde foi divulgada a intenção do Simpósio “tomar conhecimento, analisar, discutir e avaliar o desenvolvimento das várias experiências, propostas didáticas e diretrizes básicas dos diversos cursos de arquitetura”. Assim, tinha-se como propósito delinear rumos e tendências, identificando os problemas e chegando, ao final, com uma proposição de currículo (FOLHA DA TARDE, 1973).

A publicação reforçava que o Simpósio havia nascido de uma preocupação do Conselho da Bienal, da Comissão Permanente de Escolas de Arquitetura da Região Sul para o debate de problemas do ensino e da profissionalização dos arquitetos. Cerca de 600 alunos e professores estavam empenhados em participar do evento (FOLHA DA TARDE, 1973). Ao mesmo tempo, conforme a notícia divulgada no Jornal Arquiteto⁸⁹, a ideia do evento havia surgido no Encontro Nacional das Escolas de Arquitetura, realizado na Bienal de 1971, evento do qual não se encontraram registros.

Entendia-se que era a chance de enfrentar um “inimigo” em comum das escolas – o currículo mínimo do MEC. Segundo Paulo de Mello Bastos, um dos membros da comissão organizadora:

“Através do material apresentado na exposição das escolas e das teses trazidas pelos participantes, poderemos fazer um balanço e análise das várias propostas didáticas aos cursos das faculdades brasileiras... análise, discussão e avaliação das várias experiências, propostas e diretrizes básicas nos diversos cursos” (Arquiteto nº 08, 1973, p.21).

Esperava-se que em meio ao Simpósio fosse possível uma proposta do currículo mínimo atualizado. Com essa finalidade, presidiram a sessão de abertura do evento Miguel Alves Pereira, presidente do IAB Nacional; Mario Torquato Pinheiro, representante do BNH junto à Bienal; Oswaldo Correa Gonçalves, vice presidente do Conselho Diretor da Bienal; Eduardo Kneese de Mello, membro do Conselho, Maria Beni, representando o Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho; os estudantes Ernesto T. Walts e Wulf Galkowicz, além do arquiteto argelino Bernuani Ibrahim (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1973).

Foram definidas duas mesas para discussão: “Situação Atual das Escolas” e “Definição dos rumos e diretrizes do ensino de arquitetura no Brasil”. Além dessas mesas, foram realizadas reuniões com os temas: “Análise do Currículo atual e Estrutura didática das escolas”; “Proposições para a nova estrutura didática e Proposições para Novo Currículo”. No último dia do evento seria proposto um documento para a reestruturação didática das escolas, um novo currículo mínimo e uma organização da continuidade dos Simpósios. Estavam participando do encontro professores e estudantes da Bahia, Rio, Guanabara,

⁸⁹ O simpósio nacional de escolas de arquitetura. Arquiteto nº 08, São Paulo, Ano I, nº 08, p.21.

Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Brasília e Goiás (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1973).

Quanto as discussões, com cerca de 500 inscritos entre estudantes e professores, participaram dezessete faculdades de onze estados. A determinação era abrir caminho para a integração entre as escolas⁹⁰.

Segundo Miguel Pereira:

“O IAB espera que possa ser aprofundada a discussão em torno da necessidade de transformação das escolas de arquitetura em verdadeiros centros de pesquisa. Para ele não existe uma saturação do mercado de trabalho para o arquiteto e sim uma : subutilização da mão-de-obra qualificada. As 23 escolas de arquitetura no Brasil não podem traduzir a realidade e a necessidade do mercado de trabalho” (Arquiteto n° 10, 1973, p.08).

Em outras entrevistas, Miguel Pereira afirmou o mesmo, que não acreditava em um mercado saturado:

“Não acreditamos que o mercado esteja saturado; na realidade, o arquiteto é subutilizado. Um país em desenvolvimento acelerado como o Brasil não pode ignorar a presença da Universidade e, especialmente do homem que organiza o espaço. O desafio para a estruturação das escolas de arquitetura será a resposta a duas questões fundamentais: qual será a melhor forma de atuação e o tipo prioritário de profissional a ser formado” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1973).

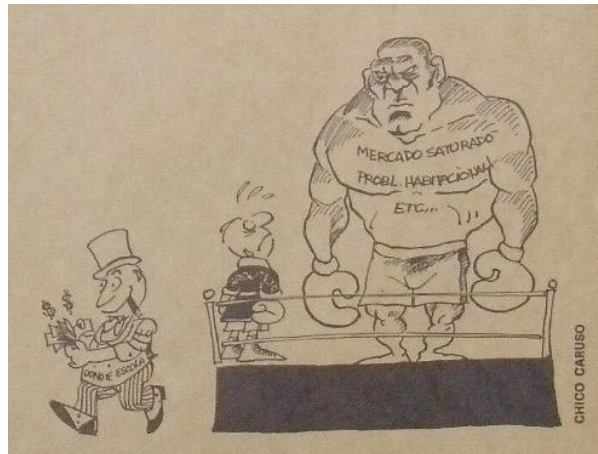
Em entrevista ao Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, Pereira atestou:

“Não queremos o estancamento da abertura de escolas de arquitetura no país, como muita gente está pensando. Pretendemos apenas que novas escolas sejam abertas, mas obedecendo uma certa estrutura que as torne capazes de ensinar bem através de um currículo bom, atualizado e sobretudo prático” (CORREIO DO POVO, 1973).

Pereira alertava que além dos 23 estabelecimentos de ensino de arquitetura, havia o projeto para instalação de outros 20. Mas antes da abertura desses novos cursos, era necessário um estudo profundo dos currículos. O Simpósio se apresentava como ao primeiro passo, mas “para sistematizar esse tipo de atividade, o IAB apresentará em outubro próximo um projeto de estatuto para a futura Associação de Escolas de Arquitetura” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1973).

⁹⁰ O que se discutiu no Simpósio de Escolas da Bienal. Arquiteto no 10, São Paulo, ??? (Ano I, no 10), pp.08-09.

Figura 4: Charge que criticava a proliferação das escolas de arquitetura



Fonte: Jornal Arquiteto, nº 02, 1972.

Assim, o tema central do Simpósio, “Currículo Mínimo Atualizado para Escolas de Arquitetura no país” teve como apoio os textos enviados pelas delegações participantes. Uma das Universidades com participação mais ativa foi a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com 120 participantes, enquanto a UFC contou com 40. Mesmo com a concordância da reformulação da estrutura didática do ensino de arquitetura, o currículo em si não entrou em debate. Sobre isso, os alunos da UFRGS comentaram que antes de debater o mesmo deviam discutir a representatividade dos alunos criando condições para a sua participação:

“Não existiria participação geral dos estudantes em sua elaboração; não é uma exigência da maioria; somos contra um currículo imposto de cima para baixo; há o perigo do currículo ser utilizado como paliativo, propondo soluções parciais para diminuir o descontentamento” (Arquiteto nº 10, 1973, p.09).

Ao invés de debater o currículo foi debatida a criação de uma Comissão de Escolas de Arquitetura que pudesse servir de base à futura Federação Nacional de Escolas de Arquitetura. O professor da FAU de Mogi das Cruzes, José Magalhães Junior, sintetizou as resoluções:

“Regionalização na formação de novas faculdades, bem como nas estruturas das atuais; criação de um órgão de nível nacional, referendado pelo Ministério da Educação e Cultura, que exerça o papel de fiscalizados e fornecedor de subsídios para a reestruturação do ensino; autonomia para as escolas de arquitetura”(Arquiteto nº 10, São Paulo, 1973, p.08).

Em outra notícia, destacou-se que o principal assunto abordado pelo Simpósio foi a “necessidade de reforma para o currículo mínimo em vigor nas escolas de arquitetura do país”. Cada participante do evento levantou os problemas verificados em sua escola e em seguida, essas falhas seriam analisadas em conjunto com as das outras escolas:

“Embora reconhecido como o problema maior das escolas de arquitetura, a ampliação e melhor definição para o currículo escolar foi objetivo de divergências entre os membros

das três comissões. Alguns temiam que o Simpósio venha a se constituir em apenas amontoado de denúncias sem objetivo a respeito do referido assunto, a exemplo do que já ocorreu em centos encontros anteriores” (JORNAL POPULAR DA TARDE, 1973).

Ao final do Simpósio, os estudantes apresentaram insatisfação, pois não se havia chegado a nenhuma conclusão – só se desenvolveu a discussão (JORNAL DA TARDE, 1973). Ainda que esta pesquisa não tenha encontrado todos assuntos que foram discutidos nesse Simpósio, observa-se a grande participação de alunos e professores, bem como o discurso do IAB, por meio do arquiteto Miguel Pereira, para estruturar o Estatuto da ABEA.

A criação da CEAU e da ABEA⁹¹, foi vista como uma vitória do IAB. Depois do Simpósio das Escolas, ela foi efetivada no 1º Encontro de Diretores de Escolas:

“É o reconhecimento de uma necessidade defendida pelos arquitetos há vários anos. Representa também um novo estímulo às Comissões de Ensino formadas em vários departamentos estaduais da entidade, entre elas a de São Paulo. Outra vitória foi a formação da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, no 1º Encontro de Diretores de Escolas de Arquitetura, realizada em Brasília” (Arquiteto nº 13, 1973, p.18).

Além disso, foi dado destaque ao “interessa da UNESCO e União Internacional dos Arquitetos - UIA pelas condições de ensino e exercício profissional da arquitetura no Brasil, financiando pesquisa sobre o assunto” e algumas recomendações feitas no encontro que sacramentou a fundação da Associação:

- Levantamento das condições de trabalho universitário e profissional;
- Nos cursos de graduação a ordenação e adequação dos currículos para a formação de profissionais requeridos para o desenvolvimento nacional; sistematização e aprofundamento de conhecimentos tecnológicos; revisão dos currículos mínimos;
- Nos cursos de pós-graduação: montar um sistema nacional para a preparação de profissionais especializados e de um quadro docente que contribua para o aperfeiçoamento da graduação;
- Nos cursos de especialização e aperfeiçoamento: pesquisas que ampliem e aprofundem o conhecimento;
- Atividades de Pesquisa
- Aperfeiçoamento do corpo docente – com incentivo de participação na pesquisa;
- Licenciatura:

“Consideração das possibilidades de aproveitamento dos alunos dos cursos de graduação, para a formação de pessoal docente de cursos profissionalizantes de nível médio, em áreas de interesse para a profissão oferecendo as indispensáveis disciplinas de complementação” (Arquiteto nº 13, 1973, p.18).

⁹¹ Ensino de Arquitetura tem comissão especial. Arquiteto nº 13, São Paulo, 1973, p.18.

- Intercâmbio de experiências e informações: com a criação de um serviço de informações sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo, estimulando intercambio cultural entre escolas com exposições e troca de publicações.

O que deve ser destacado aqui, entre todas as propostas de trabalho da CEAU, foi interesse da UIA e da UNESCO quanto ao desenvolvimento do ensino de arquitetura no país. Nesse sentido, mais investigações poderiam ser realizadas, especialmente a partir daquelas já elaboradas no trabalho de Dedecca (2018) quanto às relações do IAB com a UIA.

Dessa maneira, foi estabelecida a terceira Instituição representativa dos arquitetos e urbanistas. O Regimento da ABEA atestava sua fundação em 22 de novembro de 1973, e foi definido pela sua primeira diretoria, formada pelos arquitetos listados na Tabela 10:

Tabela 10: Primeira diretoria da ABEA 1973-1975

1. Nestor Goulart Reis Filho	Presidente
2. Aluizio José Rosa Monteiro	Vice-Presidente
3. Marlene Yurgel	Secretária

Fonte: (GUTIERREZ in MONTEIRO et al, 2013).

Assim como a diretoria do SASP havia sido composta com membros que já haviam passado pelo IAB/SP, no caso da ABEA não foi diferente. Nestor Goulart Reis Filho (então diretor da FAUUSP), já havia sido membro da diretoria do núcleo paulista do IAB no biênio 1966-1967, enquanto, Marlene Yurgel, uma das vice-presidentes do IAB/SP assumiu como secretária (representando a FAUUSP). Já Aluizio José Rosa Monteiro (representante da Faculdade de Arquitetura de São José dos Campos), como vice-presidente (GUTIERREZ in MONTEIRO et al, 2013). Deve-se considerar que a FAU São José dos Campos, que estava em funcionamento desde 1969, era reconhecida naquele momento como uma das escolas inovadoras em seu ensino. Desse modo, se a luta da ABEA era justamente pela mudança do currículo mínimo, a escolha de Aluizio como vice-presidente representava as intenções da Associação.

Quanto ao seu estatuto a ABEA tinha como finalidade: congregar instituições de ensino de arquitetura de nível superior do país e buscar “o aprimoramento do ensino de Arquitetura”, atividade que estava também incluída nos estatutos do SASP e do IAB/SP (ABEA, 19-?, p.01). Para Salvatori (2008), no período inicial da Associação, as tentativas de discussão e reforma do currículo mínimo vigente “tentaram continuamente resgatar alguns princípios da proposta do Currículo Mínimo de Arquitetura, de 1962, sem êxito”.

Encarregada a refletir sobre os problemas do ensino de arquitetura, a ABEA⁹²:

⁹² ABEA quer melhorar ensino de Arquitetura. Arquiteto no 14, São Paulo, (Ano II, no 14), p.04.

“Ela se propõe a discutir, ao nível das faculdades as questões do ensino, as contribuições regionais e nacionais para a melhoria da formação profissional e da adequação dos currículos às condições e necessidades da arquitetura e do urbanismo brasileiros” (Arquiteto nº 14, 1973, p.04).

Assim como o IAB/SP e o SASP, a ABEA foi criada com uma finalidade específica. Contudo, em vista das questões profissionais serem indissociáveis das questões de formação, as três instituições caminharam juntas, ora de associando e ora de forma independente, conforme o próximo capítulo ilustrará.

4. Atuação Conjunta (1973-1979)

Em 1973 o IAB/SP iniciava uma nova fase. As duas novas instituições criadas com o seu apoio, o SASP e a ABEA, passavam a atuar em conjunto com o Instituto em meio às demandas da profissão e da formação do arquiteto e urbanista. Assim, o período definido para esse capítulo marca o fim do “milagre econômico”, no ano de 1973 até o fim do AI-5, em 1979, com início de uma transição “lenta, gradual e segura” para a democracia.

No campo das Instituições, esses anos refletiram em uma atuação bastante próxima, com a promoção de uma série de atividades conjuntas realizadas em associação de mais de uma Instituição. Esse período também marcou a retomada dos Congressos Brasileiros de Arquitetos, cujo último havia sido realizado em 1969. Os arquitetos retomaram discussões caras a eles como a criação de uma Lei que regulasse exclusivamente a sua profissão, a criação de um conselho próprio e de um novo currículo mínimo.

Deve-se destacar que o movimento democrático o qual tomou conta da população por meio das greves gerais, impactou especialmente a atuação do SASP. Como consequência, houve a criação da Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana do Estado de São Paulo.

O Regime Militar seguia administrando o país com rigidez. Em 15 de março de 1974, assumiu o General Ernesto Geisel – quarto general presidente. Contudo, em meio a crise, a censura proibia que se falasse em recessão. Como reação do governo, foi lançado o II Plano de Desenvolvimento Nacional (Gaspari, 2014). Contudo, este não colaborou para a diminuição da desigualdade social.

O aumento da população urbana e o consequente crescimento desordenado foi nomeado por Kowarick e Bonduki (1994) como “laissez-faire urbano” e tomava a cidade de São Paulo. Nele, era tudo permitido. A população se fixava onde e como podia contribuindo para o aceleração do crescimento periférico, da autoconstrução e da ocupação de terrenos clandestinos sem os serviços básicos. Mesmo durante o Regime Militar, os períodos de maior repressão não impediram a organização da população e busca de estruturar reivindicações. Um dos pedidos era a regularização dos loteamentos clandestinos.

Nesse período, segundo Goldsmith (in Kowarick, 1994), São Paulo era resultado de três cidades em uma: a da indústria, com pleno desenvolvimento; a da miséria, onde vivia grande parte da população e a da resistência, que buscava lutar contra essa realidade:

“Essa maioria vive em pequenas casas em superpovoados subúrbios operários, em favelas situadas em encostas ou beiras de avenidas, em cortiços no centro da cidade, ou sobrevive pelas ruas. Enfrenta longas jornadas diárias de trabalho para receber pagamento escasso, em condições frequentemente perigosas e insalubres. Perde de duas a três horas por dia em transporte, com frequência em meio a um gigantesco, superpoluído e lento amontoado de carros, caminhões e ônibus que levam as pessoas de casa para o trabalho

e do trabalho para casa. Muitos continuam trabalhando nos dias de folga, para edificar suas casas, num sistema que especialistas em habitação chamam de “autoconstrução”. Assim mesmo, assumindo tarefas extras para evitar despesas, mal conseguem equilibrar despesa e receita” (GOLDSMITH in KOWARICK, 1994, p.25).

Fazia parte da atuação na cidade da resistência os “sindicatos e movimentos populares de bairros, longamente reprimidos pelas autoridades que tomara o poder com um golpe militar de direita, em 1964, ressurgiram”. Por meio das atividades desses grupos foram estabelecidas medidas de renovação.

Além da péssima condição de grande parte da população, foi no governo de Geisel que a prática da tortura passou a ser mais notável. Em 26 de outubro de 1975 foi assassinado Vladimir Herzog, provocando “comoção nacional e o início de um novo movimento democrático” (REIS, 2014, p.17). No ano seguinte foi assassinado o operário Manuel Fiel Filho.

Ao mesmo tempo, como resultado do reinício do movimento democrático, em 12 de maio de 1968 “inicia-se a primeira greve operária de envergadura, desde 1968, em São Bernardo do Campo, liderada por Lula”. Logo depois, cerca de 500 mil trabalhadores, de aproximadamente quatrocentas empresas diferentes, em dezoito cidades no Estado de São Paulo, decretam uma greve. Junto a isso, outras oposições ao regime como os políticos do MDB, estudantes, lideranças da Igreja, entidades civis e órgãos de imprensa se uniram.

No mesmo momento, houve a organização das bases do Novo Sindicalismo, ascensão dos movimentos populares com certa influência e cobertura da Igreja Católica, através da criação das pastorais. A igreja era como um ímã – irradiando os ideais e reunindo pessoas / organizações nas comunidades dos bairros. A partir da década de 1970 a igreja participou e influenciou a prática sindical do período, tendo em comum com os sindicatos valores como a importância da comunidade, a crítica ao individualismo e o anticapitalismo (OLIVEIRA, 1995). Possivelmente essa atuação da Igreja Católica junto com o projeto do Novo Sindicalismo, visando atender as comunidades de base que se organizavam pela luta pelos seus direitos, inspirou a organização da Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana de São Paulo.

Por fim, em setembro de 1978, o Congresso aprovou a revogação do AI – 5 a partir de janeiro de 1979 e numa nova atmosfera de diálogo cresciam as “exigências pela anistia e pela volta do Estado de Direito”. Foi no governo de João Batista Figueiredo que teve início a transição democrática e começaram a voltar ao país os exilados e foram libertados os presos políticos. Outra mudança resultante em 1979 foi a reforma partidária que encerrou o bipartidarismo e permitiu a criação de 06 novos partidos (REIS, 2014).

4.1. Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista

No início da década de 1970, a diretoria do biênio 1972-1973 visava recuperar o Instituto como entidade de atuação cultural e consolidar o Sindicato dos Arquitetos, atividades que não se apresentavam como conflitantes, “através de um plano de unidade de trabalho”. Nesse contexto, propunha atuar em favor da arquitetura brasileira “representando-a em órgãos técnicos e culturais, promovendo congressos, concursos e outras medidas que contribuíssem para o reconhecimento definitivo do arquiteto em nosso país” (IAB, 1972, p. 48). Não se pode dizer que a “recuperação” do papel do IAB como entidade cultural era uma consequência da criação do Sindicato, mas acredita-se que essa retomada das atividades se referia a realização de eventos, como os Congressos Brasileiros de Arquitetos.

Naquele momento, como uma das estratégias de promoção das atribuições profissionais, com a tentativa de garantir trabalho a todos, foi realizada a I Bienal Internacional de Arquitetura, cujo objetivo era de promover “uma mostra “didática e crítica”, instruindo o público sobre arquitetura. A matéria jornalística da Revista Veja publicada sobre o evento ironizava o tom adotado pela amostra, pois atestava que o arquiteto estava lutando “para se transformar na mais ambiciosa e abrangente profissão do mundo. Os painéis da Bienal sugerem que o arquiteto não era mais um “especialista” em coisa alguma, mas um “organizador” que pode – e deve – trabalhar com casas e árvores, estradas e objetos” (REVISTA VEJA, 1973, pp.84-85).

A reportagem ainda destacava o paradoxo da profissão: enquanto grandes empresas de projeto haviam surgido nos primeiros anos da década de 1970 e os escritórios particulares se fechavam, muitos dos metros quadrados em construção na cidade de São Paulo não possuíam assistência profissional:

“Dois anos atrás, cerca de 5 milhões de m² construídos na cidade de São Paulo não tinham nenhuma assistência profissional. Existiam, em 1969, 8.945 arquitetos no Brasil – um para cada 9500 habitantes com déficit na Região Norte subindo até para um cada 200.000 pessoas. No Estado mais rico, São Paulo, descobriu-se no ano passado que 511 dos 571 municípios não contam com nenhum arquiteto. Fermentado pela especulação imobiliária, o mercado de projetos cresce sem parar, mas a participação dos arquitetos nesse bolo, segundo cálculos aproximados, talvez não chegue a 5%. E, embora as faculdades de arquitetura tenham dobrado o número de profissionais formados nos últimos 10 anos, as 23 escolas do país (sete delas estão em São Paulo) vão entregar ao mercado, em 1973, não mais que 670 novos arquitetos, estimativa do Ministério da Educação” (REVISTA VEJA, 1973, p.85).

Essa preocupação com a baixa participação dos arquitetos no mercado de trabalho também se apresentava nas reuniões do IAB/SP. No Conselho Superior, do Instituto, os arquitetos questionavam como desempenhar o papel do arquiteto em um país em via de desenvolvimento – em contraposição ao receio de ausência de trabalho⁹³:

⁹³ Contribuição dos arquitetos brasileiros para um projeto nacional. **Arquiteto nº 01**, São Paulo, Julho, 1972c, pp.10-11.

“É sabido que cada vez é maior o número de arquitetos, como, aliás, é cada vez maior o número de profissionais de nível universitário de qualquer outra atividade. Parece, aos que têm manipulado esses números, que o mercado de trabalho não poderá absorver o total dos arquitetos lançados anualmente na vida profissional” (Arquiteto nº 01, 1972c, p.10).

Por essa razão, o Instituto de via com a necessidade de opinar – sem parecer omisso diante do aparente desconhecimento a sociedade quanto ao papel do arquiteto:

“Certamente é difícil assumirmos o encargo de enfrentar esse conflito com solução global. Entretanto, cabe-nos um certo número de abordagens a ele, principalmente aquelas que forem decorrentes do nosso conhecimento cada vez mais pormenorizado, ou mais claro, do papel dos arquitetos nesta sociedade em mutação, suas responsabilidades, os limites de seu campo de ação, o grau de agressividade que nos cabe empenhar para que não pareçamos omissos por modéstia ou incúria” (Arquiteto nº 01, 1972c, p.10).

O documento destacava que os arquitetos haviam conquistado oportunidades de trabalho:

“A notável experiência do arquiteto na coordenação de projetos e obras, adquirida a duras penas, vais e impondo, porém, mais vagarosamente do que seria possível se começarmos a compreender a importância de “coordenar” num mundo onde a variedade de especializações de tecnologia como que impede outro processo de planificação que não seja das equipes, cada vez mais diversificadas e cada vez maiores” (Arquiteto nº 01, 1972c, p.10).

Assim, seriam encaminhadas as:

1. Como contribuir para o projeto nacional de desenvolvimento, considerando o “conteúdo humanístico indispensável” (Arquiteto nº 01, 1972, p.11).
2. Qual a compreensão, formação ou a educação que falta ao arquiteto para contribuir no processo dos planos de ensino educação ou reeducação dos quadros comprometidos com a prática profissional?
3. Quais as medidas práticas para inserção dos arquitetos nos setores de decisão?
4. Quais as medidas mínimas para favorecer aos arquitetos o acesso ao mercado de trabalho?
5. Quais as formas de organização de trabalho para a atividade privada, para os escritórios de arquitetura “que nos parecem as mais convenientes. Que tipo de empresa melhor nos organiza” (Arquiteto nº 01, 1972, p.11).
6. Quais as medidas para radicalizar mais rapidamente os arquitetos?

Destacaram-se nas definições do IAB/SP a preocupação com a inserção dos arquitetos nos setores de decisão, as medidas mínimas para oferecer acesso ao mercado de trabalho – identificando que tipo de empresa melhor organizaria a categoria. Outro aspecto foi o sexto item, das medidas para radicalizar os arquitetos. Não se pode atestar a finalidade dessa radicalização, mas possivelmente ela tinha como intuito combater os ideais que o Instituto não concordava em meio a política desempenhada pelo Regime Militar.

Na gestão do biênio 1974/1976, o IAB/SP tinha como propósito, a “dinamização da participação da entidade nos problemas nacionais, adequando a estrutura do órgão à nova realidade da profissão no contexto do processo de desenvolvimento e a evolução do mercado de trabalho”⁹⁴. Eram membros da diretoria do Instituto, conforme Tabela 11:

Tabela 11: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1974-1975

1. Eurico Prado Lopes	Presidente
2. Benno Perelmutter	1º Vice-Presidente
3. Ruy Gama	2º Vice-Presidente
4. Eduardo Corona	3º Vice-Presidente
5. José Magalhães Junior	Secretário Geral
6. Walter Maffei	1º Secretário
7. Maria Cecília Scharlack	2º Secretário
8. Leon Dikstein	Conselho Fiscal
9. Vasco da Gama	Conselho Fiscal
10. Geraldo Puntoni	Conselho Fiscal
11. Nadir Falquiere	1º Tesoureiro
12. Tito Livio Frascino	2º Tesoureiro
13. Haron Cohen	Diretor
14. José Cláudio Gomes	Diretor
15. Fábio Goldman	Diretor
16. Rita Olmo Aprigliano	Diretor
17. Rogério Antônio Dorsa Garcia	Diretor
18. Alessandro Ventura	Diretor
19. João Batista Vilanova Artigas	Conselho Superior (Titular)
20. Paulo Mendes da Rocha	Conselho Superior (Titular)
21. Sérgio Zaratini	Conselho Superior (Titular)
22. William Munford	Conselho Superior (Titular)
23. Fuad Jorge Cury	Conselho Superior (Titular)
24. Alfredo Paesani	Conselho Superior (Suplente)
25. Jorge Wilhelm	Conselho Superior (Suplente)
26. Francisco Lúcio Petracco	Conselho Superior (Suplente)
27. Maurício Kogan	Conselho Superior (Suplente)

Fonte: IAB/SP

Para essa diretoria, uma das primeiras questões era “amadurecer as posições” sobre a política urbana proposta pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), bem como aprofundar a defesa do projeto e da tecnologia nacionais, pois no biênio anterior:

“A política profissional, nesse período, atribulada pela própria evolução da profissão e pelas transformações do mercado de trabalho, teve como ênfase a necessidade de criação de outros órgãos nacionais de arquitetos para compor o tripé IAB/Federação Nacional de Arquitetos/Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura” (Arquiteto nº 18 1974, p.14).

⁹⁴ IAB define programa de trabalho para o período 1974/76. **Arquiteto nº 18**, São Paulo, 1974, pp.12-13.

Quanto à promoção profissional o IAB delineou quatro objetivos. Para ampliar e assegurar a participação do arquiteto nos mercados de planejamento, projeto e administração:

- estímulo ao aperfeiçoamento da atividade profissional;
- aprimoramento do regime de prestação de serviços profissionais – ação coordenada entre Universidades e Instituições;
- Ampliação do papel do governo e aumento da capacitação técnica com incorporação de profissionais capazes;
- elaboração de um documento básico que definisse e normatizasse o exercício profissional do arquiteto no diversos campos de atuação.

No esforço para colaborar com a organização profissional, o IAB/SP buscou organizar cadernos que orientassem os profissionais⁹⁵: seriam 10 unidades que “visam orientar a categoria profissional, oferecendo um resumo da experiência de trabalho. A maioria já está em fase de estudo preliminar, ao nível do Conselho Diretor do IAB”. O conteúdo dos cadernos seria: I – explicação de como utiliza-los e suas finalidades; II – O que é o IAB, sua relação com outras instituições, histórico, estatuto e código de ética; III – As atribuições do arquiteto conforme a Resolução 218 do CREA; IV – Formas do exercício profissional – arquiteto como pessoa física, jurídica e assalariado; V – Formas de seleção de arquitetos por firmas para elaboração de estudo ou projeto (por livre escolha, cadastramento, qualificação, concurso de títulos, concurso de anteprojetos, segundo o regulamento do IAB); VI – Formas de remuneração (problemas com pagamentos em relação ao custo da obra, por contato homem/hora, por pagamento fixo sem reembolso de despesas diretas, pagamento sobre quantidade fixa do custo da obra e outros); VII – Sobre as obrigações, direitos e responsabilidades dos arquitetos e seus clientes; VIII – Modelos de contratos para orientação de escritórios e autônomos; IX – Formas de organização de escritórios e de empresas; X – O arquiteto e a legislação com os anexos – “Cadastro de Arquitetos e Firmas de Projeto” e “Roteiro para o Exercício Profissional”.

Além de orientar os profissionais em meio a sua atuação, o IAB/SP também atuava junto ao CONFEA, buscando garantir os direitos profissionais dos arquitetos. Em 1975, um dos documentos presentes na Circular de Setembro do IAB/SP foi uma carta enviada ao CONFEA com a Resolução 230 de 31/07/1975 que revogava a Resolução 217 de 28/06/1973, sobre o acervo técnico de profissionais e pessoas jurídicas. A resolução vigente considerava que as pessoas jurídicas só poderiam exercer atividades das profissões representadas no conselho se contassem com a participação efetiva de um profissional legalmente habilitado, registrado nos conselhos regionais e membros do quadro técnico da empresa encaminhado ao CREA. Estabeleceu-se que o acervo técnico do profissional era a “experiência por ele

⁹⁵ Nos cadernos do IAB, a prática profissional em São Paulo. Arquiteto nº 28, São Paulo, (Ano III, no 28 – Setembro 1975b), pp.14-15.

adquirida na participação em estudos, planos, projetos, obras ou serviços, no desempenho de atividades de ensino ou pesquisa, no exercício de encargos de produção técnica especializada, na participação em cursos especializados e em prêmios ou distinções por atividades profissionais” e este era pertencente ao profissional. Quando este retirava-se do quadro técnico da pessoa jurídica, levava consigo seu acervo. Por sua vez, o acervo técnico da pessoa jurídica seria representado pelos “acervos técnicos dos profissionais de seu quadro técnico e de seus consultores técnicos devidamente contratados” (IAB, Circular do Departamento de SP, setembro, 1975, p. 02). A circular também destacava a realização do XV Congresso Pan-Americano do México, com o grande tema “O arquiteto e o desenvolvimento nacional”, além da convocação de eleições para a diretoria da gestão (1976/1977).

Nessa gestão, o IAB/SP apoiou a criação do novo curso de arquitetura na FEBASP⁹⁶, organizada pela comissão de arquitetos Paulo de Mello Bastos, Jorge Caron⁹⁷ e Geraldo Puntoni, que entregaram ao Sindicato a proposta de estrutura do curso “juntamente com um pedido para que a entidade se pronunciasse sobre a oportunidade de ser implantado mais um curso de arquitetura e urbanismo em São Paulo”⁹⁸. Sobre a ocasião, Caron comentou:

“Convoquei, no sindicato, uma reunião de todos que estivessem dispostos a trabalhar no curso de Belas Artes. Levei um susto, entupiu o elevador, o corredor (...) Jovens recém-formados, jovens que ainda não tinham se formado, valia tudo. Comecei a falar sobre o curso que se pretendia fazer, alguns colegas já estavam mais próximos e começamos a montar as ideias, naquele momento sobre o curso que se iria fazer e edificamos assim a grande plêiade de gente que havia a disposição” (PINTO, 1989, pp. 204-205)

Entre as justificativas para o apoio a criação de mais uma faculdade estava o fato da maioria dos cursos estar nas cidades do interior do Estado (ainda que essas estavam próximas da capital). Mesmo mencionando o “problema do mercado de trabalho” entendia que essa questão devia ser enfrentada pelas instituições. Não se pode esquecer que em 1975, as condições de crescimento econômico nacional não eram as mais animadoras.

A Faculdade de Arquitetura do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo - FEBASP (1979) foi criada sob a orientação de Jorge Caron, localizado no edifício da Pinacoteca, à Avenida Tiradentes. Para Caron, na ocasião, o MEC não estava preocupado com o perfil do profissional a ser formado e sim em saber “se seriam ministradas todas as disciplinas que o currículo mínimo determina, carga horária, recursos financeiros e a saúde financeira da instituição” (PINTO, 1989, p.152). Junto à documentação do MEC se

⁹⁶ Anteriormente, a FEBASP teve um curso de arquitetura, entre os anos de 1928 e 1934, com um perfil próximo daquele da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, com um curso geral de dois anos e um de quatro anos de arquitetura, propriamente dito. A localização do prédio no centro da cidade trazia uma leitura da atmosfera da cidade, de seus problemas urbanos e da percepção da história da cidade. Com o tempo, a FEBASP começou a enfrentar problemas em vista das alterações feitas no prédio para a implantação da escola (ROSA, 2004).

⁹⁷ Arquiteto graduado pela FAU USP (1965); foi professor da FAU Santos (1975 - 1988) e participou da experiência da FAU São José dos Campos, além de ser um dos membros da Cooperativa dos Arquitetos (RUGGIERO, 2006).

⁹⁸ Curso de arquitetura e urbanismo da FEBASP só depende do CFE. Arquiteto no 34, São Paulo, (Ano III, no 34 – ???), p.06.

incluía uma carta do IAB “afirmando que o mercado ainda está absorvendo profissionais” (PINTO, 1989, p.153).

Passada a metade da década de 1970 e com a eleição da nova diretoria (Tabela 12) para o Biênio 1976-1977, IAB/SP também revisava a sua atuação⁹⁹, interessado em promover a participação ampla dos arquitetos.

Tabela 12: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1976-1977

1. Benno Michel Perelmutter	Presidente
2. José Magalhães Junior	1º Vice-Presidente
3. Fábio Goldman	2º Vice-Presidente
4. Edson Eloy de Souza	3º Vice-Presidente
5. Walter Maffei	Secretário Geral
6. Ernesto Theodoro Walter	1º Secretário
7. Roberto Goncalves da Silva	2º Secretário
8. Leon Dikstejn	Conselho Fiscal
9. Geraldo Vespasiano Puntoni	Conselho Fiscal
10. Maria Cecília Closs Scharlack	Conselho Fiscal
11. José Álvaro Coelho	1º Tesoureiro
12. José Borelli Neto	2º Tesoureiro
13. José Carlos Ribeiro de Almeida	Diretor
14. Júlio Roberto Katinsky	Diretor
15. Luiz Claudio Villares	Diretor
16. João Honório de Mello Cunha	Diretor
17. João Walter Toscano	Diretor
18. Pedro Taddei	Diretor
19. João Batista Vilanova Artigas	Conselho Superior (Titular)
20. Paulo Mendes da Rocha	Conselho Superior (Titular)
21. Eurico Prado Lopes	Conselho Superior (Titular)
22. Sergio Zaratini	Conselho Superior (Titular)
23. Haron Cohen	Conselho Superior (Titular)
24. Tito Livio Frascino	Conselho Superior (Titular)
25. Alfredo Serafino Paesani	Conselho Superior (Suplente)
26. Israel Sancovicz	Conselho Superior (Suplente)
27. Sami Bussab	Conselho Superior (Suplente)
28. José Claudio Gomes	Conselho Superior (Suplente)

Fonte: IAB/SP

Em 1977, o IAB se organizou para o Conselho Superior - COSU anual. Na ocasião, debates sobre a formação do arquiteto e urbanista nesse mercado de trabalho restrito, Demétrio Ribeiro¹⁰⁰, presidente do IAB Nacional definia que o IAB se mantinha firme em defesa de um ensino que não considerasse especializações. Para o arquiteto, a desorganização do mercado de trabalho estava ajudando a criar tentativas de especializações como meios de reserva de mercado. O problema não era apenas de

⁹⁹ A revitalização do IAB, através da participação coletiva. Arquiteto n° 54, São Paulo, (Ano VI, no 54 – Fevereiro. 1978/ Março 1978a), p. 03.

¹⁰⁰ Ensino a espera do consenso. Arquiteto no 47, São Paulo, (Ano V, no 47 – Junho 1977a), p.04.

estudantes e professores, mas de todos da classe. Além disso, o arquiteto estabeleceu a organização das comissões nacionais de estudos – formação profissional, exercício profissional, urbanismo, habitat, espaços para ensino, locais de trabalho, saúde pública, esportes e lazer, construção e industrialização, monumentos históricos – cada um com seus representantes. Todos se preparavam para debater, inclusive, o currículo mínimo - requeria-se uma tomada de posição do IAB. Apoiaria a unidade do curso de arquitetura ou as especializações?¹⁰¹ Assim, é interessante notar que sendo a ABEA responsável pelas definições relativas ao ensino de arquitetura, sempre houve a participação e todas as entidades nos debates.

A diretoria seguinte (Tabela 13), do biênio 1978-1979 passou a enfrentar os desafios da nacionalização do Instituto. Eram membros do corpo diretivo nesse Biênio:

Tabela 13: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1978-1979

1. Pedro Taddei Neto	Presidente
2. Paulo de Mello Bastos	1º Vice-Presidente
3. Samuel Szpiegel	2º Vice-Presidente
4. Paulo Sérgio de Souza e Silva	3º Vice-Presidente
5. Marta Maria Soban Tanaka	Secretário Geral
6. Marcia Lucia Guilherme	1º Secretária
7. José Sales Costa Filho	2º Secretário
8. Roberto Ventura	Conselho Fiscal
9. Sílvio Melcer Dworecki	Conselho Fiscal
10. César Bergstrom Lourenço	Conselho Fiscal
11. Pedro Antônio Galvão Cury	1º Tesoureiro
12. Roberto Saruê	2º Tesoureiro
13. José Borelli Neto	Diretor
14. Antônio Carlos Carneiro	Diretor
15. Antônio Luis Dias de Andrade Janjão	Diretor
16. Benedito Lima de Toledo	Diretor
17. Bernardo Alfredo Kopfler Kelly	Diretor
18. Luiz Carlos Chichierchio	Diretor
19. Paulo Mendes da Rocha	Conselho Superior (Titular)
20. Luiz Gonzaga Camargo	Conselho Superior (Titular)
21. Décio Tozzi	Conselho Superior (Titular)
22. Benno Perelmutter	Conselho Superior (Titular)
23. Edson Eloy de Souza	Conselho Superior (Titular)
24. Antônio Fernandes Panizza	Conselho Superior (Titular)
25. Eurico Prado Lopes	Conselho Superior (Suplente)
26. Fábio Goldman	Conselho Superior (Suplente)
27. João Walter Toscano	Conselho Superior (Suplente)
28. Carlos Alberto Cerqueira Lemos	Conselho Superior (Suplente)

Fonte: IAB/SP

¹⁰¹ A direção nacional já elaborou a pauta da discussão. Arquiteto no 47, São Paulo, (Ano V, no 47 – Junho 1977b), p.05.

No ano de 1978, as discussões realizadas no âmbito do Conselho Superior do Instituto “vinham sendo marcadas por uma série de discussões que revelavam por vezes posições sectárias demais”. É provável que o que se atestava como posições sectárias do IAB/SP eram relativas as definições políticas e até mesmo de formas de pensar a profissão. Como consequência, seguiu-se um período de falta de diálogo, com diminuição da produtividade: “Bastava uma posição ser apresentada pelo “imperialismo” paulista ou carioca para que a “periferia” fechasse questão contra. E vice-versa” (Arquiteto n° 54 1978, p.03). Dessa forma, observa-se que a nacionalização do Instituto passava por um momento de adequação, do qual as partes estavam compreendendo e ajustando a participação de todos os estados com sedes locais. Um dos posicionamentos que se apresentavam como únicos eram as consequências da falta de posicionamento dos arquitetos na busca pela democracia¹⁰². Era reconhecido que o isolamento do Instituto não seria uma solução às condições políticas que se apresentavam.

Outro aspecto destacado em discussões no IAB/SP, na revisão dos primeiros seis meses de atuação de Pedro Taddei Neto na presidência, era aceitar a realidade – o que parecia difícil aos profissionais – tanto no aspecto do ensino quanto da profissão. O ensino, até então, não havia encontrado alternativa para o modelo mestre/aprendiz, sendo esse o real problema. Contudo, Taddei afirmava que seguia se proliferando um “fantasma” quanto a ampliação do número de escolas e sua consequência na precarização do trabalho do arquiteto, gerando mais assalariamento. Para o arquiteto essa ideia apenas alimentava o “divisionismo” da categoria entre aqueles que apoiavam a criação de novos cursos e os que rejeitavam essa ideia¹⁰³ (ARQUITETO, n° 57, 1978a, p.03).

Foi durante a atuação dessa diretoria do núcleo paulista que o IAB Nacional¹⁰⁴ propôs uma nova Regulamentação da profissão do arquiteto. O anteprojeto de Lei afirmava que eram inseparáveis a regulamentação da profissão, o currículo mínimo (o qual estava em discussão durante o mesmo período) e o sistema de fiscalização. Seu principal objetivo era assegurar aos arquitetos um campo específico de trabalho – o que não dava com a Lei no 5.194/1966. Além disso, foi afirmado que não fazia sentido aos arquitetos a “mutilação” do seu campo de competências e que se fazia necessária a criação de um Conselho próprio, consolidando todas as demandas específicas da profissão (IAB, 1979b).

A proposta deveria estar baseada em três princípios básicos: “a integridade do campo de atribuições profissionais; a especificidade do ensino de arquitetura; e um sistema de fiscalização próprio”. Em outubro de 1979 a diretoria do IAB apresentou o Anteprojeto de Lei do Exercício Profissional da

¹⁰² O IAB e os caminhos para a democracia. Arquiteto no 54, São Paulo, (Ano VI, no 54 – Fevereiro. 1978/ Março 1978b), p. 04

¹⁰³ É preciso descartar fantasmas, diz Taddei nesse balanço semestral. Arquiteto no 57, São Paulo, (Ano VI, no 57 – Agosto/Setembro 1978a), p. 03.

¹⁰⁴ Na ocasião, eram diretores do IAB Nacional Demétrio Ribeiro (presidente), Edgar Graeff (Vice-Presidente), Ivan Mizoguchi (Secretário) e Paulo Iroquez Bertussi (Tesoureiro) (IAB, 1979b).

Arquitetura, que tinha como ementa “Dispõe sobre o exercício da profissão de arquiteto, cria os Conselhos de Arquitetura e dá outras providências”¹⁰⁵ (OLIVEIRA, 2011).

Quanto as atribuições profissionais, presentes no capítulo I da proposta, foram definidas: a elaboração e análise de programas de necessidade espaciais; o projeto de espaços abertos ou fechados de edificações ou cidades; a elaboração e coordenação dos projetos técnicos complementares abrangendo detalhamento de edificações, projetos de urbanização e paisagismo, projetos estruturais (lançamento, dimensionamento e cálculo), bem como projetos de equipamentos físicos e móveis dos espaços projetados. Eram atribuições também a participação como responsável de equipes de planejamento regional; a avaliação técnica e financeira, além da execução de perícias relativas à projetos e obras de arquitetura; o ensino e a pesquisa; a direção técnica de obras de construção dos projetos de sua competência (IAB, 1979b).

Entre as atividades específicas dos arquitetos estavam o projeto de espaços abertos ou fechados de edificações ou cidades; a participação como responsável de equipes de planejamento regional; a avaliação técnica e financeira, além da execução de perícias relativas à projetos e obras de arquitetura. Nesse sentido, ao compararmos com a definição da Lei aprovada em 1966, os arquitetos pretendiam requerer para si as atividades mais caras à profissão, aquelas que se atrelavam especificamente à arquitetura e ao urbanismo (IAB, 1979b).

Além disso, o mesmo anteprojeto previa a criação do Conselho Federal de Arquitetura (CFA) com Conselhos Regionais estaduais (IAB, 1979b). Assim como ao final da década de 1950 o IAB propôs sua criação junto a tentativa naquela época do estabelecimento de uma legislação autônoma da profissão, novamente essa tentativa se frustrou.

4.1.1. Os Congressos Brasileiros de Arquitetos: IX (1976); X (1979)

Na década de 1970, o IAB organizou apenas dois Congressos Brasileiros de Arquitetos, o IX (1976) e o X (1979) sete anos após a realização do Congresso de Porto Alegre em 1969. Ocorrido em São Paulo, no Pavilhão da Bienal do Parque do Ibirapuera, o evento teve como tema central “O Arquiteto e sua atuação profissional / perspectivas” (Tabela 14). Segundo a Circular do IAB/SP (julho, 1975), estiveram presentes no evento ao todo 1041 arquitetos e 3749 estudantes¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Dos itens que se destacam nessa proposta foi o Capítulo II que se refere as horas de duração do curso de arquitetura – no mínimo cinco anos com 4.000 horas, sendo 1800 dedicadas a elaboração de projetos e planos. Oliveira (2011) destacou que esse assunto já era abordado pelo Currículo Mínimo que estava em discussão e deveria estar a cargo do Ministério da Educação. Contudo, esse projeto causava discussões já no âmbito interno do IAB e acabou por não obter o consenso mínimo necessário dentro da categoria – não sendo enviado como proposta ao Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2011).

¹⁰⁶ Foram arquitetos participantes dos estados de Alagoas (09), Amazonas (63), Bahia (74), Ceará (39), Distrito Federal (18), Espírito Santo (01), Goiás (31), Mato grosso (05), Minas Gerais (27), Pará (12), Paraíba (10), Paraná (27), Pernambuco (83), Piauí (02), Rio de Janeiro (96), Rio Grande do Sul (92), Rio Grande do Norte (03), Rondônia (01), São Paulo (457), Santa Catarina (08) e Sergipe (04). Participaram com estudantes os estados de Alagoas (04), Bahia (128), Ceará (66), Distrito federal (31), Goiás (82), Minas Gerais (157), Pará (36), Paraíba (10), Paraná (118), Pernambuco (157), Rio Grande do Norte

Tabela 14: IX Congresso Brasileiro de Arquitetos

Tema: “O Arquiteto e sua atuação profissional / perspectivas”	Data: 02 e 07 de setembro de 1976	Local: Pavilhão da Bienal do Parque do Ibirapuera, São Paulo
Grupos de Trabalho		Membros
A situação do arquiteto	Como atuavam os profissionais diante da circunstância política, econômica e cultural; quais eram suas realizações e como se compunham nas estruturas e projetos governamentais	Presidente Jurandir Nogueira e o relator, Carlos Roberto Reple
As realizações dos arquitetos	As intervenções dos arquitetos nos diversos aspectos, abrangendo o desenho dos edifícios, a comunicação visual, do objeto, do urbanismo, pesquisa, defesa do monumento histórico, tecnologia	Presidente Luiz Paulo Fernandez Conde e, como relator, Sérgio Corvello Rodrigues
A proposta do arquiteto	Linhas objetivas de atuação profissional tinham a propor os arquitetos, especialmente criando novas frentes de participação junto às estruturas governamentais	Presidente Edmilson Carvalho e relator Antônio Cunha Carvalho de Freitas
A formação do arquiteto	O ensino de arquitetura e urbanismo nas atuais escolas brasileiras; qual arquiteto estava sendo formado, com quais perspectivas e finalidades	Presidente Dalvino Trocoli Franca e relatora Sonia Marques
Comissão Executiva		
Alfredo Paesani (presidente), Pedro Cury (Vice-Presidente), Raymundo de Paschoal (secretário geral), João Clodomiro de Abreu (Tesoureiro), Abraão Sanovicz (Coordenador de Teses), Pedro Cury (Coordenador de Exposições) e Walter Maffei (Coordenador de Comunicação)..		
Responsáveis pela organização do evento		
Jon Maitrejean (Coordenador de Exposições), Idal Feferbaum (Coordenador de recepção) e Benno Perelmuter (Coordenador Geral)		

Fontes: (Anais..., 1976; IAB/SP, 1975; IAB/SP, 1976a, s/n;1976^a)

O Congresso teve como sede o Departamento Paulista do IAB e seus objetivos eram:

“A partir do estudo e da análise das realizações da arquitetura e do urbanismo no Brasil nos últimos anos, o IX Congresso Brasileiro de arquitetos pretende reconhecer objetivamente a atual situação do arquiteto brasileiro, seu campo de ação, sua forma de atuação profissional, sua produção, seu relacionamento com os órgãos governamentais, sua teoria e sua prática tendo como meta principal a abertura de novas frentes de atuação e trabalho integradas, participantes e agentes do desenvolvimento nacional” (IAB/SP, 1975, s/n).

Um dos documentos que acompanhavam o Regulamento do IX Congresso, datado de 02 de setembro de 1975, era uma carta que apresentava uma reflexão sobre os 30 últimos anos da arquitetura brasileira. A carta foi iniciada com uma citação do objetivo do I Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 1945, também sob a organização do núcleo paulista do IAB. A citação propunha “estudar a função social do arquiteto nas cidades e no campo onde existem problemas cujas soluções interessam ao bem-estar da coletividade”. Contudo, os autores da carta destacavam essa “visão generosa e romântica do arquiteto brasileiro do pós-guerra”, mas que sugeria o compromisso do IAB com a realidade nacional. Passados alguns anos:

(24), Rio Grande do Sul (189), Rio de Janeiro (536), São Paulo (2.209), Santa Catarina (01) além de um estudante de Zurich, Suíça (Anais... IAB, 1976, p.02).

“Hoje, três décadas já são decorridas desde a realização do I Congresso Brasileiro de Arquitetos. Três décadas durante as quais nosso processo de trabalho, campo de ação, solicitações, e perspectivas se alteraram profundamente fazendo surgir um mosaico de realizações cujo estudo e significado sugere a necessidade de um corte, um tempo para reflexão. O Instituto de Arquitetos do Brasil, ao promover este IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, propõe, assim, como seu tema base, o conhecimento concreto desse conjunto de realizações, a história e a análise crítica desses 30 anos de arquitetura e urbanismo no Brasil. A proposta é ampla e sua importância fundamental. Seu êxito será, certamente, uma realidade a partir da participação decidida e coordenada de cada Núcleo, Seção e Departamento do IAB, tendo como base aquela preocupação primeira com os ‘Problemas cujas soluções interessem ao bem-estar da coletividade’ e como objetivo maior a visão da potencialidade de nosso trabalho frente à imensidão do país” (IAB/SP, 1975, s/n).

Nota de assessoria de imprensa (1976a) destacava a importância do novo Congresso:

“A última vez que os arquitetos se reuniram num encontro nacional foi em 1969, em Porto Alegre. De lá para cá, muita coisa mudou para esses profissionais: se campo de atuação ganhou novas dimensões, as faculdades de arquitetura e urbanismo se multiplicaram e o próprio desenvolvimento do país colocou uma nova realidade a ser enfrentada. Baseado em todos esses dados, o presidente do IAB/SP, arquiteto Benno Perelmutter, afirma que “o Congresso tem um grande significado político, pois representa a retomada do processo de discussão da nossa realidade profissional” (IAB/SP, 1976a, s/n).

Para os arquitetos, como Alfredo Paesani, que era presidente da Comissão Executiva do Congresso, era oportuno o momento para discussões e o Congresso seria uma “tribuna livre de debates, onde os arquitetos vão expor e discutir os seus problemas profissionais e fazer uma série de reivindicações junto ao poder público e à própria comunidade” (Imagem 2). Além disso, o arquiteto Benno Perelmutter destacava que o congresso pretendia “mostrar aos órgãos governamentais e a comunidade em geral, que a categoria está preparada para participar o processo de desenvolvimento do país e colaborar na melhoria da qualidade – de vida da população” (IAB/SP, 1976^a, s/n).



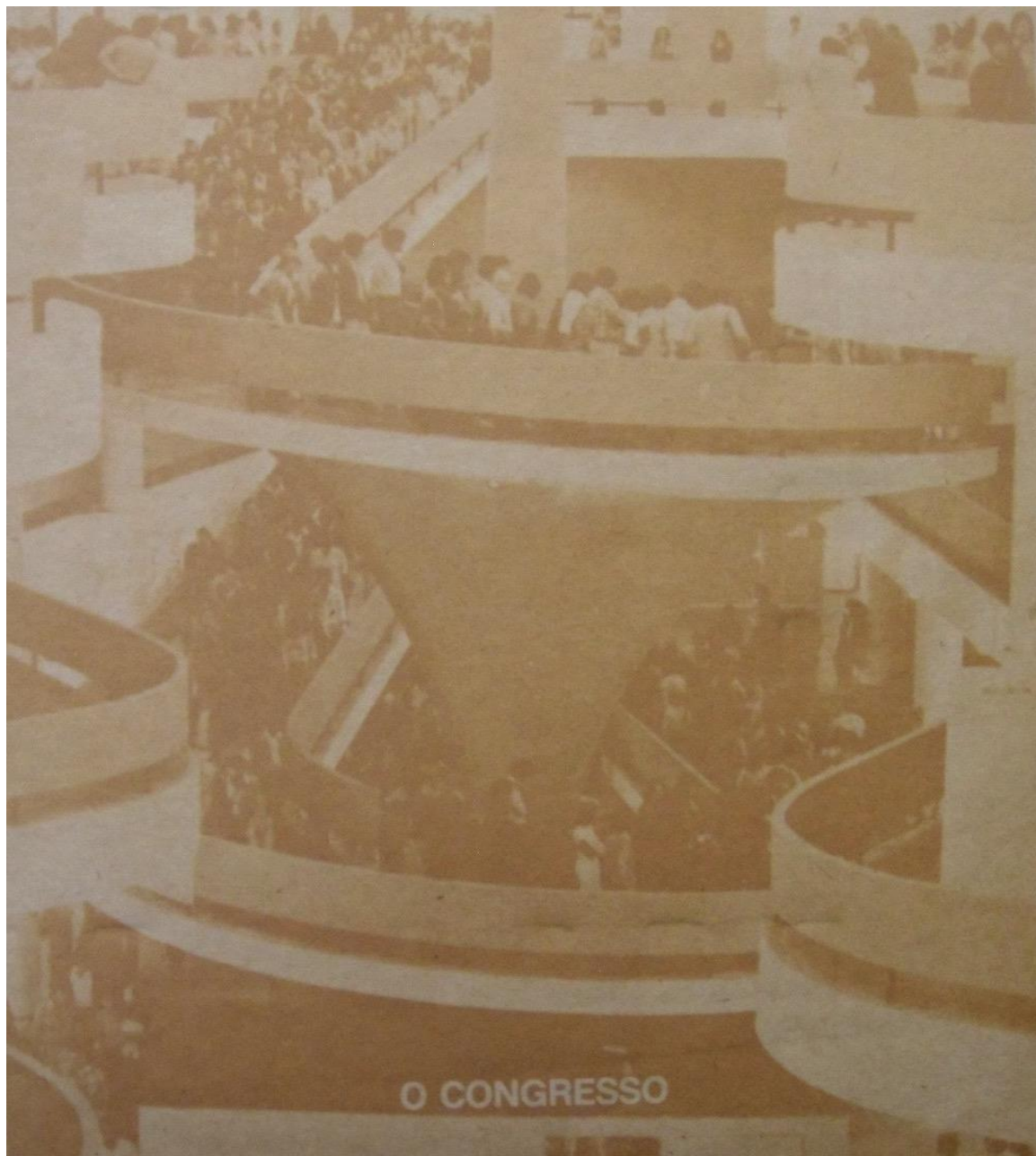
Imagem 2: Participantes do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos. Fonte: CEDOC Jorge Caron, Caixa no 53.

Outro aspecto a ser abordado no Congresso era status do mercado de trabalho. Estavam se formando no Estado de São Paulo cerca de 700 novos arquitetos por ano e a absorção desses recém-formados ainda era lenta, apesar da existência de uma alta demanda nas áreas de planejamento urbano, edificação, desenho industrial, comunicação visual, paisagismo e conservação do patrimônio histórico e cultural. Contudo, o mercado havia passado por uma série de transformações nos últimos anos como consequência do surgimento das novas faculdades de arquitetura e urbanismo:

“Os profissionais que se formaram nos últimos anos começam a trabalhar, como empregados, em escritórios de engenharia, de arquitetura e em empresas do governo. O arquiteto passa de profissional liberal a assalariado. E essa transformação desperta, na categoria, a necessidade de ter entidades de classe para defender os seus interesses. Surgem os Sindicatos de Arquitetos e os IABs vão se fortalecendo. Hoje, a luta pela ampliação do campo de trabalho de arquiteto está na ordem do dia do IAB e dos Sindicatos de Arquitetos (IAB/SP, 1976a, s/n).

Os Anais (1976) do IX CBA, publicados pelo IAB, destacavam a trajetória do Instituto, atuando como órgão cultural tinha marcado presença na vida da categoria dos arquitetos e do país, como um espaço aberto de discussão de teses e de “equacionamento de uma política profissional, capaz de traduzir a evolução de nossa profissão e a transformação do mercado, sem se deter nos limites das políticas oficiais, nem sucumbir ao silêncio fácil ou à omissão premeditada” (Anais..., 1976, p.05).

Figura 5: Capa do Jornal Arquiteto que celebrava a IX Edição do CBA



Fonte: Jornal Arquiteto, nº 41, 1976.

Nesses anos de existência, o Instituto estava atento às políticas oficiais que definiam seu mercado do trabalho como as políticas habitacional, urbana, de meio ambiente e formação profissional, “tanto no sentido de ampliar esse mercado para a demanda real proveniente das necessidades da população, quanto no sentido de assumir uma posição concreta de participação no equacionamento dessas políticas e do próprio projeto de desenvolvimento do país” (Anais..., 1976, p.05):

“Do profissional liberal ao assalariado, do escritório particular à empresa, do serviço público à empresa particular, a diversificação das solicitações ao nosso trabalho não deve iludir a necessidade da diversificação da formação profissional do arquiteto, ao nível da especialização prematura e do emprego imediato, caminho que nos levará à desagregação conceitual, política e operacional da profissão. A edificação, o planejamento urbano, o

desenho urbano, o paisagismo, o desenho industrial e a programação visual, são setores da unidade de nosso campo de conhecimentos e como tais devem ser abordados. Afinal, devemos assumir e lutar em defesa do caráter humanístico de nossa profissão, responsável pela nossa maneira de ver a realidade, tanto tecnológica quanto culturalmente” (ANAIS..., 1976, p.05).

Destaca-se aqui que o IAB se identificava como espaço de todos os arquitetos e não de profissionais liberais com mais tempo de profissão¹⁰⁷. Outro ponto importante foi o imenso interesse de participação do congresso, que contava inicialmente com 2.000 inscritos, mas recebeu 5.000, segundo o arquiteto Benno Perelmutter (Anais..., 1976). Em seu discurso de encerramento, Perelmutter destacou que foram 1.200 arquitetos de 21 Estados do país e 5.000 estudantes, representando 85% dos Estados brasileiros.

No discurso de abertura, Miguel Alves Pereira, então presidente do IAB Nacional destacou a importância do evento:

“Desde 1969, setembro, por ocasião do VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Porto Alegre, não tínhamos e não tivemos nenhum Congresso com esta envergadura. Estes sete anos de silêncio não traduzem a quantidade de trabalho executado, não traduzem a verdadeira envergadura da profissão que cresceu e se afirmou na vida do país. O nosso silêncio é um silêncio de trabalho, ainda que com características de um silêncio de temor e medo. 1969 foi o ano que antecedeu a definição de posições singulares para nosso país. Todos os senhores se lembram que o ato institucional número 05 foi decretado no fim desse ano. O nosso silêncio foi de temor, nosso silêncio foi de trabalho, descobrimos uma outra forma de colaborar com os destinos de nossa nação” (ANAIS..., 1976, p.19).

Nesse período, Pereira comentou que o IAB soube se reciclar e buscou se organizar, por meio do Conselho Superior, mas também concluiu que para definir os novos destinos da atuação e da formação profissional era necessária a promoção do Congresso, de modo a discutir questões como: “Seremos uma profissão necessária, ou voltaremos ao silêncio?” ou “Seremos uma profissão capaz de equacionar participar e contribuir para o equacionamento das políticas oficiais que dizem respeito às atividades que qualificam o nosso mercado de trabalho, como a política habitacional, a política urbana, a do meio ambiente, como a política da formação profissional?”. Para o arquiteto, esta última questão era o maior desafio a responder no Congresso (Anais..., 1976, p.19).

Quanto à formação do arquiteto, Pereira destacou:

“As 30 escolas de arquitetura terão de reorganizar-se e de reagrupar-se, pensando numa profissão que se deve admitir como um conjunto de escolas no seio da universidade, que devem criar o conhecimento que qualifica e define a nossa prática profissional. A pesquisa, a prestação de serviço e principalmente a docência. Não vale dizer que nossa formação é carente ou deficiente. No plano da nossa política profissional deveremos afirmar que nós temos o know-how necessário para atender as necessidades de agora. Em relação a esta política nos posicionamos também como quem tem esperanças, também como quem acredita nas nossas 30 escolas” (ANAIS..., 1976, p.20).

¹⁰⁷ No trabalho de Durand (1972), é possível perceber que o SASP passava a atrair jovens profissionais, enquanto o IAB/SP estava sempre com seu grupo de associados mais experientes.

Uma das grandes conquistas dos arquitetos no evento foi divulgada pelo governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins. Em seu pronunciamento, o governador destacou a participação dos arquitetos nas políticas de desenvolvimento urbano e regional do Estado e a criação da Secretaria de Negócios Metropolitanos. Para o governador, as realizações do Estado não seriam possíveis sem a participação dos arquitetos, ou sem a “participação crítica e construtiva dos próprios Instituto de Arquitetos do Brasil e Sindicato de Arquitetos” que ocupavam cadeiras no Conselho do Governo do Estado. Por essa razão, o governador lembrou da criação da carreira de arquiteto no funcionalismo público estadual (Anais..., 1976).

Ainda quanto ao exposto no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, o IAB deveria assegurar a manutenção de seu caráter representativo da profissão, contudo, precisava adotar novos parâmetros:

“A linha de atuação do Instituto de Arquitetos do Brasil ainda segue de perto as matrizes de pensamento de uma fase anterior, quando se defendia o caráter “liberal” do profissional. Mantendo, pois, essa visão, preserva a luta pela afirmação da profissão através das suas normas de Concurso Público e demais instrumentos de política profissional de uma arquitetura que desapareceu com a vigarem mercantil da produção arquitetônica, e de um arquiteto que perdeu a condição de liberal com esta transformação. Alguns desses instrumentos foram descaracterizados, hoje, pela concentração de oportunidades do mercado, que descreveremos adiante. No momento atual, quanto à profissão liberal, o que caracteriza sua prática e o desfavorecimento do exercício autônomo de qualquer ocupação por sua inserção na competição do mercado de serviços do setor terciário, característica da atual fase da nossa sociedade. O conceito “comunidade profissional” já não se presta para explicar a situação atual da profissão. As relações de trabalho do mercado profissional caracterizam uma absorção diferenciada dos arquitetos por este mesmo mercado” (ANAIS..., 1976, pp.62-63).

Diante dessa nova realidade profissional, os arquitetos deveriam aliar-se à população em busca de melhor qualidade e condições de vida, das quais dependiam a ocupação do espaço – processo que carecia da atuação do arquiteto. O IAB, nesse contexto, precisava incorporar em seus princípios de atuação “a perspectiva de estreitamento e reforço do seu relacionamento com o Sindicato e com as parcelas da Universidade interessadas na problemática da arquitetura” (ANAIS..., 1976, p.63).

Os representantes do IAB/RS apresentaram o texto “Participação cultural do IAB no processo social brasileiro” defendendo a independência do Instituto na defesa da profissão. A independência do instituto tinha garantido nesses anos de sua existência a sua presença nos debates sobre arte, cultura e tecnologia nacional, bem como resguardado sua atuação frente à sociedade e ao poder público. O IAB/RS, destacava que era importante também preservar a autonomia dos departamentos locais do Instituto, não de modo a permitir que os núcleos se destacassem – eles deveriam estar unidos nos seus princípios básicos e consensos quanto a temas nacionais e internacionais. Segundo os instrumentos nacionais de ação dos arquitetos (projetos, planos diretores, leis) as entidades profissionais tinham, cada uma, um papel a desempenhar (Anais..., 1976).

Enquanto o IAB era a entidade de reunia a atitude e o pensamento dos profissionais da categoria e estabelecia o elo entre o pensamento dos arquitetos e a sociedade, o Sindicato tinha como finalidade “conquistar e reivindicar as melhores condições para o exercício profissional do arquiteto”, preocupando-se com o mercado de trabalho e a legislação profissional. O Sindicato se colocava como principal instrumento de defesa do exercício profissional do arquiteto, como um intermediário entre o arquiteto e o cliente. Por sua vez, ao CREA competia fiscalizar os arquitetos. O IAB e o Sindicato levantariam junto ao CREA questões profissionais relevantes para discussão (Anais..., 1976).

No período que antecedeu a realização do IX Congresso em São Paulo, um documento intitulado “Inquérito preliminar entre os arquitetos de São Paulo”¹⁰⁸ foi publicado pelo IAB/SP colocando algumas propostas que iriam apresentar na preparação do IX Congresso. Em primeiro lugar foi apontada a necessidade de diminuir o intervalo entre os Congressos, pois, desde o último evento em Porto Alegre no ano de 1969, “muitos problemas se acumularam gerando dificuldades na nossa coordenação de nossa política geral de defesa da cultura e da profissão”. Assim, uma das principais iniciativas na promoção desse Congresso era trazer à tona reivindicações imediatas da classe:

“Foi sempre diretriz do IAB lutar pela definição da classe frente aos problemas nacionais, quer relativos às questões da cidade, como da indústria nacional, ou da cultura brasileira como um todo. Partia do pressuposto de que em vez de atirar a uma visão imediatista, a posição dos arquitetos se definia em consonância com o destino do povo brasileiro. Do acerto dessa posição, testemunha inequívoca, o aumento dos arquitetos nos últimos 30 anos, sua audiência cada vez maior nos centros de decisão, a proliferação de escolas de arquitetura em todo país, o exercício efetivo da arquitetura no Brasil. Trata-se, pois, de complementar essas diretrizes gerais, com uma visão mais precisa e mais eficiente em relação ao cotidiano dos arquitetos” (IAB, 19-?, p.01).

Com o objetivo de verificar a situação desse cotidiano, o IAB se propunha a realizar através de um inquérito com as entidades estatais, paraestatais e privadas segundo três enfoques – o ponto de vista do produtor, do produto e da eficácia da relação entre Arquiteto e Cliente. Do ponto de vista do produtor, seriam identificados o tipo de trabalho: projeto (comunicação visual, desenho industrial, edificação, urbanismo, paisagismo, estruturas, acústica, conforto ambiental, preservação do acervo cultural); coordenação (de obras, com acompanhamento e intervenção no canteiro; de serviços e de projetos); ensino e outras atividades. Outra questão a ser analisada do ponto de vista do produtor seria sua situação legal: como autônomo, assalariado (do serviço público, empresas mistas ou particulares) ou prestador de assessorias. O documento considerava que esses dados eram importantes para a elaboração de tese pelo IAB/SP e o número de colegas contatados deveria ser expresso de forma clara (IAB, 19-?, p.02).

Sob o ponto de vista do produto, devia-se investigar qual seria o produto de atividade dos arquitetos sob a visão da sociedade – o que era esperado dos arquitetos e o que poderia esperar. Também era colocado como interessante o levantamento dos reais clientes, pois enquanto nas áreas de habitação popular o

¹⁰⁸ Documento encontrado no CEDOC Jorge Caron, Caixa no 53.

arquiteto era uma imposição “de cima” nas áreas mais ricas “o arquiteto muitas vezes é substituído pelo primeiro charlatão autodenominado decorador”. Assim, precisava ser investigado tanto quem consumia a atividade do arquiteto como o que era consumido (IAB, 19-?, p.02).

No aspecto da relação arquiteto-cliente, cujas dificuldades eram veladas, apresentavam-se dois tipos de crítica: do ponto de vista do arquiteto havia um “desrespeito ao trabalho” pelo cliente e do ponto de vista do cliente uma “inadequação” do produto oferecido. Para o IAB/SP, muitas dificuldades nessa relação seriam amenizadas se fossem encaradas realmente e com “disposição flexível”. Para o Instituto “se nós soubéssemos, pois, desobstruir os canais da comunicação, poderemos ganhar novas opções para um trabalho criador” e assim, cooperar para o benefício de uma camada mais ampla da população clara (IAB, 19-?, p.03). Os resultados desse Inquérito não foram encontrados e não se teve também confirmação de sua realização. Ainda assim, pontos abordados destacam a leitura dos arquitetos insatisfeita pela percepção que a sociedade ainda tinha de sua área de atuação profissional. Esta, necessitava de esclarecimento e divulgação.

Nos Anais do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos de 1976, foi apresentado por cada relator um texto síntese das discussões, em cada um dos temas de trabalho.

- Situação atual do arquiteto.

Nesse grupo foram publicadas nos Anais as teses do IAB/BA, intitulada “Situação atual do arquiteto”, do IAB/ Rio Grande do Sul, “Participação cultural do IAB no processo social brasileiro”; o texto “Em busca dos limites”¹⁰⁹, de autoria dos arquitetos Daniela S. S. Affonso, Nazareno S. N. S. Affonso, Nelson Popini Vaz e Roberto Gonçalves da Silva; o texto “Mercado de trabalho e o arquiteto jovem”, de Oswaldo Santo Cruz Nery e o texto “Direitos e deveres de autoria” do IAB/SC (núcleo Santa Catarina).

O texto do IAB/BA, “Situação atual do arquiteto”, construiu um panorama da situação do arquiteto no Brasil através dos anos, com o objetivo de “articular novas formas de abordagem da problemática da arquitetura, tanto no ensino como na produção arquitetônica, ensejando uma política profissional voltada para o arquiteto e para a comunidade”. Para os autores, a própria temática do congresso, abrangente como se apresentava era um alerta da “percepção das mudanças ocorridas na sociedade e na profissão, e a necessidade de sua discussão, é a ocasião ideal para o aprofundamento destas questões” (Anais..., 1976, p.57).

Depois de apresentar um breve histórico da profissão, os autores atestavam que em 1964, havia se iniciado uma nova fase no contexto político nacional, com a acumulação de capital centrada nas grandes empresas internacionais e a centralização do poder político em um Estado autoritário. Como consequência, houve

¹⁰⁹ Texto que discutia o papel do arquiteto a partir do texto “Arquitetura Nova” de Sergio Ferro, questionando o papel do arquiteto como o “maestro de uma orquestra” e líder de uma equipe multidisciplinar em contraposição com a realidade fragmentada de produção existente (ANAIS..., 1976, pp.66-68).

uma mudança na clientela do arquiteto: “seu maior cliente agora passa a ser a grande burguesia associada ao capital estrangeiro e o Estado, que se sofisticando, fornecendo o lastro para o crescimento econômico e enfrentando nova ordem de problemas, continua a solicita-lo sob novas formas” (ANAIS..., 1976, p.60). Essa produção estava exemplificada tanto no planejamento urbano e metropolitano, a serviço do Estado, quanto no do oferecimento de habitação, este, resultado do investimento da burguesia aliada ao capital estrangeiro. Contudo, essa produção após 1964, foi também fonte de reativação da economia do Estado e gerou, com o objetivo da maximização dos lucros, um processo de construção em massa de baixa qualidade “comprometendo a arquitetura no seu papel de contribuir tecnicamente para a organização do habitat humano” (ANAIS..., 1976, p.61). Não só a produção do arquiteto foi afetada, mas também sua atuação profissional:

“Ao grande arquiteto liberal do passado, e quando eram poucos os arquitetos, hoje se contrapõe uma grande massa de profissionais, cujo problema já não é mais da afirmação de uma arquitetura que ele não faz, mas sim o de disputar um mercado de trabalho estruturado em novas bases, cada vez mais difícil e de baixa remuneração no geral. No passado, as relações de trabalho do arquiteto eram diretas com o cliente. Hoje, essa grande massa de arquitetos é assalariada das grandes empresas – nacionais e estrangeiras, ou do Estado, num processo de intermediação entre o arquiteto e a produção arquitetônica, o que diferencia segundo sua posição no mercado de trabalho” (ANAIS..., 1976, p.61).

Por sua vez, a tese elaborada pelo arquiteto Osvaldo Santo Cruz Nery, intitulada “Mercado de Trabalho e o arquiteto jovem” abordava as dificuldades encontradas para inserir-se na profissão. Para ele, mesmo o arquiteto sendo peça fundamental para os projetos arquitetônicos, nem sempre era seu autor e acabava por sofrer com infiltrações de outros profissionais nesse campo, precisando disputar trabalho com estes, mesmo com seu direito profissional adquirido de projetar. Nery constatava que os grandes investidores ainda não reconheciam a importância de investir financeiramente em um bom projeto. Por sua vez, os escritórios de arquitetura não divulgavam a coparticipação de jovens profissionais, deixando de promovê-los para futuros trabalhos. Para abrir novas perspectivas de trabalho sugeriu:

- A solicitação ao Governo Federal da revisão das atribuições do engenheiro civil, permitindo especificamente ao arquiteto a prática da arquitetura;
- Campanha profissional pela valorização do arquiteto;
- Recomendação aos escritórios de arquitetura que mantém arquitetos nos quadros de funcionários, pela divulgação dos nomes dos mesmos em todo trabalho executado (Anais..., 1976, p.68).

A contribuição do IAB/SC, intitulada “Direitos e deveres de autoria” alertava para as dificuldades enfrentadas pelos arquitetos aos direitos de autoria assegurados pela Lei 5.194 de 1966 (Artigos 18, 22 e 23). O Código de ética elaborado pelo CONFEA (no 105/971) também não era respeitado. Os arquitetos consideraram que em todos Estados brasileiros era hábito corriqueiro “a revisão de trabalhos de arquitetura e de planejamento urbano sem o consentimento dos autores dos projetos originais”; “a intervenção em projetos acabados por parte de profissionais com prejuízos para os autores desses

projetos” e muitas vezes, os projetos eram alterados por profissionais sem habilitação para tal. Por essa razão, concluíram que deveria ser empenhado o máximo rigor e julgamento nas infrações do código de ética sob esses aspectos; que todo exercício ilegal da profissão resultasse na instauração de processo judicial e que fosse aplicado com rigor o artigo 15 quando as entidades públicas e privadas contratassem projetos com pessoas físicas e jurídicas e esse contrato necessitasse de uma alteração de projeto original, sem a participação dos autores (Anais..., 1976, p.69).

Diante das teses expostas, o relatório do tema “Situação atual do arquiteto”, elaborado pelo arquiteto Antônio José Cunha Carvalho de Freitas, destacou que os arquitetos precisavam deixar de lado conceitos iniciais da profissão como aqueles que acreditavam no arquiteto como “artista” e “sintetizador das aspirações mais profundas da sociedade”. No momento, o que caracterizava a profissão do arquiteto era “o desfavorecimento do exercício autônomo de qualquer ocupação por sua inserção na competição do mercado de serviços do setor terciário, característica da atual fase de nossa sociedade”. A concentração de profissionais no Estado de São Paulo, muitos deles nas grandes empresas de projeto, somada a grande quantidade de arquitetos que se formava a cada ano e adentrava ao mercado de trabalho em regime de profissional assalariado, trazia grandes transformações à profissão. Assim, o arquiteto e sua tarefa de projetar “não pertence a individualidade do artista e sim repousa na racionalização necessária ditada pelos interesses dominantes do modo de produção” (ANAIS..., 1976, p.25).

O grupo lembrou que grande parte da população brasileira não tinha acesso ao arquiteto como profissional e era papel da categoria oferecer melhores condições de vida. O propósito era afirmar “a produção arquitetônica para a coletividade, com as características humanas e estéticas que lhes são inerentes” (ANAIS..., 1976, p.25).

Os arquitetos, no status de assalariados e pequenos profissionais autônomos também deveriam se unir às demais classes trabalhadoras em busca da luta pelo bem-estar. Nesse contexto estaria inserida a luta pela defesa da profissão para a qual um aspecto fundamental era o “fortalecimento do IAB e Sindicatos, como entidades com respaldo político para canalizar as críticas dos arquitetos aos problemas da comunidade”. O grupo destacou a atuação do IAB/RJ junto aos setores representativos da comunidade e convocou as demais sessões do IAB e dos Sindicatos a viabilizar formas de exercício da profissão junto à população (ANAIS..., 1976, p.26).

Os arquitetos reconheciam que sua participação não solucionaria o problema da habitação, mas poderia contribuir para uma melhor qualidade de vida. O mesmo grupo de arquitetos destacou a importância da experiência desenvolvida no Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul, em parceria com o CONFEA/CREA, no programa de elaboração de um projeto de assistência técnica à moradia econômica:

“(...) esse programa, quando viabilizado, devera mobilizar os esforços dos sindicatos, através da organização de cooperativas profissionais que impeçam o açambarcamento

deste novo mercado por empresas e das escolas de arquitetura, através de orientação curricular e dos estágios obrigatórios dos estudantes” (ANAIS..., 1976, p.26).

- A proposta do arquiteto

Nesse grupo foram apresentados como teses alguns textos relativos à profissão como um parecer do SAERGS sobre a “Tabela de Honorários”, “O arquiteto e sua atuação profissional”, pelo arquiteto Oswaldo Santa Cruz Nery; “Estudo de viabilidade de programa de assistência técnica gratuita ao projeto e construção de moradia isolada para pessoas carente de recursos”, de autoria de Clovis Ingelfritz da Silva, Newton Burmeister e Carlos Maximiliano Fayet; e, dos representante do IAB/Rio de Janeiro (Eduardo Grinspun Koatz, José Flavio M. M. Pessoa, Lia Motta, Lizete Maria de Paula, Paulo Roberto B. de Mello e Wilton Carlos Pinto, com o estudante Iso Milman), intitulado “Sobre a participação da População nos diversos níveis de decisão”.

No texto “Tabela de Honorários” o SAERGS comentava, após análise da tabela proposta pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro em parceria com o IAB, que alguns itens poderiam ser aperfeiçoados a partir do conceito inicial: a tabela tinha um enfoque nos projetos de edificação e deveria incluir também outros campos da atividade do arquiteto como planejamento, paisagismo, design, assessoria ou consultoria técnica e construção propriamente dita; os valores contidos na tabela deveriam ser suficientes para que os profissionais se comprometessem de forma ética a cumpri-la e para estabelecimento desses valores uma busca rigorosa e ampla deveria ser feita. A elaboração da tabela deveria considerar sua institucionalização tanto por meio do Sindicato quanto dos IABs, Federação e CREA. Uma outra forma a ser prevista como passível de remuneração, além do custo pelo projeto deveria ser a hora técnica. Por sua vez, os arquitetos do SAERGS consideravam inadequadas as cobranças feitas por meio de uma classificação de grau de complexidade dos projetos, colocando esse critério como inadequado e contraditório. Sugeria-se que a discussão dessa tabela se desse em conjunto pelas duas entidades – Sindicatos e IAB. A partir dessa análise, o SAERGS instituiu uma comissão permanente para tratar das discussões sobre a tabela de honorários (Anais..., 1976).

Já o texto “O arquiteto e sua atuação profissional”, escrito pelo arquiteto Oswaldo Santa Cruz Nery, foi destacado que diante das condições de atuação profissional a categoria precisava se unir em busca dos interesses e na defesa das atribuições que eram resguardadas ao arquiteto. Nesse sentido, o autor propôs que os congressos passassem a ter edição anual, fazendo chegar às autoridades as conclusões finais; que todos os meios de comunicação recebessem um comunicado de que o dever do arquiteto e urbanista era promover o bem estar da comunidade, protegendo a natureza em todos os seus aspectos; ponderar junto ao governo a adoção de medidas de limitação familiar; ponderar junto ao BNH uma atuação mais agressiva nas áreas rurais de modo a segurar o êxodo; ponderar com o governo medidas moderadoras da qualidade da construção civil; enfocar junto ao MEC a adoção, junto ao vestibular de arquitetura da exigência de um laudo de habilitação específico, como no curso de Belas Artes (Anais, 1976).

Outro texto apresentado para discussão no Grupo sobre a proposta do arquiteto foi “Estudo de viabilidade de programa de assistência técnica gratuita ao projeto e construção de moradia isolada para pessoas carente de recursos”, de autoria de Clovis Ingelfritz da Silva, Newton Burmeister e Carlos Maximiliano Fayet. Na tese os arquitetos comentavam que não uma nova constatação o fato de a atuação dos arquitetos ainda ser insatisfatória diante do amplo mercado de trabalho que se apresentava no país. Ainda se identificava incorretamente o trabalho do arquiteto. A própria legislação (Lei 5.194/66 e a Resolução 218 do CONFEA) não esclarecia as atribuições profissionais. Sendo assim, era necessária a criação de novos campos de trabalho, especialmente tomando posse da possível atuação que o arquiteto poderia ter nos aspectos dos problemas habitacionais e urbanos (Anais..., 1976).

A proposta apresentada pelo SAERGS, da criação de um serviço de assistência técnica gratuita “ao projeto e construção da moradia isolada para pessoas carentes de recurso”. Esse programa, iniciado em 1974, havia sido elaborado pela Comissão de Legislação Profissional do SAERGS e recebeu a colaboração do IAB/RS e do CREA da 8ª Região. Para a Comissão a proposta tinha caráter revolucionário, pois estendia a assistência técnica a uma ampla camada da população brasileira que permanecia a margem do serviço do arquiteto, mas também proporcionava ao arquiteto a “desejada participação” na solução do problema habitacional e urbano brasileiro (Anais..., 1976).

O texto vinha de encontro a uma resolução dos CREAs de todo o país para a expedição de atos que isentavam de responsável técnico as construções de pequeno porte e apresentavam diversas justificativas:

“Entre eles, citamos os que entendemos mais ilustrativos e importantes: falta de poder aquisitivo da população que executava essas construções; as pressões de políticos que entendem ser desnecessário esse tipo de assistência a pessoas carentes de recursos para não onerar ainda mais sua pobreza; as facilidades de fiscalização obtidas pelos CREAs ao diminuir sua área de responsabilidade, visando a aumentar sua eficiência que, para obras de pequeno porte, não se torna necessário um profissional arquiteto ou engenheiro. Ultimamente, porém, as concessões de Isenções de Responsabilidade Técnica veem atingindo, em alguns Estados, habitações com área de até 80 m² havendo, inclusive CREAs que pensam em concedê-las até 120m²” (ANAI..., 1976, p.97).

Por sua vez, a Comissão de Legislação Profissional do SAERGS trabalhou junto ao CREA para elencar os prejuízos causados pelas isenções, propondo soluções mais compatíveis tanto para a população quanto para os profissionais e para o governo. Assim foi sugerido o estabelecimento do Programa de Assistência Técnica Gratuita, com proposta de ser viabilizado através da Previdência Social, como prestação de serviço na área da arquitetura. Por meio do programa o arquiteto estaria comprometido “de forma definitiva com os problemas da organização dos espaços para as camadas significativas da população”. Tal medida exigiria dos arquitetos e das escolas de arquitetura “uma série de avaliações e reciclagens visando às circunstâncias desse novo mercado” (Anais..., 1976, p.98).

Outras considerações foram expostas sobre a criação do Programa como:

- “a simples isenção de responsabilidade poderia caracterizar-se como uma fuga à responsabilidade dos CREAs e dos profissionais, para a solução do problema”;
- “a redução pura e simples implica uma redução injustificável do mercado de trabalho”;
- “é na moradia econômica que mais necessária torna-se a assistência de profissional habilitado”;
- “privar os profissionais de sua participação no problema é retirar-lhes uma significativa parcela de sua função social, enquanto o país realiza elevados investimentos e esforços na solução dos problemas habitacionais e na formação destes técnicos”;
- grande parte das moradias executadas por essa população são irregulares ou clandestinas, além de muitas vezes serem executadas por leigos ou organizações descomprometidas com o processo de desenvolvimento urbano;
- “nessa faixa incide o grande percentual de casos de acobertamento do exercício ilegal da profissão”;
- “a maioria dessas moradias não é abrangida por nenhum dos programas habitacionais do governo”;
- “noutras áreas de cunho social, o governo tem encontrado os caminhos para a assistência profissional às camadas mais pobres da população, como no caso da assistência à saúde e judiciária” (Anais..., 1976, p.98).

Diante do exposto, apresentavam-se como vantagens do programa para os usuários o recebimento de um serviço técnico de melhor qualidade, a oportunidade de redução de custos por meio de cooperativas de consumo de materiais, a oportunidade de acesso à programas de financiamento e a possibilidade de elevação do nível sociocultural no trato com profissionais dos problemas de habitação. Para os profissionais, os benefícios seriam a participação efetiva na solução de problemas de moradias isoladas junto à população carente, a ampliação de seu mercado de trabalho; uma oportunidade real ao pleno exercício de sua função social e o conhecimento da real condição da habitação no Brasil, com a possibilidade de contribuir de maneira efetiva. Aos Creas, o programa trazia como benefício a possibilidade de cumprir a promoção da profissão do arquiteto, o combate do exercício ilegal da profissão e uma maior eficiência na fiscalização do exercício ilegal da profissão. Por fim, ao governo, apresentavam-se as vantagens de atingir uma população que estava à margem dos programas habitacionais, uma melhoria nas informações de cadastro urbano, fiscalização e controle das construções; a redução dos custos na implantação da política de uso do solo e desenvolvimento urbano; a oportunidade do desenvolvimento de pesquisas e levantamentos que permitam a análise de problema para fins de tipologias habitacional e urbana e possibilidade de realização de programação de racionalização do uso de materiais e métodos construtivos (Anais..., 1976, p.99).

O texto dos representantes do IAB/RJ (Eduardo Grinspun Koatz, José Flavio M. M. Pessoa, Lia Motta, Lizete Maria de Paula, Paulo Roberto B. de Mello e Wilton Carlos Pinto, com o estudante Iso Milman),

intitulado “Sobre a participação da População nos diversos níveis de decisão” abordou uma experiência realizada pela Comissão de Relacionamento Comunitário do IAB/RJ que buscava estreitar as relações da Instituição e dos arquitetos com a comunidade. Os arquitetos tomaram essa atitude ao presenciarem nos últimos anos as correntes migratórias para as cidades ocupando lugares menos valorizados e sem nenhuma infraestrutura oferecida pelo governo, que seguia orientando seus investimentos nas áreas centrais das cidades. Muitas vezes a população das áreas periféricas entrava em conflitos com o Estado, em busca da conquista de melhorias. Mas percebeu-se que essa luta se dava de forma organizada, por meio de associações representativas ou por meio de lutas espontâneas – como invasões – sem possibilitar negociações com o poder público. Por essa razão surgiu a Política de Relacionamento Comunitário, para “apoiar a participação da população nos níveis de decisão que se referem às questões urbanas”. Para isso, a primeira proposta seria fortalecer as associações que representavam as comunidades, de modo que pudessem defender seus interesses. Por parte do IAB/RJ, essa ação também reforçava que o Instituto não compactuava com o caos urbano e com a baixa qualidade de vida de grande parte da população (Anais..., 1976, p.100).

Para colocar em prática essa iniciativa, cabia ao IAB entrar em contato com as organizações representativas da comunidade, buscando apreender seus problemas específicos, a forma como se articulavam internamente para obter maior eficiência em suas reivindicações e os meios tinham para solucionar seus problemas. Também era necessário que o Instituto estabelecesse uma tabela de honorários proporcional à renda familiar da comunidade; que parte da receita do IAB fosse destinada à financiar projetos para a população de baixa renda; que fosse criado um fundo para projetos nas comunidades; que fosse permitido ao IAB receber doações em favor da população atendida e fosse proposto um projeto de apoio para seu avanço (Anais..., 1976, p.101).

- As realizações dos arquitetos

Na moção paulista apresentada nessa mesa, os arquitetos afirmavam que viam “com simpatia a ampliação das indústrias de materiais de construção”, inclusive quanto à diversificação do que estava em produção. Contudo, os modos de trabalho que se desempenhavam na obra ainda se encontravam, sem organização quanto a aspectos elementares. Dessa forma, sugeriam que:

“(...) estudos e decisões “devem ser incentivados no sentido de atrair a mais desenvolvida tecnologia nacional para resolver algumas das mais prementes carências do povo brasileiro: o déficit habitacional reconhecido aproxima-se das 150.000 unidades anuais. A maior parte das cidades brasileiras conta com serviços precários de esgotos, quando existentes: a mais populosa cidade brasileira, São Paulo, não tem 30% das suas residências ligadas à rede de esgoto. O serviço médico hospitalar é bastante ineficiente, refletindo-se dramaticamente nos índices de atendimento à população” (IAB/SP, 1976b, s/n).

Os arquitetos se colocavam assim, dispostos a colaborar com o desenvolvimento da indústria nacional, como já vinham colaborando segundo os mesmos. Mas acreditavam que sem a atuação econômica do Estado os resultados satisfatórios não seriam alcançados. Nos últimos anos a profissão assistia o

aparecimento das empresas de projeto, fazendo com que o trabalho do arquiteto em seu meio fosse anônimo. Apesar disso, os arquitetos seguiam em busca da sobrevivência. Entre os profissionais que estavam atuantes, 40% desenvolviam seus trabalhos em pequenos escritórios, autônomos ou em Sociedades Civis, executando projetos nas áreas de edificação, planejamento urbano, desenho industrial, comunicação visual, coordenação e acompanhamento de obras civis e projetos complementares além de assessoria técnica. Para os arquitetos paulistas, eles tinham potencial para participar da execução de grandes projetos nacionais - como barragens, portos, pontes – de modo a contribuir com o desenvolvimento nacional (IAB/SP. 1976b).

A formação dos arquitetos tinha se ampliado nos últimos 20 anos, justamente em vista de atender as solicitações que foram impostas profissionalmente, resultado das transformações em sua formação universitária, “que conduzida com firmeza garantiu seu relativo êxito” (IAB/SP. 1976b, s/n):

“Reafirmam, pois o caráter abrangente da atuação do arquiteto e reafirmam o núcleo fundamental de sua educação em torno do edifício integrado na cidade. Todos os outros aspectos da diversificação profissional, nele encontram apoio e por sua vez enriquecem sua visão. Mas recusam qualquer tentativa de fragmentação especializada, como contraria aos interesses profissionais, do bem-estar da população e da cultura nacional” (IAB/SP. 1976b, s/n).

Diante dos textos apresentados, o grupo 02 teve como relator o arquiteto Sergio Corvello Rodrigues. Um dos temas abordados foi a participação do arquiteto na solução de espaços físicos, com o exemplo apresentado do planejamento de áreas rurais no Ceará. Através desse exemplo discutiu-se que o arquiteto deveria voltar-se cada vez mais para as demandas da comunidade, atingindo áreas ainda não exploradas; um alerta à Universidade de voltar o ensino às experiências regionais e a necessidade de compreender o uso de materiais locais, especialmente no caso abordado da arquitetura popular no Nordeste (Anais..., 1976).

O segundo aspecto abordado foi a criação de departamentos nos Sindicatos e nos IABs para coordenar a atuação do arquiteto dentro do mercado de trabalho. Essa experiência estava em curso no Sindicato do Rio Grande do Sul e o departamento tinha como tarefa “ampliar o campo de atuação do arquiteto, como uma das formas de participação mais efetiva na solução dos problemas da comunidade”. Para tal, o departamento deveria divulgar junto a comunidade as atribuições do arquiteto e conquistar novas formas de atividade, encaminhar e colocar o arquiteto no mercado de trabalho, efetuando o contato do cliente com os profissionais e dando assessoria aos arquitetos em questões trabalhistas, de honorários e de ética profissional (ANAIIS..., 1976, p.27).

Outras recomendações feitas pelo grupo de trabalho tratavam a busca por uma maior equidade entre os salários dos arquitetos e das arquitetas (reivindicando igualdade de valores e de tarefas), o respeito às relações de trabalho dos estagiários, pois esse trabalho fazia parte de sua formação profissional. Foi recomendado que os IAB e os Sindicatos definissem melhor junto ao CREA as atribuições profissionais

na área de projeto, aumentando as possibilidades de trabalho dos arquitetos e corrigindo distorções existentes. Outro aspecto destacado foi a indicação de que os Fundos de Assistência dos Municípios tivessem verbas destinadas à contratação de arquitetos e que fossem resguardados os projetos executados pelos arquitetos de modo que não houvesse retrabalho e sobreposição de propostas para a mesma finalidade (ANAIIS..., 1976).

- Moções Atuação Profissional

Essa sessão dos anais foi elaborada em parceria pelos presidentes dos IABs e dos Sindicatos. Foram apontadas algumas considerações: que a elaboração dos projetos de arquitetura e urbanismo só deveriam ser feitas por profissionais habilitados; que o arquiteto sofria uma concorrência desleal em seu mercado de trabalho em todo o país; que em diversos Estados os laboratórios de projeto, pesquisa ou ateliers das escolas de arquitetura ofereciam concorrência ao mercado de trabalho, muitas vezes encobertas dentro de iniciativas de pesquisa e de melhoria da estrutura do ensino; que a contratação de projetos pelas escolas de arquitetura e entidades a ela vinculadas ocorresse de forma clara, sem o tráfico de influências (ANAIIS..., 1976).

Nesse sentido, as entidades propunham:

- atuação junto aos arquitetos no sentido de garantir às escolas de ensino superior os direitos e as condições de desenvolverem pesquisas no seu campo de estudos e trabalhos de interesse cultural;
- que os arquitetos não tolerassem exigências quanto a concorrência imposta por laboratórios de projeto e pesquisa das escolas de arquitetura;
- que fosse exigido o cumprimento do código de ética profissional.

Quanto aos concursos, os IABs e Sindicatos se propuseram a estudar uma reformulação do regulamento de concursos de projeto, no sentido de abrir oportunidades para todos arquitetos – incluindo os pequenos escritórios. Somado a isso, esperava-se que o IAB estudasse uma maneira de ter maior interferência nos concursos (ANAIIS..., 1976).

Sobre os setores de projeto nos órgãos federais, municipais e estaduais, os arquitetos reconheciam que a criação dos setores de projeto acarretou prejuízo aos arquitetos autônomos:

“Isso se constata, pois esses órgãos, usando seus profissionais, não raras vezes apenas esboçam um “estudo preliminar” e burlando o artigo 83, da Lei 5.194, colocam este estudo em forma de “Concorrência pública de preço para desenvolvimento do projeto”, no pressuposto de que o projeto deva ser ainda objeto de desenvolvimento e não de detalhamento” (ANAIIS..., 1976, p.35).

Sobre o exercício profissional, foi recomendado ao IAB e seus núcleos o andamento em caráter de urgência dos estudos para fixação das condições indispensáveis ao pleno exercício profissional do arquiteto junto ao CREA, e três pontos principais: roteiro de desenvolvimento de projeto arquitetônico, normas de contratação para prestação de serviços e tabela de honorários (ANAIIS..., 1976).

- Sobre o ensino e as escolas de arquitetura

No IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, três textos foram apresentados ilustrando o ensino dos cursos privados de Arquitetura e Urbanismo ao redor da capital paulista. Sobre a FAU Santos foi apresentado o texto “Formação do arquiteto. Uma crítica possível e necessária”; sobre a FAU São José dos Campos, o texto intitulado “Prática – Investigação”; e sobre a FAU da PUC de Campinas o texto “Análise histórica da formação da FAU PUCC”. Os debates sobre as escolas não se circunscreviam aos ambientes internos delas, mas também às instituições no período. Interessa-nos notar aqui que esse Congresso trouxe exemplos práticos do ensino de arquitetura no período, o que não aconteceu nos congressos anteriores, quando as discussões eram sobre questões generalistas que envolviam a formação.

- FAU Santos (FAUS)

O texto apresentado no IX CBA sobre a escola, de autoria de Lenimar G. Rios, Lúcio Leal e Margarida Mincherian, foi intitulado “Formação do arquiteto. Uma crítica possível e necessária”. Seu objetivo era tratar da compreensão do papel político e da função ideológica da escola na formação social do arquiteto. A FAU Santos, que havia sido criada após a promulgação do Currículo Mínimo de 1969, foi criada em 1970 nesse contexto. Diante dos debates que se apresentavam entre os membros do corpo docente e do corpo discente, a escola criou um espaço para debates, o GAPI: Grupo Assessor de Programação Interdepartamental. Contudo, conflitos expostos antes da criação do GAPI permaneceram em seu interior “a ponto de torna-lo inoperante” (ANAIS..., 1976, p.159). Depois dos primeiros anos do curso, a escola perdeu alguns de seus professores e a autonomia financeira. Diante disso, os autores do texto apresentado esperavam que experiências similares fossem compartilhadas, visando um maior intercâmbio entre as escolas, suas realidades e experimentações (ANAIS..., 1976).

- FAU São José dos Campos

Outra faculdade cujo ensino foi objeto de discussão no IX CBA foi a FAU São José dos Campos. Nela, o corpo docente vislumbrava a possibilidade de “criar um curso experimental” sem tantos entraves burocráticos e com a proposição de novos modelos de ensino. Destacava-se essa ousadia da experimentação, justamente por se tratar de um período concomitante a existência do Currículo Mínimo. Quando foi aberta, em 1970, a escola pretendia implantar um modelo semelhante ao da ICA-UNB, que mais tarde, sofrendo alterações denominou-se Instituto de Projeto e Comunicação (PINTO, 1989, p.130).

A estrutura do curso buscava a criação de três departamentos: o da formação de profissionais de som e imagem; o de projeto de edificações, desenho do objeto e urbanismo; e o de história e tecnologia. Com o planejamento e investimento da escola descompassados até 1971 o único curso disponível era o de Arquitetura—Seu currículo era organizado por meio de UID – Unidades Departamentais. Contudo, entreves impostos pela mantenedora da escola e em meio a documentação requerida para aprovação do curso pelo MEC, tornaram os primeiros anos do curso bastante desafiadores, levando a demissão de

Neste momento, o arquiteto Aluísio Monteiro, que dirigia a escola e era vice-presidente da ABEA, demitiu-se (PINTO, 1989, p.138). O curso perdurou até 1976, quando houve uma grave intervenção na escola.

No trabalho apresentado pelo grupo da FAU São José dos Campos no IX CBA, intitulado “Prática – Investigação” objetivou-se abordar o ensino da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo “Elmano Ferreira Veloso”, de São José dos Campos – cuja experiência retratada se assemelhou a outros casos típicos de cursos isolados de arquitetura, mas se destacou por buscar novas formas de organização do ensino. Além disso, o texto apresentou como objetivo organizar as informações referentes ao ensino de arquitetura no país, dando ênfase na recente multiplicação de cursos isolados; fornecer subsídios para a revisão da política nacional de ensino de arquitetura “principalmente nos aspectos onde a determinação dessa política cabe e deve ser assumida pelos órgãos representativos de classe, do ensino e das escolas de arquitetura”. Para tal, os autores assumiram como hipótese que os modelos de ensino mais detalhados não determinavam em si modelos de profissionais a serem formados (e nem sua forma de atuação no mercado de trabalho); além disso, os modelos de ensino deveriam ser adotados como base de discussão por alunos e professores em cada escola de arquitetura, “não devendo ser impostos, nem criados a partir de um pretendido Modelo-Nacional” (Anais..., 1976, p. 125).

Após o Golpe Militar de 1964, quando houve uma retração significativa da demanda de projetos:

“As alterações nos cursos de arquitetura passam a ser determinadas pelo próprio meio universitário, que exigia uma reforma mais ampla e radical da instituição. Os cursos de arquitetura buscam uma resposta política, e ao mesmo tempo, a retomada das posições pregadas na fase anterior” (ANAIS..., 1976, p.126).

Contudo, após 1969, partiu-se de uma nova política educacional, com a intervenção direta do Governo nas Universidades, trazendo aos cursos um padrão que se moldava às necessidades capitalistas do mercado: o aumento de vagas ocasionado pela abertura de cursos da rede privada de ensino, a orientação pragmática dos cursos, redução de gastos com pesquisa e aperfeiçoamento de docentes bem como a ênfase nos aspectos quantitativos do ensino. Nessa fase, houve uma determinação clara do ensino por parte do campo profissional, bem como o reforço do isolamento dos cursos que em sua maioria eram seriados, sem integração entre disciplinas e conhecimentos (ANAIS..., 1976).

Em um levantamento apresentado, as vagas oferecidas ao ensino de arquitetura no país haviam saltado de 900, em 1965, para 3200 em 1975. Entre as escolas que ofereciam essas vagas existiam cinco modalidades de estrutura operacional – o curso seriado, o atelier central, o atelier interdepartamental, os institutos de arte e as unidades interdepartamentais. O curso seriado era o modelo mais comum em funcionamento, onde as disciplinas possuíam autonomia e eram estanques, isoladas entre si. Por sua vez, o modelo de atelier central veio em contraposição a esse modelo seriado e foi criado na fase de “afirmação profissional”. Sua proposta buscava “afirmar a necessidade de formação de profissionais específicos – os arquitetos – e distintos dos engenheiros, caracterizados pela sua capacidade de “síntese – criação”. Nesse

modelo, o Departamento de Projeto tomava corpo e organizava o curso centralizado no atelier onde as linhas de trabalho de comunicação visual, desenho industrial, arquitetura e planejamento eram combinadas. Contudo, dessa forma as disciplinas dos outros departamentos permaneciam isoladas, como no caso seriado.

O terceiro modelo, do atelier interdepartamental, consistia na integração entre todas as disciplinas em torno do atelier, eixo central da escola. Esse modelo já fazia parte da estrutura do atelier central, mas não foi implantada de início, sendo a consolidação do modelo fixado no início dos anos 1960. Nele, as disciplinas técnicas e históricas compareceriam ao atelier informando e assessorando na elaboração dos projetos; o projeto era considerado atividade “meio e fim” do curso e os temas de projeto eram escolhidos a partir de um repertório de atividades profissionais exercidas pelos arquitetos.

Uma quarta versão do ensino de arquitetura era integrada aos Institutos de Arte, usualmente estabelecidos dentro de uma estrutura Universitária, onde o instituto se estabelecia por um ciclo de dois anos, agrupando disciplinas relativas à diversos cursos, somado a um segundo ciclo, chamado de profissional. O exemplo típico foi o estabelecido pela Universidade de Brasília. Nesse modelo “verifica-se uma ampliação do horizonte de conhecimento dos estudantes – no ciclo básico – pelo contato com outras áreas afeitas à arquitetura, comunicação e artes em geral” (ANAIS..., 1976, p.126).

Por fim, havia o modelo de organização por meio das Unidades Interdepartamentais, que era uma proposta que poderia se adequar às estruturas universitárias e possível de ser implantada em cursos seriados. Seu surgimento esteve relacionado a uma crítica as dificuldades de se exercer pesquisas incorporadas ao ensino, a redução das atividades de projetos a temas “profissionais” e ao academicismo em sala de aula, que seguia a reprodução da relação mestre-aprendiz. O curso teria a seguinte estrutura:

“Atendendo ao sistema de promoção por créditos, o curso organizado em UID deve oferecer um mínimo de 3 unidades no 1o ciclo e 5 no 2o; os alunos inscrevem-se de acordo com a sequência semestral que julgarem mais conveniente. Ampliado o número de UID, os alunos passam a poder optar entre UID alternativas, conforme seu interesse de pesquisa. No último semestre do curso, cada estudante desenvolve seu Trabalho de Graduação vinculado à pesquisa de uma das UID existentes. Não há seriação ou pré-requisitos em um mesmo ciclo; o estudante requer sua matrícula no último semestre (de graduação) assim que somar no seu histórico escolar o número mínimo de créditos estabelecidos pelo curso. O tempo mínimo de permanência do estudante é de 8 semestres” (ANAIS..., 1976, p.128).

Foi esse o modelo que se colocou em prática na FAU de São Jose dos Campos. Na época de sua criação, na década de 1970, a maioria dos cursos de arquitetura apresentavam a mesma característica: buscavam absorver os excedentes dos vestibulares das escolas mais antigas; constituíam-se em escolas isoladas e privadas; tinham corpo docente inicial mínimo, a ser ampliado conforme a necessidade de cada ano; a grande maioria dos professores residia na capital; “as entidades mantenedoras pouco ou nada sabem de ensino de arquitetura, assumindo o novo curso dentro dos modelos convencionais de outros cursos

superiores”; ocupavam prédios existentes, sem adequações; os laboratórios eram considerados como investimentos a serem feitos a longo prazo (ANAIS..., 1976, 129).

Além dessas condições, que não eram restritas apenas à FAU São Jose dos Campos, lá encontrava-se uma região com intenso desenvolvimento industrial; uma promessa de convênio com a Prefeitura local e a mantenedora para estágios e empregos aos estudantes; e uma proposta de ensino inicial que reuniu em seu corpo docente inicial professores da FAU USP e de Brasília. Naquele período:

“A perspectiva aberta pela política educacional do MEC foi recebida em 1969 como a oportunidade esperada de ampliar-se o número de cursos de arquitetura no país. Os “pioneiros”, professores descontentes com os rumos tomados pelo ensino nas escolas mais antigas, vislumbravam a possibilidade de criar cursos experimentais, onde fosse possível por em prática – sem maiores entraves burocráticos – propostas e modelos de ensino mais avançados. No decorrer de 69, grupos de professores organizam-se a partir de contatos preliminares com Instituições de Ensino Superior em municípios-polo de regiões vizinhas à capital. Firmado o contato e confirmada a disposição de abertura do curso de Arquitetura, os grupos iniciam o trabalho de estruturação das novas escolas. Em poucos meses de funcionamento do curso, após o primeiro vestibular, a realidade empresarial acabaria com o sonho inicial. Realmente inexisteriam os entraves burocráticos das tradicionais universidades, mas existia efetivamente o entrave empresarial: a aspiração do lucro máximo, e redução do investimento ao mínimo necessário à subsistência do curso – característica de todas as mantenedoras” (ANAIS..., 1976, p.129).

Os resultados das experiências das Unidades Interdepartamentais não foram satisfatórios – o atelier não funcionou com a reunião de diversos profissionais e também em vista de diferentes enfoques sobre o tema. Em 1973 foi estabelecida uma Comissão de Reestruturação da Proposta Básica do IPC, que estabeleceu definições ao sistema de UID de Ensino e Pesquisa;

“A UID é uma das formas propostas que leva em conta: a luta dos arquitetos por um ensino adequado para a sua formação necessariamente de sintetização, que também significa compreensão das partes em seu relacionamento entre si e no todo, luta esta bastante longa e que faz parte da existência do IAB e das escolas do país:

- a reivindicação estudantil no sentido da participação direta e ativa;
- as novas condições da realidade nacional e profissional;
- a necessária integração docência-pesquisa e não de cursos de mera transmissão de informação;
- a reivindicação docente – particularmente dos jovens arquitetos no sentido de ampliar seu tempo de dedicação à atividade docente;
- a necessidade de formar quadros docentes para o ensino de arquitetura, somente possível quando houver profissionais em condições de se ocuparem prioritariamente com o ensino, em contato permanente com o corpo docente, dedicados ao estudo aprofundado de um aspecto do trabalho profissional, transformado em tema globalizador sem compromisso de prazo e resultado imediato;
- o interesse na troca de experiências e contato entre a população local e a população escolar;
- as dificuldades – ou ate indigência – das condições materiais, financeiras e técnicas da maioria das escolas existentes, que leva a defender uma solução não onerosa e possível de se implantar gradativamente;

- a defesa pela transformação das escolas isoladas em unidades componentes de uma universidade” (ANAIIS..., 1976, p.131).

Diferente dos outros modelos de ensino elencados no texto, a UID era em si mesmo um modelo inacabado, com ênfase na formação do indivíduo e no seu processo. Esperava-se que através dessa estrutura os alunos e professores pudessem selecionar informações, analisa-las de forma crítica e identificar por fim os meios para a solução adequada. Esperava-se também que esta estrutura integrasse os cursos de graduação, pós-graduação e a atividade com a comunidade, congregando diversas áreas do conhecimento.

Em 1973, ao iniciar a implantação do sistema em UID, algumas dificuldades se apresentaram como a ausência de condições materiais e administrativas, a necessidade de um tempo maior de dedicação dos professores e a formação de um corpo docente que desempenhasse atividades de modo integral, um despreparo dos professores diante da nova postura pedagógica e a adaptação ao currículo. Também ocorreram divergências internas quanto ao projeto:

“A primeira atitude assumida por uma parte dos professores e estudantes foi a negação do projeto. A descoberta de formas de investigação e métodos de trabalho adequados à formação dos arquitetos, mais amplos e complexos, foi uma espécie de confirmação de um engano histórico: que o projeto, do modo como era definido e praticado na escola corresponderia, na verdade, a uma das etapas do trabalho de investigação, ou ainda, à etapa de preposição ou solução. A negação do projeto era, em última instância, a negação do trabalho de prancheta. Mais tarde, a escola retomaria a questão e adotaria uma postura mais correta perante o projeto: considera-lo como processo inteiro, do qual faz parte também o processo de prancheta. Essa atitude inicial, porem, resultou em infundáveis discussões internas sobre o “desenhar ou não” (ANAIIS..., 1976, p.132).

Outra queixa constante foi a reformulação dos planos durante o semestre – ainda que essa reprogramação fizesse parte das atividades em UID, dificuldades foram encontradas para se adequar às mudanças constantes. Entre os anos de 1973 e 1974 as UIDs funcionaram e chegaram a ser apresentadas no I Encontro de Diretores de Escolas de Arquitetura, em outubro de 1974, em Brasília.

Mesmo com as dificuldades internas ao curso, era necessário, depois de 04 anos de funcionamento, organizar a documentação e requerer o credenciamento da escola junto ao MEC. Nesse processo, a mantenedora não se prontificou e a agir e os alunos e professores do curso tomaram a frente do processo na elaboração dos documentos. Ao ser concluído, o Regimento foi encaminhado para aprovação interna e foi vetado por duas razões: a estrutura de poder proposta incluía alunos e professores, reduzindo o poder da Fundação; a proposta didática exigia um nível de investimento em materiais e professores que a instituição não estava disposta a despendar. Contudo, a justificativa da instituição foi de que a proposta apresentada era “utópica e deficitária”. Nesse momento o diretor da Faculdade, Aluísio José Rosa Monteiro se demitiu e, simultaneamente, o Conselho Departamental assumiu provisoriamente a direção da escola, fazendo algumas alterações para envio do Regimento ao Conselho Federal de Educação, entrando em conflito com a Fundação. Ao final do ano de 1974 assumiu como diretor do engenheiro-

eletrônico Aroldo Borges Diniz e a maior parte dos professores foi demitida, substituída por engenheiros locais.

Em um segundo momento, os estudantes se mobilizam e a CEAU foi designada para intermediar as negociações com o MEC, para salvaguardar o processo de reorganização da escola. Alguns dos antigos professores são recontratados, incluindo José Eduardo de Assis Lefebvre, nomeado diretor. As UID chegam a ser reprogramadas, mas a Fundação recusa-se a assumir a escola. Na sequência, a CEAU que assessorava o processo se dissolve justificando que a escola cumpriu todas as obrigações requisitadas. No período que se seguiu, as atividades foram mantidas, porém sem pagamentos dos salários e o Regimento sem aprovação. Contudo, no período de férias entre 1975 e 1976 houve uma nova intervenção na escola (a qual será abordada novamente na atuação conjunta das instituições na sequência desse capítulo) – a Fundação demitiu os professores, conforme havia feito outras vezes – transferiu escola de seu prédio e promoveu a transferência de todos alunos com consenso do MEC, suspendendo as atividades da FAU São José.

Os autores do texto concluíam atestando que experimentações para fugir as condições “calamitosas” nas quais se encontrava o ensino de arquitetura eram poucas. As entidades atuavam de maneira tendenciosa:

“A par dessa situação, os órgãos nacionais de ensino, criados há pouco, limitam-se pela sua própria origem a atividades contemporizadoras e ao papel de mediadoras entre a política de ensino do governo e as unidades escolares a ela submetidas. Em nome de milhares de estudantes e centenas de professores, decisões são tomadas em gabinetes, a portas fechadas, em pequenos grupos, a reboque de cúpulas pouco representativas, com objetivos explícitos que pouco ou nada tem a ver com as próprias decisões a ele associadas (...) ao sabor dessa aparente neutralidade, o discurso transforma-se em monólogo, o debate pleno reduz-se ao questionamento do permitido, o posicionamento político ao parecer técnico” (ANAIIS..., 1976, p.134).

Assim, o modelo de ensino nacional era decidido por poucos e vigente para muitos. Observa-se nesse caso que a intervenção do IAB/SP e mesmo do SASP, considerando que a ABEA não participou das discussões, não se apresentaram como eficazes para proteger a FAU São José dos Campos de seu fechamento. Ambas instituições relataram a preocupação com o encerramento da escola e com os alunos sem diploma, mas diferente das comemorações com a sua abertura em 1969, em 1976 não puderam comemorar.

- PUC Campinas

Assim como os trabalhos apresentados sobre a FAU Santos e a FAU São José dos Campos, o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos teve a apresentação do texto “Análise histórica da formação da FAU PUCC”, de autoria dos membros da faculdade. O texto foi resultado de uma comissão de ensino criada após assembleia interna da Faculdade e se apresentou como um quadro histórico da realidade da escola.

A FAU PUC Campinas se apresentava como uma escola em condição regionalizada que buscava formar profissionais que atuassem e contribuíssem para o contexto social de onde estava sediada. Seu surgimento

se deu em meio a um conjunto de 83 municípios. Em seu modelo inicial foi destacada a necessidade de “caracterizar a função social da escola de arquitetura de modo mais generoso, eliminando conotações tendenciosamente viciadas sobre a questão da absorção dos futuros profissionais num mercado de trabalho com características elitizantes”. Para os autores, na medida em que a escola se comprometeu com o processo de desenvolvimento social, “buscando novas perspectivas ao trabalho do arquiteto suas preocupações se voltaram à produção e participação no espaço regional” (Anais..., 1976, p.123). Para Pinto, essa seria:

“Enfim, uma escola onde os alunos trabalhariam com a realidade próxima, produziriam conhecimentos, retornariam estes conhecimentos à comunidade, enquanto se formavam arquitetos. Implicitamente delineado nessa justificativa está, também, o perfil do profissional da que a escola, na época, pretendia formar: um profissional com grandes conhecimentos de sua região e que, com conhecimentos específicos da Arquitetura, nela atuasse” (PINTO, 1989, p.143).

Contudo, ao ser implantada junto ao departamento da Faculdade de Ciências Tecnológicas, esse conceito acabou por não se concretizar por completo. Uma das iniciativas do projeto inicial era o estabelecimento de um convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas e as demais entidades ligadas ao planejamento regional como a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), a FUNDERC e a ERPLAN. O objetivo desse convênio era trazer à escola a realidade das necessidades sociais locais. Entretanto, essa proposta feita em 1974, ainda seguia em aberto. No segundo semestre desse ano, houve uma primeira proposta de atividade interdisciplinar na escola, construída a partir de uma assembleia que discutiu o desenvolvimento de um trabalho que refletisse a preocupação com a problemática urbana da cidade de Campinas. Chegou a ser escolhido o Mercado Municipal como área de estudo, porém a ideia do trabalho foi se diluindo, sem ser concluída (Anais..., 1976). Apresentou-se, posteriormente como outra questão que colaborou para o não desenvolvimento desse objetivo, a necessária contratação de novos docentes, com o aumento do número de alunos, levando a escola a não obter sucesso na consolidação de sua proposta inicial (Pinto, 1989).

Em 1976, foi criada na escola a Comissão de Ensino “encarregada de organizar nossa crítica, revisão e proposição, dentro da polêmica universitária no plano da liberdade conquistada” (Anais..., 1976, p.122). Com a sua criação organizou-se o Fórum de Debates. Nele, duas propostas estavam em discussão: a ideia de manter a proposta inicial da escola com um ensino regional, defendida pelos professores mais antigos e, outra, com uma postura mais abrangente, que defendia que o ponto de vista teórico e histórico da arquitetura não estava baseados em questões regionais. Assim, naquele momento, a escola buscava ajustar sua organização em meio às distintas visões sobre seu ensino

- Sobre a necessidade de repensar o Currículo Mínimo

Além das teses apresentadas pelas Faculdades de São José dos Campos, Campinas e Santos, diversos aspectos do ensino de arquitetura foram tema de discussão no IX Congresso. Na ocasião atestou-se que

o ensino sofria grandes prejuízos junto as transformações que se davam nas universidades brasileiras, especialmente como consequência da Reforma Universitária e a promulgação do Currículo Mínimo. Enquanto a população assalariada urbana requeria seu direito de acesso à Universidade, a reforma universitária autorizou o surgimento de novas escolas em todas as áreas do conhecimento. Assim, a Universidade “deveria ser modificada para o atendimento dessa demanda crescente para oferecer o ensino de massa – formando profissionais para os novos mercados” (ANAIS..., 1976, p.61):

“A grande demanda transformou o ensino no Brasil em empreendimento rendoso, gerando a proliferação de faculdades particulares (noturnas, periféricas), garantindo a produção em série de diplomas. O resultado desse processo é a formação de um grande contingente de mão-de-obra “especializada”, o que acarreta o barateamento dos seus custos no mercado, vindo ao interesse do lucro das empresas. Com essas bases, esse papel, não se define na Universidade uma política de pesquisa que elabore as necessidades da comunidade brasileira em todos os níveis e proponha um atendimento a essas necessidades” (ANAIS..., 1976, pp.61-62).

Os currículos desses cursos se apresentavam como um “amontoado de disciplinas isoladas” criando dificuldades para a formação profissional. Junto a isso, a impossibilidade da participação ampla de alunos e professores nas discussões da Universidade traziam grande prejuízo ao seu papel de agente importante ao desenvolvimento nacional. Da mesma forma, a formação do arquiteto não atendia ao mercado de trabalho como se apresentava nessa nova fase:

“As novas técnicas, os novos materiais, os novos processos de trabalho, jogados pelas atuais características da nossa sociedade, não penetram na estrutura dos cursos de arquitetura. Estes pertencem àquela área de cursos que não foi dinamizada pela reforma. Aos estudantes, resta o assalariamento através dos estágios, como uma ilusão de que “na prática está se aprendendo”. Na verdade, esta precoce experiência profissional promove distorções na formação do estudante, através do contato setorizado com a realidade imediatista do mercado. Os estágios interessam mesmo às empresas, que garantem uma mão-de-obra semiprofissional, barata e sem obrigações trabalhistas” (ANAIS..., 1976, p.62).

Para os autores, a formação do arquiteto encontrava-se desfigurada, devendo-se voltar à organização do espaço físico para a vida humana e à população das grandes aglomerações que se estabeleciam nos núcleos urbanos:

“São os problemas desta população e suas reivindicações por formas de vida condignas, que devem constituir o conteúdo da formação dos arquitetos, posto que deve ser este o mercado a ser conquistado pelos arquitetos para o serviço da sua técnica. Na medida em que estas populações se consolidam em um novo mercado para o serviço profissional do arquiteto, este devera estar preparado para dar as respostas necessárias e viáveis. No atual estado de coisas, as redefinições da formação e da atuação do arquiteto devem dar-se na busca do resgate das dimensões da estética e do caráter humanístico da produção arquitetônica. Busca que não pode ser conduzida à base de uma tentativa de “volta” a um passado historicamente irreversível” (ANAIS..., 1976, p.62).

Deve-se destacar esse olhar do IAB no sentido da população que se consolidava nas áreas periféricas e que carecia da participação do arquiteto na organização do espaço no qual viviam. Acrescia-se a isso outras discussões sob o tema “Formação do arquiteto”, com a apresentação dos seguintes trabalhos:

“Ensino de Planejamento urbano nos cursos de arquitetura” de autoria de Almir Fernandes; “A experiência da formação da disciplina sobre problemas de arquitetura brasileira contemporânea”, de autoria de Clovis Ingelfritz da Silva; “A formação do arquiteto como cidadão prestante”, de Claudio Soares de Azevedo; “Aprendendo a nadar”¹¹⁰ dos estudantes da Universidade Federal Fluminense; “Modelo do curso de planejamento paisagístico”, de Fernando Magalhães Chacel e Aziz Ab’Saber; “Estudo de currículos das escolas de arquitetura do Estado do Rio de Janeiro” de autoria de Marlene Allan de Souza Fernandes; “Pontos de discussão sobre a formação do arquiteto”, da Universidade Federal do Paraná; “Antecedentes sobre as habitações urbanas – pesquisas de pós-construção” de autoria da escola da UFMG; “A experiência da Universidade Católica do Paraná”, do arquiteto Marcos Prado; e o texto intitulado “A formação do arquiteto” de autoria de Léo A. Silveira.

No texto “Ensino de Planejamento urbano nos cursos de arquitetura” de autoria de Almir Fernandes, o arquiteto comentava a inclusão do ensino de Planejamento Urbano no Currículo Mínimo como algo a ser analisado, pois, através de um levantamento observou-se que no Estado do Rio de Janeiro, a formação do arquiteto enquanto planejador urbano não era plenamente eficaz na graduação em arquitetura. Oferecida nas escolas em dois a quatro períodos como título de disciplina, o Planejamento Urbano era considerado matéria para “profissionais amadurecidos e, portanto, só devendo ocorrer seu ensino em nível de pós-graduação, sob a forma de aperfeiçoamento, extensão, especialização, mestrado ou doutorado” (Anais..., 1976, p.105). Aqui apresentava-se uma controvérsia que não era nova para o ensino de arquitetura, mas que frequentemente voltava a ser questionada, quanto a definição do Urbanismo e do Planejamento urbano como pós-graduação ou especialização.

A defesa do ensino de planejamento nessa modalidade se baseava no oferecimento do curso de planejamento urbano em alguns países como pós-graduação. Para o autor, uma avaliação do conhecimento dos estudantes sobre as disciplinas de Planejamento Urbano mostraria a ineficácia de seu ensino na graduação em Arquitetura, atestando que “os estudantes nem dominam as técnicas de planejamento nem adquirem um conhecimento profundo da cidade” (Anais..., 1976, p.106).

O autor sugeria a criação de mais disciplinas sobre o Planejamento Urbano para a formação de um núcleo docente que permitisse a estruturação de um futuro programa de pós-graduação. Foi incentivada a criação das disciplinas de: História das Cidades, Geografia Urbana, Sociologia Urbana, Economia Urbana, Direito Urbano, Administração das Cidades, Saneamento das Cidades, Transporte Urbano, Paisagem Urbana e Desenho Urbano (Anais..., 1976).

Já o trabalho apresentado por Claudio Soares de Azevedo, “A formação do arquiteto como cidadão prestante”, abordava a necessidade de transformação na formação do arquiteto. Em um primeiro

¹¹⁰ Abordou as dificuldades dos alunos ao organizarem as propostas e os trabalhos a serem apresentados no IX CBA (Anais..., 1976).

momento, o arquiteto fez uma análise histórica da tardia implantação da Universidade no país, que começou a ser implantada de forma mais efetiva da década de 1930, focada especialmente na formação de profissionais e distante da pesquisa. O autor também criticou a importação de modelos na instituição das Universidades nacionais, ocasionando problemas de isolamento nos cursos (Anais..., 1976).

A formação do arquiteto foi afetada por tais condições. Inicialmente convivendo com as artes e com a técnica, o curso de arquitetura tornou-se autônomo, mas acabou por fechar-se “aos limites de sua autossuficiência”, perdendo contato com a realidade:

“O arquiteto fecha-se na sua torre, faz projetos em segredo, improvisa-se, sabe tudo. E esquece o seu compromisso com a verdade. Solitário, percebe que os seus dons, sua virtuosidade, transformaram-se em obstáculo para novas percepções. Seu conhecimento cristalizou-se como única verdade, das conclusões parciais fez dogmas, a verdade objetiva mascarada à sua imagem e semelhança impede a compreensão do processo vital de mudança. A conversão do arquiteto em homem comum, a sua metanóia, é certamente um processo longo que precisa começar na escola. Toda revisão parece penosa, por conter possibilidades e conflitos, por desmontar as divisões anteriores já erguidas pelos preconceitos” (ANAIIS..., 1976, p.109).

Além das críticas ao isolamento do arquiteto, Azevedo apontou que até mesmo a visão do arquiteto como um profissional responsável por diversas áreas estava se perdendo por meio de uma “catalogação”, criando subdivisões como o arquiteto de prancheta, de obra, de interiores, o planejador urbano, o artista plástico, o comunicador e o próprio professor. Contudo, era necessário lembrar que a “arquitetura se relaciona com o todo, indivisível” e que “a diversidade só tem significado quando referenciada à unidade” pois é a visão do todo que dava sentido ao parcial (Anais..., 1976, p.110). Aqui observa-se que havia uma controvérsia entre essa proposta de indivisibilidade comparado a anterior, do ensino de urbanismo como pós-graduação.

Por essa razão, o texto concluía que as mudanças para a formação do arquiteto precisavam impedir o isolamento do arquiteto tal como se apresentava. Esse isolamento impossibilitava a livre circulação de ideais e a autocrítica:

“O produto final no trabalho do arquiteto deve ser bem mais que a ordenação do espaço, bem mais do que a edificação do muro, bem mais que a justaposição de partes em separado: deve se “non afacto, ma veramente nato”. Nasce da própria essência da realidade social. A nossa civilização de lucro tende sempre a colocar o edifício isolado no espaço, autossuficiente, preso ao lote apenas. Assim o projeto é entidade autônoma. A escola, presa às motivações de mercado, erigiu também o projeto a atividade fim, a comandar um processo especulativo que tende a ignorar a história do homem, suas conquistas, suas potencialidades, sua dinâmica social. Perde-se assim, a melhor parcela do tempo de formação que é a vivência trazida pelo aluno, transformada ao contexto diferenciado e realizada nas motivações que se lhe oferecem ao exercício da criação” (ANAIIS..., 1976, p.110).

Azevedo apontou também a importância das entidades de classe enquanto espaços de prolongamento da formação do arquiteto, onde reciclava seus conhecimentos e participava da construção de um bem comum. Assim, concluía que ao lado das entidades como IAB, Sindicato, ABEA e CEAU era necessário

buscar o rompimento com o isolamento do arquiteto; participar da busca pela pesquisa e melhoria da tecnologia nacional; estimular a produção crítica do arquiteto e a permanente atualização de conhecimentos; e libertar o arquiteto de “esquemas preconceituosos de agir, latentes aos próprios candidatos, nos alunos e nos diplomados” (Anais..., 1976, p.111).

Outro texto apresentado no IX Congresso foi “Modelo do curso de planejamento paisagístico”, de Fernando Magalhães Chacel e Aziz Ab’Saber trazendo como proposta a criação de um currículo para o ensino de planejamento paisagístico no Brasil. Em um primeiro momento os autores definiram o conceito de planejamento paisagístico como “o processo contínuo que se empenha em fazer o melhor uso para a humanidade de uma área limitada da superfície terrestre considerando produtividade e beleza”. Com a aplicação desse conceito esperava-se que a sociedade pudesse prosperar, sem destruir totalmente os recursos naturais e culturais nas quais estavam fundadas. As bases para o planejamento paisagístico seriam o levantamento e a análise. Para seu sucesso, vários especialistas deveriam ser envolvidos como aqueles que lidam com o clima, os recursos hídricos, a geologia, topografia, as qualidades cênicas e características visuais da paisagem, bem como aspectos culturais, científicos e humanos (Anais..., 1976, p.114).

A profissionalização do arquiteto paisagista era recente. Segundo os autores, em um primeiro momento o paisagismo era visto como exclusivo das classes mais favorecidas. Em um segundo momento, com o surgimento de uma das figuras mais importantes da área, Frederick Law Olmsted, o trabalho do paisagista começou a ser aplicado de uma forma mais ampla à coletividade, com projetos dos parques nacionais e urbanos, sendo ampliado para espaços públicos e de recreação. Os autores atestavam que esse profissional era “um homem de síntese, um generalista, não prescindindo nunca de outros profissionais que trabalharão no mesmo campo, porém com maior especificidade” (Anais..., 1976, p.114).

A implantação de um curso de Planejamento Paisagístico se apresentava como oportuna aos autores, na jovem Universidade brasileira, em um período no qual profissionais das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Naturais e Geociências e a sociedade passavam a se preocupar com a preservação da natureza e o uso de seus recursos básicos. Foram sugeridas duas alternativas para a criação do curso – sua implantação como área de concentração de caráter opcional dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo, com seis a oito semestres de trabalho integrado ou a estruturação de um curso de Planejamento Paisagístico, integrado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com duração de 04 a 05 anos. Em vista das condições brasileiras, os autores optaram por sugerir a implantação de um curso de 06 semestres seguindo a primeira estratégia (Anais..., 1976).

A estrutura do conteúdo abordado, baseada em formatos internacionais consultados pelos autores, foi elencada em cinco áreas fundamentais: área de metodologia e profissionalização; área de análise da paisagem I (conhecimento das paisagens naturais) e II (conhecimento das paisagens culturais, da ordem sócio econômica que interviu na formação das paisagens e sua evolução); área de técnica de trabalho (treinar o profissional para elaboração de pesquisas básicas) e área de planejamento paisagístico

(recuperação de experiências sobre diferentes tipos de projetos relativos a espaços livres). Somado a isso, os autores elaboraram uma lista de disciplinas, não como um currículo mínimo a ser cumprido mecanicamente, mas como uma base que as faculdades de arquitetura pudessem extravasar e contribuir com acréscimos (Anais..., 1976).

As questões que se apresentavam quanto à definição de um curso específico de planejamento urbano e de paisagismo, passariam a trazer questionamentos. Mas a maioria dos arquitetos e, consequentemente das Instituições que representavam a profissão, apresentou sua defesa à unidade da formação do arquiteto e urbanista e à não divisão do ensino.

Por fim, o relatório deste grupo de formação do arquiteto, sob responsabilidade de Sônia Marques, estabeleceu algumas considerações como ponto de partida, entre as quais abordou a situação de calamidade na qual se encontrava o ensino de arquitetura, pela ausência de debate político e pela repressão que se colocava em prática diante das tentativas de reorganização do ensino. Com isso, os arquitetos estavam conformados com soluções que atendiam ao mercado de trabalho “que reduzem a formação universitária ao mero papel de adestramento de mão-de-obra qualificada e eficiente para o sistema. Somado a isso, considerava-se a limitação dos órgãos nacionais de ensino de Arquitetura e Urbanismo, que atuavam como mediadores entre o governo e as escolas, protesto que reafirmava o que se expressou no texto sobre a FAU São José dos Campos (ANAIS..., 1976).

Diante desse contexto, o grupo propôs que fosse reformulado inicialmente o vestibular para ingresso no curso de arquitetura e, durante a faculdade, o arquiteto saísse do isolamento de seu curso buscando outros profissionais e estabelecendo relações com outras áreas de conhecimento. O ensino deveria passar por uma grande reestruturação:

“Que a discussão dos modelos de ensino seja tomada pelas bases, a partir de sua organização ampla e democrática em cada curso de arquitetura do país, através da concepção política desses modelos, tendo como dado fundamental o próprio processo vivido pela escola, seguido do estudo crítico de outros modelos, encarados como processos abertos e não esquemas fechados em si. Que a definição de modelos de ensino, a partir de “modelos” de exercício da profissão, seja considerada inadequada e reacionária, enquanto prática que reduz o ensino universitário à formação de mão-de-obra e impede a preparação política de indivíduos capazes de pensar, propor e agir sobre uma problemática socialmente dada” (ANAIS..., 1976, p.29).

Nessa linha de atuação, os órgãos nacionais de ensino de arquitetura foram convocados a rever sua atuação assumindo um papel real do ensino no país e não propondo um modelo nacional. A esses órgãos era requerida a garantia de debate para a reformulação de propostas ao ensino, a assessoria de organização de novos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a livre participação dos discentes em todos os processos decisórios, a estruturação de fóruns de debate para discussões em todas as escolas. Além desses aspectos, o grupo reforçava seu repúdio às medidas de exceção em curso no país, requerendo especialmente a revogação do AI – 05 e todos os atos subsequentes (ANAIS..., 1976).

Foram aprovadas como moções no âmbito da formação profissional:

- que os arquitetos iniciassem discussões sobre o problema das especializações, “tendo em vista a necessidade de se manter a unicidade de formação profissional e a uniformidade nacional em relação ao campo de trabalho e às atribuições do arquiteto” (ANAIIS..., 1976, p.32).
- que as faculdades considerassem suas diferenças regionais em seus currículos, para o desenvolvimento de atividades didáticas;
- tomando por base o exemplo dos alunos e professores de Campinas, a recente greve de estudantes do Mackenzie e a paralização de aulas na FAUUSP, assim como outros casos, a luta por melhores condições de ensino deve ser colocada na ordem do dia:
 - que os professores e estudantes participem da elaboração dos programas dos cursos;
 - que a contratação de professores se dê através de critérios claros e que sejam realizados concursos dos quais todos possam participar;
 - que sejam abolidos atestados ideológicos para a contratação de professores
 - “que seja levada em conta a proliferação das escolas de arquitetura, através de instituições privadas cujo único objetivo é o lucro, em detrimento do ensino que se ministra. Nessa medida, a luta contra o ensino pago deve estar presente nas discussões das escolas” (ANAIIS..., 1976, p.32).

Além desses aspectos, o IX CBA apresentou seu protesto contra a extinção do Curso de Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com a demissão em massa dos professores e a impossibilidade dos alunos de concluir o curso; apresentava também o repúdio à Fundação Vale-Paraibana de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos e ao Departamento de assuntos universitários do MEC pelo fechamento da Faculdade. Por fim, foi apresentada uma moção contra a forma como estavam se encaminhando os reconhecimentos dos novos cursos de Arquitetura, pois 11 das 30 escolas ainda se encontravam sem autorização:

- “a) que o processo seja sempre encaminhado em época justa, para assegurar sua conclusão coincidente com a formação da primeira turma;
- b) que seja assegurada a participação dos estudantes nesse processo, sendo o corpo discente permanentemente informado sobre seu andamento;
- c) principalmente, que sejam revistas as condições para o reconhecimento das escolas, garantindo a qualidade do ensino, para uma consciente formação profissional;
- d) que o IAB assuma sua responsabilidade diante do crítico ensino de arquitetura nacional, abrindo-se no sentido de receber e encaminhar as diversas denúncias referentes à formação do arquiteto” (ANAIIS..., 1976, p.32).

Quanto a discussão sobre os rumos da formação do arquiteto, ela se seguiu no mesmo ano da realização do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, no “Encontro Regional sobre Ensino de Arquitetura” em Campinas, onde decidiram-se algumas recomendações referentes aos temas de “História da Arquitetura

e “Teorização” e “Conforto Ambiental”. Quanto ao tema de história a arquitetura e teorização, deveria ser promovida a integração das disciplinas de Teoria, História e Ciências Sociais entre si e com as disciplinas de projeto. Também deveriam ser incentivadas a criação de Centro Regionais de documentação e pesquisa, providos pelas próprias escolas da região, suprimindo deficiências de informações sobre arquitetura e promovendo o intercambio entre escolas de diferentes regiões (IAB, 1976, p.09).

Quanto ao tema de Conforto Ambiental pressupunha-se que cada escola buscasse maneiras de integrar o Conforto ao projeto. Além disso, recomendava-se que houvesse um plano de Cooperação entre as disciplinas de Conforto e de Teoria e História buscando estudar e pesquisar exemplos de soluções em nossa arquitetura tradicional; a necessidade da criação de laboratórios tanto a nível didático quanto de pesquisa (os quais eram pré-requisito para a autorização e reconhecimento dos cursos de arquitetura); o intercambio dos professores da área de conforto com o de outras áreas em busca de bibliografias e programas existentes. Por fim, quanto a este tema, a ABEA e a CEAU enfatizavam que as escolas de arquitetura estavam se empenhando em tratar os problemas de ordem da disciplina (IAB, 1976, p.09).

- Relatório Final do Congresso

O relator geral do congresso, o arquiteto Pedro Taddei Neto, destacou que o IX CBA foi responsável pela retomada dos debates entre profissionais e estudantes, que reafirmaram ambos a necessidade da liberdade de expressão diante das dificuldades enfrentadas. A retomada do debate também incluía as condições de ensino e do exercício da profissão. Quanto ao ensino, o relato fazia um alerta:

“Constatando que, das 30 escolas de arquitetura do país, 11 ainda não foram reconhecidas, com prejuízos evidentes a milhares de estudantes, muitos dos quais com cursos já concluídos, exige-se uma urgente solução para o problema, com a participação efetiva dos corpos docente e discente, com a garantia da qualidade de ensino” (ANAIIS..., 1976, p.31).

Ao compreender a necessidade de reformulação da profissão do arquiteto recomendava-se a:

“(...) abertura de discussões amplas nos departamentos do Instituto de Arquitetos do Brasil, escolas e demais entidades concernidas, a respeito dos problemas das especializações, tendo em vista a necessidade de se preservar a unicidade da formação profissional e a uniformidade nacional em relação ao campo de trabalho e da atribuição do arquiteto” (ANAIIS..., 1976, p.31).

O relatório final também requeria a revogação do AI – 05, em nome da liberdade e da cultura nacional. Além disso, como balanço final do congresso o IAB considerava que era necessário adequar a participação dos estudantes nos futuros eventos, pois nesse eles haviam sido impedidos de votar nas assembleias decisivas. Por meio da inserção dos estudantes era necessário abrir espaço para novas formas de participação do Instituto junto à comunidade e que os Congressos deveriam ser instituídos e definidos “como do IAB, estabelecendo as relações com os demais órgãos”. O instituto reconhecia que era necessário mobilizar mais associados para a participação nos Congressos e preservá-los como espaço de debate político, estimulando a criação de eventos semelhantes de forma estadual e regional, com temáticas específicas (ANAIIS..., 1976, p.167).

Figura 6: Mesa de encerramento do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos



Fonte: Revista Projeto nº 26, Outubro de 1981, p.09.

Em meio ao grande evento realizado pelo IAB, segundo Paulo Lúcio a participação dos Sindicatos no IX CBA havia sido “modesta”¹¹¹. Contudo, acreditava-se que:

“Hoje, os sindicatos têm muito maior representatividade que o IAB. Quando falo em maior representatividade, não quero dizer que eles tenham maiores realizações. É que os problemas atuais da classe, particularmente da grande massa de recém-formados, são característicos dos assalariados. O próprio IX Congresso teve essa tônica e daí as críticas à tese do IAB/SP, rejeitada nos grupos de trabalho por não conter esse tipo de preocupação, voltando-se mais para aquele sistema de trabalho dos pequenos escritórios, o que não reflete a nossa realidade profissional” (Arquiteto nº 43, 1977a, p.14).

Já Edmilson Carvalho, que havia presidido o trabalho sobre “A proposta do arquiteto” – presidente do IAB/BA¹¹², além de atestar a diferença entre o que havia sido o Congresso de Arquitetos na Bahia, em 1966 e o de atual evento, dez anos depois, atestou a grande transformação que a profissão havia passado nos últimos anos:

“A diferença é que vemos hoje uma massa de arquitetos anônimos e assalariados de pequenos autônomos, que representa o peso e a própria alma do IAB atualmente, enquanto há uma década e meia atrás prevalecia a preocupação do arquiteto liberal, que se esmerava na obra plástica. Isso já pertence ao passado e, no seu lugar, estão os arquitetos autônomos e assalariados que lutam por um mercado de trabalho agressivo: e, em vez de obras de caráter escultural, reveladoras de uma fase histórica, hoje vivemos problemas de dimensões coletivas, como os de metropolização, habitação, circulação, poluição, etc. Mudaram, ao mesmo tempo, as características da produção e problemática arquitetônica e da própria clientela do IAB. Isso representa uma revirada de dimensões e conteúdo, que o congresso revelou claramente” (Arquiteto nº 43, 1977b, p.14).

¹¹¹ Paulo Lúcio: o Congresso, os Sindicatos e a nova realidade profissional. **Arquiteto nº 43**, São Paulo, (Ano V, no 43 – Fevereiro 1977a), pp.14-15.

¹¹² Edmilson: tudo mudou. A profissão, a classe e a clientela do IAB. **Arquiteto nº 43**, São Paulo, (Ano V, no 43 – Fevereiro 1977b), pp.14-15.

Assim, acreditava-se que a “a grande figura do IAB é agora o arquiteto anônimo e assalariado”, não mais o arquiteto profissional liberal e autor de projetos.

Além dos apontamentos quanto as mudanças na profissão, após as discussões relativas ao ensino nas escolas paulistas, narradas no IX CBA, colocavam-se como preocupações quanto a formação¹¹³:

- os cursos se apresentavam de forma acabada, sem que os alunos pudessem contribuir¹¹⁴. Isso era um dos pontos – contar com a contribuição de professores e alunos.
- que os cursos permitissem a contraposição de ideias
- que os critérios de contratação dos professores fossem claros, aceitos e debatidos entre professores e alunos – não se poderia assumir o cargo de professor como “trampolim” para ascensão no mercado de trabalho.
- que fossem abolidos atestados ideológicos para a contratação de professores e que aqueles cassados pudessem assumir;
- que fosse levada em conta a proliferação das escolas de arquitetura por meio das instituições privadas cujo objetivo era o lucro em detrimento da qualidade do ensino;
- Quanto às especializações – devia-se manter a unidade da formação e a uniformidade no campo de trabalho e atribuições do arquiteto.
- Reconhecimento adequado das escolas, de modo que as primeiras turmas fossem diplomadas, que os estudantes participassem do processo e que houvesse qualidade mínima no ensino para uma formação profissional consciente.
- Que as faculdades considerassem as diferenças regionais em seus currículos.

Além disso, requeria-se que o IAB se manifestasse assumindo sua responsabilidade “diante do crítico ensino da Arquitetura nacional, abrindo-se no sentido de receber e encaminhar as diversas denúncias referentes à formação do arquiteto”.

Passados três anos, em 1979 o IAB organizou o X Congresso Brasileiro de Arquitetos, com o tema principal “Arquitetura Brasileira após Brasília”(Tabela 15). Esperava-se “aprofundar a reflexão crítica sobre os condicionamentos, problemas e contradições que pesam sobre o comportamento da categoria

¹¹³ Em cinco moções, a preocupação com a qualidade do ensino. Arquiteto no 41, São Paulo, (Ano IV, no 41 – Novembro/Dezembro 1976), p.28.

¹¹⁴ Deve-se destacar que nem mesmo no evento foi permitido aos alunos a votação das pautas. Sobre o assunto, Carlos Fayet relatou no artigo Fayet: como praticar a democracia numa comunidade de 6 mil. Arquiteto no 42, São Paulo, (Ano V, no 42 – Janeiro 1977), pp.04-05. No qual analisou o congresso e os eventos que envolveram a não votação pelos estudantes dos temas que envolviam a profissão.

na sua procura de novas e mais amplas perspectivas de atuação profissional, política e cultural” (Anais..., 1979, p.09).

Tabela 15: X Congresso Brasileiro de Arquitetos

Tema: “Arquitetura Brasileira após Brasília”	Data: 1979	Local: Brasília
Grupos de Trabalho		Membros
As condicionantes político-institucionais do espaço habitado		Presidido por Maria de Salette Lacerda Almeida e Silva, com a secretária Lucia Maria Borges de Oliveira e o relator Francisco Cesário Alvim Neto
Condicionantes institucionais da formação, do trabalho e da produção do arquiteto		Presidência de Maurício Azevedo, os secretários Carlos Lucas Mali e Vera França e Leite e o relator Fernando Burnmeister
Situação atual da arquitetura brasileira		Presidência de Pedro Alcântara, a secretária Raquel Naves Blumenschein e o relator Marco Antônio Gil Borges
Proposta da forma de atuação do arquiteto na sociedade brasileira		Presidência de Reinaldo Pacheco, o secretario Aristides Inácio e o relator Augusto Portugal
Comissão Executiva		
Demétrio Ribeiro (Presidente); Telmo Magadan (IAB/RS), José Eduardo Ribeiro (IAB/BA), Pedro Taddei Neto (IAB/SP), Antônio Pedro de Ancântara (IAB/RJ), como vice-presidentes; a secretária Salma Cafruni; os representantes de suas entidades Alfredo Paesani, presidente da Federação Nacional de Arquitetos, Antônio Carlos Campelo (IAB/CE), Sonia Marques (IAB/PE), Reinaldo Machado (IAB/MG), Oscar Arine (IAB/MT), Marco Antônio de Faria Galvão (IAB/DF); e o relator Jaime Gonçalves de Almeida		

Fontes: (Anais..., 1979).

No discurso de abertura do evento, Demétrio Ribeiro, presidente do IAB Nacional lembrou que após sete anos de silêncio os arquitetos haviam retomado as discussões no último Congresso ocorrido em São Paulo, em 1976. O arquiteto destacou que desde então tinham sido despertados para atuar com o país em busca de arrancá-lo do atraso que se provava na improvisação e inconsequência como se desperdiçavam os recursos naturais e o trabalho humano. O Estado, por sua vez, seguia se omitindo a resolução do problema da habitação, “ignorando as necessidades humanas das massas populares e transferindo responsabilidades que lhe são inerentes ao setor empresarial privado” (Anais..., 1979, p.12).

Ribeiro lembrava que a situação em que o arquiteto se encontrava, marginalizado, em um país que havia se tornado notável pela arquitetura que produzia era um reflexo da situação social como um todo, sendo a “marginalização da arquitetura” apenas uma parte da problemática social brasileira. Cabia aos arquitetos lutarem pelos direitos que lhes eram concedidos: “como trabalhadores intelectuais que somos, de participar efetivamente da vida nacional, como elementos de progresso” (Anais..., 1979, p.12).

O arquiteto também destacou em seu discurso que enquanto fosse parte de um sistema profissional que preterisse a arquitetura a situação profissional não seria alterada:

“Por isso, queremos destacar a importância da discussão do anteprojeto de lei profissional do arquiteto, elaborado pelo Instituto de Arquitetos para este Congresso. O anteprojeto pretende explicitar as reivindicações legais aos arquitetos nesse momento, o reconhecimento legal das atribuições dos arquitetos e das suas competências próprias; a definição legal dos requisitos mínimos na formação do arquiteto no marco do ensino superior brasileiro; a instituição de um órgão de fiscalização profissional próprio, eleito por todos os arquitetos” (Anais..., 1979, p.12).

A retomada da discussão sobre uma nova regulamentação profissional reafirmava a intenção dos arquitetos da criação de um Conselho próprio e adequado às suas demandas. Especialmente pela permanente falta de representatividade no sistema CONFEA/CREA.

- Debates a cerca da profissão

O subtema “Proposta da forma de atuação do arquiteto na sociedade brasileira” lembrou os 15 anos de obscurantismo que haviam se passado e atestavam que diante da anistia restrita, ainda se apresentavam ameaças à sociedade. Nesse período, as entidades profissionais haviam lutado contra sua extinção, diante da prisão de vários de seus membros: “IAB e sindicatos são hoje nossos canais de luta e seu esforço impõe-se através da ampla e maciça participação da categoria, única forma de garantir sua representatividade, força e caráter democrático” (Anais..., 1979, p.35).

Através das entidades, os arquitetos propunham que IAB e sindicatos promovessem a mobilização dos profissionais em luta conjunta com toda a classe trabalhadora do país contra a extinção de partidos políticos e entraves na organização partidária; contra a anistia restrita e a política habitacional voltada aos interesses do capital; contra as conduções dadas à política energética e o desmatamento da Amazônia; contra o extermínio dos índios e a política urbana e rural que levava à manutenção das condições sub humanas de sobrevivência da população (Anais..., 1979).

Em oposição às questões apontadas, as entidades deveriam apresentar planos de desenvolvimento e ocupação do território nacional, trabalhos referentes aos problemas energéticos, à tecnologia aos problemas de habitação, transportes e saneamento, bem como de questões urbanas em geral. Diante da condição de 85% da população do país se encontrar com problemas habitacionais as entidades deveriam se organizar através do IAB implantando um sistema de atualização permanente de informação, controle e reivindicação de habitações (Anais..., 1979).

Além disso, elas deveriam manifestar o apoio à livre organização dos estudantes na luta por melhores condições de ensino; o apoio ao direito de autoria dos projetos e a busca de associação com outras entidades de caráter associativo. Foi recomendado que a política profissional do arquiteto passasse e a se basear em dados objetivos. Portanto, o IAB e os Sindicatos deveriam organizar o curso profissional do arquiteto nos 03 anos seguintes, levantando a efetiva condição de remuneração, condições de trabalho e papel funcional em todo o país. Da mesma forma, deveriam ser intensificadas as relações entre IAB e Sindicatos analisando a condição do arquiteto no campo da construção civil e promover encontros com outros trabalhadores da área identificando questões comuns (Anais..., 1979).

Em vista da condição recente do arquiteto como profissional assalariado, era necessário que fossem voltadas as atenções às lutas da classe trabalhista. Uma das questões em andamento no período tratava da tramitação da Lei do Salário Mínimo profissional, que precisava ser aperfeiçoada. Algumas questões que ainda não estavam claras e precisavam constar eram a necessidade do salário mínimo profissional ser

considerado único em todo país; ele deveria ser a remuneração mínima obrigatória, não sendo permitidos valores proporcionais à jornadas menores de trabalho (a jornada básica de trabalho do arquiteto compreendia o mínimo de 30 horas semanais e 150 horas mensais); as horas excedentes precisavam ser remuneradas como horas extras e avanços no salário deveriam ser considerados a partir de promoções horizontais mínimas como o tempo de serviço (Anais..., 1979).

- Debates a cerca do ensino

No X CBA, o ensino foi tema de discussão no Subtema 02: “Condicionantes institucionais da formação, do trabalho e da produção do arquiteto”. O grupo apresentou as condicionantes institucionais que eram obstáculos na tarefa do arquiteto para desempenho do interesse social para a maior parte da população brasileira nos aspectos de formação, trabalho e profissão, e legislação. Quanto à formação, os arquitetos atestaram que a Reforma Universitária, executada em um momento de grande repressão política, promoveu um aumento significativo de escolas de arquitetura. Contudo, o aumento da oferta de vagas não foi acompanhado pela absorção dessa mão-de-obra pelo mercado de trabalho, gerando por consequência o achatamento dos salários (Anais..., 1979).

Somado a isso, a baixa qualidade do corpo docente e discente das escolas, incapaz de debater e lutar por novas condições, gerava uma baixa qualidade no ensino. Constatava-se que o ensino de arquitetura seria baseado em um modelo pragmático, determinado pelas condições de trabalho da sociedade e as discussões sobre novas metodologias iria se defrontar com quatro perfis diferentes de professores com relação à profissão, independente de onde eram esses cursos; o “humanista – societário”; o “instrumental – tecnicista”; o “político negador do sistema” e o “político conciliador do sistema” (Anais..., 1979).

Os humanistas – societários eram o grupo mais antigo lecionando nas escolas e de uma “geração intermediária de profissionais autônomos”. Eles privilegiavam a dimensão criativa do curso e defendiam a prática profissional como base para orientação didática do projeto. O atelier era o centro da escola e a metodologia de ensino se dava pela transmissão da experiência (Anais..., 1979, p.29).

Por sua vez, os instrumentais – tecnicistas eram formados por um grupo variado de profissionais jovens e intermediários, de profissionais assalariados ou situados no setor de planejamento empresarial ou estatal. Estes também defendiam a prática profissional como base da orientação didática, mas a centralidade do curso se deslocava para a área tecnológica, buscando a modernização das técnicas de planejamento e da engenharia de projeto (Anais..., 1979).

Aqueles que faziam parte da política negadora do sistema eram um grupo mais jovem e politizado, de assalariados que criticavam a posição dos humanistas – societários (no aspecto da dimensão criativa e estética). Ainda que tivessem uma posição conformista com relação ao grupo dos instrumentais – tecnicistas defendiam a “negação do projeto como grande agente de transformação da social” (Anais..., 1979, p.30).

Por fim, havia o grupo que buscava uma conciliação de todo sistema, partindo das contradições entre os grupos e buscando formas de atuação atreladas ao modelo do Estado. Contudo, a parte da definição das diferenças entre os grupos, os arquitetos entendiam que a crise era da própria Universidade por impor posições ideológicas sem permitir o amplo debate, pela baixa qualidade do ensino, pela impossibilidade de servir a maior parte da população, pelo “adestramento” dos estudantes e pelo permanente atraso do ensino em relação a arquitetura produzida (Anais..., 1979, p.30).

Da mesma forma, a crise da Universidade se apresentava como consequência de uma crise social que faziam os arquitetos questionarem os seguintes aspectos: a Reforma Universitária e o acordo MEC-USAID; a consequente falta de recursos e autonomia da comunidade acadêmica; a inexistência de condições para uma proposição crítica sobre a realidade brasileira; as características empresariais, burocráticas e departamentalizadas das Universidades; a restrição aos corpos docente e discente na participação e tomada de decisões; a proliferação de faculdades autorizadas pelo MEC sem uma projeção do mercado de trabalho, sem estudos de regionalização e garantia de condições adequadas de funcionamento (Anais..., 1979).

Além disso, precisavam ser considerados diante desse quadro o perfil dos profissionais que estavam se formando, sua relação com o mercado de trabalho e a necessidade de estágio obrigatório – condições subordinadas ao interesse da política educacional do Governo; o controle social do conhecimento; a dependência tecnológica e cultura; a relação professor e aluno tanto nos aspectos qualitativos quanto quantitativos bem como a necessidade de qualificar e capacitar novos docentes (Anais..., 1979).

Como resultado, os arquitetos estabeleceram algumas diretrizes contra esse quadro, que deviam servir como instrumentos aos arquitetos e estudantes de arquitetura: posição contrária à privatização e comercialização do ensino, incluindo a proposta de transformação das escolas públicas em privadas; o estabelecimento de critérios para contratação de novos docentes e preenchimentos de vagas dos alunos de forma clara. Quanto ao currículo, reivindicava-se que uma estrutura mínima deveria ser acrescida de questões regionais (sem o estabelecimento de um modelo para tal); que permitisse experiências estruturais e que fossem intensificadas as trocas de experiência com a retomada dos encontros nacionais entre professores, estudantes e arquitetos (Anais..., 1979).

Decidiu-se também por realizar um encontro nacional entre março e abril de 1980 a ser promovido pelos IAB, Sindicatos e entidades estudantis com o objetivo de estabelecer uma luta contra o regime de contratação vigente e a política salarial; contra a exploração do ensino pago; contra o “Pacote Portela” que pressupunha a transformação das universidades públicas em autarquias; por melhores condições de ensino, pesquisa e trabalho; pela autonomia universitária e pelo direito de participação da comunidade universitária em todas as esferas de decisão (Anais..., 1979).

Quanto ao trabalho e produção do arquiteto, os autores do relatório atestaram as transformações ocorridas nas três últimas décadas quando o arquiteto iniciou sua afirmação profissional através da produção individual atuando como profissional liberal. Posteriormente, surgiram os escritórios de arquitetura e numa etapa mais recente, os grandes escritórios de consultoria e o crescente assalariamento nos meios público e privado, junto de um nível considerável de subemprego e desemprego (Anais..., 1979).

A condição de trabalho do arquiteto apresentava-se impossibilitada de prestar serviços para o atendimento da maioria da população enquanto se via, como parte de uma grande reserva de mão-de-obra, a se submeter a formas aviltantes de trabalho. Para superação dessas dificuldades era fundamental aprofundar o debate das alternativas como as novas formas de trabalho apresentadas pelo Programa de Assistência Técnica Gratuita ao projeto e Construção de Moradias para Famílias de Baixa Renda (uma versão da Cooperativa de Arquitetos promovida pelo SASP), implantado pelo Sindicato do Rio Grande do Sul. Também poderiam ser aprofundadas as intervenções em projetos de planejamento junto às comunidades, caracterizando os usuários enquanto agentes do projeto e retomar o debate sobre a produção de tecnologia para a construção civil. Os arquitetos acrescentaram:

“Compreensão de que a produção do arquiteto não termina no projeto, elemento deflagrador de um processo de trabalho no canteiro de obras, para que esta condição seja de fato assumida e que o arquiteto compreendendo este processo possa interferir no sentido de minorar o aviltamento do trabalho existente e contribuir para o aprimoramento tecnológico dos processos construtivos” (Anais..., 1979, p.32).

Quanto à legislação profissional, os arquitetos constataram a insatisfação da categoria diante da regulamentação profissional e da fiscalização em prática pela sua inadequação e subordinação das práticas aos “interesses dos grupos dominantes”. Desse modo, propunham a luta conjunta pela conquista “de liberdade de organização profissional, com legislação específica e fiscalização autônoma”. Além disso, os arquitetos recomendavam que o debate fosse levado através do IAB e do Sindicato ao CREA e que se utilizasse como base o Anteprojeto de Lei de Regulamentação da Profissão elaborada pela Direção Nacional do IAB (Anais..., 1979, p.32).

No Relatório Final do Congresso, apresentou-se que os relatórios dos subtemas ilustravam o debate amplo e democrático das questões relativas à produção do espaço habitado, com a formação, trabalho e produção do arquiteto, além da avaliação da situação da arquitetura nacional. O que se percebeu foi que:

“(...) os entraves fundamentais para uma atuação da categoria voltada as reais necessidades na maioria do povo brasileiro, e à consciência clara de que tais entraves são produto do sistema político econômico vigente, imposto à sociedade brasileira por uma estrutura ditatorial e repressiva. Neste sentido os arquitetos reunidos no X Congresso assumem seu papel na luta comum de todos os segmentos de nossa sociedade colocados à margem dos processos decisórios e alienados do produto do seu trabalho” (Anais..., 1979, p.25).

Para os arquitetos reunidos, a solução para as questões profissionais passava inevitavelmente pela convocação de uma Assembleia Constituinte, precedida pela ampla liberdade de expressão e manifestação popular.

4.2. Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo

Em 1972, no primeiro ano efetivo de seu funcionamento, o SASP foi responsável pela promoção do “Encontro com os Arquitetos Recém-Formados”, organizado em 30 de novembro mediante projeto de Alfredo Paesani. O encontro foi promovido com os recém-formados dos anos de 1968, 1969 e 1970, com objetivo de aproximar o Sindicato desses arquitetos; levantar sua situação profissional; obter opinião quanto ao programa do Sindicato; levantar os problemas particulares dos recém-formados; obter sugestões para o bom funcionamento da entidade; ampliar o quadro associativo e facilitar a cobrança das anuidades. O encontro visava reunir 119 formandos da USP e 204 do Mackenzie. Um questionário foi aplicado aos participantes e os resultados tabulados e organizados para documentação do SASP. Para organização do encontro, Paesani apresentou um projeto de tentativa de patrocínio, que teria acesso aos arquitetos e poderia divulgar sua empresa e serviços aos participantes.

Figura 7: Charge sobre as circunstâncias de ingresso dos recém-formados no mercado de trabalho



Fonte: Jornal Arquiteto, no 07.

Naquele período, segundo Paesani, buscava-se compreender “quantos somos, onde estamos, o que fazemos”, destacando que além de tornar-se uma profissão majoritariamente composta por jovens profissionais, a arquitetura e o urbanismo passava a ser exercida por mulheres. Para aumentar o número de associados, havia uma campanha constante para a sindicalização de novos profissionais. Com o

aumento de associados, aumentaria a arrecadação e como consequência, o oferecimento de outros serviços, além do jurídico que já era oferecido no período.

Logo após a criação do SASP, Paesani, presidente, afirmou:

“A criação de sindicatos de arquitetos, prossegue Paesani, resultou de uma política de valorização profissional adotada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, em suas esferas nacional e regional. Não se tratou, portanto, de uma iniciativa isolada para substituir nosso tradicional órgão de classe por uma entidade paralela ou conflitante em suas atribuições. Essa iniciativa é produto da consciência estabelecida, através de estudos e debates, sobre o problema profissional, de que se fazia necessária organização de um órgão capaz de atuar na área sindical” (IAB, 1972, p. 48).

A afirmação de que a sua criação era fruto de uma estratégia profissional visava atrair mais arquitetos ao Sindicato. Este, não substituiria o IAB/SP, mas viria para valorizar a profissão. Segundo Maricato (2016), o país estava no auge da repressão e os arquitetos precisavam “cavar espaços de oposição ao Regime Militar”. O SASP se posicionava em “prol de uma mudança no ensino de Arquitetura no Brasil, nas universidades e faculdades de Santos, São José dos Campos e da Belas Artes” trabalhando contra a proposta de ensino imposta da adequação da universidade à uma política mais empresarial”.

O programa do SASP para seus primeiros anos de atuação tinha como propósito ampliar o quadro associativo¹¹⁵, oferecendo serviços de assistência jurídica, trabalhista e fiscal aos arquitetos, bem como assistência médica, dentária e hospitalar aos associados. Assim como o IAB/SP, o Sindicato visava trabalhar por uma maior inserção do arquiteto no mercado de trabalho integrando a imagem do profissional a sociedade, poder público, indústria da construção; trabalhando pela valorização e afirmação do profissional no Interior do Estado; promovendo atividades profissionais pouco divulgadas como desenho e comunicação industrial, paisagismo, direção de obras, fiscalização, especificações e orçamentos, projetos de estrutura e instalações; e cuidando do trabalho da mulher. Além disso, o SASP compreendia que seu papel era o de agenciar trabalho para profissionais, facilitando um cadastramento profissional para requalificação; criando uma agência de colocação / bolsa desemprego, bem como prestando consultoria e assistência técnica a terceiros.

Durante o “milagre econômico”, intensificaram-se diferentes espaços de trabalho ocupado pelos arquitetos. Eram consideradas formas de organização do trabalho dos arquitetos como pessoa física os assalariados (do poder público – governos federal, estadual e municipal, universidades, companhias mistas e etc., ou da iniciativa privada – empresas de engenharia, escritórios de arquitetura, outros escritórios, indústria e comércio) e os autônomos. Ainda havia a opção do exercício profissional como pessoa jurídica, em sociedades civis de arquitetos reunidos ou de arquitetos com outros profissionais. Paesani afirmou:

¹¹⁵ O Sindicato também visava a integração dos alunos do quinto ano das faculdades e os recém-formados a experiências profissionais diferenciadas por meio de estágios em escritórios, empresas e entidades governamentais.

“Parece não haver dúvidas quanto à tendência atual de crescimento da condição de assalariado, quer do que chamamos de “poder público” quer da “iniciativa privada” e, daqueles que aparentemente mantêm uma relação de autônomo, mas, na verdade, também são assalariados. Essa tendência de crescimento contém, erroneamente, uma certa dose de frustração ao grande destino da participação do arquiteto no atendimento aos problemas da sociedade e não aos do interesse menor de seus superiores (patrões). Nesse caso, o arquiteto sente-se melhor quando participa dos Órgãos Governamentais e Universidades, do que em escritórios ou organizações da iniciativa privada. Faz-se necessário uma análise dessas participações para uma melhor compreensão dessas relações e para se estabelecer reivindicações que não frustrem a efetiva participação em qualquer um dos campos de atuação, porque a forma de atuar não deve necessariamente contradizer a efetiva possibilidade de atuação profissional. Outra conclusão sobre a qual não parece haver dúvida é de que pequenas estruturas organizacionais de autônomos ou sociedades civis não atendem mais à disputa e obtenção de trabalho” (SASP, 1980).

Contudo, os arquitetos ainda negavam sua atuação como assalariados. Em pesquisa realizada pelo Sindicato e citada na Revista Veja, a maioria dos profissionais “respondiam que eram profissionais autônomos empregados, ou qualquer coisa que ocultasse o fato de, no fundo serem mesmo assalariados”. Siegbert Zanettini, um dos entrevistados, alegava conhecer “colegas que passam o dia inteiro dando aula para depois dizerem que tem escritório, embora ali não ganhem nem para pagar o desenhista” (REVISTA VEJA, 1973, p.88).

Outra mudança do profissional liberal e autor de projetos da década de 1960 ao arquiteto assalariado se estabelecia quanto à autoria de projetos, como o exemplo de Marcelo Fragelli:

“Marcelo Fragelli trocou seu escritório pela Promon “uma enorme firma de projetos que ocupa sete andares no centro de São Paulo e emprega 300 engenheiros, acredita que é ilusão manter um pequeno escritório: “não se deve pensar que todos arquitetos serão absorvidos por grandes empresas. Há uma faixa” – residências, escolas e hospitais – que não desaparecerá e que não precisa necessariamente sair dos escritórios pequenos ou médios. Quando começou a dar assessoria à Promon, em 1965, Fragelli sentia que era justamente isso – um assessor. Foram preciso alguns anos para que os arquitetos da firma (hoje são 12) passassem a ter o direito de assinar seus projetos. O medo do anonimato tornou-se o demônio no 01 dos arquitetos em grandes empresas. “Aqui nos conseguimos fazer trabalhos pessoais” diz Fragelli, “mas não é norma geral”. “Eu posso até dizer que a norma aqui é anormal” (REVISTA VEJA, 1973, p.88).

Assim, Zanettini e Fragelli atestavam que a atuação profissional havia sido alterada profundamente. Aqueles que trabalhavam, não atuavam mais no modelo concebido na década de 1960, do coordenador e ator de projetos. Eram, em sua maioria, arquitetos assalariados, os quais trabalhava em grandes equipes, mas sem seu costumeiro protagonismo. Se as questões relativas aos espaços ocupados pelos arquitetos já contrariavam seu ideário profissional em meio ao bom desempenho econômico, a partir de 1973, com o cenário econômico nacional em crise, os dilemas da profissão se intensificaram.

Em 1974, iniciou-se a campanha para eleição da nova diretoria. Uma “peculiaridade do Sindicato” era sua representação heterogênea – arquitetos assalariados, autônomos e arquitetos empresários (as vezes empregadores). Para Geraldo Vespaziano, candidato a presidente, esse era “um fator que dificulta o

equacionamento de um programa perfeitamente ajustado aos diversos interesses da classe” (Arquiteto nº 17, 1974, p.20¹¹⁶).

Para as eleições de 1974, a maioria dos arquitetos que se candidataram na chapa eram assalariados¹¹⁷, que atuavam em planejamento, edificações, obras públicas e acompanhamento de obras. Eram parte do programa de gestão: aprimorar a gestão do sindicato; cursos para orientação profissional; estabelecimento de contato com a imprensa para divulgação; continuidade à atividade jurídica e contábil; através do aprimoramento das atividades angaria maiores recursos; a formação da FNA e a organização junto ao IAB/SP:

“... traçar um plano de ação com o IAB, para equacionamento eficiente dos programas comuns e sua execução, procurando unificar os esforços na luta pelo desenvolvimento profissional, preservação dos valores da arquitetura e para assegurar a efetiva e insubstituível participação do arquiteto no desenvolvimento da sociedade brasileira” (Arquiteto nº 17 1974, p.20).

Com a eleição, Geraldo Puntoni, em sua gestão já se deram alguns conflitos em meio as entidades:

“A criação do Sindicato dos Arquitetos foi mais um projeto do IAB. Era intenção dos arquitetos na ocasião, desligar-se do CREA e constituir sua própria organização, o CRA. Obter junto ao Ministério do Trabalho a autorização para formar a ordem só seria possível através da organização dos arquitetos em sindicatos e federação, único meio encontrado para se chegar à formação do tão desejado Conselho Regional de Arquitetura. Logo que se constatou o desastre que isso seria, o IAB se retirou, deixando criada a associação e, posteriormente, o sindicato. Deu no que deu” (PUNTONI In ARQUITETO 20 ANOS, 1992, p.09).

Ainda que esse apontamento para a causa da criação do SASP como meio para o estabelecimento de um conselho próprio não tenha comprovação, pode-se considerar sua afirmação como um dado importante. Para Puntoni, a aproximação com o IAB se deu na sua gestão, pelo seu contato próximo com o presidente do IAB, Eurico Prado Lopes. Foram diretores do SASP entre os anos de 1974 e 1977 (Tabela 16):

¹¹⁶ Eleições no Sindicato de São Paulo serão no dia 18 de setembro. **Arquiteto nº 17**, São Paulo, ??? (Ano II, no 17), p.20. (1974).

¹¹⁷ Eram candidatos: Geraldo Puntoni (EMURB), Paulo Lucio de Brito (Hidroservice), Teru Tamaki (Escritório de Urbanismo e Arquitetura), Ricardo Chahin (CESP), Leo Bonfim Junior (CITY), Sérgio Teperman (autônomo), Helene Afanasief (Alfredo Paesani, Arquiteta Associada), José Expedito Prata (EMURB), Luiz Gonzaga de Camargo (Promon), Paulo Sérgio Soza e Silva (Promon), Ana Maria Dente (Hidroservice), William Munford (Emurb), Rodney Guaraldo (São Caetano do Sul), Altonio Melchor (Comasp), João Clodomiro de Abreu (autônomo), Maria Cecília Scharlack (GPI) e Paulo del Picchia (EMURB).

Tabela 16: Diretoria do SASP entre 1974-1977

1. Geraldo Vespaziano Puntoni	Presidente
2. Paulo Lúcio de Brito	Vice-Presidente
3. Rodney Guaraldo	Conselho Fiscal (Titular)
4. William Munford	Conselho Fiscal (Titular)
5. Antônio Melchior	Conselho Fiscal (Titular)
6. Paulo Celso Dornelles del Picchia	Conselho Fiscal (Suplente)
7. Maria Cecília Closs Scharlack	Conselho Fiscal (Suplente)
8. João Clodomiro Browne de Abreu	Conselho Fiscal (Suplente)
9. Ricardo Chahin	Tesoureiro
10. Roberto Bonfim Junior	Tesoureiro
11. Teru Tamaki	Tesoureiro
12. Sérgio Teperman	Diretor
13. Luiz Gonzaga Camargo	Suplente
14. Paulo Sérgio de Souza e Silva	Suplente
15. Nelson André	Suplente
16. José Expedito Prata	Suplente
17. Ana Maria Dente	Suplente

Fonte: Jornal Arquiteto 20 anos.

Acrescenta-se aqui a proximidade física dentro do edifício do IAB/SP, resultando em diversas ações conjuntas. Contudo, ainda que a proximidade física e a afinidade com o presidente do IAB/SP, o Sindicato desejava se afirmar como órgão distinto¹¹⁸ nessa gestão e iria atuar “pelas lutas dos direitos dessa parcela dos arquitetos, que constituem a maioria da classe”.

“Iniciando a dinamização e modernização de sua estrutura interna o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo transferiu sua sede para o 3º andar do prédio da rua Bento Freitas, 306, depois de passar vários anos funcionando nas mesmas instalações do IAB/SP” (Arquiteto nº 20 1974, p.14).

Conforme destaque de Geraldo Puntoni:

“... o objetivo é destacar o Sindicato como entidade diferenciada do IAB, voltada sobretudo para as relações de trabalho e outras questões profissionais. O primeiro passo foi a desvinculação física do IAB” (Arquiteto nº 20 1974, p.14).

Além de tudo, à Puntoni, cabia consolidar o que havia sido iniciado pela gestão anterior do SASP, mas o arquiteto tinha visões distintas quanto ao modelo de organização profissional proposto pela primeira gestão: “eu não acreditava, como ainda não acredito, num sindicato de profissionais autônomos para cuidar de interesses de arquitetos empregados” (PUNTONI in Arquiteto, 1992, p.09). Assim, o arquiteto buscou organizar o sindicato de “trabalhadores e empregados nos escritórios de arquitetura e planejamento”, o que já apresentava uma controvérsia se comparado com a gestão anterior. Geraldo

¹¹⁸ Sindicato dos Arquitetos de SP tem nova sede. Arquiteto nº 20, São Paulo, 1974, p.14.

Puntoni lembrava que a categoria dos arquitetos já não era mais de profissionais liberais¹¹⁹, conforme apontava o estudo de Durand (1972):

“Hoje em dia não se sabe bem o que venha a ser profissão liberal. No caso dos arquitetos é certo que a categoria não se enquadra e não se caracteriza como um interesse de uma profissão liberal, mas sim como as formas da manifestação de seu trabalho como empregado (assalariado), autônomo e empregador” (Arquiteto n° 28 1975a, p.06).

Era necessário pensar numa configuração única para o Sindicato dos Arquitetos:

“Dentro das condições eminentemente técnicas, o Ministério do Trabalho deveria rever a situação dos sindicatos dos profissionais liberais, para obter uma organização peculiar e diferenciada que representasse os interesse das várias formas de atuação: um sindicato dos arquitetos empregados, um sindicato dos arquitetos empregadores e um sindicato dos arquitetos autônomos. O Sindicato dos Arquitetos, com sua estrutura atual, regulamentada pela legislação existente, deveria representar mais os interesses dos empregados. Os sindicatos dos profissionais liberais deveriam examinar a situação de suas categorias específicas, que não deve diferir em muito da dos arquitetos” (Arquiteto n° 28 1975a, p.06).

Diante de sua ação, encontrou severa posição de sua diretoria:

“(...) fui vilmente traído por uma cambada de incompetentes, que já se organizavam no bando de radicais, para quem a realizada são as fantasias que povoam suas cabeças de paspalhos, que representam o que ai está, transformando o Sindicato em um lugar e festinhas, eventos sociais, diz-que-diz, cursinhos para entrega de diplomas, sorteios, demonstrando uma cabal incompetência e incapacidade para tudo em que põem a mão, a começar do ensino e a gestão de negócios públicos” (PUNTONI In ARQUITETO 20 ANOS, 1992, p.09).

Puntoni acrescentou que em sua gestão foram presos o tesoureiro do Sindicato (o arquiteto Paulo Bastos) e o responsável pelo convênio cultural IAB/SASP (Jorge Caron), além de outros arquitetos. Ao ser eleito, em benefício da conquista de novos espaços de trabalho para os arquitetos, outro objetivo dessa gestão era ampliar a ação sindical para além das áreas metropolitanas¹²⁰. Em São Paulo, o SASP “congrega por volta de 1400 associados, 70% dos arquitetos inscritos no CREA – já conseguiu aglutinar os profissionais na entidade. Agora trata-se de procurar a definição e políticas, como a redefinição do exercício profissional” (Arquiteto n° 23, 1975, p.04).

Contudo, para Puntoni, o arquiteto ainda mantinha “traços conservadores inadequados para enfrentar o mercado de trabalho”, pois aceitavam trabalhar de forma autônomo enquanto eram realmente assalariados:

“É uma forma de manter a imagem de profissional liberal. Se o autônomo ganha em termos de autoimagem, perde certamente na divisão do produto social: não tem 13º, garantias de contrato, direito a férias, além de recolher os impostos por sua conta (INPS, IR, ISS). Os arquitetos – afirma também – estão pouco preparados para enfrentar as novas relações de trabalho a ponto de chegarem a ficar meses e meses sem receber

¹¹⁹ SASP discute em documento a situação sindical. **Arquiteto n° 28**, São Paulo, (Ano III, no 28 – Setembro 1975a), p.06.

¹²⁰ Sindicatos ampliam sua ação territorial. **Arquiteto n° 23**, São Paulo, 1975, p.04.

salários, quando as empresas afirmam que estão em condição difícil. Isso tem ocorrido com frequência. Tais arquitetos deveriam tomar uma atitude justa e leal para com sua classe profissional, denunciando o fato ao Sindicato para que tome as providências legais” (Arquiteto n° 23 1975, p.04).

Quanto às finanças, no ano seguinte do início de sua gestão, Puntoni enfrentou dificuldades a administração dos recursos por conta da baixa arrecadação¹²¹. A princípio a solução encontrada era elevar a anuidade, já que ela representava 70% dos recursos. Contudo, apenas 54% da arrecadação ficava com o sindicato, sendo o restante distribuído entre a Federação e a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, além do Programa Especial de Bolsa de Estudos e para o Governo federal.

Além das questões que se apresentavam dos problemas com as finanças, todas as entidades enfrentaram o aumento progressivo do número de cursos de arquitetura e o consequente número de profissionais jovens ingressando no mercado de trabalho. Para o Sindicato, a categoria tornava-se mais jovem e precisava se organizar para essa rápida transformação do perfil profissional:

“Em 1971, na posse da primeira diretoria do SASP, divulgou-se que, entre 1965 e 1970, a idade média dos arquitetos baixara de 31 para 27 anos, projetando para o próximo quinquênio a média de 23 anos. Igualmente baixara de 20 para 12 o número médio de anos de formado dos membros da categoria, projetando-se para oito a média para o futuro próximo. Houve também acréscimo de 20% para 50% da proporção de mulheres concluindo os cursos. Uma pesquisa realizada pelo Crea/SP na ocasião concluiu pela plethora dos arquitetos em curto prazo, culpando-se a proliferação dos cursos de arquitetura. Coube ao movimento sindical redirecionar as interpretações daquela pesquisa, transformando-a em elemento de sustentação da continuidade do crescimento das escolas de arquitetura, melhor distribuídas no território nacional, sem prejuízo do ensino e com o aumento do número de profissionais para poder atender as necessidades da sociedade, procurando transformar o conceito vigente de profissional das elites. Vivia-se, portanto, uma rápida e profunda transformação do perfil profissional. A categoria tornou-se muito jovem e, segundo alguns, menos experiente, com grandes reflexos no relacionamento arquiteto/cliente, assunto de grande interesse sindical. O ingresso das mulheres nas atividades profissionais que parecia no início complicar as novas relações de trabalho, mostrou-se irrelevante” (PAESANI In ARQUITETO 20 ANOS, 1992, p.06).

Nesse período, além da preocupação do presidente do SASP quanto a atuação profissional do arquiteto como assalariado, o papel que assumia junto ao IAB/SP, e da transformação da categoria profissional em uma categoria jovem, o Sindicato se questionava qual ação podia ser feita quanto ao número de habitantes do Estado sem acesso aos serviços do arquiteto. Para Alfredo Paesani, os metros quadrados construídos sem assistência técnica na cidade de São Paulo “eram as habitações de pessoas que constroem num terreno de 50 a 100 m², geralmente na periferia da cidade, sem nenhum recurso, em regime de mutirão” nas quais a participação de um arquiteto era vista como uma despesa. Esse universo foi relatado no documentário “Fim de Semana”, produzido em 1976 com a participação de Ermínia Maricato, onde a autoconstrução em loteamentos clandestinos na periferia da cidade tornava-se a única alternativa para

¹²¹ Sindicato luta para elevar arrecadações. **Arquiteto n° 27**, São Paulo, (Ano III, no 27 – Agosto 1975), p.14.

fugir do aluguel, já que o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, não tinha políticas acessíveis à população de baixa renda.

Para Geraldo Puntoni essa era uma estratégia de conquista de um “mercado de trabalho esquecido dos arquitetos”, a periferia e suas moradias:

“Resta-me lembrar, e isso não dá para esquecer, que minha diretoria tentou conquistar um mercado de trabalho esquecido pelos arquitetos e, ainda hoje, à sua disposição, que são as pequenas obras licenciadas pela prefeitura e tocadas por pequenos empreiteiros. Essa proposta foi incompreendida, pois aos arquitetos, na ocasião como agora, parece só restar obras monumentais, que consideram arquitetura, sendo o resto, o resto. E a população que se dane. Iniciaram-se para isso os primeiros contatos com igrejas, pensando criar pequenos escritórios junto às associações e unidades eclesiais, o que acabou ficando no papel e se transformou no laboratório da habitação, e outras coisas mais” (PUNTONI In ARQUITETO 20 ANOS, 1992, p.09).

Essa estratégia de absorção de um novo mercado de trabalho viria se tornar a Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana do Estado de São Paulo, a qual foi apresentada no I Encontro Estadual de Arquitetos do Estado de São Paulo.

No último ano da gestão de Geraldo Puntoni houve novas eleições para a diretoria do triênio 1978/1980¹²². Novamente, a diretoria em atuação alertava para os problemas na área financeira do Sindicato e na fiscalização do mercado de trabalho. As finanças poderiam ser resolvidas com a contribuição de um número maior de assalariados. Além dessas, eram outras necessidades: amparar os arquitetos na relação patrões/salários; regulamentação da profissão – criação de um Conselho de Arquitetura que assuma a fiscalização do exercício profissional; fiscalização dos contratos de trabalho; definição de coautoria de projetos - o arquiteto assalariado enfrentava dificuldades de incorporar em seu currículo trabalhos realizados nas empresas; e a fixação de uma política salarial, com tabela de tabelas de honorários e garantia de acesso ao mercado de projetos.

No período de campanha, a diretoria composta por Jon Maitrejean¹²³, diferente das anteriores que haviam trabalhado para a consolidação do sindicato, queria desenvolver sua atuação para “fora”, “numa linha de ação mais agressiva, que permita conquistas externas para a classe em geral, especialmente os associados”. Esperava-se que, se eleita, a diretoria só seria dividida em dois grupos: administrativo e burocrático, mas não haveria grupos de trabalho. As prioridades da nova chapa seriam: o mercado de trabalho; a assistência ao associado; o relacionamento com outros Sindicatos; a ampliação geográfica dos Sindicatos; a ampliação do quadro associativo; e o apoio à criação da FNA. Ao ver do arquiteto, o sindicato não iria

¹²² Eleições em SP, propostas para um debate. Arquiteto no 45, São Paulo, (Ano V, no 45 – Abril 1977), p.06.

¹²³ Maitrejean e sua filosofia sindical. Arquiteto no 51, São Paulo, (Ano VI, no 51 – Outubro 1977), p.18.

lutar, obrigatoriamente, pelo “arquiteto assalariado”, mas atingi-lo garantindo a aplicação das leis já existentes como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e CREA.

Jon Maitrejean foi eleito como presidente do Sindicato, junto aos colegas conforme a Tabela 17 que segue:

Tabela 17: Diretoria do SASP entre os anos de 1978-1979

1. Jon Maitrejean	Presidente
2. Lucio Gomes Machado	Vice-Presidente
3. Teru Tamaki	Conselho Fiscal (Titular)
4. Ricardo Chahin	Conselho Fiscal (Titular)
5. Sergio Teperman	Conselho Fiscal (Titular)
6. Luiz Cláudio Villares	Conselho Fiscal (Suplente)
7. Zelma Cincorro	Conselho Fiscal (Suplente)
8. Motol Tsubouchi	Conselho Fiscal (Suplente)
9. Idal Feferbaum	1ª Tesoureira
10. João Clodomiro Browne de Abreu	2º Tesoureiro
11. Celso Julio	Diretor
12. Maria Giselda Cardoso Visconti	Diretora
13. Paulo Celso Dornelles del Picchia	Diretor
14. Carlos Alberto Tauil	Diretor
15. Nelson Trezza	Diretor
16. Therezinha Banevicius	Diretora
17. Olair Falcirulli de Camillo	Diretor
18. Gil Mendes Coelho e Mello	Diretor
19. Alfredo Paesani	Delegado Titular
20. Geraldo Puntoni	Delegado Titular
21. Jorge Caron	Delegado Suplente
22. William Munford	Delegado Suplente

Fonte: Jornal Arquiteto 20 anos.

Em um de seus depoimentos sobre a sua gestão, Maitrejean destacou que inicialmente era muito próxima a relação com o IAB/SP. Havia um suposto “cordão umbilical” que ligava o Sindicato ao Instituto e que necessitava ser cortado. Em um movimento no sentido desse rompimento, o SASP que desde sua fundação esteve sediado no prédio do IAB se mudou para a Rua Avandava. Maitrejean visava organizar o Sindicato em prol de uma estrutura mais “livre e atuante” para atuar pela defesa e ampliação do mercado de trabalho dos arquitetos brasileiros¹²⁴. O presidente do SASP criticava o fato de os Sindicatos só existirem mediante as bênçãos do Estado e viver sob o controle deles¹²⁵. Sobre a criação do Sindicato em relação a representatividade pelo IAB:

“Não poderia o IAB enquadrar seus estatutos à legislação sindical vigente sem perder a autonomia e liberdade de opinião, características fundamentais do nosso órgão de classe. Surgiu então a ideia de constituir-se um sindicato que permitisse, inicialmente, o

¹²⁴ A nossa velha e restritiva estrutura sindical. Arquiteto nº 55, São Paulo, (Ano VI, no 55 – Abril. 1978/Maio 1978a), p. 03.

¹²⁵ Maitrejean seguiu afirmando os pontos negativos de estruturar o Sindicato a partir das regras do Estado em reportagem publicada na Edição do Arquiteto nº 59, São Paulo, (Ano VI, no 59 – Novembro 1978), p. 03, “Maitrejean quer maior participação do Sindicato”.

reconhecimento da existência oficial da categoria profissional denominada “Arquiteto”, bem como representar oficialmente essa categoria” (Arquiteto n° 55 1978a, p.03).

Sobre a atuação sindical, as questões tratavam:

“E o sindicalismo? Precisamos aprofundar alguns conceitos. Sindicato de profissionais liberais? Patrões, assalariados, autônomos!!! O Bergamin acha que dono de escritório não pode ser presidente de um sindicato de arquitetos (...) Foram criadas cinco Faculdades de Arquitetura no Estado de São Paulo. A crise está séria, não há empregos. A cooperativa dos arquitetos. Aquela ideia maravilhosa do Paesani. Vamos implantar. Tem 30 interessados. Vamos montar um núcleo em São Miguel Paulista. O padre empresta a paróquia. Uma semana. Vinte e um projetos. É animador. Mas são terrenos irregulares, não há documentação. O 11 de Agosto tem um departamento que se propõe a resolver os casos. É animador. Estamos fazendo os projetos. Mas o problema não é o projeto. Assim não dá. É desanimador... E o dinheiro está difícil, mas os cursos que estamos montando vão indo muito bem” (MAITREJEAN In ARQUITETO 20 ANOS, 1992, p.10).

Ao final da década de 1970, o Sindicato fazia um balanço das suas atividades. Como citado por Maitrejean, estava em andamento os cursos promovidos pelo SASP com o IAB/SP (conforme veremos na sessão de atuação conjuntas) e a Cooperativa de Arquitetos. Fruto de uma tese apresentada no I Encontro Estadual de Arquitetos, a Cooperativa foi uma importante iniciativa do Sindicato.

4.2.1. A Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana do Estado de São Paulo

A primeira apresentação da Cooperativa se deu em 1977, durante a realização do I Encontro Estadual de Arquitetos, realizado em Campinas (que será objeto de discussão na sessão de práticas conjuntas entre o IAB/SP e o SASP). No evento, Alfredo Paesani apresentou sua tese “Cooperativa de Arquitetos como nova forma de organização de trabalho”, tendo como subtítulo “Bairro popular como ampliação do mercado para o arquiteto” (PAESANI, 1977).

Sua preocupação com o ritmo de mercado de trabalho disponível ao arquiteto era reflexo da sua proposta:

“Para Paesani, muito mais do que o resultado que a formação de uma cooperativa possa redundar e mostrar aos arquitetos que existe um mercado potencial ainda não explorado. Durante suas pesquisas e coleta de dados, Paesani pode verificar que uma ampla camada da periferia, que hoje constrói, utiliza-se de recursos técnicos e profissionais de pessoas não habilitadas, tendo um produto final muito mais caro e sem a qualidade desejada” (JORNAL ARQUITETO, n° 50, p. 14).

Somado à sugestão de atender a um mercado que não tinha acesso ao arquiteto, retomando o cumprimento da função social debatido na década de 1960, Paesani reforçava que essa era uma oportunidade de trabalho aos recém-formados:

“Quais as alternativas hoje para um profissional recém-formado? Quais são suas aspirações em termos econômicos? Qual a remuneração viável ao arquiteto? Paesani, nas suas observações, verificou que normalmente um recém-formado de 2 ou 3 anos pode empregar-se em um escritório de arquitetura com um salário médio de CR\$ 18.000,00. Para chegar a essa remuneração final, caso pretenda ser autônomo, precisará investir um

capital de, no mínimo, 30 mil cruzeiros. Dentro da Cooperativa ele precisaria de apenas CR\$ 22.000,00 para chegar à mesma quantia. E para isso, teria que executar 4 projetos (por projeto, entenda-se projeto e construção), por mês em média, o que Paesani acredita ser plenamente viável” (JORNAL ARQUITETO, nº 50, p. 14).

Nesse sentido, fazer o discurso sobre uma proposta de atuação profissional em uma cidade que abrigava o novo curso da PUC Campinas de Arquitetura e Urbanismo e onde vários arquitetos recém-formados estariam atuando era bastante conveniente. Assim, a criação de uma Cooperativa de contexto regional poderia se alinhar às demandas locais. Segundo Alfredo Paesani, o mercado de trabalho das cooperativas era extremamente acessível, bastava descobri-lo¹²⁶ “Por que os empreiteiros de bairro são bem sucedidos? Por que os mestres de obras conseguem sucesso? É porque existe aí um mercado livre, aberto. É só conquistá-lo” (Arquiteto nº 50 1977, p.14). Sem alternativas para os profissionais recém-formados, essa era uma grande chance de trabalho.

O trabalho de Paesani (1977) apontava que atuação em cooperativa e a existência dos bairros populares não se tratava de novidades em si mesmas. Contudo, ao analisar o contexto socioeconômico do período e da atuação profissional do arquiteto, o autor acreditava que se tratava de uma “proposta de uma nova forma de organização de trabalho e novo mercado para o arquiteto” (PAESANI, 1977, p.2).

Paesani afirmava que havia três formas de atuação profissionais vigentes para o arquiteto: os assalariados (do poder público ou iniciativa privada), os autônomos e as pessoas jurídicas. Não havia mais surpresa quanto à tendência de crescimento da condição de assalariado – sendo na modalidade do poder público ou da iniciativa privada – e que a sensação que isso trazia:

“Essa tendência de crescimento contém, erroneamente, uma certa dose de frustração ao grande destino de participação do arquiteto no atendimento aos problemas da sociedade e não aos do interesse menor de seus superiores (patrões). Nesse caso, o arquiteto sente-se melhor quando participa de Órgãos Governamentais e da Universidade, do que em escritórios e organizações de iniciativa privada” (PAESANI, 1977, p.3).

Outro fato que não podia mais ser contestado era que o modelo das “pequenas estruturas organizacionais de autônomos e sociedades civis” não atendiam mais às demandas do mercado de trabalho. Os poucos arquitetos que mantinham esse modelo precisavam de altos investimentos para mantê-los ou reduziram sua capacidade de trabalho para a prestação de consultoria. Nesse contexto, era proposta a Cooperativa como uma iniciativa que, “temos certeza, vem de encontro às aspirações do arquiteto”:

“O esforço conjugado dos cooperados e a estrutura institucional da cooperativa, conciliar os interesses do indivíduo com a sua coletividade e proporciona as condições de competitividade, flexibilidade e eficiência, absolutamente necessárias à participação no moderno e mais amplo mercado econômico de um país em vias de desenvolvimento, no qual os arquitetos experimentam e ensaiam, há pouco mais de uma década, sua melhor participação” (PAESANI, 1977, pp.3-4).

¹²⁶ Formação de cooperativas será debatida no encontro de Campinas. Arquiteto nº 50, São Paulo, (Ano V, nº 50 – Setembro 1977), p.14.

Paesani (1977) afirmava que a Cooperativa tinha papel imperativo na ampliação do mercado de trabalho dos arquitetos, principalmente nos primeiros anos de atividade profissional dos recém-formados. Com ela, o arquiteto passaria a ampliar seu mercado de trabalho para o “bairro popular” ainda que seguisse desejável que seu trabalho encontrasse oportunidades nos projetos de edificação, de planejamento urbano e regional, dos equipamentos de transporte, na produção industrial, no canteiro de obras, nas Universidades, no campo da comunicação visual, do paisagismo e até na política.

O autor ainda abordava o motivo de se voltar ao “bairro popular” que representava 60 % da área das cidades e 80% da população de média e baixa renda. Somado a isso, segundo Paesani (1977), a população desses bairros não possuía nenhuma assistência técnica. Com isso “sobressaem os loteamentos e obras clandestinos e irregulares, as subatividades de profissionais inescrupulosos que acobertam seu crescimento”. Para ele, essa precisava ser uma preocupação do arquiteto, incluindo uma mudança na sua forma de organização. Para Paesani, era claro que o arquiteto que estava acostumado em vender o seu projeto, com seus valores estéticos devia se adequar a racionalizar seus processos de trabalho, administrando grandes quantidades de pequenos projetos (PAESANI, 1977, p.4-5).

Ainda que a proposta da Cooperativa de Arquitetos de São Paulo foi feita sob o patrocínio do Sindicato de Arquitetos de São Paulo (SASP), essa não era uma condição obrigatória: qualquer grupo de 20 arquitetos poderia se reunir como Cooperativa sem anuência do SASP. Contudo, a proposta de Paesani, inserida no SASP, tinha como objetivo:

“... concentrar no Sindicato os esforços para a instituição de uma nova forma de trabalho do arquiteto e deverá receber, por isso, parte do movimento bruto das cooperativas que assistir, constituindo assim receita para o Sindicato e para a futura Federação Nacional de Arquitetos, em vias de constituição” (PAESANI, 1977, p.2).

A organização das Cooperativas precisava seguir a Lei nº 5.764/1971 que tratava da Política Nacional de Cooperativismo. Assim, essa modalidade de trabalho era composta por uma sociedade de pessoas para prestação de serviços aos associados. As cooperativas se distinguiam quanto à adesão voluntária dos cooperados, a atribuição de cotas-partes aos associados (os quais não poderiam participar terceiros, alheios à sociedade), o direito à voto e a necessidade de quórum mínimo para a tomada de decisões em assembleias, neutralidade política, prestação de assistência aos associados e, quando definido, aos funcionários (PAESANI, 1977, p.7).

Para a Cooperativa de Arquitetos:

“... deverá prestar o serviço de promover o contato e contrato com os interessados, deverá administrar todas as passagens especificamente técnicas a cargo do arquiteto como secretaria, relações públicas, assessoria jurídica, centro de informações, desenho, etc... Após a prestação do serviço profissional, a cooperativa deveria tratar de toda administração final, encerrando contratos, contabilizando-os, recebendo-os e creditando ao cooperado o resultado econômico final, conforme determinação da Assembleia Geral” (PAESANI, 1977, p.7).

Em contrapartida, a Cooperativa de Arquitetos possibilitaria aos seus associados: a promoção dos arquitetos no mercado específico; assistência técnica e jurídica para os contratos de novos trabalhos; o fornecimento de treinamento técnico, de desenhistas, fotógrafos, arquivistas e etc.; a elaboração e implantação de um sistema de controle de produção, documentação e informação; a administração com serviços de secretaria, contabilidade, departamento pessoal e cobrança; uma implantação de cooperativa de arquitetos para uso dos arquitetos sindicalizados e a coordenação de solução dos problemas de habitação dos cooperados e arquitetos sindicalizados (PAESANI, 1977, p.8). Até aquele momento, o SASP havia feito consultas à potenciais clientes da Cooperativa, com resposta positiva – tanto numa associação de funcionários de uma rede de lojas quanto a de uma indústria automobilística.

As opiniões dos arquitetos divergiam quanto ao sucesso da iniciativa, contudo, Paesani (1977) afirmava a certeza de seu sucesso:

“Temos ouvido a opinião de arquitetos que duvidam da viabilidade econômica, outros que não consideram pertinente à sua formação os termos aqui propostos, outros, felizmente já superados, que consideram a arquitetura espontânea melhor do que a dos arquitetos – “O POVO RESOLVE MELHOR OS SEUS PROBLEMAS DO QUE OS TÉCNICOS” – Nós estamos conscientes de que esse MERCADO oferece enormes possibilidades de realização profissional e grande campo de manifestação de uma arquitetura voltado ao bairro e a cultura popular, e podemos imaginar qual a nova postura dessas populações e dos arquitetos após cinco anos de atuação, certamente estaremos mais próximos da realidade das novas cidades” (PAESANI, 1977, p.10).

Os arquitetos teriam muito o que ganhar com essa experiência como melhores condições de “disputar cargos e tarefas em grau de maior decisão em nossa sociedade”. Para tal, os arquitetos deveriam adequar-se aos “novos métodos de direção e administração” do trabalho pois, os elementos de projeto seriam diferentes dos demais, sendo necessário adequar os elementos de projeto, o método construtivo. Por parte da atuação prática dos arquitetos, eles deveriam estar presentes no bairro e buscar alternativas para aumentar as condições de crédito da população (PAESANI, 1977, p.10).

Por fim, Paesani (1977) indicou o que seria necessário para o estabelecimento de uma Cooperativa de Arquitetos no interior: no caso das cidades com número insuficiente de arquitetos, a Cooperativa poderia ter caráter regional; nesses casos a sua atuação poderia ter mais serviços, de modo a diversificar sua atuação. Somado a isso, os arquitetos poderiam oferecer os trabalhos da Cooperativa aos órgãos estaduais e municipais, buscando formas de aumentar seu portfólio de trabalho. Além disso, ficaram como recomendações do encontro relativas a tese de Paesani (1977) a criação de um grupo de trabalho pelo SASP para coordenar a constituição e início da implantação de novas cooperativas; a recomendação aos arquitetos para que passassem a se organizar segundo o modelo de cooperativas e de “recomendar aos arquitetos que considerem o bairro popular, também como problema de seu interesse profissional” (PAESANI, 1977, p.13).

Figura 8: Capa do Jornal Arquiteto sobre a atuação da Cooperativa



Fonte: Jornal Arquiteto, nº 59, 1978.

O Arquiteto Alfredo Paesani, também foi responsável pelo texto “Prestação de Serviços pela Cooperativa de Arquitetos” aos cooperados e aos clientes, carimbado como “texto provisório”. Aos cooperados, a Cooperativa se comprometia a organizar os serviços administrativos de recepção, comunicação, secretaria, contabilidade, manutenção, pessoa, almoxarifado, transporte, compras e arquivos. Somado a isso, os cooperados contariam com a promoção e divulgação dos serviços por meio de relações públicas, marketing, imprensa e revistas bem como a estrutura de uma central de informações com biblioteca para

fornecimento de dados estatísticos, arquivo técnico e publicações internas e externas. A aprovação legal dos projetos também seria um serviço de suporte a disposição dos cooperados para aprovação de projetos, pedidos de financiamento, licenças de funcionamento. Seriam oferecidos serviços de assistência jurídica com assessoria especializada bem como assistência técnica para a organização dos métodos de trabalho – para adequação as demandas da cooperativa; um escritório de desenho para produção, reprodução, controle de revisões e atualizações, maquetes e treinamento de pessoal. Seria disponível também o treinamento de mão de obra, o acompanhamento técnico na realização das obras, estrutura para atualização profissional e assistência social para obtenção dos cooperados de material de desenho calculadoras, equipamento fotográfico e topográfico, bem como de veículo, assistência médica à família e obtenção de casa própria.

Após a realização do I EEA, o SASP iniciou as discussões sobre a criação da Cooperativa de Arquitetos em abril de 1978¹²⁷, quando Geraldo Vespaziano Puntoni estabeleceu alguns contatos com possíveis interessados ao serviço proposto:

“O Senhor Presidente relatou os vários entendimentos mantidos com entidades comunitárias, visando implementar a atividade do arquiteto na periferia da cidade, criando com isso as bases para a constituição da cooperativa, ampliando assim, o mercado de trabalho dos arquitetos. A diretoria autorizou o Sr. Presidente a prosseguir com seus entendimentos” (SASP, Livro de Atas, 1976, p.14).

O arquiteto Alfredo Paesani destacou a importância da iniciativa¹²⁸:

“Com a palavra o arq. Paesani fez uma exposição sobre o assunto esclarecendo que, como não existe nenhuma cooperativa, e é esta uma atividade inédita no campo da categoria dos liberais é difícil a sua organização. A organização do Sindicato é facilitar a montagem desta 1ª Cooperativa, pois ele não pode participar da Cooperativa, mas pode patrociná-la” (SASP, Livro de Atas, 1976, p.40).

Com a participação do SASP em sua organização, a Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana de São Paulo foi criada em vista da notória precarização das habitações nas cidades brasileiras, presentes no debate profissional dos arquitetos e urbanistas, no final a década de 1970. Politicamente, esse período foi emblemático pela retomada da participação popular e dos trabalhadores pela luta contra o Regime Militar, simbolizada pelas Greves organizadas na Grande São Paulo. Testemunhos da preocupação dos arquitetos com a precarização das condições de moradia de grande parte da população se dava nas

¹²⁷ Reunião realizada em 25 de abril de 1978 com a participação de Geraldo Vespaziano Puntoni (Presidente), Paulo Lúcio de Brito (Vice-Presidente), Teru Tamaki (Secretário - Diretor), Ricardo Chahin (1º Tesoureiro), Sérgio Teperman (2º Tesoureiro), Helene Afanasieff (Diretora) e o Arquiteto Jorge Oswaldo Caron (Coordenador de Cursos) (SASP, Livro de Atas, 1978).

¹²⁸ Reunião ocorrida em 21 de fevereiro de 1978, com os arquitetos: Presidente - Jon Maitrejean, Vice-Presidente: Lucio Gomes Machado; Diretor-Secretário: Celso Júlio; 1º Tesoureiro: Idal Feferbaum; 2º tesoureiro: João Clodomiro Brouwne de Abreu; Diretora: Maria Giselda Cardoso Visconti; Luiz Claudio Villares, Gil Mendes Coelho e Melo, Zelma Cincotto, Carlos Alberto Tauil, Alfredo Paesani, Nelson Trezza, Motoi Tsubouchi, Jorge Caron, José Eduardo de Castro Bicudo Tibiriça e Emildo Barros (SASP, Livro de Atas, 1978).

entidades de classe e nas universidades que promoviam estudos sobre habitação. Os arquitetos compreendiam que o problema habitacional era parte de um problema mais amplo, mas:

“... ao se procurar um confronto mais próximo e imediato entre a função social do arquiteto e suas formas de prestação de serviço de um lado, e as necessidades da comunidade, por outro, é que devem ser procuradas algumas das razões que conformam o aparecimento de uma cooperativa de arquitetos em São Paulo” (SASP, 197-, s/n).

Assim, os arquitetos reunidos no SASP acreditavam que mesmo sendo uma resposta parcial, era necessário implantar uma ação direta, local e de assistência integral aos bairros populares. Para tal, buscavam formas mais flexíveis, dinâmicas e democráticas para as tomadas de decisão em diversos níveis de gestão (SASP, 197-).

Nesse sentido, o grupo de trabalho, criado com a finalidade de “analisar a legislação pertinente e apresentar um plano de implantação da cooperativa” convocou uma reunião para os associados interessados. Nesse evento, o SASP recebeu 123 arquitetos, dos quais 30 ficaram responsáveis por seguir os estudos visando a criação de um estatuto, da análise do mercado de trabalho no bairro popular e estudar o limite geográfico de atuação (SASP, 197-).

A convocação para a primeira reunião sobre a cooperativa foi encontrada no CEDOC de Jorge Caron¹²⁹ (Caixa no 25). Esta, datada de 20 de outubro de 1978, assinada pelo presidente do Sindicato Jon Adoni Vergareche Maitrejean e pelo Coordenador do Grupo de Trabalho da Cooperativa, Alfredo Paesani, constava que a cooperativa tratava de uma nova forma de organização do trabalho profissional, seguindo de outras informações de divulgação:

“O cooperativismo não existe para explorar serviços no seu próprio interesse, mas para presta-los desinteressadamente a seus membros. Tem finalidade de amparar seus integrantes na prestação de serviços ao desenvolvimento de suas atividades profissionais, e, promover a gradativa ascensão econômica dos cooperados. Dentro do cooperativismo as decisões são tomadas por Assembleia Geral de seus membros, com equidade; o voto é individual, independente da quantidade de cotas partes de cada um. O valor de remuneração de seus integrantes será futuramente decidido, também por Assembleia, devendo, entretanto, corresponder, no mínimo, aos valores de mercado. A Cooperativa deverá ser formada pelo menos por 20 (vinte) arquitetos, que comporão a sua Diretoria. Na Cooperativa, a relação de trabalho do Arquiteto não é de empregado nem de empregador; se caracteriza como profissional autônomo sem vínculo empregatício. O objetivo da Cooperativa, com apoio do Sindicato, é ampliar o mercado de trabalho do Arquiteto e atender no âmbito de suas atribuições profissionais, as necessidades vinculadas à assistência técnica e execução de reformas, edificações e outras ocupações do espaço urbano, da ampla camada da população pertencente aos bairros populares. Atuara também, como entidade orientadora e intermediária entre os interessados em seus serviços e as formas e meios de obtenção dos produtos desejados. A presença do Arquiteto nesse mercado visa, principalmente, organizar, técnica, econômica e socialmente as relações entre o usuário e os meios de produção, racionalizando os custos

¹²⁹ Acompanhava esse documento uma anotação a mão, provavelmente do próprio Caron, que dizia: “Interessado em participar de novas formas de organização do trabalho dentro da profissão”.

a preços compatíveis com a capacidade econômica da população, através de novos meios de organização do trabalho do Arquiteto e a economia da escala que uma Cooperativa pode proporcionar” (CEDOC JORGE CARON, Caixa nº 25).

Em fevereiro de 1979, foi criado um Escritório Piloto, pré-cooperativa, com objetivo de checar sua viabilidade, dimensionando o trabalho e estabelecendo diretrizes¹³⁰. A área de atuação escolhida para esse escritório foi a Regional de São Miguel Paulista, onde já se localizava o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese e algumas organizações populares. Os arquitetos faziam o contato com a comunidade aos finais de semana, divulgando e apresentando as propostas de trabalho por eles estudadas as quais eram: regularização de títulos de propriedade (tanto com assessoria jurídica quanto com levantamento físico do terreno ou imóvel); regularização de obras em andamento (serviço de aprovação de projeto junto aos órgãos públicos e assessoria na solução de pendências da obra como realização de orçamentos e indicação de mão de obra); reformas e construção (apresentação de estudos preliminares e orçamentos para execução de projeto e acompanhamento da obra); crédito e financiamento (assessoria na obtenção de crédito e financiamento junto a bancos e órgãos oficiais); e remuneração (referência à tabela de honorários praticada pela cooperativa – estudada de maneira acessível aos usuários com forma de pagamento parcelada em pequenas mensalidades) (SASP, 197-).

Nessa divulgação, os arquitetos foram recebidos com entusiasmo por aqueles que estavam envolvidos na construção de casas irregulares e clandestinas – um dos quesitos que dificultava a atuação dos arquitetos nessas áreas. Como foram diagnosticados diversos problemas jurídicos, os arquitetos fizeram contato com o Centro Acadêmico e o Grêmio da Faculdade de Direito da USP para a prestação de auxílio aos usuários. Uma das decisões após esse tempo de divulgação foi a elaboração do programa a partir da “própria fonte: quem vai usufruir” (SASP, 197-).

O escritório piloto da Cooperativa desenvolveu uma metodologia de atendimento aos clientes em potencial, com uma checagem das documentações e dados da propriedade, seguido de estudos preliminares de projeto até a finalização do projeto executivo e sua construção. Em um dos dias de atendimento na comunidade, no dia 04 de Abril de 1979, foram levantados diversos casos entre os quais estavam a ampliação de uma residência, a planta de conservação da residência (pois alguns cômodos não tinham ventilação); bem como uma nova construção. Foi possível notar que alguns casos desistiram por conta do valor dos honorários.

Assim, o programa da Cooperativa de Arquitetos foi estruturado sobre sete pontos: campo de trabalho; organização de trabalho; interesse do usuário; relação de trabalho; investigação e treinamento; integração.

¹³⁰ O histórico desse Escritório Piloto foi descrito no artigo intitulado "A Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana de São Paulo – da criação ao escritório piloto (1977 – 1979)", publicado no periódico *Arquitextos*, São Paulo, ano 20, n. 233.00, Vitruvius, out. 2019. <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.233/7549>>.

Quanto ao campo de trabalho, os cooperados atestavam que o Bairro Popular representava 60% da área das cidades e era habitação de 80% da população de média e baixa renda – assim sendo o seu campo de atuação. A organização do trabalho precisava ser diferente da liberal, pois pela alta demanda não seria possível reproduzir a relação escritório / cliente que se dava no âmbito liberal, relação esta que até então não havia se aproximado do bairro popular, o que ainda não era experimentado largamente no ensino de arquitetura e urbanismo. Assim, o programa da cooperativa estruturava os “cooperados em uma forma de trabalho não liberal, expressa pelo próprio cooperativismo, a fim de cobrir com o aporte do arquiteto a área onde a estrutura liberal é inoperante”.

Além disso, eram preocupações dos arquitetos na Cooperativa os meios de comunicação com os clientes – qual a linguagem dos desenhos adotada e a ideia de um padrão que cada um dos arquitetos cooperados pudessem praticar, facilitando a leitura dos futuros usuários dos projetos. A mesma preocupação se apresentava quanto aos materiais especificados para a construção e os métodos construtivos definidos com os projetos (SASP, 197-).

Em um informativo divulgado na região de atendimento da Cooperativa, datado de março de 1979, foi feita a divulgação dos seus serviços na comunidade:

“Cooperativa – o que é?

É um grupo de arquitetos associados pelo seu sindicato, que está a fim de trabalhar no Bairro Popular – Periferal!

Mas vai se pagar alguma coisa?

Bem, é um trabalho profissional, assim como o do pedreiro, do encanador, do eletricitista e vão cobrar conforme a condição das pessoas, pois estão sabendo que normalmente o morador da periferia não tem muitas condições, apertado que está pelo custo de vida.

E quanto vai custar?

Vamos falar uma linguagem que todos entendem: salário mínimo

$1 \text{ Salário Mínimo} / 50 = \text{Cr\$ } 1560,00 / 50 = 1 \text{ m}^2 = \text{Cr\$ } 30,00$

Quer dizer: $10 \text{ m}^2 - \text{Cr\$ } 300,00$; $50 \text{ m}^2 - \text{Cr\$ } 1500,00$; $100 \text{ m}^2 - \text{Cr\$ } 3000,00$.

E vão fazer o que?

1º) Vão dar uma olhada na documentação do terreno, caso tenha algum problema, vão encaminhar ao departamento jurídico do centro acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito São Francisco (e que tem uma boa experiência nestes casos).

2º) Vão dar uma olhada no terreno, ver a caída, tipo de chão, orientação do sol (para iluminação dos cômodos), ver o lado onde bate mais vento (para não ter cheiro de fritura dentro da sala, etc.).

3º) Vão determinar com cada família que tipo de casa é a melhor – nem pequeno demais que não caibam os moveis, e não tão grande, que não de para pagar de tão caro (só para ter uma ideia, o m² de obra pronta, custa hoje mais ou menos 1 e ½ salário mínimo, aproximadamente Cr\$ 2.300,00 (ou mais). Então um quarto, cozinha e banheiro pequenos (5 X 8) vai custar pelo menos 50 salários mínimos = Cr\$ 80.000,00 e a cooperativa vai cobrar Cr\$ 1.200,00.

4º) Vão mostrar macetes de obra que além de deixar melhor, fique também mais barato (você já pensou no mal que paredes húmidas fazem? É fácil resolver!)

5º) Vão deixar em ordem: plantas, alvarás, licenças... e toda aquela complicação que a prefeitura inventa! E chega de multas!

6º) E vão ajudar em tudo que for preciso e estiver ao seu alcance.

E para que isso possa funcionar o que cada um precisa fazer?

1º) Ter sempre bem guardada toda documentação do terreno para poder comprovar o seu direito de proprietário.

2º) Cada família deve procurar saber dos vizinhos, quem tem problema parecido, conversar entre si, para cada um dar sua ideia de como deve ser a sua casa, o tamanho, as necessidades, e conversar com amigos que tenham obra em andamento, e que estejam encontrando dificuldades.

3º) Dar um voto de confiança a esta turma, que está disposta a trabalhar duro (inclusive sábado e domingo, para atender o pessoal interessado no próprio bairro)

Compareça as reuniões em suas entidades, é muito importante!

Cooperativa de Arquitetos!

Plantões de Atendimento

Igreja Matriz de São Miguel aos sábados e domingos

Local de Trabalho:

Rua Avanhadava, no 126, 11 andar

Tel: 2599297” (SASP, 197-, s/n).

Após a divulgação e alguns trabalhos desenvolvidos o escritório piloto já pode identificar alguns problemas como a ausência de documentação quanto à propriedade dos lotes (a maioria deles clandestinos). Outro aspecto era a condição financeira dos moradores, que implicava na forma como o projeto era concebido, de modo a definir a construção das ampliações e adequações nas moradias em etapas¹³¹ (SASP, 197-).

O Dossiê também informava o quantitativo dos participantes das reuniões que trataram da Cooperativa e a relação com os anos de formados:

¹³¹ Nesse momento eram cooperados os arquitetos: Alberto Victorio da Costa, Alexandre Faragó Jr., Alfred J. J. Cervený, Anelis Napoleão Campos, Angela Maria Calabria, Carlos Antunes, Carlos Raulino Cancian Neves, Claudia Bromberg Richter, José Fernandes Teixeira Filho, Jorge Oswaldo Caron, Juan Villa Martinez, Liris Padovan Monteiro, Marcia Simão Macul, Marcia Guedes Pantaleão, Marta Junqueira da Silva, Myrian Barrientos de S. Pinto, Nelly Hercman, Nilson Del Vecchio Faim, Patricia Nascimento, Pedro Francisco Tisovec, Regina de Campos Balieiro Devescovi, Ronel Ferracci, Sergio Baiget, Teresa de Jesus Pires Urbietta, Vivian Hedeager e Walter Gonçalves Jr. (SASP, 197-).

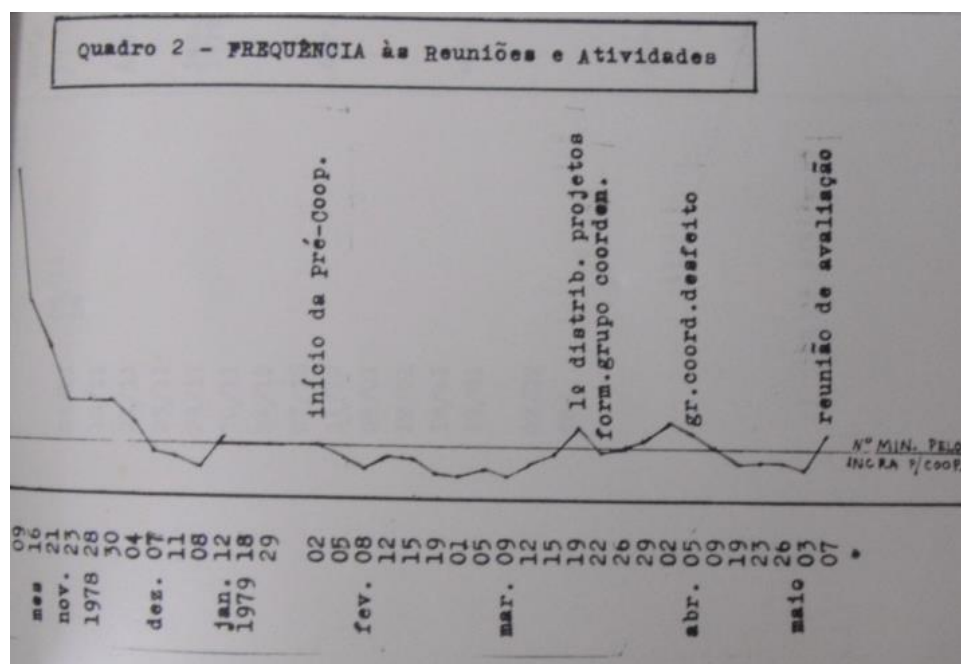
Tabela 18 - Quadro do no de Pessoas / n° de reuniões frequentadas, baseado nos anos de formatura = pessoas que acompanharam o processo evolutivo

Ano de Formatura	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Número de Inscritos
1934	2														2
1939	1														1
1941	2														2
1951	1														1
1953	2	1		1											4
1954	2														2
1955	1														1
1956	1		1												2
1957	2														2
1958	3														3
1959	1														1
1960	1				1										2
1961	1	1													2
1962	3														3
1963	7														7
1964	3			1											4
1965	2														2
1966	4			1						1					6
1967	1						1								2
1968	9										1				10
1969	3	1													4
1970	3	1													3
1971	3	3													6
1972	3	1	1												5
1973	2	4	1												7
1974	11	8	1	1			1					1			23
1975	14	4		1	1		2		1		2				24
1976	20	4	3	3			1	3	1	1	1				37
1977	27	15	6	2	3	2	3	3	1				1	1	64
1978	10	1	1						1	1			1		15
Totais	146	44	14	10	5	2	8	6	4	3	4	1	2	1	248

FONTE: Dossiê da Cooperativa dos Arquitetos

Pode-se notar pela tabela que havia uma predominância de participantes formados nos anos 1970, possivelmente sem experiência no mercado de trabalho e em busca de uma primeira chance de emprego. Observa-se que no início a alternativa atraiu muitas pessoas, mas com o passar das reuniões um número cada vez menor de participantes se fez presente.

Figura 9 - Frequência nas reuniões pré-cooperativa



Já o quadro de Frequência às reuniões indica número inferior ao número mínimo para a constituição de uma cooperativa. Um outro quadro estatístico apresentado no Dossiê retratava a relação entre ocupação e tempo de formados dos arquitetos em dois grupos – os inscritos como interessados na cooperativa e os inscritos na pré-cooperativa.

Tabela 19 - Quadro de Inscritos como interessados / Pré Cooperativa

Tempo de formado / ocupação	Autônomo	Assalariado	Assalariado e Autônomo	Escritório próprio	Escritório Próprio e Assalariado	Desempregado	Atividade Estranha	Total por Ano de formado	Na Pré-Cooperativa por ano
Antes de 1968 / + de 10 anos	12	11	8	16	12	-	-	58	4
Antes de 1973 / + de 05 anos	4	7	4	3	1	-	-	19	0
Em 1973 / 05 anos	1	3	1	-	1	-	-	7	0
Em 1974 / 04 anos	6	12	2	1	2	-	-	23	1
Em 1975 / 03 anos	16	5	2	-	1	-	-	24	6
Em 1976 / 02 anos	12	13	3	4	3	2	1	37	5
Em 1977 / 01 ano	25	16	7	-	-	16	-	64	7
Em 1978 / menos de 01 ano	8	5	-	-	-	2	-	15	12
Total / Total em porcentagem	84 (30%)	72 (29%)	28 (10%)	24 (10%)	19 (10%)	20 (10%)	2 (1%)	248	35
Inscritos na Pré-Cooperativa	11 (30%)	14 (40%)	3 (10%)	2 (5%)		5 (15%)	-	35	

FONTE: Dossiê da Cooperativa dos Arquitetos

Deve-se notar que os inscritos como interessados, com mais de dez anos de formados, predominavam aqueles com escritório próprio, seguido dos assalariados e daqueles que combinavam essas duas atividades. Entre esses formados em 1968, apenas 04 interessaram-se a ingressar na pré-cooperativa. O oposto pode-se notar entre os formados de 1976 a 1978, com muita experiência, somando 24 dos 35 pré-cooperados.

Outro dado apresentado no Dossiê foi o dos trabalhos que surgiram no período da pré-cooperativa, conforme segue:

Tabela 20 – Trabalhos pré-Cooperativa

Conservação	Construção	Conservação / Ampliação	Ampliação	Desmembramento / Construção	Loteamentos (já implantados)	Reforma	Desmembramento / Construção	Total
7	6	2	2	1	2	1	2	23

FONTE: Dossiê da Cooperativa dos Arquitetos

Os casos encomendados à pré-cooperativa encontravam-se 07 em evolução; 08 deles abandonados; 09 em andamento; 01 em Planta de Prefeitura e 03 deles encerrados. Esses casos também foram úteis para que os associados identificassem problemas de trabalho¹³². Questões se apresentavam como: de que forma a cooperativa faria com aqueles que não podiam pagar o projeto?; e quanto aos loteamentos e construções clandestinas?; as sociedades de bairro ficariam dentro ou fora da cooperativa?; quanto à locomoção ao trabalho – o Sindicato seria a sede principal e possuiria unidades móveis?; **como os estudantes seriam absorvidos?**; a cooperativa deveria ter muita gente com pequena dedicação ou pouca gente com muita dedicação? Por sua vez, o grupo do Estatuto, representado por Caron, apresentou os principais pontos a discutir: o que faz a cooperativa?; quem era o cooperado?; onde atuar?; qual o nome?. Como respostas, o arquiteto trazia que o objetivo da cooperativa era prestar serviços de projeto e assessoria de construção; o cooperado precisava ser habilitado pelo CREA para exercer atividade de arquiteto/urbanista e a área de atuação era a região metropolitana de São Paulo. Como discussões, o grupo do estatuto colocou as seguintes perguntas: a cooperativa era de arquitetos ou de arquitetura? Nesse sentido, o escritório piloto cumpria um importante papel de promover discussões e questões quanto ao funcionamento de uma cooperativa definitiva.

Em reportagem para o Jornal A Tribuna, Alfredo Paesani declarou que a Cooperativa estaria preparada para “administrar grandes quantidades de pequenos contratos”. O arquiteto também acreditava que os

¹³² O manuscrito dessa ata foi encontrado no CEDOC Jorge Caron, Caixa no 25. Consultado em 21 de Junho de 2017.

valores obtidos pelos profissionais se nivelariam, no mínimo aos valores de mercado – “enquanto um escritório convencional de arquitetura executa alguns poucos trabalhos a preços consideráveis”.

Na mesma entrevista, Jon Maitrejean reconhecia que a Cooperativa não daria um fim em todos os problemas relativos à habitação, mas traria experiência aos arquitetos, contribuindo no mercado de trabalho, com vantagens ao usuário. Além disso, para ele, uma cooperativa na Baixada Santista ofereceria trabalho aos recém-formados que deixavam a cidade rumo a capital. Contudo, o presidente do SASP considerava prudente aguardar os resultados da primeira cooperativa para então ampliar a ação com a criação de unidades regionais ou filiais (A TRIBUNA, 1978).

Para Oswaldo Correia Gonçalves, diretor da FAUS, caso criada na baixada santista a Cooperativa receberia todo apoio da Faculdade. Já os alunos da FAUS, como Claudio Paes Rodrigues, do quinto ano acreditavam que o êxito da cooperativa se daria em dependência da comissão que estava por organizá-la e pelas possibilidades de abertura aos mais jovens: “ela não poderá ficar fechada aos elementos infiltrados no Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. Se assim for, a situação continuara a mesma. É necessário dar chance aos novos”. Outras alunas do curso opinaram a favor da implantação da Cooperativa, afirmando que possivelmente seria uma boa iniciativa para ambas partes – a população dos bairros e os profissionais (A TRIBUNA, 1978).

O presidente do IAB/SP – núcleo da Baixada Santista, Antônio Carlos Quintas, creditava à organização da Cooperativa a uma iniciativa sem precedentes para a profissão do arquiteto:

“Ela devera beneficiar a camada da população carente de recursos e impossibilitada de ter acesso aos serviços profissionais do arquiteto. A cooperativa visa a atender, no âmbito das atribuições profissionais, aos serviços relacionados com edificações, reformas e outras modalidades de ocupação do espaço urbano, na especificação de produtos e orientação dos meios de sua obtenção e utilização. O sucesso dessa iniciativa devera por certo ampliar o mercado de trabalho dos arquitetos, colocando-os a serviço da população carente” (A TRIBUNA, 1978).

Por fim, a reportagem buscava considerar se a criação da cooperativa iria afetar o mercado de trabalho. Mesmo as construtoras consideravam que o mercado de trabalho da habitação no bairro popular era muito grande e que a demanda não seria absorvida mesmo com a implantação da cooperativa. Contudo, as construtoras acreditavam que o atendimento da cooperativa não deveria ser geral – pois se isso ocorresse haveria a possibilidade de criar problemas para as construtoras (A TRIBUNA, 1978).

Em abril de 1979, durante a experiência do Escritório Piloto, no dia 22, o Jornal Diário Popular publicou uma matéria chamada ‘Arquitetura chega à Periferia’ que foi uma entrevista com alguns membros da Cooperativa de Arquitetos – Alfredo Paesani – “considerado o pai da ideia”, Jon Maitrejean (Presidente do SASP), Jorge Caron e as cooperadas Liris, Amelis e Calábria. Para o jornal a ideia era boa, especialmente considerando a “esquecida periferia”. Paesani destacava que a escolha do Bairro Popular se inseria em um contexto mais amplo do não atendimento das demandas daquela população:

“É claro que nos dias de hoje, as estruturas oficiais que estão aí impostas levam a que, no campo da habitação, que é um setor importante da edificação, por não haver estímulos de investimentos, os setores que normalmente faziam investimentos em habitação para aluguel deixaram a muitos anos de fazê-lo e substituindo a isso montou-se o chamado Sistema Financeiro de Habitação, que é onde estão arregimentados os maiores recursos financeiros à disposição dos dois tipos de mercado (o formal e o informal). O Sistema Financeiro de Habitação, por todos os dados que se conhece, apesar de crescente e modificadamente para melhor nos últimos anos, não tem conseguido ainda atingir esse mercado, essa população maior. Porém, ela tem uma estrutura, ela tem uma capacidade, soube se organizar em termos de arrecadação de recursos. Então, o Fundo de Garantia teoricamente destinado a investimentos na área de habitação de interesse social. Interesse social, podemos chamar assim, é o que se convencionou a chamar o atendimento a famílias que tem uma renda familiar até 05 salários mínimos (...) A cooperativa me parece, pode vir a ser um instrumento útil a população, um instrumento útil ao mercado, vamos dizer assim, econômico formal. Se 80% da população está nessa faixa, e se nos analisarmos o poder aquisitivo que ela tem, e é realmente muito baixo, e se nos verificarmos qual é o limite, quais são as condições de tomada desse recurso através dos critérios e normas do BNH, verifica-se que realmente está muito aquém da possibilidade de ser distribuído esse recurso eficientemente” (DIÁRIO POPULAR, 1979, p.21).

A reportagem questionou quais eram os objetivos da Cooperativa – ao que Paesani respondeu:

“O que nós propomos em tese, em teoria, é como estabelecer um meio de aproximar o profissional arquiteto, cuja formação não está ligada a esse problema. A Universidade Brasileira não tem uma preocupação concreta em relação ao tema, a não ser nas discussões teóricas. E isso traz, na verdade, uma grande defasagem. Nós encontramos aqui em São Paulo o instrumento da cooperativa como elemento capaz de vincular esses dois níveis de atuação. Os arquitetos brasileiros discutem o assunto, os companheiros do Rio Grande do Sul têm uma proposta um pouco diferente, que visa mais ou menos os mesmos objetivos, porém, com uma estrutura resumidamente a seguinte: essa população já concorre com recursos próprios e tipo recolhimento INPS (Instituto Nacional de Previdência), Fundo de Garantia, etc., falta a isso algumas coisas vinculadas à Educação, ao atendimento da saúde e deveria ter, por obrigação, um atendimento ao seu problema de acesso à moradia. Então, os companheiros do Rio Grande do Sul entendem de que o Governo já toma dessa população recursos e não os devolve a ela. E os arquitetos de lá, através do Sindicato de Arquitetos, se propõem a montar uma estrutura que se chama “Assistência Técnica à Moradia Econômica”, que visa, através do Sindicato, prestar esse mesmo serviço à população mais necessitada sem remunerar o profissional” (DIÁRIO POPULAR, 1979, pp.21-22).

Além disso, Paesani comentou sobre o distanciamento entre o arquiteto ou qualquer profissional da área da construção civil e a população de baixa renda, pois ao ver deles a remuneração desses profissionais se equivaleria a construção e um cômodo da casa. Para Paesani, se o uso dos recursos fosse correto e se o atendimento também fosse bem feito, haveria recursos tanto para a remuneração do profissional quanto para a construção do cômodo. Para Maitrejean, presidente do SASP, quem estava vivendo a experiência de perto eram os cooperados. Sobre o apoio do SASP à Cooperativa, Maitrejean comentou que o sindicato enfrentava um grande problema – a necessidade de encontrar novas fórmulas de trabalho:

“Não estão hoje em dia formando uma quantidade muito grande de arquitetos. Estamos com o mercado bastante difícil e automaticamente as formas tradicionais de emprego ou se escritório próprio já estão se mostrando, na situação atual, insuficientes para absorver essa mão-de-obra. Então, o Sindicato deveria como um dos grandes problemas nosso,

realmente encontrar novas maneiras de atuar. Nesse sentido, o Sindicato achou, inclusive foi quase impelido, porque foi uma votação da classe dos arquitetos, que deveria se encarregar de montar a primeira estrutura e dar seu apoio à Cooperativa” (DIÁRIO POPULAR, 1979, p.22).

Maitrejean reforçava que a cooperativa não pertencia ao sindicato, mas aos cooperados. O jornalista que questionou aos arquitetos o problema do profissional enquanto liberal – por toda a sociedade – e como esse profissional era visto na periferia. Caron respondeu:

“Eu acho que dessa maneira ele é definido, certo? Definido de várias maneiras. Na própria Universidade, a formação atual de uma grande quantidade de profissionais, inclusive arquitetos, é de uma formação de caráter liberal que, digamos, assim, entra uma série de conceitos renascentistas, entrou na cabeça do sujeito e ele disse que é o que tem direito de dizer não e de escolher o seu trabalho, optar pelo seu trabalho e dizer não a um trabalho e sim a outro. Isto, digamos assim, a própria certas opiniões da categoria até refletem isso. Muitas coisas assim, fazem-nos crer, até enquetes e pesquisas, os fazem crer que nos temos uma tendência liberal muito acentuada. O nosso sindicato é definido nas altas esferas da “Carta de Trabalho”, como um sindicato de profissionais liberais, coisa que absolutamente indefinida. Não dá para saber o que é sindicato disso, mas tudo bem. Mas qual é a realidade. Primeiro, digamos há uma realidade bastante objetiva de uma grande quantidade, que teima em não se precisar em números, de arquitetos que são assalariados. Dentro dessa grande quantidade de assalariados, eventualmente alguns não são assalariados puros, tem um botequim no fundo do quintal, outro tem até um escritório. Mas não é uma realidade que nos sejamos profissionais liberais com tanta tranquilidade. O próprio profissional liberal, aquela cara que diz sim ou não, já não dá para definir nos momentos atuais. Qual é o profissional que é capaz de dizer não a qualquer serviço?” (DIÁRIO POPULAR, 1979, p.22).

Após 03 meses de funcionamento, o Escritório Piloto da Cooperativa encerrou suas atividades em 07 de maio de 1979. Ao fim da experiência foram estabelecidas como proposta em uma reunião de 14 de maio de 1979 a implantação legal e definitiva da Cooperativa de Arquitetos. Enquanto esta obtivesse reconhecimento legal junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, teria as atividades do Escritório Piloto mantidas na sede do SASP. Para abertura de novos atendimentos, uma divulgação dos serviços da cooperativa seria feita através de jornais.

Em um dos documentos do dossiê, assinado por Alfredo Paesani, datado de junho de 1979, incumbia os cooperados de registrar uma cooperativa para a Área da região metropolitana de São Paulo; redigir uma minuta de convênio com as Prefeituras e designar um grupo de 05 cooperados para implantar e executar o convênio. No mês seguinte, foi realizada a eleição para membros do Conselho Administrativo, Fiscal e suplentes. Para o Conselho de Administração foram nomeados Alfred J. J. Cervený (presidente), Marcia Simão Macul (Vice-presidente), Angela Maria Calabria (secretária), Nelly Marcman (suplente). Pelo Conselho fiscal foram eleitos Anelis Napoleão Campos, Claudia S. Richter e Alexandre Faragó Jr, e os suplentes Pedro Francisco Tisovac, José Fernandes Teixeira e Ronoel Ferracci.

A atuação da Cooperativa tem poucos registros. Foi uma experimentação que tratou de aproximar os arquitetos da periferia das cidades de São Paulo, em um momento de escassez de empregos e oportunidades. Por meio da influência uruguaia, conforme relatos dos arquitetos participantes, o SASP

se estruturou para organizar esse novo campo de trabalho. Tratando-se de uma organização jovem assalariados, não estranha a participação de tantos recém-formados na iniciativa. Deve-se observar a tentativa de aproximação com o ensino, por meio da absorção dos alunos da FAU Santos, manifesta na reportagem de jornal ou mesmo estabelecer possíveis relações com a experiência no ensino do LAB-HAB da Belas Artes. Tanto o criador do curso da escola, Jorge Carón, quanto um de seus professores, Joán Villa, participaram da iniciativa do SASP.

4.3. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura

O calendário de atividades no início da atuação da Associação previa, para 1974, a promoção de uma série de eventos em São Paulo: o Encontro dos Professores de Estrutura de Escolas de Arquitetura; o II Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Arquitetura e a Reunião do Conselho da Instituição (no qual incluía o “exame do relatório realizado a pedido da UNESCO. Estará presente um observador da UNESCO e, eventualmente, representantes de entidades correlatas das Américas”); entre agosto e setembro seria realizado em Brasília um encontro de representantes para definição das atribuições conferidas por meio dos diplomas das escolas; e entre outubro e novembro, em Recife ou Porto Alegre, o Encontro de professores de desenho industrial.

Na sequência, a ABEA coordenaria um “Confronto de Estudantes de Arquitetura” que fazia parte da programação do XII Congresso Mundial da UIA. Além disso, a FAUUSP e a UNB “foram incumbidas pela UNESCO, de preparar um estudo sobre os programas do Ensino de Arquitetura no Brasil”. A pesquisa integrava um projeto internacional que envolvia países de todos continentes – buscando definir características do ensino de arquitetura nas diferentes regiões do mundo. Por meio disso, a UNESCO esperava contribuir para a adaptação contínua dos currículos segundo as necessidades culturais de cada país, além de criar um centro de arquitetura para intercâmbio de material entre as escolas.

Até 1975, a ABEA havia realizado 05 encontros para fixação e diretrizes do ensino de arquitetura e aperfeiçoamento do ensino. Por sua vez, a CEAU havia trabalhado na conclusão do diagnóstico das escolas de arquitetura e da “Bibliografia Mínima para Escolas de Arquitetura”. Outros documentos estavam em desenvolvimento como “Modelo de captação de dados de escolas de arquitetura”, pela FAUUSP; “Modelo de ensino de arquitetura”, pelos professores da UNB; “Programa de captação de recursos para pesquisa na área da arquitetura”; “Modelo de curso para planejamento paisagístico nas escolas de arquitetura”¹³³.

O que se destacava com a fundação da ABEA era a consolidação da “política do tripé”:

¹³³ ABEA, dois anos de uma nova prática. Arquiteto nº 31, São Paulo, (Ano III, no 31 – Dezembro 1975), pp.08-09.

“A tese que norteou estes últimos anos de trabalho foi de, ao mesmo tempo que se fortalecia o IAB, criar outros organismos que pudessem se preocupar com a formação profissional e a prática da arquitetura no Brasil. Assim, toda a luta dos arquitetos brasileiros pela criação dos Sindicatos e da Federação de Arquitetos e pela constituição da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. Dessa forma, o IAB trataria da política profissional e do debate das teses brasileiras de arquitetura, os sindicatos cuidariam da defesa profissional e do mercado de trabalho enquanto a ABEA voltaria as suas baterias para a importante questão da formação dos profissionais da arquitetura, no nível da qualidade do ensino superior” (Arquiteto nº 31, 1975, p.09).

Assim, o IAB que antes não conseguia atuar a contento nas escolas, pois, se organizava em pequenas comissões para discussão sobre o ensino, passava a atuar como consultor da ABEA. Para Miguel Pereira, passados dois anos de sua criação, a ABEA se comprovava uma decisão acertada. Outro resultado, foi a realização, em 1977, de um encontro das Comissões de Avaliação do Ensino em Ouro Preto, com a redação de um documento – a Carta de Ouro Preto. Através dessa, buscava-se redefinir os padrões de ensino das escolas de arquitetura (MONTEIRO, 2007). Nesse mesmo ano, o primeiro levantamento publicado pela ABEA, demonstrou o crescimento considerável do número de escolas de arquitetura, confirmando a iniciativa do Governo Militar em aumentar o número de vagas, com foco, especialmente, no ensino privado¹³⁴.

A segunda diretoria da ABEA tomou posse em 1976, formada pelos arquitetos (Tabela 21):

Tabela 21: Diretoria da ABEA 1976-1977

1. Eduardo Corona	Presidente
2. Oswaldo Corrêa Gonçalves	Vice-Presidente
3. Ruy Gama	Secretária

¹³⁴ Em 1977 eram 31 os cursos de arquitetura e urbanismo no país: curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da Universidade do Pará, em Belém; curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade de Pernambuco, no Recife; curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal; curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa; curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas, em Maceió; curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Fortaleza, no Ceará; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, em Salvador; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Curso de Artes e Arquitetura da Universidade Católica de Goiás, em Goiânia; Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro; Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro; Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie, em São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, Estado de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Brás Cubas, em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Mogi das Cruzes, em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Farias Brito, em Guarulhos, Estado de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Estado de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale dos Sinos, em São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul; Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul; Faculdade Canoense de Arquitetura e Urbanismo, em Canoas, Rio Grande do Sul; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre – Sociedade de Educação Ritter dos Reis, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Curso de Arquitetura e Urbanismo do Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba; Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica do Paraná, em Curitiba (INEP/MEC, 2010).

Essa diretoria seguia o padrão da primeira, com a presidência de um representante da FAUUSP – ainda que Eduardo Corona lecionasse também na Brás Cubas. Além dele, Oswaldo Correa Gonçalves lecionava em Santos e Ruy Gama também era professor da FAUUSP. É visível nesse momento a centralização da ABEA no Estado de São Paulo.

Nesse período a ABEA reunia suas notícias por meio a publicação de boletins. No primeiro deles¹³⁵, a diretoria da Associação lembrou em seu editorial que seu surgimento havia sido resultado do esforço do IAB, pois “o exercício profissional e o ensino da profissão sempre estiveram intimamente ligados”. Para a diretoria, a participação profissional do arquiteto e urbanista na Universidade era parte do exercício profissional, citando o exemplo de grandes professores e profissionais como Cristiano das Neves e Anhaia Melo em São Paulo, Lucio Costa e Arquimedes Memória no Rio de Janeiro; Ernani Correia em Porto Alegre, Sylvio de Vasconcellos em Belo Horizonte; Diógenes Rebouças em Salvador – os quais eram “gente do ramo”, “homens do trabalho profissional e de obra realizada”. Passado o sacrifício dessas figuras destacadas a ABEA foi criada para se desenvolver como entidade educacional e cultural, aprimorando o ensino e seus métodos, bem como apoiando a pesquisa científica no campo da arquitetura. A ABEA também tinha como objetivo se relacionar com a CEAU – Comissão de Ensino de Arquitetura (ABEA, 1976a).

No mesmo Boletim, a ABEA divulgou o plano de trabalho da CEAU, que tinha como finalidade discutir com as escolas do país, em seminários nacionais e regionais, os trabalhos publicados. Estavam em fase de publicação os títulos “Diagnóstico das Condições de Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil”; “Bibliografia Mínima para Escolas de Arquitetura”; “Programa de Captação de Recursos para pesquisas na área de arquitetura”; “Modelo de curso para Planejamento Paisagístico”. Além disso, outros trabalhos estavam sendo planejados como “Modelo de Captação de dados das escolas de arquitetura”; “Modelo de ensino – currículo – atribuições profissionais”; “Diagnóstico do Mercado de trabalho”; “Adequação do espaço-físico aos modelos de ensino”. A CEAU objetivava implantar um programa de captação de recursos para pesquisas na área de arquitetura, a definição de uma política de localização de escolas de arquitetura e de formação e aperfeiçoamento docente, bem como a dinamização dos grupos de trabalho

¹³⁵ No Boletim nº 01 também foram divulgadas as resoluções do I Encontro Regional de Escolas de Arquitetura, realizado na PUC de Campinas. Estavam presentes no evento os professores da PUC Campinas Antônio José de Pinho, José de Moura Resende, Candi Hirano, Antônio da Costa Santos, Ernesto Boccara, Eduardo Homem de Melo, Fábio Magalhães, Aurea Pinheiro da Silva, Antônio Fernandes Panizza, Ari Antônio da Rocha, Ricardo de Souza Campos Badaró; o paisagista Fernando Chacel; o professor do Instituto de Geografia e História da USP, Azziz A'Saber; Mario Pinheiro, representando o BNH; Miguel Alves Pereira, coordenador da CEAU; Eduardo Corona, presidente da ABEA; Ruy Gama, secretário da ABEA; Lúcio Grinovar (FAUUSP e CEAU); Ricardo Marques de Azevedo, da Universidade de Mogi das Cruzes; Antônio Paulo Ribeiro, do Mackenzie; Aristeu Martins Junior, da FAU Brás Cubas; Galba Osório, secretário regional da ABEA; Cláudio Soares de Azevedo, da FAU Mogi das Cruzes; Benedito Lima de Toledo, da FAUUSP; Roberto Starck Nogueira da Silva (da PUC Campinas e da Brás Cubas); Maurício Nogueira Lima e Ruy Ohtake da FAU Santos; Lauresto Esher e Vitor Lotufo da FAU Farias Brito (ABEA, 1976a).

de avaliação do ensino. A Comissão também propunha a realização de encontros regionais e nacionais, além do estabelecimento de um relacionamento com o exterior (ABEA, 1976a).

A CEAU, junto com a FAUUSP, foi responsável por elaborar um quadro das Escolas de Arquitetura no período, publicado em 1976 (MEC/DAU, 1977). Foram dois anos de levantamento de dados para a conclusão da publicação que visava analisar o ensino, identificar carências, destacar boas experiências e aspectos negativos. A Comissão atuava nesse âmbito em conjunto com a ABEA, em reuniões mensais que chegavam a coincidir com os Encontros e Seminários promovidos pela Associação. Para esse levantamento, foram visitadas todas as escolas do país em 1974, buscando conhecer de perto a realidade de cada escola. Somado a esse levantamento, foram realizadas uma série de publicações¹³⁶ no período, buscando diretrizes e padrões de qualidade para o ensino de arquitetura no âmbito nacional. Esse levantamento fez com que a CEAU sugerisse ao MEC políticas de localização as escolas de arquitetura e de definições e pré-requisitos básicos para a criação de novas escolas. Em seu próprio levantamento, a Comissão atestava que o levantamento e os dados obtidos eram de difícil análise, pois parte dos cursos tinham organizações distintas como Universidades, Fundações e até cursos isolados. Além disso, algumas instituições mantinham um sistema de controle de acesso aos dados, dificultando seu fornecimento aos membros da comissão. Naquele momento, os responsáveis pelo levantamento alertavam que os dados eram imprecisos quanto à titulação de docentes, condições das bibliotecas e até mesmo a bibliografia mínima das disciplinas deixava a comissão em alerta e propunha: “a suspensão da autorização de funcionamento de novos cursos sem uma audiência previa da CEAU” de modo a controlar de maneira razoável a qualidade dos cursos. Pelo levantamento, apenas as instituições mais antigas e a públicas cumpriam responsabilidades maiores que aquelas mínimas requeridas pelo Currículo Mínimo de 1969.

No segundo boletim da ABEA de 1976, a diretoria destacou no editorial a importância dos eventos promovidos pela Associação (encontros de professores das diferentes áreas), pois neles as ideias eram confrontadas e diferentes opiniões de alunos e professores sobre os aspectos da profissão e do ensino eram apresentadas. Os editores apontaram que havia uma certa coerência na filosofia de ensino do país, mas ainda permaneciam discrepâncias de disciplinas e de caráter didático, levantando algumas questões:

“Será que, em nosso país, o arquiteto pode ou deve ter diferenciações profissionais a atribuições específicas regionalizadas ou será que a esta altura de nosso desenvolvimento técnico, econômico e cultural, a diferenciação regional na formação não viria a acentuar um processo deformador? (ABEA, 1976b, p.01).

Para a ABEA, essas questões precisavam ser decididas antes que fosse proposto um novo Currículo Mínimo para o curso de Arquitetura ao Ministério da Educação. Além disso, o segundo Boletim trouxe um texto sobre a CEAU e suas ações. Foi lembrada a origem da Comissão e a importância do seu surgimento junto com o da ABEA: “assim, o IAB passou a atuar especificamente na área profissional e

¹³⁶ Foi publicados pela CEAU, por exemplo, o livro “Bibliografia Mínima para as Escolas de Arquitetura”.

a ABEA e CEAU na área de ensino”. A CEAU, como órgão do MEC tinha estreita ligação com a ABEA e era dirigida pelo arquiteto Miguel Alves Pereira (então presidente nacional do IAB); com coordenação de Marlene Fernandes (do BNH); com a participação dos professores Neudson Braga (Faculdade de Arquitetura do Ceará), Zildo Sena Caldas (da FAU de Pernambuco), Eduardo Corona (da FAU Brás Cubas), José Carlos Coutinho (do Instituto de Artes e Arquitetura da Universidade de Brasília) e presidida por Edson Machado de Souza (do Departamento de Assuntos Universitários do MEC). A escolha desses representantes havia se dado pelo papel de liderança em suas escolas e pela experiência no ensino, já que não seria possível que todas escolas fossem representadas por um professor. Cada representante tinha como tarefa fazer um levantamento da situação de todas escolas de arquitetura do país, avaliar o ensino de graduação e pós-graduação, estudar e propor medidas corretas para melhoria do ensino, tomar providências para incentivo da pós-graduação e aperfeiçoamento de docentes, estimular programas de pesquisa e estabelecer critérios mínimos para a criação de novas escolas (ABEA, 1976b).

Em meio aos debates sobre a qualidade do ensino de arquitetura, a ABEA publicou um texto sobre a experiência recente da pós-graduação. Por ser uma novidade, a estrutura da pós em arquitetura e urbanismo enfrentava um ciclo vicioso – a falta de professores titulados para propor a organização de novos cursos e a exigência do MEC para que os professores fossem pós-graduados. O curso da FAUUSP, que havia iniciado em setembro de 1976, só oferecia trinta vagas para o mestrado. Para a ABEA, a importância da pós-graduação também envolvia o campo da pesquisa:

“Tentando superar o velho conceito de que dar aula é apenas uma das atividades de arquiteto. É importante tomar consciência de que a atividade docente deve ser sempre prioritária para os professores universitários, uma vez que é necessária não somente uma formação metódica séria, como uma constante atualização e trabalho de pesquisa para o bom desenvolvimento na produção de conhecimentos na área da arquitetura. Não resolve o nosso problema universitário um brilhante profissional que estudou, pesquisou e redigiu um trabalho inovador a mais de dez anos. O ensino precisa de dedicação sistemática. E constante. Essa definição profissional precisa ser levada a sério. E vista na sua correta dimensão. O ensino não pode ser entendido apenas como extensão do trabalho do escritório. Tem metodologia e objetivos próprios” (ABEA, 1976b, p.07).

Nesse sentido, a ABEA propunha que as Universidades se organizassem para a formação dos cursos de pós-graduação que se tornavam peça chave para o desenvolvimento do ensino de arquitetura e urbanismo. Além da preocupação com a formação de novos docentes, a ABEA se engajou, ao final da década de 1970, na luta pela criação de um novo Currículo Mínimo para os cursos de arquitetura.

Em 1977, o conselho da ABEA decidiu que sua principal meta para o ano era elaborar uma proposta para o MEC de adoção de um currículo mínimo para todas escolas do país. A ABEA sugeriu a criação de uma comissão de avaliação e ensino, que criasse um diagnóstico da situação atual¹³⁷. Um roteiro para realização dos diagnósticos foi elaborado por uma comissão da ABEA e encaminhado a todas as escolas.

¹³⁷ Em busca de um novo currículo. Arquiteto nº 46, São Paulo, (Ano V, no 46 – Maio 1977), p.14.

Os dados seriam discutidos no encontro de Ouro Preto. O roteiro base estava disponíveis na sede da ABEA, chamado “Subsídios para a Reformulação do Ensino da Arquitetura”¹³⁸.

Como iniciativa para dar início aos debates, a ABEA promoveu em Ouro Preto seu I Encontro Nacional para “examinar problemas decorrentes do ensino de arquitetura nas escolas brasileiras”. Seriam abordados – currículo mínimo e pleno, qualificação do corpo docente, conceituação de matérias obrigatórias e optativas, os problemas dos vestibulares¹³⁹. Como preparação ao encontro, as escolas de arquitetura estavam trabalhando¹⁴⁰, por meio de suas Comissões de Avaliação de Ensino, para a proposição de reformulações do Currículo Mínimo (ABEA, 1977b).

O Boletim nº 6 foi dedicado ao encontro, realizado em Ouro Preto. Segundo editorial da Associação o objetivo era examinar o Currículo Mínimo e definir as alterações necessárias para aprimorá-lo. Na reunião estiverem presentes representantes de 24 escolas entre os quais Célio Pimenta (FAU Brás Cubas), Jairo Ludmer (Mackenzie) e Marcos de Souza Dias (FAUUSP), responsáveis pela redação das recomendações (ABEA, 1977b).

Estabeleceu-se como recomendações que o Currículo Mínimo deveria preservar a unidade da formação profissional, em âmbito nacional, atendendo amplamente cada uma delas; o estabelecimento do Currículo não deveria deixar nenhuma tendência à especialização; deveria abranger as seguintes áreas do conhecimento: planejamento e projeto; tecnologia e instrumentação, teoria e história. Quanto a carga horária, a distribuição para cada área seria, respectivamente, 40 % para planejamento e projeto, 20 % para tecnologia e instrumentação, 20 % para teoria e história e os 20% para cada escola definir segundo seus critérios e características. Outros aspectos definidos no encontro foi a atribuição de 75% da carga horária do Currículo Pleno às disciplinas do Currículo Mínimo, o qual deveria ser cumprido em no mínimo cinco anos (ABEA, 1977b).

Além disso, o Currículo Mínimo teria como tarefa garantir a formação dos estudantes tendo em vista as atribuições da profissão do arquiteto; não deveria incluir matérias de cursos secundários, as quais deveriam se previamente conhecidas pelos alunos na Universidade. O Currículo deveria incluir a disciplina de Paisagismo e reafirmar a obrigatoriedade do estágio supervisionado. Entre as outras definições que norteariam o novo Currículo Mínimo estavam a necessidade de destacar a importância da área de Tecnologia e Instrumentação; a ênfase à formação de cursos de pós-graduação, a diluição entre as fronteiras dos projetos de edifícios e o desenho urbano (ABEA, 1977b).

¹³⁸ ABEA. Subsídios para reformulação do ensino da arquitetura. São Paulo, 1977. O documento apresentava resoluções sobre os ensinamentos de paisagismo, estruturas, teoria e história, conforto, comunicação visual e desenho industrial, de projeto e planejamento.

¹³⁹ As escolas discutem os seus problemas. *Arquiteto* nº 44, São Paulo, (Ano V, no 44 – Março 1977), p.04.

¹⁴⁰ Nesse Boletim foram publicados os textos “Arquitetura no Brasil – critérios de ensino”, de autoria de Augusto Carlos da Silva Telles; “Por uma Bibliografia” de Edgar Graeff; “A cidade também é sua casa” de Ulpiano Bezerra de Menezes (ABEA, 1977a).

Os autores das recomendações destacaram alguns adendos à criação do novo Currículo Mínimo: a necessidade de formar o profissional de arquitetura com suficiente embasamento crítico e instrumental; a definição nítida do perfil do profissional que objetivava-se formar. Os autores lembravam que a reformulação do Currículo Mínimo não garantiria por si só a melhoria do ensino, mas sua reformulação era necessária e urgente. Além disso, era necessário que cada escola avaliasse o ensino que ministrava (ABEA, 1977b).

Entre os professores paulistas que estavam no Encontro de Ouro Preto estavam: Sérgio Ferraz Gontijo de Carvalho (Mogi das Cruzes), Célio Pimenta (Brás Cubas), Jon Maitrejean e Calim Jabur (FAU Santos), Eduardo Kneese de Mello e Galba Osório (FAU Farias Brito), Marcos de Souza Dias (FAUUSP), Nadir Curi Mezerani e Jairo Moris Ludmer (Mackenzie) e Candi Hirano (PUC Campinas) (ABEA, 1977b).

Nele, a ABEA se propunha a programar, em conjunto com a CEAU, o encaminhamento do novo Currículo Mínimo, resultante de propostas. Além disso, a ABEA sugeriu que cada escola definisse uma Comissão de Avaliação do Ensino interna, cujos resultados do fossem enviados para a Associação, bem como, se produzido por essa comissão, as bases sugeridas ao Novo Currículo Mínimo. Nesse documento, a ABEA propôs um roteiro para as escolas se auto avaliarem (Roteiro de Trabalho das Comissões), requerendo informações sobre a linha metodológica da escola, os conceitos adotados sobre matéria, ementa e disciplina; o vestibular de ingresso para novos alunos, a formação e qualificação do corpo docente, a participação dos estudantes, bem como um balanço histórico da escola.

A Carta de Ouro Preto, publicada em 1978¹⁴¹, como resultado do encontro ocorrido na cidade, ressaltava que no evento buscou-se uma posição comum. Os debates se basearam nos itens do “Subsídios para a Reformulação do Ensino da Arquitetura”, tendo como ponto de partida o Currículo Mínimo Vigente. Defendia-se, por meio da Carta de Ouro Preto, em primeiro lugar, a formação de um profissional crítico e instrumentado, definindo com nitidez como é o perfil desse profissional. Em um segundo momento, era necessário explorar por quais meios essa formação se tornaria possível – ainda que se reconhecesse que por si mesmo o currículo não seria responsável por si só na melhoria, seria responsável por induzi-la. A Carta chamava as escolas a avaliarem-se a si mesmas de maneira continua (ABEA, 1978, Ouro Preto).

O Encontro Nacional de Ouro Preto voltou a ser mencionado no Boletim nº 07. No editorial, foi divulgado que estava disponível em todas as faculdades a publicação que era resultado dos encontros, incluindo o nacional, intitulada “Subsídios para a Reformulação do Ensino de Arquitetura”. A Associação destacava seus esforços para a formulação de um novo currículo que impusesse alterações nas escolas existentes e disciplinasse os cursos que seriam abertos (ABEA, 1978b).

¹⁴¹ ABEA. Carta de Ouro Preto. São Paulo, 1978, p.04.

O mesmo boletim divulgou a relação aluno/professor nas escolas de São Paulo, destacando a presença de 588 professores para 6067 alunos, no total das seis escolas existentes (FAUUSP, Mackenzie, Santos, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Farias Brito e Campinas). A escola com menor relação de alunos/professor era a FAUUSP, com 06 alunos para cada professor e a escola com a maior relação a Brás Cubas, com 26 alunos por professor. A Brás Cubas também era a escola com maior número de alunos no Estado, totalizando 1746. Na sequência estavam a FAUUSP, com 877 alunos; o Mackenzie, com 800 alunos; Mogi das Cruzes, com 750 alunos; a Farias Brito, com 701 alunos, a PUC Campinas, com 695 alunos e a FAU Santos, com 498 alunos (ABEA, 1978a).

No mesmo ano a CEAU teve sua comissão renovada, passando a ser composta por Pascualino Romano Magnavita, da Universidade Federal da Bahia; Darcy Bore de Azevedo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Newton Siqueira Obino, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Henrique Oswaldo Campos, da Universidade Federal de Minas Gerais; José Galbinski, da Universidade de Brasília; Ruy Gama, da FAUUSP e Fernando Carlos Rabelo, do IAB (ABEA, 1978b). Também houve renovação da diretoria da Associação, conforme Tabela 22:

Tabela 22: Diretoria da ABEA 1978-1979

1. Eduardo Corona	Presidente
2. Sérgio F. Gontijo de Carvalho	Vice-Presidente
3. Célio Pimenta	Secretária

Nessa diretoria, Sérgio F. Gontijo de Carvalho era professor da FAU de Mogi das Cruzes enquanto Célio Pimenta lecionava na Brás Cubas. Além disso, assim como Eduardo Corona todos trabalhavam na FAUUSP. Da mesma forma que as diretorias anteriores, essa mantinha como padrão todos os membros pertencentes ao Estado de São Paulo.

4.4. Atividades Conjuntas

Durante os primeiros anos da atuação do SASP e da ABEA foram notadas uma série de atividades conjuntas entre as instituições. Nesse sentido, as próximas sessões irão apresentar quais foram essas atividades e de que forma IAB/SP, SASP e ABEA se organizaram, de forma coletiva, para atender às demandas relativas a profissão e a formação dos arquitetos.

4.4.1. Atividades Realizadas pelo IAB/SP e SASP

- Criação do Jornal Arquiteto

Na gestão do biênio 1972 e 1973, o IAB/SP tinha projetos ambiciosos para o Instituto. Entre eles estava o estabelecimento de uma relação mais próxima com o SASP, por meio de reuniões conjuntas do Sindicato e do Conselho Diretor do IAB/SP¹⁴² e do estabelecimento de uma comissão conjunta com o Sindicato para discussões relativas ao mercado de trabalho¹⁴³. A nova gestão tinha como um dos objetivos “consolidar o Sindicato dos Arquitetos através de um plano de unidade de trabalho”. Na reunião de 08 de maio de 1972¹⁴⁴, foi lido um relatório, de autoria de Haron Cohen, Ana Maria Dente, Helene Afanasieff, Carlos Antônio Ferro, Abrahão Sanovicz, Maria Helena Flynn e Ruy Ohtake, no qual defendiam:

“Recuperar o significado do IAB¹⁴⁵ só será possível à medida que o corpo social dos arquitetos tiver um conhecimento claro, uma convicção cada vez mais precisa sobre a necessidade cada vez maior da nossa intervenção nos processos de organização e projeto da sociedade brasileira - através de projetos, planos e obras - conscientiza-se do significado cultural da nossa atuação, as quais atividades que devemos tomar conhecidas como atividades dos arquitetos, e principalmente, como desempenhar a atuação profissional na sociedade brasileira hoje, de modo a erradicar as condições de subdesenvolvimento sob as quais estamos vivendo (...) iniciar uma série de atividades recuperadoras de posições. Consolidar o Sindicato dos Arquitetos através de um plano conjunto, de valorização do arquiteto, de orientação e defesa profissional, mesmo nos casos individuais, e dessa forma estaremos defendendo a cultura, na medida em que estamos garantindo a sobrevivência e a dignidade do arquiteto, através da melhoria, da qualificação e da eficácia de seu trabalho (...) através do trabalho desta comissão que se

¹⁴² Tema tratado na reunião de 27 de janeiro de 1972, com a presença dos arquitetos Paulo Mendes da Rocha, Edgar Dente, Eduardo de Castro Mello, Lucio Gomes Machado, João de Deus Cardoso, Kalil Dabdab Neto, Haron Cohen, Cesar Bergstrom Lourenço, e colegas José Claudio Gomes, Helene Afanasieff e Ana Maria Dente (IAB/SP, Atas do Conselho, Biênio 1972 – 1973, 1972).

¹⁴³ Reunião realizada em 03 de abril de 1972, com a participação de Paulo Mendes da Rocha, Francisco Petracco, Hélio Pasta, Abrahão Sanovicz, Edgar Dente, Lucio Gomes Machado, Sami Bussab, Eduardo de Castro Mello, Haron Cohen, Bona de Villa (IAB/SP, Atas do Conselho, Biênio 1972 – 1973, 1972).

¹⁴⁴ Participaram os arquitetos: Edgar Dente, Haron Cohen, João de Deus Cardoso, Eduardo de Castro Mello, Francisco Petracco, Hélio Pasta, Paulo Mendes da Rocha, Abrahão Sanovicz, Sami Bussab e Cesar Bergstrom Lourenço (IAB/SP, Atas do Conselho, Biênio 1972 – 1973, 1972).

¹⁴⁵ Se ao final da década de 1960 o IAB/SP já dava sinais de esgotamento nas suas reuniões de diretoria, torna-se mais claro aqui com essa expressão da necessidade de “recuperar o significado do IAB”.

informará, que se esclarecerá, para o domínio público, o Jornal da Tarde, Visão, Suplemento Literário, Veja, A Construção em SP, o nosso trabalho e a nossa responsabilidade, a nossa parcela de participação na sociedade” (IAB/SP, Atas do Conselho, Biênio 1972 – 1973, 1972).

Nessa reunião criou-se o Jornal Arquiteto, como iniciativa conjunta das duas Instituições. Desde 1965, a Diretoria do IAB/SP almejava a criação de um Jornal. Na ocasião, "o arquiteto Zanettini apresentou um "ensaio" do jornal Arquiteto no qual solicitava o apoio do IAB. Ficou decidido que o colega Gregório Zolko entre em contato com o arquiteto Zanettini a fim de se inteirar do assunto e informar esse conselho diretor" (IAB/SP, Ata de reunião 99ª, Livro no 06, p.10, 1965)¹⁴⁶. Contudo, com diversas tentativas frustradas, que se repetiram em 1968 (IAB/SP, Livro no 06, 1968)¹⁴⁷, arrastando-se ao ano de 1969 iniciaram-se protestos pela inexistência de um veículo de divulgação do Instituto. Uma das justificativas apresentadas eram os desafios enfrentados no país pelo Departamento Financeiro do IAB/SP, sendo inviável colaborar com a publicação do Jornal. Segundo Alfredo Paesani, o IAB em sua estrutura não possuía maneiras de se comunicar com o grande número de arquitetos, oferecendo uma opção: "sugere-se uma nova reformulação do IAB em termos de sindicalização. Não é possível verificar que modo atuar. As circulares do IAB refletem uma falta de filosofia da classe que estabelece uma grande dificuldade de dar forma a uma atuação" (IAB/SP, Livro no 06, p.153, 1969). Para Paesani, a ausência do Jornal denotava o enfraquecimento do Instituto. A partir dessa data, o assunto do Jornal não voltou a ser mencionado nas atas de reunião.

Assim, em 1972, na 13ª Reunião do Conselho Diretor¹⁴⁸, onde discutiu-se a afirmação e consolidação do Sindicato como uma das tarefas da gestão vigente do IAB/SP foi apresentada a seguinte proposta:

"A partir dos recursos com que conta o Jornal do Sindicato, - organização do trabalho, equipe de jornalistas profissionais, contatos para propaganda, - editar um jornal do IAB que seria instrumento eficaz de contato com todos os arquitetos, englobando as atividades hoje cumpridas pela circular. O jornal do IAB seria editado e distribuído junto com o jornal do Sindicato; a organização do temário do jornal será propaganda pelo setor de imprensa do IAB juntamente com a Comissão do Sindicato encarregada para os mesmos fins. Pensamos desta forma deixar claro aos arquitetos os campos especificados de atuação dos dois órgãos, ao mesmo tempo que mostramos as íntimas relações que existem nas atuações. O IAB e o Sindicato, são imprescindíveis para os arquitetos, e devem assumir o mesmo grau de importância para eles. Solicitamos urgência para o exame desta questão, visto já haver um prazo estabelecido anteriormente pelo Sindicato, para a

¹⁴⁶ Estavam presentes nessa reunião: Alberto Botti, Julio Neves, Roberto Aflalo, Arnaldo Paoliello, João Clodomiro de Abreu, Carlos Pompeu, Ivan Castaldi, Maurício Schneider, Rodney Guaraldo, Gregório Zolko e Roger Zmerkhol (IAB/SP, Ata de reunião 99ª, Livro no 06, p.10, 1965).

¹⁴⁷ Estavam a par das discussões: Abelardo Gomes de Abreu, Roger Zmerkhol, Israel Sancovicz, Maurício Schneider, Bona de Vila, Gregorio Zolko, Alfredo Paesani, José Carlos Ribeiro de Almeida, Eurico Prado, Humberto Lagrotta, Geraldo Puntoni, Luís Stockler e os colegas Julio Neves, Leon Dirksteijn e Alberto Botti (IAB/SP, Livro no 06, p.106, 1968).

¹⁴⁸ Estavam presentes na reunião realizada em 08 de maio de 1972, Edgar Dente, Haron Cohen, João de Deus Cardoso, Eduardo de Castro Mello, Francisco Petracco, Hélio Pasta, Paulo Mendes da Rocha, Abrahão Sanovicz, Sami Bussab e Cesar Bergstrom Lourenço (IAB/SP, Atas das Reuniões do Conselho Diretor, 1972).

veiculação do Jornal e a matéria deverá estar pronta dentro de 20 dias” (IAB/SP, Atas das Reuniões do Conselho Diretor, 1972).

É interessante notar que com essa proposta, o IAB/SP tinha o intuito de mostrar a proximidade com o SASP e, ao mesmo tempo, afirmar as diferentes atuações do Instituto. Em vista das dificuldades anteriormente enfrentadas para a veiculação da circular, foi uma ocasião importante de aliança das instituições.

Nesse momento havia uma forte concordância entre as Instituições, “que juntos lutam pela promoção do arquiteto e da arquitetura no Brasil”, publicada no *Jornal Arquiteto*¹⁴⁹:

“O *Arquiteto* é um jornal aberto à colaboração de todos. Não pretende ser um jornal de cátedra ou apenas de artigos brilhantes: a meta é fazer-se o porta-voz de todos os arquitetos, abordando os problemas de cada um em benefício de toda a classe” (*Arquiteto* n° 01, 1972a, p.01).

Em matéria do *Jornal*¹⁵⁰, os editores reafirmavam a necessidade dos Sindicatos, pois os Conselhos e Ordens não defendiam a profissão, apenas impõem o registro profissional para impedir que leigos exerçam a profissão e defendem a conduta profissional.

“Os sindicatos são instrumentos criados por lei, com a função específica de órgãos de defesa da classe. As associações, por sua vez, são entidades de natureza privada, podem se organizar com órgãos de defesa da profissão e dos profissionais, sem prejuízo de função legal dos sindicatos” (*Arquiteto* no 01, 1972b, p.12).

Nessa pesquisa o acesso ao *Jornal Arquiteto* se deu no acervo da Biblioteca da FAUUSP. Foram encontradas 60 edições, publicadas entre julho de 1972 e a edição dos meses de dezembro de 1978 e janeiro de 1979¹⁵¹. Quanto aos editores, era sempre composta uma comissão mista entre IAB/SP e SASP, identificando a participação da diretoria de forma igualitária. Durante as 60 primeiras edições permaneceu a atuação do arquiteto Fábio Penteado como diretor responsável, de Vicente Wissenbach como editor; Sérgio Teperman ocupando ora o cargo de coordenador, ora de diretor adjunto; Vivaldo Tsukumo atuou como editor gráfico. Duas arquitetas também tiveram presença marcada nessas edições: Helene Afanasieff e Maria Helena Flynn, atuando como coordenadoras do *Jornal* ou como colaboradoras.

Percebe-se ao analisar os membros da editoria do “*Arquiteto*” que inicialmente o jornal teve um cunho local, buscando a partir da 7ª edição instalar uma redação no Rio de Janeiro e receber a contribuição de

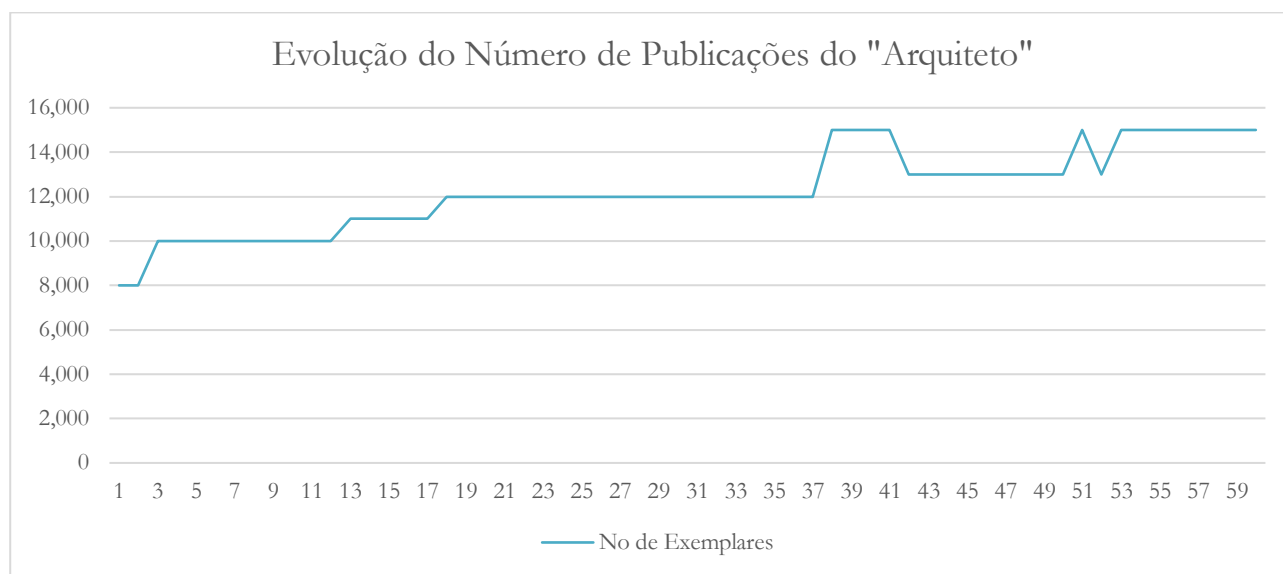
¹⁴⁹ *Jornal de Arquitetos para arquitetos*. *Arquiteto* n° 01, São Paulo, Julho 1972a, p.01.

¹⁵⁰ A velha confusão entre conselhos e sindicatos. *Arquiteto* n° 01, São Paulo, Julho 1972b, p.12.

¹⁵¹ Foram encontrados também os exemplares de transição do *Jornal Arquiteto* para a *Revista Projeto*. O “*Arquiteto*” também foi publicado em edições especiais como a edição da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo); o Especial Renovação Urbana; o dedicada à Legislação Profissional e Direitos Autorais; uma edição especial sobre o I Encontro Estadual de Arquitetos, localizada no Arquivo de Jorge Caron; quatro edições diárias durante a realização do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, também localizada no arquivo de Caron; além da edição especial realizada durante a Bienal de Arquitetura de 1973. No índice de matérias editadas nas 50 primeiras publicações, realizadas entre 1972 e 1977, foram levantados os seguintes temas: arquitetura, artes, atuação profissional, concursos, congressos / seminários, design / comunicação, direito autoral, ensino / escolas, habitação, IAB, produtos / tecnologia, publicações, sindical e urbanismo (Suplemento ARQUITETO no 51, 1977).

notícias desse Estado. Na edição 22, o jornal passou a contar com a colaboração de um representante dos Estados Unidos, o que também chamou atenção diante do contexto inicial de um jornal local. A expansão da atuação do Jornal, já manifestando indícios de se transformar na revista Projeto, de alcance nacional, se deu a partir da edição 46, no ano de 1977, quando o jornal passou a ter correspondentes de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Outro ponto a destacar foi o crescimento do Jornal Arquiteto – iniciado com 8.000 exemplares e chegando a 15.000 exemplares, conforme o gráfico abaixo.



Fonte: Jornal Arquiteto. Elaborado pela autora.

Em 1976, conforme as Atas de Reunião da Diretoria do IAB/SP iniciaram-se algumas discussões quanto às minutas de contrato para produção do Jornal. Em 18 de maio¹⁵², foi abordado o contrato com a editora:

“Arquiteto Fabio Goldman dissertou a respeito da Minuta de Contrato enviada ao IAB, aprovada pelo Sindicato, expondo que a mesma é inviável para ser considerada como definitiva. Suas cláusulas, na quase totalidade, são falhas e omissas. Assim sendo, a comissão que se reuniu para a discussão do dito contrato, concluiu que o melhor seria se contratar um advogado especialista contratual, para redação finalista a ser proposta em seguida ao SASP e a Editora Schema. O Conselho Diretor aprovou a conclusão e liberou o arquiteto Fabio e a Comissão Editorial a contratarem o advogado para o trabalho” (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976 – 1977, 1976).

Essa mesma discussão se deu no âmbito da diretoria do SASP¹⁵³, com apontamento de outros aspectos importantes da negociação entre o Sindicato e o IAB:

¹⁵² Estavam presentes na referida reunião: Benno Perelmutter, José Magalhães Jr., Fabio Goldman, Edison Eloy de Souza, Walter Maffei, Pedro Taddei Neto, Julio Katinsky, João Walter Toscano, Ernesto Walter, Roberto Gonçalves da Silva, José Borelli Neto, Ruy Gama (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976 – 1977, 1976).

¹⁵³ Os arquitetos da Diretoria do SASP presentes eram: Geraldo Vaspaziano Puntoni (Presidente), Paulo Lúcio de Brito (Vice-Presidente), Teru Tamaki (Secretário - Diretor), Ricardo Chahin (1o Tesoureiro), Sérgio Teperman (2o Tesoureiro); Helene Afanadsieff (Diretora) e João Clodomiro Brouwne de Abreu (Suplente do Conselho Fiscal) (SASP, Livro de Atas, 1976, p.05).

"O presidente apresentou a minuta de contrato elaborado pelo IAB/SP, tendo o mesmo sido aprovado com a seguinte ressalva que deverá ser oficiada ao IAB/SP: "A distribuição do Jornal "Arquiteto" deverá ser gratuita a todos os associados do Sindicato de Arquitetos no Estado de São Paulo, entidades sindicais e órgãos indicados pela diretoria do Sindicato". Foi decidido que o Sindicato não se responsabilizará pela aceitação ou não da Schema Editora Ltda, dos termos propostos na atual minuta proposta pelo IAB/SP - reservando-se, no entanto, o direito de assinar um contrato com a Schema Editora sem a participação do IAB/SP" (SASP, Livro de Atas, 1976, p.05).

Verifica-se que ambas instituições estavam unidas, mas, simultaneamente, buscando o atendimento de seus próprios interesses. Como o Jornal era inicialmente de propriedade do Sindicato, tendo o IAB/SP se associado a ele nessa publicação, o SASP entendia que poderia tomar uma atitude unilateral e publicá-lo sem o Instituto. Outras tensões se seguiram e no ano de 1977, surgiu uma questão sobre o contrato final¹⁵⁴ e, além disso, o IAB/SP passou a pleitear com o advogado do SASP a “ampliação do registro do nome *Arquiteto também para o IAB/SP”. Era intenção da diretoria, “que o contrato seja firmado ainda nesta gestão, o que é considerado primordial” (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976 – 1977, 1977)¹⁵⁵. Contudo, em depoimento ao Jornal Arquiteto, especial de 20 anos, Álvaro Puntoni relatou que em sua gestão (1974 a 1977) foi registrado o nome Arquiteto do jornal, cedido por Siegbert Zanettini, “para que não fosse parar em outras mãos como se pretendia e se maquinava” (ARQUITETO, 1992).

Em 1979, quando o Jornal Arquiteto era publicado com a Revista Projeto, o arquiteto Paulos Bastos se manifestou na reunião do Conselho Diretor de 24 de setembro¹⁵⁶:

"O Arquiteto Paulo Bastos expôs que já de algum tempo o jornal tem sofrido alterações quanto ao nome, formato, papel e mesmo o Conselho Editorial. Tais mudanças vem ocorrendo o conhecimento e aprovação oficial do Conselho Diretor. Solicitou cópia do contrato que o IAB/SP mantém com a Editora, para exame" (IAB/SP, Atas das Assembleias do Conselho Diretor, 1979).

Na reunião seguinte¹⁵⁷, no mês de outubro foram questionadas as alterações do papel e composição do Conselho Editorial do Jornal Arquiteto, em desrespeito ao contrato mantido com o IAB/SP e o SASP, pois estavam condicionadas qualquer alteração da publicação mediante à prévia autorização das entidades. Além disso, foram apresentadas queixas relativas ao atraso para entrega dos exemplares, o que também era comentado nas atas das reuniões do SASP (IAB/SP, Atas das Assembleias do Conselho Diretor, 1979; SASP, Livro de Atas, 1978).

¹⁵⁴ Discussões acerca da renovação do contrato também se deram nas reuniões do SASP, apontando também a necessidade de refazer o convite à Fábio Penteadó para seguir como editor do Jornal (SASP, Livro de Atas, 1976, p.14).

¹⁵⁵ Os presentes nessa reunião foram: Benno Perelmutter, Edison Eloy de Souza, Fábio Goldman, José Borelli Neto, Roberto Gonçalves da Silva, Walter Maffei, Julio Katinsky, Pedro Taddei Neto, José Carlos Ribeiro de Almeida, João Honório Mello Filho (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976 – 1977, 1977).

¹⁵⁶ Presentes os arquitetos: Pedro Taddei Neto, Paulo de Melo Bastos, Paulo Sergio de Sousa e Silva, Flávio Gordon, Cesar Bergstron Lourenço, José Borelli Neto, Pedro Cury, Roberto Saruê (IAB/SP, Atas das Reuniões do Conselho Diretor, 1979).

¹⁵⁷ Participaram da reunião: Pedro Taddei Neto, José Borelli Neto, Edgar Dente, Paulo de Melo Bastos, Roberto Saruê, Fábio Goldman, José Sales Costa Filho (IAB/SP, Atas das Reuniões do Conselho Diretor, 1979).

Nesse sentido, considera-se a publicação do *Jornal Arquiteto* uma importante iniciativa editorial das duas Instituições – IAB/SP e SASP – especialmente ao considerarmos as questões políticas em discussão à época do Regime Militar. Ter um canal aberto para divulgação em meio a categoria possibilitou a criação de um espaço de expressão e divulgação dos interesses dos arquitetos. Por essa razão, seus exemplares resultaram em uma importante fonte para compreensão dos debates a cerca da profissão e do ensino. Deve-se destacar que o *Jornal* seguiu como propriedade do SASP e seu relançamento foi divulgado no Boletim do SASP de Setembro de 1984, indicando uma nova fase do periódico. Contudo, este exemplar não foi encontrado nas pesquisas realizadas (SASP, Boletim nº 04, 1984).

- Criação de novas faculdades

Além da criação do *Jornal Arquiteto*, discussões relativas à formação se davam em meio ao SASP e a IAB/SP, mesmo que a ABEA já tivesse sido criada. Um dos exemplos foram as discussões sobre a abertura do curso de arquitetura da Belas Artes¹⁵⁸ também se deram nas assembleias da diretoria do IAB/SP:

“TAB recebeu carta da entidade em epígrafe, solicitando seu pronunciamento a respeito da Instituição e abertura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na mesma. A carta deverá ser analisada pelos membros da Diretoria que respondem por Ensino e Formação, para posterior decisão. À Faculdade foi enviada carta solicitando tempo para resposta” (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976, s/n).

Na reunião seguinte, ainda no mês de fevereiro de 1976¹⁵⁹:

“Com relação a formação de Faculdade de Arquitetura da Escola de Belas Artes de São Paulo, arq. Toscano detalhou o exposto na carta recebida daquela entidade. Foi consultado Sindicato e a opinião é de que a manifestação deve ser unificada. No decorrer da semana o arq. Toscano deverá enviar duas cartas à escola, uma manifestando apoio e incentivo e outra especificando a forma de formação de uma Faculdade de Arquitetura, em pontos muito explícitos da carta recebida pelo IAB/SP” (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976, s/n).

Além das discussões relativas à abertura FEBASB, as quais requeriam uma manifestação unificada do IAB/SP e do SASP, no ano de 1976, a FAU de São José dos Campos¹⁶⁰ voltou a ser tema de discussão (foi tema no IAB/SP na época de sua instalação, em 1969) sete anos após a aprovação de sua criação.

¹⁵⁸ Reunião realizada em 16 de fevereiro de 1976, com a presença de Benno Perelmutter, José Magalhães Jr., Fabio Goldman, Edison Eloy de Souza, Pedro Taddei Neto, Roberto Gonçalves da Silva, José Carlos Ribeiro de Almeida, Luiz Claudio Villares, José Álvaro Coelho, Ernesto Walter (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976).

¹⁵⁹ Reunião de 23 de fevereiro de 1976, com os arquitetos Benno Perelmutter, Fábio Goldman, José Magalhães Jr., Edison Eloy de Souza, Ernesto Walter, Luiz Claudio Villares, João Honório de Mello Filho, Pedro Taddei, José Coelho, João Walter Toscano (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976).

¹⁶⁰ O histórico da FAU São José dos Campos foi abordado no trabalho de Suzana Maria Moreira, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, com o título “O ensino de arquitetura e urbanismo nos anos 70: a experiência da FAU São José dos Campos”.

Em reunião de 26 de janeiro de 1976¹⁶¹ “foi lido o material encaminhado pelos estudantes ao arquiteto Toscano, para seu conhecimento e cotação de maiores informações. Posteriormente será marcada reunião com os estudantes e IAB”. Ainda que não fizessem menção ao problema exato relatado pelos alunos, percebe-se que a instituição estava enfrentando uma intervenção federal, conforme reunião de 23 de fevereiro:

“Arq. Toscano discorreu a respeito dos problemas que vem atingindo a Faculdade de São José dos Campos. Foi procurado pelo presidente do DA da mesma e solicitado a se pronunciar em nome do IAB, frente a intervenção federal que está para ser feita. Consultou o conselho sobre a possibilidade de enviar ofício e foi aprovado o envio demonstrando de forma sutil seu interesse pelo caso, valorizando grau de ensino etc. Ofício será enviado ao interventor com cópia para ABEA e DA” (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976, s/n).

Nota-se que nesse momento o IAB/SP e a ABEA já atuavam em sintonia pelo compartilhamento de informações. Contudo, essa atuação conjunta não evitou o fechamento da FAU São José dos Campos¹⁶², o qual foi relatado em reunião de abril:

“Face aos acontecimentos que envolveram essa Faculdade provocando seu fechamento, o IAB deverá preparar ofício (arq. Maffei) dirigido ao MEC, solicitando a posição oficial desse ministério frente ao assunto e à solução que será dada aos alunos que tiveram seu curso findado, sem direito de diploma e exercício da profissão” (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976, s/n).

O principal problema apontado foi o destino dos alunos que estavam cursando a faculdade e como ficariam aqueles que finalizaram o curso, mas não receberam diploma. Algumas reuniões depois, o problema voltou a ser relatado¹⁶³: “uma vez mais foi levantado o problema dessa Faculdade, ficando decidido em Conselho, que o arq. Toscano preparará minuta de carta a ser enviada ao MEC demonstrando preocupação do IAB frente às turmas que já concluíram o curso e ainda se encontram sem legalização” (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976, s/n).

¹⁶¹ Com a participação de Benno Perelmutter, João Honório de Mello Filho, José Magalhães Jr., José Álvaro Teixeira Coelho, Luiz Cláudio Villares, Fábio Goldman, Walter Maffei, Roberto Gonçalves da Silva, Edison Eloy de Souza (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976).

¹⁶² Fato exposto na reunião de 20 de abril de 1976, com os arquitetos Benno Perelmutter, Fábio Goldman, Edison Eloy de Souza, Walter Maffei, Ernesto Walter, José Borelli Netto, Luiz Claudio Villares, Julio Katinsky, João Walter Toscano, Roberto Gonçalves da Silva, José Carlos Ribeiro de Almeida (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976).

¹⁶³ Assunto discutido na reunião de 08 de março de 1976, com os arquitetos: Benno Perelmutter, Edison Eloy de Souza, Walter Maffei, Julio Katinsky, Pedro Taddei Neto, Luiz Claudio Villares, Ernesto Walter, José Álvaro Coelho, João Walter Toscano (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1976).

Figura 10: Experiência de ensino dos alunos da FAU São José dos Campos



Fonte: Jornal Arquiteto, nº 23, 1974, p.20.

Da mesma forma, o problemas na FAU São José dos Campos eram tratados nas reuniões do SASP, em 27 de setembro de 1976¹⁶⁴, mostrando que a discussão sobre o ensino era pulverizada entre as instituições:

“O Sr. Presidente em breves palavras fez relatório da situação da Faculdade de Arquitetura de São José dos Campos, e solicitou à diretoria que a mesma intervisse junto ao DAU – Departamento de Assuntos Universitários para que a mesma tome uma providência para resolver o problema dos duzentos arquitetos formados por aquela Faculdade que se encontram com sua situação irregular. O arquiteto Teru Tamaki ficou encarregado de conduzir o assunto da melhor forma possível” (SASP, Livro de Atas, 1976, p.05-06)

Ainda que ambas instituições apoiassem a criação das escolas, o aumento do número de faculdades não era visto de forma unânime pelo IAB/SP e pelo SASP. Essa visão divisionista se expressou em um artigo do jornal *Arquiteto*, quando se posicionaram Ermínia Maricato, Mayumi de Souza Lima, Edimilson Carvalho e Nelson Souza. Enquanto Pedro Taddei, representando o IAB/SP colocava que a ampliação

¹⁶⁴ Participaram da reunião: Geraldo Vaspaziano Puntoni (Presidente), Paulo Lúcio de Brito (Vice-Presidente), Teru Tamaki (Secretário - Diretor), Ricardo Chahin (1o Tesoureiro), Sérgio Teperman (2o Tesoureiro); Helene Afanadsieff (Diretora) e João Clodomiro Brouwne de Abreu (Suplente do Conselho Fiscal) Andrade (SASP, Livro de Atas, 1976).

das escolas não era uma consequência da precarização do trabalho, os outros arquitetos afirmavam que o assalariamento estava relacionado a massificação da educação¹⁶⁵.

Além disso, quanto a atuação do sindicato junto ao IAB, até aquele momento, o Jon Maitrejean acreditava que o IAB não dava conta de representar toda a classe se arquitetos em meio ao surgimento de diversas especializações:

“... proporciona à classe uma melhor e maior representatividade já que não se pode ter vários sindicatos, ou seja, liberdade de aglutinação. Enquanto isso, um novo problema vem se apresentando, o da não representatividade pelo IAB de toda a classe de arquitetos depois do surgimento das diversas especializações do campo. Depois de 1967, com a Reforma Universitária, o número de escolas particulares de arquitetura cresceu vertiginosamente ocasionando a formação, em alta escala, de profissionais. Em consequência, ampliaram-se as formas de organização profissional, caracterizando-se algumas especializações no campo da arquitetura, além de enorme crescimento do número de profissionais assalariados” (Arquiteto nº 55 1978b, p.03).

Assim, o arquiteto alertava que as novas associações, como AsBEA e ABAP surgiram não como divisionismo, mas como um agrupamento natural para trazer amparo e defesa a grupos particulares:

“O aparecimento de novas associações de arquitetos como a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura ou a Associação de Arquitetos Paisagistas denotam para mim movimentos não obrigatoriamente divisionistas mas, assumem características de movimentos de agrupamentos de formas de atuação ou de atividades profissionais. Isto por não encontrarem, na estrutura do IAB, o amparo e a defesa desejável, obrigando-os a agruparem-se em novas formas de organização que melhor defendam os seus interesses o que seria, na minha opinião, a célula inicial de novas formas sindicais” (Arquiteto nº 55 1978b, p.03).

Deve-se notar que mesmo já com a existência da ABEA, aqui o IAB/SP decidiu consultar ao SASP, desejando uma opinião unificada para apoiar a abertura de uma nova escola. Possivelmente, em vista das discussões frequentes no período a cerca da ausência de empregos e do excesso de profissionais no mercado de trabalho poderiam suscitar desconfiança do apoio do IAB/SP de forma isolada. Nesse sentido, aliar-se ao SASP era um caminho para dar maior crédito à abertura desse novo curso.

- Convênio Cultural

Segundo um dos documentos presentes no arquivo de Jorge Caron, o Convênio IAB/SASP tinha por objetivo “promover atividades baseadas em um plano didático de desenvolvimento cultural originado em uma iniciativa do Sindicato”, desde 1972. A justificativa do Convênio era promover uma maior instrumentação dos arquitetos em relação ao mercado de trabalho (por meio da divulgação, debate e extensão do conhecimento profissional); servir de base para integração de colegas e promover, em função da atividade didática, a inter-relação entre arquitetos e outras categorias profissionais (CARON, 1974).

¹⁶⁵ Ideologia e Produção da Arquitetura. Arquiteto no 57, São Paulo, (Ano VI, no 57 – Agosto/Setembro 1978b), p. 14.

O Convênio se realizaria por meio das seguintes atividades: cursos (com cinco a dez reuniões), seminários, mesas redondas e conferências. As atividades deveriam se dar no Auditório do IAB. Caron (1974) relatou que naquele ano já haviam sido realizados dois cursos – o de Paisagismo de Fernando Chacel e de Estruturação Jurídica e Tributária, por um advogado – e destacou que ambos tiveram rebatimentos na organização de grupos de trabalho sobre os dois assuntos no IAB. O temário inicial criado tinha duas frentes: formativa (com os cursos de estruturas, crítica de arquitetura, habitação, espaço do espetáculo e qualidade do meio ambiente) e a frente prática (coordenação de projetos, estrutura fiscal e jurídica, processamento de dados/arquitetura, tecnologia da construção e projeto de indústrias) (CARON, 1974).

O Convênio foi objeto de discussão nas atas das assembleias do IAB/SP, alguns anos depois do início da parceria entre ambas instituições. Em reunião de 02 de Fevereiro de 1976¹⁶⁶ foi discutida a organização dos cursos naquele ano:

"O arq. Ernesto ficou de entrar em contato com o arq. Caron para organizar um programa para 1976, devendo o primeiro ocorrer ainda em março. O arq. Júlio lembrou que está em contato com o arq. Roberto para fazer um programa para o uso da sede em fim de semana. O arq. Benno sugeriu que os cursos e seminários deveriam estar vinculados à temática do Congresso" (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976-1977, 1976, s/n).

Em reunião de 09 de fevereiro de 1976¹⁶⁷, iniciaram-se algumas discussões relativas aos termos de contrato do Convênio:

"Segundo explanação do arq. Júlio Katinsky, deverá ser ratificado o contrato já existente, inclusive se nomeando novos representantes por ambas as partes. Os cursos deverão ser estruturados de forma diferente, contando com a participação de altos representantes governamentais e atingindo-se os assuntos de forma em mais alto nível, pensando em se levar os assuntos durante o primeiro semestre, para o Congresso Nacional" (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976-1977, 1976, s/n).

Passado um mês, em reunião de 08 de março de 1976¹⁶⁸, o arquiteto Júlio Katinsky esteve em contato com o SASP para reestruturar o contrato e havia ficado acordado que o representante do SASP ficaria responsável pela programação dos cursos¹⁶⁹. As discussões do ponto de vista do SASP foram relatadas nas atas encontradas em arquivo, datadas de 1977¹⁷⁰, quanto à programação de novos cursos:

¹⁶⁶ Participaram os arquitetos: Benno Perelmutter, José Carlos Ribeiro de Almeida, Walter Maffei, Pedro Taddei Neto, Edison Eloy de Souza, José Borelli Neto, Luiz Claudio Villares, Ernesto Theodor Walter, Julio Katinsky (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976-1977, 1976).

¹⁶⁷ Os arquitetos presentes na reunião foram: Benno Perelmutter, Fábio Goldman Luiz Claudio Villares, João Honório de Mello Filho, Ernesto Walter, José Carlos Ribeiro de Almeida, José Coelho, José Magalhães Jr., José Borelli Netto, Roberto Gonçalves da Silva, Edison Eloy de Souza, Pedro Taddei, Julio Katinsky (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976-1977, 1976).

¹⁶⁸ Com os arquitetos Benno Perelmutter, Edison Eloy de Souza, Walter Maffei, Julio Katinsky, Pedro Taddei Neto, Luiz Claudio Villares, Ernesto Walter, José Álvaro Coelho, João Walter Toscano (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976-1977, 1976).

¹⁶⁹ Tema abordado na reunião do dia 30 de março de 1976, com a presença de Benno Perelmutter, José Magalhães Jr., Fabio Goldman, Edison Eloy de Souza, Walter Maffei, Roberto Gonçalves da Silva, José Carlos Ribeiro de Almeida, João Honório de Mello Filho, Julio Katinsky, José Borelli Neto (IAB/SP, Atas das Assembleias 1976-1977, 1976).

¹⁷⁰ Reunião de 26 de janeiro de 1977, com a participação dos arquitetos: Geraldo Vaspaziano Puntoni (Presidente), Paulo Lúcio de Brito (Vice-Presidente), Teru Tamaki (Secretário - Diretor), Ricardo Chahin (1o Tesoureiro), Sérgio Teperman

“O Arquiteto Jorge Oswaldo Caron fez um apanhado crítico dos cursos já realizados, salientando o pouco rendimento político advindo dessa atividade; mormente por falta de visão do próprio Sindicato e de interesse do IAB, com o qual o Sindicato mantém convênio para realizar os cursos. Propôs que a Diretoria conscientizada pelo relatório do Arq. Caron, ficou de definir uma melhor utilização do Convênio" (SASP, Livro de Atas, 1976, p.10).

No mesmo ano, em 15 de setembro de 1977¹⁷¹, algumas discussões se deram com outro tom sobre a relação entre as Instituições:

“O Sr. Presidente informou que o relacionamento entre Sindicato e o IAB/SP é o melhor possível, admitindo-se que o IAB realmente deixou de representar qualquer coisa nesses últimos anos. O Diretor do Sindicato acredita que com a próxima eleição do Conselho Diretor o IAB/SP venha a tomar um rumo em defesa dos interesses dos arquitetos. Por proposta do Sr. Coordenador dos Cursos, representante do Sindicato, Arq. Jorge Oswaldo Caron foi aprovada pela Diretoria a suspensão das atividades dos coordenadores de curso do IAB/SP e Sindicato, a partir de julho de 1977, conforme já havia sido comunicado naquela ocasião ficando determinado que se oficiasse ao IAB/SP e que se colocasse a sua disposição quantia de cinco mil cruzeiros correspondente ao pró-labore do coordenador representante do IAB/SP até aquela data" (SASP, Livro de Atas, 1977, p.29).

Em carta datada de 1978, Caron lembrou que foi iniciativa da gestão de Alfredo Paesani no SASP que o Sindicato deveria manter uma atividade cultural e, em 1973, Caron havia sido convidado a coordenar um plano de atividades culturais no SASP¹⁷². A criação do Convênio com o IAB¹⁷³ se deu posteriormente, a partir de dois argumentos: a cessão do mezanino da sede do IAB para as atividades culturais do SASP

(2o Tesoureiro); Helene Afanasieff (Diretora) e o Arquiteto Jorge Oswaldo Caron (Coordenador de Cursos) (SASP, Livro de Atas, 1977).

¹⁷¹ Presentes os arquitetos: Geraldo Vaspaziano Puntoni (Presidente), Teru Tamaki (Vice-Presidente), Ricardo Chahin (Secretário - Diretor), Sérgio Teperman (1o Tesoureiro), Helene Afanasieff, Nelson Andrade e João Clodomiro Brouwne de Abreu (SASP, Livro de Atas, 1977).

¹⁷² Foi encontrada no CEDOC de Jorge Caron uma publicação elaborada pelo arquiteto, sem data, com uma folha que indicava no cabeçalho o nome do Sindicato dos Arquitetos um texto chamado “Plano para o estabelecimento de um Programa de Ensino”. Caron apresentava como preocupação do Sindicato a proteção e incremento da posição profissional do arquiteto e propunha a organização de um Programa de Ensino pelo Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo. Assim, o Programa proposto por Caron era “destinado à elevação do nível dos associados do Sindicato” com cursos de extensão cultural e complementação de sua formação universitária. Os cursos poderiam ser feitos por profissionais de outras categorias, que se relacionassem de alguma forma com a arquitetura. Seriam programados cursos com os seguintes grandes temas: o exercício profissional (para arquitetos, sobre aspectos legais da profissão, ministrado por um bacharel em Direito); projeto e obra (destinado a arquitetos e mestres de obra, para discussão da interação entre projeto e obra, ministrado pelo arquiteto Antônio Sergio Bergamin); planejamento de escritórios de arquitetura (destinado a arquitetos e secretárias executivas, para tratar conceitos de planejamento e organização de escritórios, relacionamento funcional do pessoal de serviços em um escritório, questões de arquivo e secretaria, ministrado pela arquiteta Mayumi Watanabe Souza Lima); estruturas (destinado a arquitetos, tratara da conceituação dos aspectos estruturais dos projetos e do projeto de estruturas, com o engenheiro Mario Franco); estruturas espaciais (para arquitetos, com processos de cálculo estrutural e novas formas e suas implicações no projeto, pelo engenheiro Jorge Kurken Kirkdjian); fiscalização e controle tecnológico (para arquitetos e mestres de obra, tratando da responsabilidade envolvida na execução de obras, além de meios de controle da qualidade de materiais e serviços, seria convidado a ministrar o engenheiro Falcão Bauer); desenvolvimento de obras (para arquitetos e mestres de obra, trataria da organização do canteiro e sua racionalização); especificações, orçamentos e controle de custos (para arquitetos, tratando das questões financeiras e econômicas em projetos e obras) (CARON, 19?-).

¹⁷³ Cursos IAB/SASP: um retrospecto destes três anos. **Arquiteto nº 28**, São Paulo, (Ano III, no 28 – Setembro 1975c), p.06.

e a reunião das atividades culturais de ambos órgãos de classe demonstravam “uma unidade de atuação” (CARON, 1978a).

Caron também lembrou na carta que o primeiro curso realizado, de Paisagismo, originou um grupo de trabalho de paisagistas que em pouco tempo chegou a desenvolver uma tabela de honorários. Na sequência, “o descuido do órgão de classe em relação a este grupo veio a permitir, mais tarde, o aparecimento da ABAP – Associação Brasileira de Paisagismo” (CARON, 1978a). Nos anos seguintes, o convênio teve, em 1974, a coordenação pelo Sindicato de Caron e pelo IAB de Helene Afanasieff; em 1975, seguiu com a coordenação do SASP por Caron e de Christina de Castro Mello pelo IAB. Após discussões, em 1975 decidiu-se como tema de discussão o Meio Ambiente.

O Convênio se expandiu ora em associação com o Instituto de Engenharia, ora com a Prodesan – empresa de Santos – onde foi refeito o curso de Paisagismo e Fernando Chacel, servindo como “base à revitalização do Núcleo de Santos, possibilitando a reunião dos arquitetos da região” (CARON, 1978a). Em colaboração com a FAUUSP, e sob o patrocínio das empresas Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA), Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), METRO e Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) foi realizado um ciclo de debates com urbanistas, na FAU Maranhão. Contudo, mesmo com o crescimento numérico das atividades do Convênio, segundo Caron (1978a) começou-se a perder o rebatimento político e a integração dos arquitetos em decorrência dos trabalhos. Em 1976, a diretoria cultural do IAB colocou em dúvida sua eficácia, mas seguiu com o projeto, nomeando R. Gonçalves de Oliveira como coordenador pelo Instituto, enquanto Caron seguia como representante do SASP. A primeira atividade do ano foi o curso de Tecnologia e Arquitetura e no segundo semestre foram realizados o curso “O Espaço do Espetáculo: Uso da Cidade” e a palestra “A casa na manifestação espontânea do povo brasileiro”.

Para Caron (1978a), o ano de 1976 teve apoio restrito do IAB e iniciou-se o questionamento do valor das atividades – que possuíam um alto custo de promoção. Em 1977, o IAB passou a ter como coordenador o arquiteto Júlio Katinsky, mas “em diversas reuniões, até exaustivas, apesar de terem sido apresentadas inúmeras propostas de programação, não foi possível chegar a um consenso, mesmo quando os coordenadores procuravam sinceramente um acordo” (CARON, 1978a). Assim, Caron promoveu pelo Sindicato o seminário “Relações de Trabalho na Profissão de Arquiteto” que teve como fruto a formulação de uma nova Diretoria para o SASP. Um dos aspectos destacados por Caron (1978) foi a autossuficiência do Convênio, que possuía um fundo próprio para recebimento e promoção das atividades.

O arquiteto apontou alguns pontos que considerava fundamentais para o desenvolvimento das atividades culturais: elas deveriam estar estruturadas anualmente em torno de um tema de destaque da profissão, que serviria de centro para as outras intervenções. Esse grande tema deveria ser subdividido em uma linha que propiciasse debate e polêmica, enquanto o outro teria papel informativa. Outro ponto destacado

por Caron (1978a) tratava dos debates sobre especialização da profissão e sua negação – defendida pelas entidades de classe que não almejavam a subdivisão das atividades profissionais. Além disso, para o arquiteto todas as atividades culturais deveriam ter um rebatimento na política da categoria, originando a formação de grupos de trabalho; seriam convidados diversos profissionais e estudantes para participarem da plateia e enriquecer os debates; as atividades deveriam ser autossuficientes economicamente e, para tal, a presença do fundo era fundamental; era necessário que além do coordenador uma equipe que trabalhasse junta para promover o material gráfico das atividades, os contatos, e outros detalhes técnicos da realização do evento. Por fim, Caron acreditava que a diversificação era parte fundamental do convênio, que não poderia se resumir a cursos, mas deveria também envolver encontros, seminários, mesas redondas e palestras (CARON, 1978a). Como um resumo do histórico do Convênio IAB/SASP Caron (1978b) destacou o ano de 1975 como ano de atividades mais intensas, e o encerramento do Convênio em 1977, quando o “IAB manteve uma posição acadêmica e elitizante”.

Após o rompimento do convênio e como consequência das discussões recentes, o SASP acreditava que o tema central para o ano de 1978 seria a preparação da categoria para enfrentar novas formas de organização do trabalho – incluindo a cooperativa de serviços. E propunha como atividades centrais do ano: um curso de “Tecnologias Alternativas”, um ciclo de debates com o tema “Expressão e Metodologia Popular” – sobre a abordagem espontânea e comunitária do problema da habitação e da reunião urbana; um ciclo de debates, palestras e mesas redondas com o tema “Organização do Trabalho”, incluindo noções de cooperativismo; um ciclo de depoimentos “O Arquiteto e sua época”, obtendo depoimentos desde Christiano das Neves até de recém-formados, servindo de importante material de pesquisa histórica; e, por fim, o curso de “Código de Edificações” como subsídio ao “vestibular” da prefeitura para novos arquitetos (CARON, 1978a).

Sob o ponto de vista do Sindicato, era seu papel “consolidar o grupo profissional garantindo sua atuação plena dentro do mercado de trabalho” e “abrir esse mercado para novas perspectivas de atuação”. Dessa forma, a atividade cultural seria responsável por aprofundar e atualizar os instrumentos de trabalho profissional o que acarretou algumas atitudes por parte do Sindicato de afastar os conceitos de extensão universitária e distinguir-se de “após a graduação” ao invés de “pós-graduação”. O intuito dos cursos não era interferir nos processos de formação universitária, mas estabelecer comunicação com o profissional de nível universitário. Os arquitetos também documentavam que os textos das conferências e debates seriam publicados no Jornal Arquiteto.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO

ATA DA REUNIÃO DE 28.11.78 (PLENÁRIO)

GRUPO - MERCADO

AVANI: FEZ CONTATOS EM ITAQUERA POIS A REGIONAL DA PREFEITURA É NOVA, ~~PRECISA~~ PRECISA INCENTIVOS.

UMA PARTE DA REGIÃO É RURAL, ONDE FICA O PARQUE DO CARMO E AS INDÚSTRIAS. ISTO VALORIZA O

DO CARMO E AS INDÚSTRIAS ISTO VALORIZA O LOCAL. ^{DECORRENTES} CARENTE ^{DOS SERVIÇOS COMUNS} ^{MINIMOS A UMA ZONA URBANA} * ISTO É. ESTA REGIÃO APRESENTA MUITOS VAZIOS POTENCIAIS DE HABITABILIDADE 50% DAS OBRAS SÃO CLANDESTINAS

DAS RESTANTES, SOMENTE 20% SÃO FISCALIZADAS
E EM GERAL POR PESSOAS DE FORA DA REGIÃO.

A PREFEITURA FORNECE DE 40 A 50 PROJETOS DE MORADIA ECONÔMICA (ATÉ 72m²). LÁ, EM

CADA 100 MORADIAS, 20 SÃO ECONÔMICAS. *
PROBLEMAS DA REGIÃO: ENCHENTES, GRANDE PARTE TRABALHA FORA DO BAIRRO. E MORADIA. A BAIRRO É MORADIA. 200XIMA REV.

MICHEL: ~~DISCUTIR~~ A SEREM DISCUSSÕES NA PRÓXIMA REV-

NÃO :
1- QUEM NÃO PODE PAGAR PROJETO 2
p

- 1- QUEM NÃO PODE PAGAR TRIBUTOS?
- 2- E QUANTO AOS LOTAMENTOS E CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS?

CLANDESTINAS.

3- AS SOCIEDADES DE BAIRRO FICAM FORA OU DENTRO DA COOPERATIVA?

4- E QUANTO À LOCOMOÇÃO AO LOCAL DE TRABALHO? SÍNDICATO COMO SEDE CENTRAL E VÁRIAS UNIDADES MÓVEIS?

5- COMO ABSORVER OS ESTUDANTES

rua bento freitas 306 3º
34 9742
01220 são paulo SP

Imagem 3: Papel de Carta encontrado no CEDOC de Jorge Caron no qual o carimbo apresentava o IAB/SP e o SASP com o mesmo endereço. Fonte: CEDOC Jorge Caron, Caixa n° 25.

- Os Encontros Estaduais de Arquitetos

I Encontro Estadual de Arquitetos – Campinas (1977)

Na década de 1970 em uma parceria entre o IAB/SP e o SASP, três Encontros Estaduais de Arquitetos: o primeiro em Campinas (1977) e o segundo em São Paulo (1979). O I Encontro Estadual de Arquitetos (EEA), com o tema “O Arquiteto e a sua cidade” teve como objetivo “o levantamento e a discussão da atuação do arquiteto frente aos problemas inerentes de um país em processo de crescimento e formação”, com a “necessidade marcante de rever a atuação profissional, de conhecer a história da participação do arquiteto através de seu trabalho”.

Tabela 23: I Encontro Estadual de Arquitetos

Tema: O Arquiteto e a sua cidade	Data: 27 e 30 de outubro de 1977	Local: Centro de Convivência Cultural de Campinas ¹⁷⁴
Grupos de Trabalho	Teses	
1. Atuação Profissional 2. Atuação Política	“Cooperativa de Arquitetos como nova forma de organização de trabalho”, por Alfredo Paesani “Bases para uma estratégia de desenvolvimento urbano na Grande São Paulo”, por Luiz Carlos Costa “Os grandes problemas administrativos de Campinas”, Prefeitura de Campinas “O arquiteto e a sua cidade: atuação profissional e atuação política”, Núcleo do IAB de Ribeirão Preto “Arquiteto, profissão desconhecida”, Depoimento de profissional de arquitetura “O arquiteto e a sua cidade”, IAB/Jundiaí	

Fontes: (CEDOC Jorge Caron, Caixa nº 25; (Regulamento, 1977).

Em seu discurso de abertura, Geraldo Puntoni abriu o encontro expondo os problemas da profissão em vista das transformações sociais e econômicas. Havia a tendência cada vez maior dos projetos serem entregues para empresas, levando os arquitetos a uma participação marginal no processo decisório, “obrigando-o a refletir sobre a sua formação técnica”. Ao ver de Puntoni, o Sindicato só teria sentido enquanto sindicato de “assalariados”.

¹⁷⁴ Projeto dos arquitetos Fábio Penteado, Aldo Calvo, José Luiz Paes Nunes, Alfredo Paesani, Falcão Bauer e Teru Tamaki. Localizado como uma nova centralidade próximo ao centro histórico de Campinas, foi pensado como o "coração da cidade". Em seu programa constavam um teatro de arena, uma galeria e arte no subsolo, conformados por quadro grandes blocos de concreto, cujas coberturas dão espaço às arquibancadas para 8.000 pessoas. Como "um espaço aberto para o encontro e o convívio, onde se possa ficar a vontade, vadiar, ler, descansar, namorar, assistir a espetáculos artísticos ou esportivos, participar de manifestações públicas" (PENTEADO, 1998, p.100). Além disso, a arena estava alinhada a criação de um espaço de encontro, evocando "uma participação cidadã, alma do regime democrático", como em uma disposição de assembleia (GIROTO, 2013, p. 285). (DOCOMOMO, SLOVENIA)

Somava-se a isso a busca por:

“... conhecer objetivamente a atual situação do arquiteto paulista, sua produção do conhecimento, sua capacidade de intervir no processo de transformação das cidades, sua postura em relação ao fenômeno da urbanização e estabelecer diretrizes a uma política profissional ajustada a uma nova dimensão da profissão” (Regulamento, 1977, p.01).

O tema propunha discutir o arquiteto e a sua cidade, tanto no contexto da atuação profissional quanto da atuação política. Participaram do evento os núcleos do IAB/SP das cidades de Jundiaí, Santos, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Cada um deles deveria propor uma tese sobre os temas do Congresso (Regulamento, 1977).

Além da tese de Paesani, que propunha a criação da Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana do Estado e São Paulo, no encontro foi emitido um relatório final, no qual os arquitetos apontaram que haviam sentido “falta de discussão dos problemas dos assalariados, levantados pelos próprios e das inquietações estudantis por um novo mercado de trabalho a ser aberto com a consequente crítica aos nossos modelos de ensino”. Além disso, constava que os arquitetos não chegaram a uma conclusão, mas que isso não era uma questão importante – que eles não deveriam ansiar em produzir “propostas que qualificassem e quantificassem nossos problemas”. Afirmaram que no passado, as conclusões sobre os encontros e congressos se apresentavam de forma “estática”. Assim, a discussão deveria ser mantida e isso era o mais importante (RELATÓRIO FINAL, 1977, p.01).

Foram elencadas como metas possíveis e desejáveis a “abertura de um trabalho que nos aproxime de outras entidades, com os mesmos anseios, com o nosso povo que aprende a se defender com os processos comunitários e com a própria produção de conhecimento das nossas universidades”. Assim, os arquitetos poderiam penetrar “num universo mais amplo, mais real e mais conclusivo do seu próprio papel, numa sociedade subdesenvolvida economicamente, mas extremamente criativa e capaz de gerar as suas próprias soluções” (RELATÓRIO FINAL, 1977, p.01)

No que se referia à política do IAB/SP, para o fortalecimento dos núcleos regionais foram propostos quatro pontos: a promoção de discussões da problemática do crescimento urbano regional; o aprimoramento da abertura e da defesa do mercado profissional; que nas cidades onde não havia núcleos do IAB/SP, os profissionais se integrassem às Associações de Engenheiros Locais. O último ponto alertava:

“Considerando o fosso que separa as várias gerações de arquitetos e estudantes, o encontro propõe que os núcleos desenvolvam trabalhos de investigação que criem as condições de discutir as práticas que conduziram a essa realidade de atuação, acelerando as perspectivas de um denominador comum. A intenção é a de que este trabalho, elaborado em várias regiões e em conjunto com outras áreas do conhecimento, nos mostre a real história da arquitetura e urbanismo paulista, propiciando discutirmos nossa atuação atrelada a tecnologias simplesmente importadas e a política de desenvolvimento que marginalizam contingentes enormes da população brasileira, na medida em que incentivam as concentrações de riqueza” (RELATÓRIO FINAL, 1977, p.2)

Além disso, quanto à atuação profissional foi constatada “a existência das dificuldades ao exercício da profissão” e foi reconhecida “a necessidade de procurar novas formas de organização profissional, bem como novos meios de divulgar a profissão” e recomendava que em vista da importância da tese apresentada referente à Cooperativa de Arquitetos o Sindicato de Arquitetos de São Paulo deveria constituir uma equipe de trabalho para estudar a “melhor forma de instalação da primeira cooperativa”¹⁷⁵. Assim, com a primeira delas organizada, outros arquitetos interessados seriam estimulados a organizar outras. Somado a isso, os arquitetos precisavam “o bairro popular como problema do seu interesse profissional precípua” e o IAB/SP deveria estudar formas de divulgar e debater com a comunidade sobre a produção da categoria profissional. Por fim, os arquitetos deveriam estabelecer relações para articular trabalhos inter-regionais e redigir e divulgar um caderno de procedimentos profissionais (RELATÓRIO FINAL, 1977, pp.2-3).

Os arquitetos adicionaram ao relatório final a necessidade de promover “formas de preservação dos valores naturais e culturais do país” e recomendavam que: o IAB/SP e os núcleos regionais deveriam defender a “memória urbana regional”; que a tese “ECOMUSEU”¹⁷⁶ seja amplamente divulgada e debatida; que o texto preliminar da tese brasileira apresentada com o título de “Arquitetura e Desenvolvimento Tecnológico” (que seria encaminhada ao XIII Congresso da UIA) fosse debatida para se chegar à via final do documento; que o IAB/SP apoiasse o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT “na definição de uma política de proteção e valorização do patrimônio ambiental”; que o IAB/SP e os núcleos apoiassem e participassem dos setores sociais organizados nos vales do Paranapanema e Piracicaba” (RELATÓRIO FINAL, 1977, p.3).

Por fim os relatores reconheciam:

“... a necessidade no atual momento político brasileiro, de manifestar-se em relação aos principais problemas que hoje impedem o pleno desenvolvimento da cultura nacional, concluindo pela necessidade da ampla mobilização da classe, associando todos os arquitetos independentemente da qualidade de suas relações profissionais, estudantes e representantes de outras áreas do conhecimento, em defesa das liberdades democráticas, do Estado de Direito e da participação da população no destino de seus municípios, repudiando todas as formas de censura e coerção” (RELATÓRIO FINAL, 1977, p.3).

A manifestação final dos arquitetos, alinhada ao simbolismo do projeto do Centro de Convivência Cultural, sede do encontro, reforçava à defesa da categoria na luta pela democracia e na mobilização de todos profissionais contra o Regime Militar.

¹⁷⁵ A primeira Cooperativa de Arquitetos organizada pelo SASP se estabeleceu em 1978, congregando pouco mais de 30 arquitetos (SASP, 1978).

¹⁷⁶ A tese “Ecomuseu” não foi encontrada nos acervos pesquisados.

II Encontro Estadual de Arquitetos

O II Encontro Estadual de Arquitetos, realizado em 1979, na FAUUSP, teve como principal assunto debatido a formação profissional. Nesse grupo de trabalho foram debatidos os seguintes textos: (IAB/SP, 1979 a, s/n).

Tabela 24: II Encontro Estadual de Arquitetos

Tema: N/C	Data: outubro de 1979	Local: FAU USP
Grupos de Trabalho	Teses	
1. Formação Profissional	“Transformações na Profissão do Arquiteto” de Carlos Roberto Monteiro de Andrade “Ensino-Profissão”, de Nadir Curi Mezerani “Minuta da Proposta de Diretrizes da Atuação da Escola de Taubaté” de Newton Yamato, José Fabio Z. Calazans e José Geraldo M. de Oliveira “A questão da consciência e da formação da consciência profissional dos arquitetos” de Cesar Luiz Mazzacoratti “A produção do conhecimento em escritórios e escolas de arquitetura” de Gisela Heller Gordon “O projeto, os campos de atuação e ensino de arquitetura” de Ricardo Marques Azevedo “Complementação da apresentação da proposta curricular de Taubaté”, grupo de professores da escola “Contribuição aos debates sobre a estruturação curricular de Taubaté” pelo grupo dos alunos “Reflexões sobre a Formação profissional” de Edgar Graeff “Contribuição para a Reformulação do Currículo Mínimo para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo” “Considerações relativas à política habitacional do Estado de São Paulo”, por Maria Helena Lobo de Queiroz	

Fontes: (IAB/SP, Caixa 007 do Arquivo).

No evento¹⁷⁷, Jon Maitrejean aumentou o tom e protestou quanto a atuação dos arquitetos nos últimos anos:

177 No mesmo encontro, a Comissão de Formação Profissional, liderada por Siegbert Zanettini, apresentou as seguintes moções quanto à atuação profissional: contra toda e qualquer forma de ensino pago, pelo ensino público e gratuito, pela autonomia universitária, contra a autarquia e privatização das universidades, pela reintegração imediata de alunos, professores e funcionários, pela melhoria das condições de trabalho nas escolas de arquitetura, com pagamento não só de horas aula, mas também de horas atividade etc.; pela reinserção da universidade na produção cultural e política do país como condição única e necessária para a estruturação da universidade brasileira; pela organização de um programa de debates relativos à estruturação curricular, à ser levado às escolas criadas recentemente, proporcionando uma maior participação do conjunto de professores e estudantes na formação dessas escolas de arquitetura, atuação na área de preservação de memória, dos recursos naturais, ressaltando, inclusive, a atenção permanente da escola, no sentido de intervir em questões mais imediatas relativas à preservação; criação de centros de documentação do patrimônio histórico, artístico, cultural e arquitetônico, em

“Nós, arquitetos, dormimos 15 anos, os que não dormiram simplesmente aceitaram o que estava aí. O Sindicato de Arquitetos e o IAB, durante esse tempo, simplesmente aceitaram o que estava caindo sobre as nossas cabeças. Não percebemos que estavam acabando com a nossa profissão” (ARQUITETO/SP, 1979, p.11).

Acrescentou ainda que reconhecia o arquiteto como profissional liberal:

“Nós somos profissionais liberais e como presidente do SASP, defenderei isso até o final do meu mandato. É uma coisa do passado? Gostaria que alguém conseguisse me provar isto. É preciso voltar ao que éramos. Durante esse tempo estivemos organizados em sociedades civis formadas por profissionais liberais. Aos poucos, por pressões de novas legislações, foi ficando cada vez mais difícil manter essa situação. Não percebemos que estavam acabando com a nossa profissão” (ARQUITETO/SP, 1979, p.11)

Sobre o papel do Sindicato, havia uma indefinição do seu caráter representativo: se estava a favor dos profissionais liberais, assalariados ou de pequenos ou médios patrões. Outro tema que o Sindicato iria abordar no Encontro, segundo Maitrejean era a relação entre mercado de trabalho e ensino de arquitetura: “Sempre fomos a favor do crescimento do número de profissionais, mas o atual número de novas escolas passa a preocupar em função do mercado de trabalho exíguo”. Este posicionamento pode ser apontado como um dos motivos de “divisionismo” entre IAB/SP e SASP – um a favor da ampliação do número de escolas e, o SASP questionamento suas consequências.

Maitrejean afirmava que o Sindicato estava estabelecendo discussões sobre o nível da qualidade do ensino; o aumento de profissionais e como ligá-los ao mercado de trabalho e a distribuição dos projetos no Estado (ARQUITETO/SP, 1980, p.5). Se analisarmos suas finalidades, perceberemos que elas não estavam distantes daquelas causas que o IAB/SP advogava.

Quanto aos textos debatidos sobre a profissão, o arquiteto Carlos Roberto Monteiro de Andrade¹⁷⁸ apresentou, ao grupo de formação profissional, a tese “De produtor independente a Assalariado: notas sobre a produção do arquiteto”. Nele, Andrade (1979) afirmou que a categoria dos arquitetos se encontrava organizada de maneira bastante heterogênea, “dividida entre os que dirigem e os que são dirigidos, entre aqueles que acompanham a totalidade do processo produtivo e os que realizam um trabalho fragmentado, os que também são assalariados – do estado ou da empresa privada – pequenos ou grandes proprietários, ou ainda, desempregados” (ANDRADE, 1979, p.01). Essa multiplicidade de ocupações era recente e revelava uma movimentação do arquiteto como produtor independente a condição de assalariado. Andrade (1979) destacava que não era rara a condição de mais de um desses arquitetos em um único profissional e essa mudança havia se iniciado a partir de 1964, com a instituição de um novo estabelecimento de acumulação de capital no país:

particular do acervo regional onde a escola se situa, com doação de verbas para esse fim, superação da condição burocrática carreirista dos cursos de pós-graduação, que as deficiências provindas de um passado escolar possam ser supridas sem qualquer prejuízo do currículo pleno de cada escola (ARQUITETO/SP, 1979, p.15)

¹⁷⁸ Naquele período, o arquiteto lecionava como professor assistente de planejamento urbano nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo “Farias Brito” e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (ANDRADE, 1979).

“Nessa nova fase de acumulação, o setor da indústria da construção civil, através do mecanismo financeiro centralizado no BNH, e as novas formas de intervenção do Estado no meio-urbano, impuseram não apenas uma produção quantitativamente maior de projetos e planos, mas também de uma mudança qualitativa dessas mercadorias e seus processos de produção. Assistimos um movimento de concentração do conjunto de empresas ligadas ao setor da construção civil. As obras públicas que se realizavam, desenvolviam, em todos os níveis, as condições gerais, de produção, e de reprodução da força-de-trabalho. Por outro lado, o Estado criava novos aparelhos para a produção do planejamento urbano, numa tentativa, segundo seus memoriais, de controlar a desordem urbana aparente. De qualquer forma, por trás do caos, uma racionalidade maior transformava a paisagem urbana. Brotaram quilômetros de asfalto, obras de arte”, edifícios bancários, centros comerciais, estações de metrô, etc., espalhando o “milagre”. Planos diretores foram elaborados para algumas prefeituras, segundo um funcionalismo tacanho que rapidamente revelou-se um fracasso. O planejamento urbano estatal reordena-se, a centralização aprofunda-se, a produção de dados, gráficos, mapas, relatórios multiplica-se, instaurando um ‘processo de planejamento’ agora sob o signo sistêmico” (ANDRADE, 1979, pp-01-02).

E nesse contexto de atuação profissional dos arquitetos, em que as escolas de arquitetura se multiplicavam, segundo Andrade (1979), “as exigências da acumulação de capital não podiam se enfrentar com uma carência dessa mão-de-obra, e a expansão do ensino pago fornecia as condições lucrativas para o incremento da produção de arquitetos” (ANDRADE, 1979, p.02). Contudo, simultaneamente a esse aumento, deu-se a diminuição da produção de obras. A força de trabalho do arquiteto passava a ser considerada uma mercadoria de baixo custo, muitas vezes anônima no âmbito das obras públicas.

Andrade (1989) destacou que se iniciaram lutas dos arquitetos enquanto assalariados – como a participação das greves onde reivindicavam aumentos salariais – que não se referiam a toda categoria. Ao passo que existiam lutas dos arquitetos enquanto pequenos produtores independentes que não se relacionavam com as lutas dos assalariados. Um dos exemplos dado pelo autor foi o da Cooperativa dos Arquitetos como “uma possibilidade para se sustentar uma situação de pequeno produtor independente, que agora, enfraquecido, precisava da associação com outros iguais”. Os arquitetos “independentes” lutavam:

“Acuados, passam a devorar os concorrentes mais próximos na divisão do trabalho – engenheiros civis, técnicos em edificações, desenhistas. Enredados nas malhas da competição do mercado de trabalho, defendem-se, reforçando seu caráter corporativista, para abocanhar mais uma fatia desse mercado. O que se abre dará para poucos, mas litam por estar com eles” ANDRADE, 1979, p.03).

Por sua vez, as organizações que representavam o arquiteto enfrentavam as mesmas lutas:

“(...) as organizações dos arquitetos correspondem a uma fase de predomínio do produtor independente na categoria. Suas luvas, então, eram mais claras. Para uma atividade que se destacava na divisão social do trabalho negativamente, nem engenheiro, nem decorador de estruturas, a afirmação de sua especificidade era a busca de reconhecimento social. Hoje, como organizações corporativistas que são, encontram nos limites de suas formas institucionais, também o limite de suas lutas. O novo implica novas formas de organização, algumas talvez oriundas de um processo de transformação das já existentes, outras a partir de formas de organização embrionárias que já se esboçam nos

locais de trabalho. A criação de uma organização independentes, dos trabalhadores de empresas que produzem projetos, é uma possibilidade que se delineia. Romper o corporativismo e, assim, unir-se aos demais membros do trabalhador coletivo ao qual o arquiteto pertence, contra o despotismo do capital” ANDRADE, 1979, pp.03-04).

A condição de formação do arquiteto, reunia as ambiguidades presentes na atuação profissional e na forma de organização da categoria. Enquanto para os alunos as condições de ensino eram deficientes, aos professores se apresentavam condições ruins de trabalho, condição esta que impedia o desenvolvimento de ações de interdisciplinaridade ao serem todos remunerados pelas horas/aula:

“Os professores, em grande maioria arquitetos, são muitos, também, pequenos proprietários ou assalariados, principalmente do Estado. A atividade didática é uma forma de suprir as instabilidades do pequeno escritório sempre carente de clientes, ou os salários aviltados dos órgãos estatais. Se apenas para alguns ela é sua atividade principal, a organização para reivindicar melhores condições de trabalho e maiores salários e mais difícil. O isolamento se impõe, sobretudo nas escolas particulares, e qualquer tentativa de rompe-lo, penso eu, deverá se manter independente da burocracia escolar” (ANDRADE, 1979, p.04).

Andrade (1979) acrescentou que a luta por melhores condições de ensino pelos alunos, e de melhores salários, pelos professores, não incluía preocupações com a proposição de um novo currículo, mais ou menos adequado à a atuação profissional que se exigia e nem da visão humanística que o curso precisava ter:

“É o conjunto do aparelho escolar que precisa ser transforma, do conteúdo de cada disciplina, às relações professor-aluno. A colocação de todas essas questões em discussão, no cotidiano de cada faculdade, e tarefa fundamental se quisermos superar a ausência de criação em nossas escolas” (ANDRADE, 1979, p.05).

Outro texto apresentando no II EEA foi o “A questão da consciência e da formação da consciência profissional dos arquitetos”. Nele, Cesar Luiz Mazzacoratti fez um retrospecto do surgimento da profissão, lembrando que ela surgiu:

“(…) não como uma simples vontade de alguns de engenheiros-arquitetos, mas como uma necessidade da própria produção material, do desenvolvimento das forças produtivas e sociais, do estágio em que se encontra; a evolução do processo de acumulação capitalista no Brasil da época e, ao mesmo tempo, sua relação com a formação de um certo tipo de Estado Nacional: o Estado Novo” (MAZZACORATTI, 1979, p.01).

Para seu surgimento, a profissão do arquiteto teve alguns personagens, os quais o autor não cita, no seu processo de emancipação – tanto da atividade profissional quanto das demandas levadas às universidades. Além disso, coube a esses pioneiros a organização enquanto profissionais, por meio de uma estrutura de pequenos escritórios e da associação de pequenos grupos de arquitetos. Para Mazzacoratti (1979) nesses espaços existia pouca ou nenhuma divisão de trabalho, “os arquitetos eram senhores de seu ofício, senhores de sua produção, proprietários de seus meios e de seus produtos – projetos de arquitetura”. O autor destacou que em meio ao mercado de trabalho o arquiteto travava lutas com outros profissionais como engenheiros civis, desenhistas projetistas e mestres de obra, mas que buscava comprovar sua eficiência para disputar lugar nesse mercado. A partir disso, se viu como responsável por valoriza o

produto do seu trabalho – o desenho, o projeto e a obra de arquitetura. Até a década de 1960, os arquitetos adequavam-se às condições materiais de produção e seu ensino buscou atender a essas mudanças. Contudo, na década de 1970 as condições de produção e a forma como os arquitetos se inseriam nesse meio produtivo foram alteradas, de modo que os arquitetos e sua consciência profissional não estavam mais acompanhando essas mudanças:

“O número de arquitetos desempregados e subempregados aumenta progressivamente ao longo do tempo, e de forma “exagerada” nos momentos de crise, onde “a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista desenvolve explosões violentas” (MAZZACORATTI, 1979, pp.02-03).

Em São Paulo, o assalariamento havia deixado de ser tendência para ser fato. O número de assalariados estava próximo de superar o de arquitetos autônomos e, por se tratar de um momento de transição, se fazia necessário mudar a consciência profissional. Contudo, as escolas, onde se davam inicialmente a formação dessa consciência ainda estavam compreendendo a arquitetura como a produção de trabalho em pequenos e médios escritórios. Para Mazzacoratti (1979), os temas das disciplinas de projeto evidenciavam a priorização dessa estrutura de trabalho (no primeiro ano o projeto de uma casa ou de um bairro; no segundo, de um conjunto ou núcleo habitacional; no terceiro ano o projeto de um edifício escolar ou a reformulação de um pequeno setor urbano; no quarto ano, o projeto de um grande edifício de qualquer programa ou a reformulação de uma região, e, por fim, no último ano, o projeto de instalações de uma universidade, um centro hospitalar ou uma cidade nova). Por sua vez, o ensino nas disciplinas de Teoria e História se baseavam nos “grandes arquitetos”. Assim, mudanças eram necessárias no ensino de arquitetura:

“O desafio para o ensino de arquitetura, por um lado e, até certo ponto, é espelho do desafio que os arquitetos têm que enfrentar no cotidiano, na dificuldade de entendimento de um complexo contexto: a coexistência de diferentes formas de produção e diferentes formas de organização da produção. Diferenças que percorrem todos os níveis da nossa realidade, desde os aspectos mais amplos e gerais, até os mais específicos e restritos. Diferenças que provocam de um lado e acentuam do outro, os desníveis e as contradições do desenvolvimento da acumulação do capital no país. Num mesmo espaço, num mesmo tempo, no que diz respeito à arquitetura de “pequenos escritórios, ateliers de artistas, oficinas de mestres-artesãos, grandes escritórios, escritórios que ciclicamente passam de pequenos a grandes ou vice-versa; profissionais arquitetos que ao mesmo tempo são assalariados, pequenos proprietários e servidores do Estado. O desafio, por outro lado, é também no plano pedagógico: a superação do antigo, do arcaico. Pretende-se uma busca do futuro, com base no presente, na denúncia do velho, no anúncio do novo” (MAZZACORATTI, 1979, p.04).

Outro documento apresentado no II EEA tratava das diretrizes para abertura da Escola de Taubaté. Esta, fora estabelecida como autarquia municipal, em período integral. O propósito inicial da Escola se colocou de voltar-se para a região, contribuindo para o desenvolvimento do projeto urbano e regional do Vale do Paraíba. Para as disciplinas seriam aplicadas “temáticas de sentido universal” localizando-as na região por meio de trabalhos práticos. Um dos exemplos foi a proposição nas disciplinas de Desenho e Projeto do alojamento universitário da Escola. Para os autores da minuta, “projetar residência deles próprios,

significou posicionar-se sobre a proposta existente de se retirar da Universidade do Centro urbano para situa-la num “campus” fora desta” e com isso, promover a “participação e intervenção da Escola de Arquitetura no debate sobre a definição e construção da estrutura física da Universidade” (IAB/SP; SASP, 1979a).

Em 1979, a escola completava dois anos de funcionamento¹⁷⁹ e buscou em uma primeira análise crítica propor transformações curriculares para adequar o “grande afastamento da Universidade do seu papel de atendimento as necessidades reais da população tanto na formação de profissionais como no seu processo de atuação como instituição de ensino, pesquisa, produção e desenvolvimento da cultura” (IAB/SP; SASP, 1979a). Por meio dessa discussão, a Escola pretendia propor um currículo adequado tanto as exigências do MEC quanto aos problemas apresentados. Entendiam que a nova proposta deveria possuir:

“O currículo deve garantir ao estudante a possibilidade de aprofundamento em campos que mais lhe interesse, além de dar-lhe uma formação geral. Para atingir esses objetivos, o currículo deve ter uma estrutura coordenada em que não se fragmente a unidade de desejada de um curso. Essa estrutura deve ser coordenada a partir da atividade central do curso, o projeto, sendo que as áreas de tecnologia, teoria-história tenham o caráter de oferecer subsídios para essa atividade central, tanto na parte de situar e analisar, social, política, econômica e historicamente como fornecer o instrumental técnico necessário a essa produção. Em relação ao aprofundamento deve ter-se um esquema de disciplinas optativas que o possibilitariam. Para garantir o funcionamento do curso, torna-se imprescindível o currículo estruturado em ases concretas e condições de se desenvolver um ensino decente: condições humanas e materiais a serem definidos com o processo de debate” (IAB/SP; SASP, 1979a, s/n).

Já o trabalho da arquiteta Nadir Curi Mezerani, “Ensino – Profissão” abordou, sob o ponto de vista da política educacional implantada pelo MEC-USAID os pontos negativos da expansão do ensino superior no país. Para Mezerani (1979), enquanto o ensino fosse estabelecido por um Estado sem que houvesse o debate entre os cidadãos este não atenderia à sociedade. Ainda que o governo utilizasse justificativas como a popularização do acesso ao ensino público era necessário reconhecer que para as instituições privadas o investimento dos recursos seguiria a ordem mínima e a sua atualização seria evitada enquanto fosse possível. A autora reconhecia que o aumento da abertura das faculdades foi seguido pelo aumento da procura pelo curso de Arquitetura e Urbanismo. Contudo, a partir da Reforma Universitária o MEC-USAID havia permitido um número crescente de escolas privadas e, a baixa manutenção do número de escolas públicas ao passo que o ensino não passou por transformações para se adequar a esse número crescente de alunos. Mezerani (1979) lembrou que era unânime o descontentamento dos arquitetos com o ensino universitário do período, manifestado em congressos, escolas, encontros e órgãos de classe. Acrescentava-se a isso a dificuldade de articulação dos corpos discente e docente em vista do Regime Militar. Por fim, muitos profissionais que se formavam acabavam por não exercer a profissão. Para uma

¹⁷⁹ Esse documento foi assinado pela Comissão Pró Centro Acadêmico da Arquitetura, inserido na minuta elaborada pelo IAB/SP e pelo SASP (1979a)

mudança real, o corpo docente das escolas, formado por arquitetos, deveria ser responsável como intermediários da formação e do exercício da profissão.

Participantes do evento, o Grêmio da FAUUUSP apresentou as seguintes moções no evento: pela recontração imediata dos professores aposentados, cassados e afastados pelos atos de exceção; pelo ensino público e gratuito; por mais verbas para a universidade; pela livre organização estudantil; pelas amplas discussões de currículo deliberadas e implantadas por instâncias tripartites (comunidade universitária) com modificações nas relações de trabalho entre todos (do vestibular, à aferição das aulas e ao número de formados); contra a triagem ideológica na contratação de professores pela universidade (GFAU, 1979).

Outro arquiteto que apresentou seu texto ao II EEA foi Ricardo Marques de Azevedo, construindo uma exposição em quatro partes nas quais analisou a arquitetura, o urbanismo, o mercado de trabalho do arquiteto e um esboço sobre a questão do saber. Em sua primeira parte, sobre projeto de arquitetura Azevedo (1979) relatou as mudanças do projeto de arquitetura através dos tempos – surgido na Renascença, como uma afirmação do autor – passa a etapa de ser objeto da divisão do trabalho – do desenho a hierarquização do canteiro de obras. Conforme se deram as transformações sociais, o projeto de arquitetura passou a ser cada vez “mais necessário e mais complexo”:

“Necessário porque a dominação no canteiro tem que se extensiva e complexo porque essa dominação deve se intensiva. Aquilo que antes era um plano e uma perspectiva vai desdobrando-se em inúmeras pranchas, meticulosamente detalhadas, cronogramas, orçamentos, fluxogramas e toda ordem de coisas; proliferam também os projetos complementares: estrutura, equipamentos, instalações, etc. As próprias construções tornam-se, como tendência, maiores e mais complexas. O arcaico arquiteto liberal, o autônomo, com os resquícios artesanais, tende a ser substituído por grandes empresas de projeto, multidisciplinares, com acentuada divisão interna de trabalho. O “saber” antes atribuído ao arquiteto, um “saber” renascentista, humanista, eclético, vai, paulatinamente, fracionando-se em especializações. O domínio, e com ele a dominação, que outrora possuía de toda a construção, atomiza-se em frações ou aspectos dela. O produto projeto já não pertence mais ao “arquiteto” singular, mas à empresa. O arquiteto passa a ser empregado, trabalhador parcelar que, associado (pelo mesmo capital que os separou na divisão técnica do trabalho) a outros trabalhadores parcelares, forma o trabalhador coletivo produtivo. O antigo profissional liberal tornou-se assalariado” (AZEVEDO, 1979, p.01).

Com isso, o arquiteto passava a vender um trabalho “geral e igual” e não vendia mais o seu saber, mas seu “tempo e força de trabalho”. Por sua vez, o projeto não podia ser produzido de forma independente, estando subordinado à construção civil. Não obstante:

“A par da crescente complexificação e parcelamento, como tendência, da produção arquitetônica, à construção mais simples e despojada; a habitação popular, o pequeno comércio de periferia, as casas rurais etc., continuam a prescindir do concurso do arquiteto. Onde não há recursos para a remuneração desse “profissional especializado”, onde o saber “rudimentar” não foi, todavia, anulado e onde os valores “simbólicos” não estabeleceram ainda sua tirania o projeto de arquitetura continua sendo supérfluo, desnecessário e ocioso” (AZEVEDO, 1979, p.03).

Ao abordar o mercado de trabalho do arquiteto, Azevedo (1979) atestou assim como Andrade (1979) que o campo de atuação dos arquitetos estava se multiplicando nos últimos anos, mas afirmava que era “menos por uma expansão coerente ou pela incorporação de atividades condizentes com sua formação específica e mais pela pressão desordenada de vasto excedente desocupado” (AZEVEDO, 1979, p. 07):

“Os campos de atuação a que, conjunturalmente, nos é franqueado o acesso: a vaidade conspícua dos opulentos, a otimização da rentabilidade e segurança do capital imobilizado e os mandos e desmandos do Estado encontram-se saturados. Os que conseguiram a almejada colocação defendem-na ferozmente, não poupando nenhum artifício espúrio. O crescimento vegetativo do mercado é extremamente moroso e irregular, contando, inclusive, com contrações cíclicas. O fato é que amplo contingente de arquitetos se encontra desempregado e há um vasto exército de reserva de arquitetos em expansão. A cada ano as escolas despejam novos arquitetos que encontram enorme resistência para inserir-se no mercado. Dificuldade muitas vezes invencível” (AZEVEDO, 1979, p.07).

Enquanto eram encontradas dificuldades para vender a força de trabalho como assalariados, maiores eram as dificuldades de permanecer como autônomo com a concorrência difícil com outros colegas e o estabelecimento dos grande escritórios e empresas. Esses eram responsáveis por uma grande fatia do mercado. Para Azevedo (1979) a questão era a não existência de empregos: “há uma patente inadequação entre o que podemos ser e fazer nas atuais condições e nossas efetivas potencialidades, as quais, por sua vez, precisam ser repensadas na perspectiva da sociedade transformada” (AZEVEDO, 1979, p. 08). Por fim, quanto à questão do saber, Azevedo (1979) destacava a situação de sujeito em que os alunos se colocavam, passivos às informações, em contraposição ao professor como autoridade.

Quanto às conclusões do evento, o grupo de Formação profissional constatou que:

“As questões centrais apresentadas nas discussões e debates junto aos participantes da comissão de Formação Profissional deste Encontro, demonstram que a partir da prática levada junto a todas as escolas de arquitetura e urbanismo, das precárias condições de ensino, pesquisa e trabalho existentes, fruto da política educacional promovida pelo regime de exceção nestes últimos 15 anos, apontam para a própria necessidade de se criar novas formas independentes e mecanismos democráticos que assegurem a ampliação do debate a todos estudantes e professores, fato este não desempenhado pelos organismos como a ABEA, CEAU, até então” (IAB/SP, 1979 a, s/n).

Em vista disso, contatou-se que era grande a procura dos alunos às faculdades de arquitetura, em contraposição à falta de absorção do mercado desses novos profissionais; o mecanismo de oferta-procura no ensino por meio da Reforma Universitária e o acordo MEC-USAID consolidou a transformação da Universidade Pública em Privada; tanto a comunidade acadêmica quanto a categoria estavam descontentes com o ensino da forma que estava se dando; e, por fim, os professores e alunos encontravam-se impossibilitados de se organizarem e se posicionarem diante dos objetivos e condução do ensino conforme incentivado pelo Governo (IAB/SP, 1979 a, s/n).

Estabeleceram-se como recomendações que o ensino de arquitetura não se colocasse “a reboque” das exigências restritivas do mercado de trabalho e das práticas profissional limitadas; que fosse dado apoio

e incentivo a propostas de ensino que possibilitassem novas formas de trabalho – tanto a nível pedagógico quanto à nível da atuação profissional (IAB/SP, 1979 a, s/n).

- Moções aprovadas no Encontro

Uma moção encaminhada por Ari Fernandes pedia pela anistia ampla, geral e irrestrita, requisitando o fim do Regime Militar e a volta de todos os banidos, exilados e cassados do país. Os arquitetos haviam criado na instância do IAB e do SASP o “Comitê de Arquitetos pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita”, no qual assumiram os seguintes eixos pela luta: campanha nacional e internacional pela imediata libertação de todos os presos políticos no Brasil; acompanhamento e garantia de retorno a todos os banidos, exilados e cassados. Bem como a efetiva recuperação de seus direitos; a localização dos mortos e desaparecidos sem notificações oficiais; a mobilização ampla da população pelo fim da Lei de Segurança Nacional; e o desmantelamento de todo aparato de repressão. Esses pontos haviam sido debatidos em uma reunião ocorrida no auditório do SASP, em 09 de agosto. Fernandes (1979) propunha também que se realizasse uma Semana pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, com a realização de um ato público, a exposição de desenhos de Antônio Benetazzo (estudante da FAUUSP assassinado pela repressão em 1972) e outras atividades. A moção também manifestava “repúdio à ação repressiva do Regime Militar, manifestada pelo seu projeto de anistia parcial que permite a sobrevivência das prisões arbitrárias e do aparato policial que prende, reprime, tortura e mata trabalhadores que lutam pelos seus direitos democráticos”.

Além dessa, outras moções definidas em assembleia geral do encontro, assinadas por Helena Aparecida Ayoub Silva, membro da comissão organizadora do II EEA, foram:

- Contra o estágio profissionalizante na forma como estava sendo proposto, pois visava consolidar o acordo MEC-USAID, das relações entre Universidade e Empresa;
- Contra toda e qualquer forma de ensino pago;
- Pelo ensino público e gratuito;
- Contra a autarquização e privatização de Instituições e Universidades;
- Pela autonomia universitária;
- Pela reintegração imediata de todos os professores, estudantes e funcionários públicos punidos ou impedidos de exercerem suas funções;
- Pela melhoria das condições de trabalho nas escolas de Arquitetura: melhores salários, formas de remuneração que não se restrinjam em hora/aula, mas também em horas/atividade de programação didática e reuniões didático-pedagógicas;
- Entendia-se que a reinserção da produção cultural e política do país como única e necessária condição para estruturação da universidade brasileira;

- A organização de um programa de debate relativo à estruturação curricular, para ser levado as escolas recém-criadas, “proporcionando maior participação do conjunto de professores e estudantes na formação dessas escolas de arquitetura”;
- Atuação na área de preservação e memória, dos recursos naturais, possibilitando a apropriação de sua história.

Foi ressaltada também a importância de atenção permanente das escolas de arquitetura na preservação e destinação das construções significativas do entorno, no sentido de construir a memória. As escolas deveriam manter centros de documentação do patrimônio histórico, artístico e cultural, como um acervo regional; a visão dos cursos de pós-graduação como carreiras deveria ser abolida, “orientando-os no sentido de a eles incorporarem as experiências didáticas e de pesquisa hoje já em desenvolvimento nas escolas”. Por fim, esperava-se que as “deficiências provindas de um passado escolar possam ser supridas, sem qualquer prejuízo do currículo pelo de cada escola, e sem prejuízo também de conteúdos disciplinares ou materiais que se façam necessárias à formação profissional” (IAB/SP; SASP, 1979 b). As moções do evento também se revelavam controversas. Ao mesmo tempo que os arquitetos seguiam apoiando a criação de novas escolas, se posicionavam contra toda e qualquer iniciativa de ensino pago.

4.4.2. Atividades realizadas pelo IAB/SP e a ABEA

Uma das iniciativas da ABEA junto ao IAB/SP foi a divulgação sobre seus eventos nos Boletins da Associação. A ABEA divulgava em seus Boletins textos sobre o papel do IAB, promovendo o Instituto. Um dos textos destacou o papel do IAB através da história, como um órgão cultural e “tribuna de debates” das políticas profissionais. O texto ainda reforçava o Instituto como agregador, uma “entidade aberta, construída pela soma de opiniões”:

“Do profissional liberal ao assalariado, do escritório particular à empresa, do serviço público à empresa particular, a diversão das solicitações ao nosso trabalho não deve iludir a necessidade da diversificação da formação profissional do arquiteto, ao nível da especialização prematura e do emprego imediato, caminho que nos levara à desagregação conceitual, política operacional da profissão” (ABEA, 1977a, p.09).

Em 1979, o Boletim nº 10 da ABEA publicou o posicionamento do IAB sobre a formação profissional do arquiteto e o currículo mínimo, que havia sido discutido em Outro Preto¹⁸⁰. O IAB defendia sua posição como política-profissional, reservando às Universidades “o enfoque das questões de caráter didático-pedagógico e administrativas”. O Instituto destacava que graças sua união com os Sindicatos, a CEAU e a ABEA foi possível debater abertamente a reformulação do Currículo Mínimo. Também

¹⁸⁰ O documento foi assinado pelos relatores Edgar Graeff, Pasqualino Magnavita e Vera França e Leite (ABEA, 1979a, p.08).

apontava que os arquitetos estavam retomando os debates após 14 anos de silêncio e repressão na Universidade brasileira, como consequência da revogação do AI – 5 (ABEA, 1979a).

Além de defender claramente a unidade da formação do arquiteto, o IAB lembrava a necessidade de analisar a condição do currículo do curso de arquitetura no âmbito das políticas de ensino. Ao mesmo tempo que a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 propunha a democratização do ensino, essa tarefa não foi assumida pelo poder público, delegando-a ao setor privado. Na sequência, houve o acordo MEC/USAID e a Reforma Universitária de 1969, a qual “aparentando aumento de oportunidade e eficácia, paradoxalmente, favorece no seu desempenho uma descaracterização cada vez mais acentuada da unidade de formação científica e profissional” (ABEA, 1979a, p.07).

Somado às questões do ensino, na profissão, a Lei nº 5194 de 1966 ainda apresentava sobreposições de atividades profissionais com engenheiros. Como se não bastasse aos arquitetos, a profissão de desenhista, proposta pelo projeto de Lei 262 de 1978 permitia aos alunos de 5º ano de engenharia e arquitetura “assumir atribuições de projeto e construção, dentre outras, a recente ideia de se estruturar o curso de Engenheiro Municipal” (ABEA, 1979a, p.07).

O IAB também lembrava que o currículo guardava circunstâncias históricas:

“O Currículo Mínimo vigente guarda, no essencial, as características fundamentais daquele que foi proposto e aprovado em 1962, fruto da série de Encontros Nacionais de Arquitetos, Estudantes e Professores de Arquitetura, realizados entre 1957 e 1961, mobilizando todas as escolas do país, numa campanha que marcou o momento mais alto do pensamento brasileiro, voltado para os problemas da formação profissional do arquiteto” (ABEA, 1979a, p.07).

Para a proposta do novo Currículo Mínimo o IAB desejava que este fosse “efetivamente mínimo” de modo a permitir às escolas o desenvolvimento das individualidades; o tempo mínimo e a carga horária mínima deveriam manter a referência do Currículo de 1962. Metade do tempo de duração do curso deveria ser dedicado ao estudo e aprendizagem de teoria e prática de projeto de arquitetura da escala do edifício ao espaço urbano. Além disso, as Universidades deveriam assegurar o oferecimento de disciplinas optativas aos alunos (ABEA, 1979a).

Além da presença dos textos sobre o IAB/SP nos boletins da ABEA, a Associação e as questões quanto ao currículo estavam presentes também nas atas das assembleias do IAB/SP. Assim, foi possível identificar uma união entre a CEAU, a ABEA e o Instituto. Sobre a participação em uma reunião conjunta, foi comentado em 09 de janeiro de 1979¹⁸¹, sobre os debates a cerca do Currículo Mínimo:

“Arq. Paulo Sergio relatou ter sido difícil a reunião e meio confusa, sem ter havido consenso sobre o currículo mínimo. Há uma série de divergências com relação às matérias que fazem parte à carga horária e etc. Ficou marcada uma reunião para abril ou julho, em princípio, com a convocação a ser feita pelas diretorias regionais da ABEA e a CEAU

¹⁸¹ Participaram os arquitetos: Pedro Taddei Neto, Antônio Carlos Carneiro, Paulo de Mello Bastos, Paulo Sérgio Souza e Silva, Pedro Cury, Marta Maria Soban Tanaka (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1979).

ficou de fornecer aos convidados, os documentos apresentados nessa reunião realizada. O IAB/SP apresentou documento elaborado pelo GT Formação, que foi considerado um dos mais substanciais e o colega relator crê ser importante a continuidade desse trabalho, para um aprimoramento e posterior reapresentação. Arq. Paulo Bastos informou que o documento será rediscutido pelo GT, em março próximo" (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1979, s/n).

Percebe-se que o Grupo de Trabalho do IAB/SP havia enviado uma proposta que foi bem recebida. Em uma reunião no mês seguinte, o assunto foi abordado novamente¹⁸²:

"Recebido hoje, e apresentado na Diretoria, documento sobre proposta aprovada na última reunião CEAU/ABEA, referente ao Currículo Mínimo. Serão enviadas cópias do mesmo aos membros do GT de Formação, para exame e providências cabíveis, bem como para o acompanhamento do assunto. Também cópia para a direção Nacional, solicitando atenção e acompanhamento. Ao CEAU serão solicitados os documentos listados nesse documento, pois os mesmos ainda não são de conhecimento do IAB, sendo necessários para o desenvolvimento dos trabalhos referente ao assunto" (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1979, s/n)

Nota-se também que o IAB/SP tinha interesse em participar e estar bem informado das discussões, mesmo com a atuação da ABEA no caso. Em reunião em 26 de novembro de 1979¹⁸³, a ABEA havia convidado o IAB/SP "para uma reunião da CEAU/MEC entre os dias 05, 06 e 07 de dezembro. Foram designados para participar os arquitetos Sigbert Zanettini e Cesar Luiz Mazacoratti". Nesse sentido, observa-se uma proximidade entre a ABEA e o IAB/SP nas discussões referentes ao Currículo Mínimo.

No Boletim nº 11 da ABEA, a Associação publicou a posição do Conselho Superior do IAB e sua relação com a Universidade. O IAB definiu que sua relação se daria principalmente através dos professores e alunos, além de manter a presença nas decisões da ABEA e da CEAU, cedendo apoio às lutas que visassem as conquistas relativas a democracia no ensino; ao fortalecimento do ensino público; a uma verdadeira reforma no ensino superior; ao fim do regime autoritário na Universidade Brasileira e à legalização da União Nacional dos Estudantes (ABEA, 1980).

Destaca-se aqui que mesmo tendo uma Associação específica para cuidar dos assuntos relativos ao ensino de arquitetura, o IAB/ SP e o IAB Nacional seguiam atuantes na definição dos rumos que este tomaria. A relação entre a ABEA e o IAB/SP comprovam novamente a necessidade de um estreito convívio entre as questões profissionais e de formação.

4.4.3. Atividades realizadas pela ABEA e o SASP

Além da ABEA estabelecer uma relação estreita com o IAB/SP, publicando seus eventos e opiniões nos boletins da Associação, o mesmo se deu com o SASP. No Boletim nº 06 a ABEA publicou o evento que

¹⁸² Reunião em 05 de Fevereiro de 1979, com Pedro Taddei Nato, Paulo de Melo Bastos, Pedro Cury, Antônio Carlos Carneiro, Roberto Saruê, José Borelli Neto, Sergio Blanco, Umberto Leone (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1979).

¹⁸³ Com a presença dos arquitetos: Pedro Taddei Neto, Pedro Cury, Paulo Sergio de Souza e Silva, Roberto Saruê, Paulo Bastos, José Borelli Neto, Samuel Szpigel (IAB/SP, Atas das Assembleias, 1979).

estava sendo promovido sobre as relações de trabalho da profissão do arquiteto. O objetivo, destacava a reportagem “foi fazer um balanço do Sindicato num momento em que a maioria dos arquitetos exercem sua profissão como assalariado e poder traçar uma política sindical mais realista” (ABEA, 1977b).

Entre os assuntos debatidos estavam “Conquista e Perspectiva”, com a participação de Fábio Penteado, Claudio Gomes e Jon Maitrejean; “Organização Profissional”, com Walter Barelli (engenheiro civil), Alfredo Paesani e Francisco de Oliveira (sociólogo); “Formas de Trabalho e Proteção Legal” com a presença de advogados e dos arquitetos Lúcio Gomes Machado e Jon Maitrejean; e, por fim, o tema “Atuação do Arquiteto na Comunidade”, com Alfredo Paesani e Clóvia Ingelfritz (ABEA, 1977b).

Para além de desejar participar das discussões sobre currículo e as definições de reformulação do ensino foi possível atestar que o SASP atuava junto a ABEA e às escolas de arquitetura durante a gestão de Jon Maitrejean. Nela, foram encontrados uma série de documentos como uma carta do presidente do SASP, datada de outubro de 1979, pedindo ao então presidente da ABEA Eduardo Corona, que cópias do Boletim da Associação fossem enviadas ao Sindicato. O objetivo era arquivá-las no SASP e repassa-las à FNA (SASP, Caixa 07, 1979).

Além disso, o Sindicato requisitava às escolas as listas de formandos, por exemplo, conforme cartas trocadas com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Farias Brito e com a FAUUSP. O SASP também mantinha contato com os diretórios acadêmicos das escolas de arquitetura. Um ofício foi enviado aos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Santos, para o Mackenzie, a FAUUSP, a PUC Campinas, da Universidade de Mogi das Cruzes, da Braz Cubas e da Farias Brito para um Ciclo de Palestras programado pelo SASP. O evento seria realizado no mês de março de 1979 com o objetivo de tratar de temas referentes à administração pública e teria como palestrantes Roberto Cerqueira César (então Secretário dos Negócios Metropolitanos); Candido Malta Campos Filho (Coordenador Geral de Planejamento – COGEP); Ernest Robert de Carvalho Mange (Presidente da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB e Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB); Jorge Wilhelm (Secretário Estadual de Economia e Planejamento – SEPLAN) e Mayumi Watanabe de Souza Lima e João Honório de Mello Filho (Superintendentes da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo. A diretoria do SASP, no nome do Presidente Jon Maitrejean, recebia os convites de formatura das Faculdades, como o evento da PUC Campinas, da 1ª turma da Faculdade, em dezembro de 1978 e da Farias Brito (SASP, Caixa 07, 1978).

O Sindicato participava também de problemas relativos à contratação de professores. Em carta datada de agosto de 1978, os professores da Faculdade de Arquitetura Brás Cubas apresentaram queixas quanto a falta de carga horária atribuída a aproximadamente 20 professores no segundo semestre daquele ano¹⁸⁴.

¹⁸⁴ Foram eles Ane Shirley Araújo, Celia Seri Kawai, Dario Montesano, Ernesto Theodor Walter, Gesel Adolpho Himmelstein, José Guilherme Simon Battisti, José Magalhães Junior, José Maria Nogueira de Carvalho Junior, Júlio Carmargo Artigas,

Como justificativas, a Faculdade apresentava a ausência de vestibular no meio de ano, a condensação de turmas e o novo tempo de duração das aulas. Os professores comentavam que, em contrapartida, a direção exaltava as economias alcançadas com as políticas adotadas. Em comunicado oficial, a escola oferecia aos professores que tirassem uma licença e seriam considerados como professores disponíveis para substituição caso os titulares faltassem. Contudo, faltava coerência à atitude da escola, que estava contratando novos professores:

“Daqueles que permaneceram na Escola alguns terão que enfrentar pela interrupção sequencial de aulas enormes “janelas”; outros foram remanejados arbitrariamente de cadeira sem consulta prévia ao departamento” (SASP, Caixa 07, 1978).

Por outro lado, o SASP recebia cartas das Faculdades pedindo cooperação na divulgação de vagas para professores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, como o caso da FAU Santos.

4.4.4. Atividades realizadas pelo IAB/SP, SASP e ABEA

As três Instituições se uniram após a realização do encontro de Ouro Preto pela ABEA, em um evento que visava elaborar a “Proposta sobre o desenvolvimento dos estudos relativos ao novo Currículo Mínimo, aprovadas na reunião CEAU/ABEA, com as escolas de Arquitetura e Urbanismo, IABs e Sindicatos”, em 13, 14 e 15 de dezembro de 1978¹⁸⁵ – ocorrido na FAUUSP. Nesses encontros foram estabelecidos os próximos passos para que as entidades e escolas – corpo docente e discente – aprofundassem as discussões. Até abril de 1979, os departamentos do IAB e Sindicatos sediarão discussões, assim como cada escola deveria promover seminários internos e a ABEA teria o papel de coordenar, por meio das secretarias regionais, reuniões entre escolas. Até o mês de junho uma reunião nacional seria promovida com aos representantes das escolas (alunos e professores), dos IABs, dos Sindicatos, CEAU e ABEA para a finalização de uma proposta (SASP, 1978).

Foram elencados no documentos os pontos que necessitavam de aprofundamento nas discussões: a oposição entre desenho industrial e desenho do objeto; a programação visual; a diluição de fronteiras entre o projeto do edifício e o desenho urbano (fazendo referencia ao item “n” da Carta de Ouro Preto); a carga horária total do Currículo Mínimo; o estágio supervisionado obrigatório; a metodologia de ensino e avaliação; a Reforma Universitária e o Acordo MEC/ USAID; a discussão do papel social do arquiteto na sociedade (SASP, 1978).

Também foram reafirmados no encontro os seguintes princípios da Carta de Ouro Preto:

Maria helena Lobo de Queiróz, Maurício Rosenbaum, Mario Iio Takahashi, Marcelo José Elman, Paulo Roberto Barbosa Lima, René Antônio Nusdeu, Rita Vaz Artigas e Sania Cristina Dias B. Navarrete.

¹⁸⁵ Essa proposta e as discussões que se deram até 1981, resultou na submissão de um Currículo Mínimo ao Conselho Federal de Educação.

- A. “O Currículo Mínimo deve preservar a unidade de formação profissional, em âmbito nacional, e atender às mais amplas atribuições profissionais”
- B. “Na elaboração do Currículo Mínimo deve ser evitada a tendência à formação de especializações”
- C. “O Currículo Mínimo deve abranger matérias das seguintes áreas de conhecimento:
 - 1. Área de planejamento e projeto;
 - 2. Área de Tecnologia e instrumentação;
 - 3. Área de Teoria e História

H. “A formação do Currículo Pleno deve levar em conta as características de cada escola bem como da região”

I. “O Currículo Mínimo deve garantir a formação de estudantes tendo em vista o exercício das atribuições legais da profissão”

L. “Que se procura destacar a importância da área de tecnologia e instrumentação, adequando-a à formação do arquiteto”

M. “Que seja dada ênfase a formação de cursos de pós-graduação em todo o país, visando a formação de docentes para escolas de arquitetura”

P. “Que seja definida uma estrutura básica para os cursos de arquitetura visando a dar a importância adequada à atividade de projetar, entendida em seu sentido mais amplo” (SASP, 1978, pp.02-03).

Os debates que iriam ocorrer nas escolas também deveriam ter como base o documento “Considerações sobre um Novo Currículo Mínimo para os cursos de Arquitetura e Urbanismo” da Universidade Católica de Goiás. Por fim, o encontro aprovou uma moção:

“Os representantes de entidades estudantis, de corpos docentes e entidades profissionais, por ocasião da reunião nacional da ABEA, realizada na FAUUSP, repudiam atitudes de repressão à organização dos estudantes, como o fechamento de todas as entidades estudantis da Universidade de Londrina. Apoiam, ainda, a livre organização estudantil em entidades independentes” (SASP, 1978, p.03)

O projeto de reformulação do Currículo Mínimo apresentado pela CEAU não era unanimidade a todos os profissionais e insistia-se que o arquiteto definisse seu currículo com autonomia¹⁸⁶ (ARQUITETO, n° 60, 1978/1979 p.04). Sobre as lutas do novo currículo mínimo, Edgar Graeff atestava que não se tratava apenas de um currículo, mas da própria universidade brasileira, que vivera 15 anos de sucateamento, nos quais o “espírito empresarial” havia rompido a relação de construção das faculdades, feitas por alunos e professores¹⁸⁷. O currículo mínimo de 1969 ainda havia se baseado nas “linhas dominantes” do currículo de 1962 – permitindo experiências radicais como as da UnB, de São José dos Campos e de Goiânia – mas

¹⁸⁶ “Preocupação com a reformulação dos currículos” Arquiteto no 60, São Paulo, (Ano VII, no 60 – Dezembro de 1978 – janeiro de 1979), p.04.

¹⁸⁷ “Um balanço crítico das lutas pelo novo Currículo Mínimo” Arquiteto – Projeto no 11, São Paulo, p.21.

não favorecera a inovação e o aperfeiçoamento do ensino de arquitetura. Para Graeff, outra questão apontada foi a abertura dos cursos para as massas – “os arquitetos não encontraram o que fazer no campo da profissão e se defendem fazendo mais arquitetos”. Assim, o arquiteto afirmava ser necessário: o manutenção da carga horária de 3.600 horas, sendo 50% dela destinada às disciplinas de projeto e a recuperação dos encontros anteriores ao Regime, com alunos, professores e arquitetos.

Em reunião ocorrida entre a CEAU e a ABEA, um fato interessante foi destacado – nem a ABEA e nem a FNA tinham representação na CEAU, que era considerada no documento como limitada, pois as reais decisões eram tomadas pelo Conselho Federal de Educação. Este, por sua vez, não possuía arquitetos. Além disso, na reunião foi lembrado que a falta de autonomia universitária e de liberdade de expressão dificultavam mais ainda as discussões com as esferas de autoridade¹⁸⁸ (CEAU/ABEA, 1979).

Além das discussões sobre o Currículo Mínimo, em um Grupo de Trabalho específico do IAB, foi abordada a condição de atuação das escolas e sua proliferação¹⁸⁹. Segundo Célio Pimenta, presidente da ABEA na ocasião, enquanto as escolas públicas sobreviviam com baixos investimentos, as escolas privadas que se proliferavam tinham outro interesse – “bastante distanciado da formação do arquiteto”. Outro aspecto destacado foi o agrupamento das disciplinas em Departamentos. Segundo ele, uma ou outra escola pode ter conseguido reunir disciplinas, mas foram poucas. Além disso, foram abordados problemas quanto a relação de número de alunos por professor:

“A relação professor-aluno, tida na Europa como índice ideal de 1/10, não existe aqui. Na USP deve estar na proporção de um para 30; no Mackenzie, 1/20; em Santos 1/30; na Braz Cubas nunca se obteve menos de 40 alunos para cada professor” (Arquiteto nº 55 1978b, p.13).

Já Julio Katinsky afirmou que a proliferação de escolas no estado de SP foi uma resposta à pressão da sociedade paulista e brasileira, já que entre 1948 e 1968 só havia duas escolas de arquitetura:

“Para uma cidade que em 52 estava se aproximando dos quatro milhões de habitantes tínhamos apenas 90 arquitetos... ocorria então um fenômeno que não foi sentido imediatamente, mas que foi crescendo: do total de construções que entravam com documentação na Prefeitura para licença, 4 ou 5% eram trabalhos sob responsabilidade de arquitetos, ou seja, os 90 arquitetos existentes absorviam 4 ou 5%” (Arquiteto nº 55 1978, p.13).

Ao observar os debates, destacava-se a necessidade de adequar o ensino a uma formação daquele tempo. Apontava-se uma preocupação pelo fato de alguns arquitetos ocuparem cargos simultâneos entre as diretorias das entidades e a atuação enquanto professores nos cursos de arquitetura. Até então, haviam

¹⁸⁸ “Reunião CEAU/ABEA – Currículo Mínimo”, Dezembro de 1979.

¹⁸⁹ O documento do Grupo de Trabalho do IAB. Arquiteto nº 55, São Paulo, (Ano VI, no 55 – Abril. 1978/Maio 1978b), pp. 14-15.

sido colocadas em compartimentos separados a atuação nas entidades de classe dividida entre atividade profissional e a formação profissional¹⁹⁰.

“Por circunstâncias peculiares ao nosso exercício profissional, frequentemente os profissionais mais atuantes nas entidades de classe eram também aqueles que colaboravam na condução da orientação didática das Escolas de Arquitetura. Fizemos que as Escolas eram poucas e o quadro de professores e mesmo de profissionais bastante reduzidos” (Arquiteto n° 56 1978, p.16).

Com o aumento do número de escolas, e o consequente aumento do número de docentes, não necessariamente os mesmos membros estavam presentes nas escolas e nas instituições. No entanto, o SASP requeria a importância de um envolvimento real nos processos de discussão de reformulação do ensino em andamento no MEC:

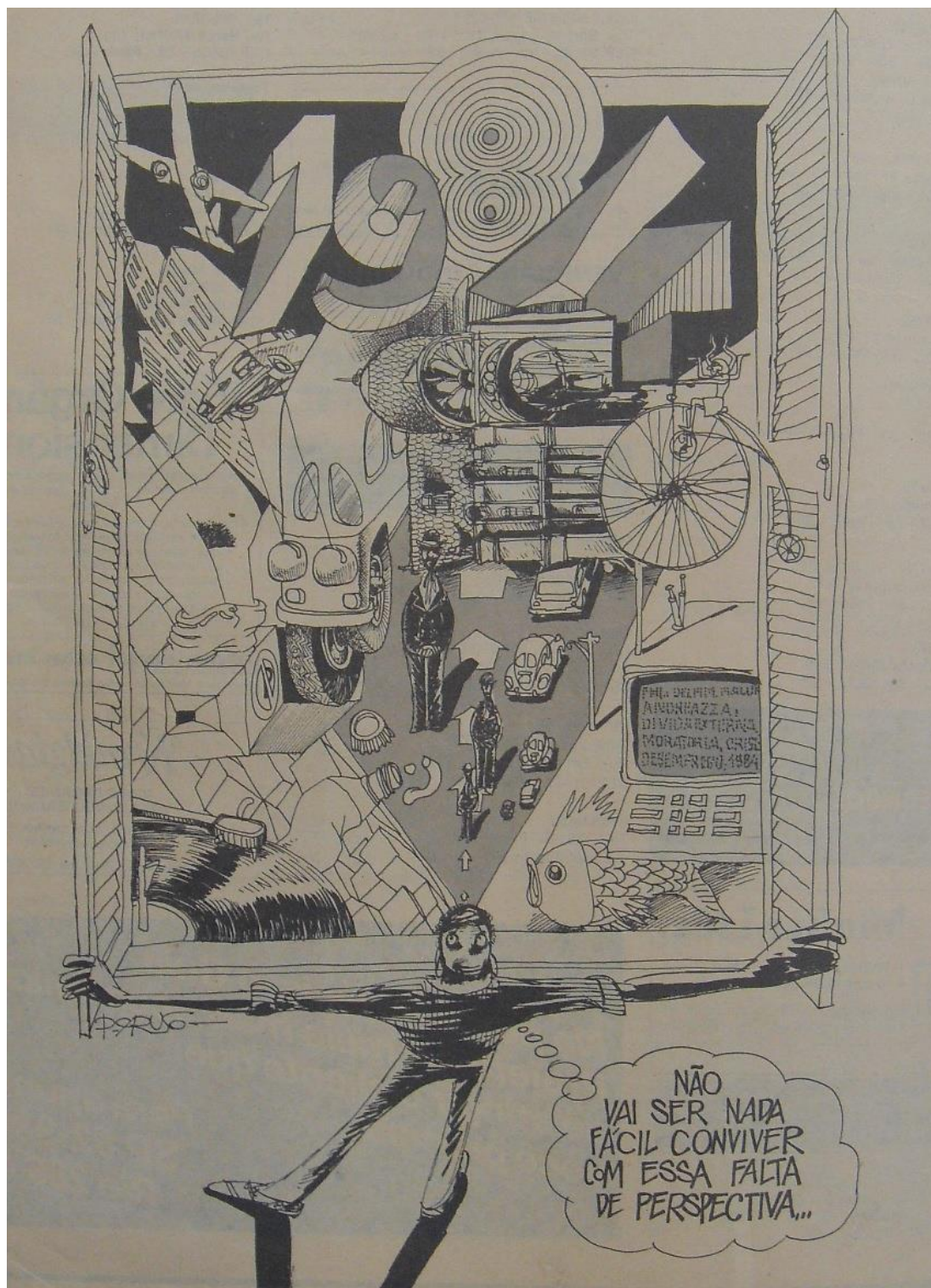
“São os Sindicatos, órgãos representativos da categoria profissional dos arquitetos, que poderão contribuir decisivamente para a reformulação do currículo mínimo em pauta, levando os aspectos relativos à dinâmica a transformação do exercício profissional, tanto no que se refere a novas áreas de atuação, quanto ao que se refere a novas formas de organização profissional, ou ainda, com a avaliação do que de fato ocorre com os egressos dos cursos de Arquitetura quando ingressam no mercado de trabalho” (Arquiteto n° 56 1978, p.16).

Ainda que os Sindicatos não se sentissem suficientemente representados nas discussões relativas ao Currículo Mínimo, a FNA possuía um representante nas comissões de debate da CEAU. Possivelmente havia uma dificuldade de escuta das demandas apresentadas pelo Sindicato, mas a presença de um representante sempre esteve arrolada entre os membros que discutiam o ensino de arquitetura e urbanismo.

¹⁹⁰ Sindicatos e atribuições profissionais dos arquitetos. Arquiteto no 56, São Paulo, (Ano VI, no 56 – Julho 1978), p.16. Por Admar Marques Filho e Lúcio Gomes Machado.

5. Busca por identidade (1980 – 1985)

Figura 11: Charge de Paulo Caruso sobre as perspectivas da profissão (Revista Projeto no 58, 1984)



Após a aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, o início da década de 1980 foi de intensa reorganização das entidades. Muitas foram as demandas e lutas nos últimos cinco anos de vigência do Regime Militar. Neles, os arquitetos discutiram a escassez de trabalho e a reformulação da Lei que regulava a profissão desde 1966, sem sucesso. Além disso, os arquitetos também seguiram trabalhando por um novo Currículo Mínimo o qual, da mesma forma que a legislação profissional, não foi efetivado.

Menos articuladas entre si, as entidades viveram um período no qual enfrentaram dificuldades financeiras e de envolvimento dos profissionais. Provavelmente, em meio aos tempos difíceis que a sociedade vivenciava, com altíssima inflação e escassez de emprego, os arquitetos não se viam estimulados a envolver-se nas instituições. Chamou atenção também a não criação de escolas de arquitetura nesses primeiros anos da década de 1980. O investimento no ensino não parecia algo possível diante do cenário econômico.

A década de 1980 começou com notícias econômicas desanimadoras. Segundos dados do IBGE, a inflação anual alcançava 100%. Em 1979 o III Plano de Desenvolvimento Nacional não obteve o sucesso esperado, especialmente com a nova crise do Petróleo e alguns anos depois a inflação chegou a atingir 200%. No final de 1979 houve “o retorno dos exilados; a autonomia incontestada do Poder judiciário; o pluralismo político-partidário e sindical; a alternância reconhecida de poder; a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão; os grandes movimentos sociais, sindicais e políticos” (REIS, 2014, pp.103-104).

Com o fim do bipartidarismo, criaram-se seis novos partidos políticos. A Arena passou a ser o Partido Democrático Social (PDS). Já a oposição se fragmentou. O MDB se dividiu em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Popular (PP). Outra ala do MDB, partidária do trabalhismo se subdividiu em dois outros partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). Por fim, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT) reunindo lideranças sindicais, militantes católicos, membros das organizações revolucionárias, bem como arquitetos do SASP.

Depois da greve de 1978, os anos de 1979 a 1981 seguiram com uma série de movimentos grevistas, nos quais os trabalhadores lutavam pela melhoria dos salários diante da inflação descontrolada. Como resultado, em 1981 realizou-se a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), com participação de 1.100 sindicatos e em 1983 foi fundada a Central Única de Trabalhadores (CUT).

Destacou-se nesse período, em meio a tantas iniciativas sem sucesso, a atuação dos profissionais vinculados ao SASP no estabelecimento da CUT e do Partido dos Trabalhadores. Deve-se notar que esse movimento se deu após o período de mudança de endereço do SASP e do chamado “rompimento” com o IAB/SP. Novamente, não se pode atribuir relações de causa e consequência nesse sentido, mas essas

movimentações revelam uma afirmação do Sindicato na luta junto aos movimentos operários, compreendendo o arquiteto e urbanista como trabalhador assalariado

Em 1980, o segundo choque do petróleo e o aumento da dívida externa, intensificaram a crise até 1983, acarretando desempregos em massa. Nesse contexto foi acordado um Plano de Estabilização com empréstimos do FMI, gerando uma sequência de planos econômicos estabelecidos após a redemocratização, a partir do Plano Cruzado de 1986 (SINGER in REIS, 2014).

Em meio a crise do desemprego iniciou-se a Campanha de Diretas Já, que almejava eleições imediatas. Contudo, a emenda constitucional que objetivava aprovar eleições diretas só veio a ser votada em 1984 e, ainda assim, não alcançou o quórum necessário. Assim em 15 de janeiro de 1985 se deu a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney o vice José Sarney, o qual toma posse com o falecimento de Tancredo. Nesse ano a inflação atinge 218,24%, um patamar impraticável.

Quanto a situação dos arquitetos em busca por empregos, o cenário era tão crítico que uma das notícias apresentadas no início da década de 1980 relatava um arquiteto carioca que havia desistido de buscar emprego como arquiteto, para abrir uma loja de plantas¹⁹¹ (PROJETO n° 18, 1980). Contudo, outras notícias apresentavam o aumento do número de oportunidades de trabalho, mostrando uma controvérsia ou uma diferença entre regiões específicas do país, já que as notícias atestavam oportunidades em Contagem, Minas Gerais, e na Bahia¹⁹² (PROJETO n° 19, 1980a). Os arquitetos enfrentavam um período de aguda recessão, com o consequente fechamento de escritórios¹⁹³ (PROJETO n° 19, 1980b).

Quanto àquela esperança da participação dos arquitetos no desenvolvimento nacional, desde o início dos anos 1970, ela havia se esvaído. Ainda que fosse lógica a formação de profissionais para servir à sociedade, os arquitetos não eram chamados aos projetos de planejamento. A vivência na década de 1970 também mostrava que “não adiantava formar novos sindicatos”, pois eles não garantiriam espaços de trabalho¹⁹⁴ (PROJETO n° 23, 1980a).

Em meio a tantos protestos, o depoimento de Rodrigo Lefèvre trazia uma outra visão à discussão¹⁹⁵. Trabalhando como arquiteto na Hidroservice, Rodrigo havia participado do projeto e obra do DNER em Brasília e buscava “esclarecer alguns aspectos do arquiteto assalariado em uma grande empresa”. O primeiro deles era o necessário combate ao preconceito de que os profissionais que ali trabalhavam serviam ao capital estrangeiro, sem participarem dos anteprojetos – recebendo ordens prontas para serem

¹⁹¹ Arquitetos buscam alternativa de trabalho. Revista Projeto n° 18, janeiro/fevereiro 1980.

¹⁹² Começa a aumentar o trabalho de arquitetos em todo país. Revista Projeto n° 19, março/abril 1980a.

¹⁹³ Arquitetos em busca do mercado profissional. Revista Projeto n° 19, maio 1980b.

¹⁹⁴ “Mercado de trabalho: desenvolvimento nacional”. Revista Projeto n° 23, setembro, 1980a.

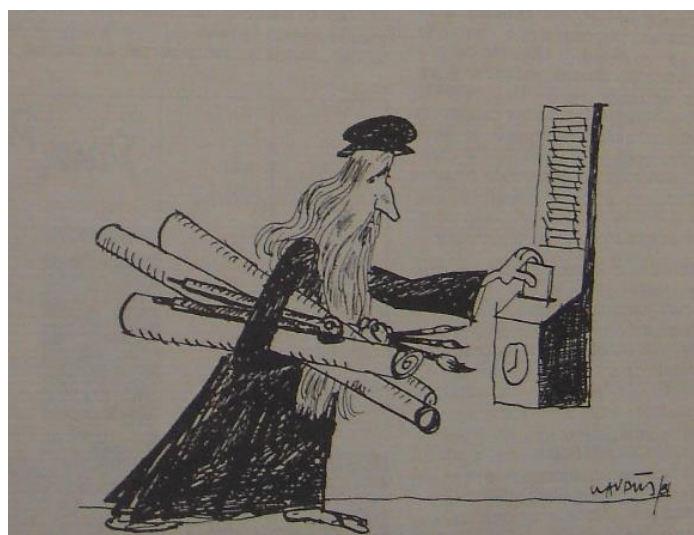
¹⁹⁵ “O arquiteto assalariado” (PROJETO, n° 29, setembro de 1981).

desenvolvidas, resultando em um trabalho sem “opções criativas”. Contudo, o arquiteto atestava que essa visão era resultado da falta de informação ou do engano de alguns profissionais:

“Quanto mais trabalhamos com engenheiros, projetistas e desenhistas das várias especialidades relativas ao edifício, mais temos ajustado às nossas criações às condições concretas e possíveis de produção, uso e manutenção dos edifícios que projetamos” (PROJETO, n° 29).

Para Lefebvre, a vida profissional enquanto arquiteto na Hidroservice permitiu sua compreensão do trabalho concebido conjuntamente e isso trazia resultados positivos. Para tal, era necessária uma nova disciplina para essa “criação coletiva”. Em contraste com a experiência positiva em meio as demandas de projeto na Hidroservice de Lefebvre, estava a declaração de Roberto Loeb, mais próxima da realidade da maioria dos profissionais.

Figura 12: Charge de autoria de Claudius, sobre o arquiteto "batendo ponto".



Fonte: Revista Projeto n° 34, outubro de 1981, p.05.

Para Loeb, era momento de reposicionar o arquiteto, de modo que fosse possível administrar os poucos projetos e os recursos que esses clientes possuíam para construir em meio a uma era de escassez. Assim, o arquiteto era chamado a buscar soluções econômicas e aproximar-se das comunidades, prestando serviços as comunidades de bairro, por exemplo, o que já havia sido praticado com a Cooperativa de Arquitetos. Para ele, ampliar o “leque de prestação de serviços dos arquitetos” era uma alternativa naquele tempo, e recomendava: um diálogo maior com o cliente; a elaboração de estudos com a participação do futuro usuário; a assessoria nos órgãos de aprovação de projeto e na escolha / contratação de construtoras que executariam a obra; a fiscalização de obras; a diversificação na prestação de serviços como figurinos, cenários, comunicação visual; o trabalho junto a prefeituras no interior do Estado. Por fim, o conselho do arquiteto era “persistir, persistir, persistir”¹⁹⁶ (Projeto n° 30, 1981a).

¹⁹⁶ “É preciso ampliar a área de atuação do arquiteto”. Projeto no 30, 1981a.

5.1. Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo paulista

Na década de 1980, o IAB/SP teve a divulgação de suas práticas por meio de circulares e Boletins. Em uma circular do ano de 1980, o Instituto fez um relato sobre a assembleia, onde discutiu-se o andamento de um processo para sua reestruturação, por meio de uma reforma estatutária. A necessidade dessa reforma era sentida há muito tempo “sentida por todos associados de aperfeiçoar as formas de organização e de representação, com o objetivo de democratizar e agilizar os processos de decisão e ação da entidade no respaldo e manifestação da categoria”.

Folham eleitos diretores nesse período (Tabela 25):

Tabela 25: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1980-1981

1. César Galha Bergstrom Lourenço	Presidente
2. Araken Martinho	1º Vice-Presidente
3. Sergio Zaratín	2º Vice-Presidente
4. Ubirajara P. Fontes	3º Vice-Presidente
5. Christina de Castro Mello	Secretária Geral
6. Antônio da Costa Santos	1º Secretário
7. Neide Angela Jopert Cabral	2ª Secretária
8. José Eduardo de Castro Bicudo Tibiriça	1ª Tesoureiro
9. Cleber José Bonetti Machado	2ª Tesoureiro
10. Roberto Israel Eisenberg Saruê	Diretor
11. Antônio Carlos Carneiro	Diretor
12. José de Almeida Pinto	Diretora
13. Joan Villa	Diretor
14. Helena Aparecida Ayoub Silva	Diretor
15. Sérgio Luiz Bianco	Diretor
16. Henrique Bianchini Filho	Conselho Fiscal
17. José Sales Costa Filho	Conselho Fiscal
18. Ernesto Theodoro Walter	Conselho Fiscal
19. Jon Adoni Vergareche Maitrejean	Conselho Superior (Titular)
20. José Carlos Ribeiro de Almeida	Conselho Superior (Titular)
21. Renato Luiz Martins Nunes	Conselho Superior (Titular)
22. Ruy Gama	Conselho Superior (Titular)
23. Paulo de Mello Bastos	Conselho Superior (Titular)
24. Pedro Taddei Netto	Conselho Superior (Titular)
25. Eurico Prado Lopes	Conselho Superior (Suplente)
26. Walter Renan Abreu Maffei	Conselho Superior (Suplente)
27. Marta Maria Soban Tanaka	Conselho Superior (Suplente)
28. Ubirajara Gilioli	Conselho Superior (Suplente)

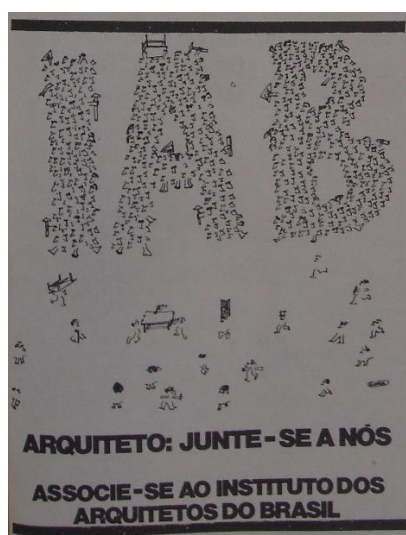
Fonte: IAB/SP.

Eram notáveis as demandas ao IAB/SP da participação dos arquitetos na discussão de temas como a mudança da capital do Estado; no curso de Sérgio Ferro e na mobilização para realização do I Encontro Estadual de Professores de Arquitetura. Também foi noticiada a realização do Censo Profissional – o Grupo de Trabalho Mercado de Trabalho – em conjunto do CREA com o Sindicato. Além disso, foi

publicado o resultado das eleições da FNA, quando foram eleitos para a diretoria Alfredo Paesani, Jorge Caron, Clóvis Ilgenfritz da Silva, José Maria Conde Drumond, Antônio Claudio Moreira e Moreira, Olair de Camillo; Suplentes – Rita Vaz Artigas e Edith Gonçalves; Conselho Fiscal – Eduardo Kneese de Melo, Jon Maitrejean, Helene Afanasieff, Suplentes Alfred Cervení, Ersto Barbucian, Durval Gomes (IAB, Circular do Departamento de SP, abril, 1980, p.06).

Nesse novo início de década, o IAB buscava reforçar a atuação dos arquitetos junto às comunidades. O Instituto afirmava que os problemas profissionais que se apresentavam ao arquiteto eram problemas de toda a sociedade, motivadas pelo modelo econômico adotado desde 1964. Além disso, o IAB atestava que desde a revogação do AI-5 ainda não havia mudado a essência do autoritarismo do Regime¹⁹⁷ (PROJETO n° 20, 1980b).

Figura 13: Campanha de filiação dos arquitetos ao IAB/SP



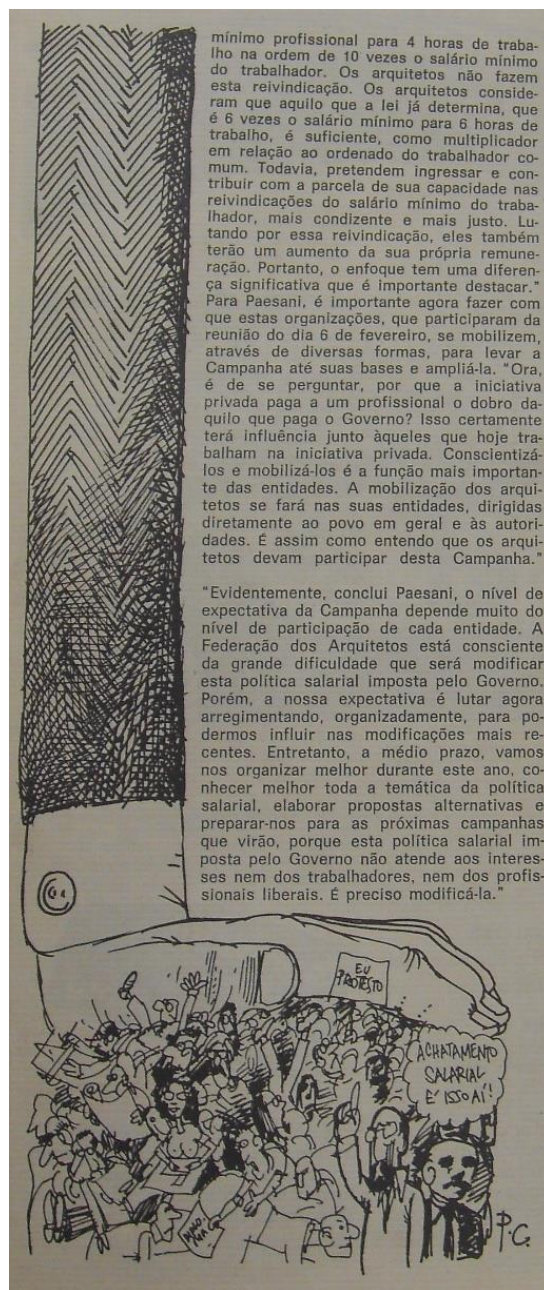
Fonte: Revista Projeto n° 34, Outubro de 1981, p.77.

Com relação a atuação profissional, o IAB/SP seguiu protestando em favor de uma legislação e um conselho autônomos atestando que o problema da sobreposição de atividades entre arquitetos e engenheiros desagradavam ambas profissões. Outro caso que motivou protestos foi o dos baixos salários (Figura 14) e a ausência de empregos. Em meio a isso, um concurso público, que oferecia 10 vagas aos arquitetos e teve 160 profissionais inscritos. Neste, os salários oferecidos estavam abaixo dos valores mínimos e, ainda assim, diante da escassez de trabalho, o número de inscritos chamava atenção. Na ocasião, a diretoria do IAB Nacional, se posicionou diante do edital em curso e se defendeu dizendo que estava atuando, responsabilizou aos colegas: “participar e contribuir no órgão de classe é atribuição

¹⁹⁷ IAB busca maior atuação junto a comunidade. Revista Projeto n° 20, maio 1980b.

profissional. Lutar sozinho ou não lutar, ficando a mercê de tudo que está aí é alienação”¹⁹⁸ (PROJETO, nº 24, 1980a, p.18).

Figura 14: Charge de autoria de Paulo Caruso sobre o achatamento salarial dos arquitetos.



Fonte: Revista Projeto, nº 27, 1981, p.05.

Diante das precárias condições de trabalho, o IAB se posicionava, afirmando que o Brasil seguia um país dependente do capital multinacional sofrendo as consequências de recessão e desemprego. Ainda que depois da mudança do quadro político ao final da década de 1970 e de uma geração de expectativa quanto

¹⁹⁸ "A questão do salário". Revista Projeto, no 24, outubro/novembro de 1980a, pp.10-11).

a melhoria do econômico, não foi o que ocorreu. Para o IAB em si, ainda se apresentou um quadro mais grave, de esvaziamento do número de associados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, mesmo sendo formados 500 arquitetos a cada ano, o número de associados não aumentava havia seis anos, “ameaçando a independência financeira da entidade”¹⁹⁹ (PROJETO, no 54, 1983b). Assim, nota-se que o IAB perdia representatividade possivelmente porque os jovens arquitetos não se sentiam representados pelo Instituto e se associavam aos Sindicatos, por exemplo ou ainda, não se associavam a nenhuma das esferas de debate sobre a profissão.

No segundo biênio da década de 1980 foram eleitos como diretores do IAB/SP (Tabela 26):

Tabela 26: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1982-1983

1. José Magalhães Junior	Presidente
2. Cândido Malta Campos Junior	1º Vice-Presidente
3. Rita de Cássia Vaz Artigas	2º Vice-Presidente
4. Joan Villa	3º Vice-Presidente
5. Maria de Fátima Infante Araujo	Secretária Geral
6. Maria de Lourdes Carvalho	1ª Secretária
7. Helena Aparecida Ayoub Silva	2ª Secretária
8. Roberto Israel Eisenberg Saruê	1ª Tesoureiro
9. Luis Laurent Bloch	2ª Tesoureiro
10. Edgar Gonçalves Dente	Diretor
11. Maria Tavares	Diretor
12. Helena Saia	Diretora
13. José Geraldo Martins de Oliveira	Diretor
14. Walter Mackhol	Diretor
15. Joaquim Claudio de Oliveira Barreto	Diretor
16. José Fabio Zamith Calazans	Conselho Fiscal
17. Celso Coaracy de Moraes Franco	Conselho Fiscal
18. Roberto Mac Fadden	Conselho Fiscal
19. Paulo de Mello Bastos	Conselho Superior (Titular)
20. Fábio Goldman	Conselho Superior (Titular)
21. João Honório de Mello Cunha	Conselho Superior (Titular)
22. Ubirajara Gilioli	Conselho Superior (Titular)
23. Luiz Carlos Costa	Conselho Superior (Titular)
24. Eideval Bolanho	Conselho Superior (Titular)
25. Jorge Wilhelm	Conselho Superior (Suplente)
26. Renato Luiz Martins Nunes	Conselho Superior (Suplente)
27. Vania Moura Ribeiro	Conselho Superior (Suplente)
28. Vicente de Paula Borges Bicudo	Conselho Superior (Suplente)

Fonte: IAB/SP.

Sobre a atuação da gestão de José Magalhães Junior não foram encontrados documentos no acervo do IAB/SP. Já a diretoria do Biênio 1984-1985 (Tabela 27) foi composta por:

¹⁹⁹ “Os grandes desafios dos arquitetos” Revista Projeto no 54, outubro de 1983b, Notícia publicada no Boletim do IAB na revista projeto.

Tabela 27: Diretoria do IAB/SP no Biênio 1984-1985

1. Renato Luiz Martins Nunes	Presidente
2. Celso Coaracy de Moraes Franco	1º Vice-Presidente
3. Joaquim Claudio de Oliveira Barros	2º Vice-Presidente
4. Maria de Fátima Infante Araújo	3º Vice-Presidente
5. Célio Pimenta	Secretária Geral
6. Edith Gonçalves de Oliveira	1ª Secretária
7. Elisabete França	2ª Secretária
8. Luis Laurent Bloch	Conselho Fiscal
9. Newton Yamato	Conselho Fiscal
10. Calim Jabur	Conselho Fiscal
11. Maria de Lourdes Carvalho	1ª Tesoureira
12. Pedro Galvão Cury	2ª Tesoureiro
13. Paulo de Mello Bastos	Conselho Superior (Titular)
14. Antônio Fernandes Panizza	Conselho Superior (Titular)
15. José de Almeida Pinto	Conselho Superior (Titular)
16. Helena Ayoub Silva	Conselho Superior (Titular)
17. Rita de Cássia Vaz Artigas	Conselho Superior (Titular)
18. Eideval Bolanho	Conselho Superior (Titular)
19. Geraldo Puntoni	Conselho Superior (Suplente)
20. José Magalhães Junior	Conselho Superior (Suplente)
21. Fábio Goldman	Conselho Superior (Suplente)
22. Laura Martinez Guidugli	Conselho Superior (Suplente)

Fonte: IAB/SP.

Assim como o cenário político e econômico brasileiro não era favorável, as Instituições também não viviam tempos de prosperidade. A diretoria que havia tomado posse no IAB/SP, para permanecer até o ano de 1985 expôs as dificuldades enfrentadas pelo Instituto e pelo país como um todo durante o Regime Militar. Renato Nunes, presidente em exercício, destacou que os tempos eram outros e que se iniciava uma reconstrução da sociedade – que viria exigir transformações profundas:

“Falo claramente em eleições diretas para a Presidência da República e Assembleia Nacional Constituinte para a fixação dos rumos da nação. Da nossa parte, na contribuição que poderemos dar a essas transformações, está a discussão do significado, hoje, do trabalho do arquiteto para a sociedade, e do papel que seu Instituto tem a cumprir no conjunto das entidades civis” (Jornal do IAB, 1983, p.01).

Para eleição da chapa, haviam comparecido ao IAB 350 arquitetos, o que era considerada presença expressiva diante do contexto político apresentado. O presidente eleito lembrava também que a atuação do arquiteto possuía um contexto político, pois não era possível pensar em organizar espaços, refletir sobre o ensino e sobre formas de produção de arquitetura sem considerá-lo:

“Desprovidos desse conteúdo, nossos projetos esgotam-se nas pranchetas, não servem a ninguém. E é devido a isso, a esse caráter político e de permanente reflexão sobre as questões sociais que fundamentam nosso trabalho, que fomos rudemente visados durante todo o período do arbítrio. O IAB sofreu inúmeras pressões para ser fechado e, se as diretorias anteriores conseguiram evita-las, não puderam impedir, contudo, um

esvaziamento de seus quadros, e razão da impossibilidade de assumir maior presença crítica e de defesa das questões dos arquitetos” (Jornal do IAB, 1983, p.01).

Assim, para Renato Nunes, criticar o Instituto pela “omissão” sem conhecer as razões de seu imobilismo, representava uma distorção dos fatos. E elencava seus planos:

“Temos uma tarefa grande pela frente, que começa por superar o hiato entre os jovens arquitetos formados a partir de 1970 e aqueles que se formaram e militaram no IAB até aquela época. A recessão econômica tolheu sua prática profissional, o arbítrio castrou sua prática política. As recentes exposições e manifestações promovidas pela gestão que agora se encerra despertaram um interesse novo pelo Instituto” (Jornal do IAB, 1983, p.02).

Além disso, o IAB esperava discutir a política habitacional, do ensino e da cultura bem como um “entendimento franco e uma cooperação aberta e autônoma Inter profissional junto com o Sindicato a todos os locais onde existe concentração de arquitetos”. O Jornal também contestava a atuação dos técnicos de grau médio – acreditando que seria necessária a definição de uma metragem máxima para a atuação profissional desse técnico. Essa discussão já havia se dado com o Decreto 5.524/68 que, “uma vez regulamentado, 80 % da edificação do espaço habitado no país saem das mãos dos arquitetos, o que representa muito mais que desemprego” (Jornal do IAB, 1983, p.03).

Somado a isso, foi publicada a campanha pelas Eleições Diretas Já, criando-se a “Comissão Executiva do Comitê dos Arquitetos pró-Diretas” da qual faziam parte Celso Franco, Emerson de Paula, Flávio Marcondes, Paulo Mendes da Rocha, Vânia Moura Ribeiro, Cláudio Mazzetti, Wilson Ribeiro dos Santos Jr, Walter Rosa, Roberto Mônaco, Maria Sampaio Tavares, Érica Yoshioka, Lucinha Prestes, Mario Cury, Antônio Neto, Helena Ayoub, que escreveu:

“Nós, arquitetos paulistas, não aceitamos a legitimidade da situação atual e vimos, neste momento, de público, afirmar que estamos dispostos a lutar junto com toda a população brasileira, pelo seu direito de escolher livre, direta e imediatamente, o presidente da República” (Jornal do IAB, 1983, p.07).

Alguns meses depois, a presidente em exercício – Rita de Cássia Vaz Artigas – expôs em uma carta a preocupação com a baixa adesão às anuidades do Instituto. A entidade tinha custos mensais de CR\$ 4.000.000,00 e a arrecadação chegava a CR\$ 2.500.000,00. Para a arquiteta os momentos de crise necessitavam de criatividade e mudanças para serem superados. O Estado possuía cerca de 10.000 arquitetos e novas formas de participação desses no Instituto deveriam ser formuladas (Jornal do IAB/SP, julho, 1983).

Em 1984, o Editorial do Jornal do IAB/SP novamente atestava as dificuldades do Instituto. O início do texto confirmava a ausência de comunicados do IAB nos últimos tempos, justificada pelas dificuldades as quais passava a categoria. Os arquitetos “marginalizados do trabalho” também se marginalizaram do Instituto reduzindo seus recursos. Diante da situação política, a diretoria do IAB perdeu força como canal de manifestação:

“Por falta de condições políticas, os debates, quando possíveis, se tornaram limitados e, sem o respaldo de uma participação maior, passaram a ser apenas a expressão de poucos, estabelecendo-se fatalmente a divisão e um isolamento entre os novos arquitetos e as tradições de luta do IAB. Perdeu-se, para satisfação do arbítrio, o objetivo maior daquele centro de reflexões que tinha a polêmica como motivação da cultura e de novos rumos. Se antes os arquitetos procuravam o IAB para discutir suas divergências, hoje não o procuram exatamente devido a elas. Há um imobilismo de princípio camuflado no jargão do “grupo fechado que se perpetua”, que impede a todos de usufruir a condição elementar do convívio como preliminar de um esforço coletivo indispensável ao avanço da profissão. São comuns as manifestações rancorosas, hostis e de descrédito às menores tentativas de ação conjunta. A desconfiança passou a ser pré-requisito da conversa” (Jornal do IAB/SP, ano 04, no 20, junho de 1984).

O Editorial reconhecia que com a convocação de uma Constituinte era necessário que os arquitetos estivessem unidos para se posicionarem e a reformulação de encaminhamentos viciados só se daria de forma diferente por meio de uma discussão. A Diretoria lembrava que um IAB forte dependia da responsabilidade de todos. A publicação do novo jornal seria uma etapa cumprida, mas o quadro associativo foi convidado a retomar sua participação no Instituto (Jornal do IAB/SP, ano 04, no 20, junho de 1984).

No mesmo ano, o editorial da edição de agosto, intitulado “Mobilização necessária para traçar o futuro” afirmava que o IAB, junto a outras associações de classe como a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, estava unido no sentido de lutar por uma reordenação da nação e pela nomeação de um “interlocutor da sociedade para a defesa das questões da ciência, da técnica e da cultura”. Essa ação teria as entidades como mediadoras, e, se necessário, contaria com o apoio de entidades da América Latina (Jornal do IAB/SP, ano 04, no 21, agosto de 1984).

5.1.1. Os Congressos Brasileiros de Arquitetos: XI (1982); XII (1985)

Quanto aos eventos realizados no início da década de 1980, ocorreram dois Congressos Brasileiros de Arquitetos. O XI, ocorrido em Salvador, no Centro de Convenções da Bahia, entre os dias 19 e 24 de outubro, teve como tema “O arquiteto e a gestão democrática da cidade” (Tabela 28). A promoção do evento esteve a cargo do IAB, da Federação Nacional de Arquitetos e foi organizado pelo Departamento da Bahia do IAB e pelo Sindicato de Arquitetos do Estado da Bahia (IAB/BA, 1982).

Tabela 28: XI Congresso Brasileiro de Arquitetos

Tema: “O arquiteto e a gestão democrática da cidade”	Data: 19 e 24 de outubro 1982	Local: Centro de Convenções da Bahia, Salvador
Grupos de Trabalho		
As questões profissionais (mercado, remuneração, fiscalização e legislação)		
O processo de produção da arquitetura		
O exercício profissional		
Formação profissional do arquiteto		

Fontes: (IAB/BA, 1982).

Foram objetivos do congresso: a discussão e tomada de posição dos arquitetos frente aos problemas e a participação comunitária nas cidades brasileiras; a avaliação crítica da inserção profissional dos arquitetos na problemática urbana; a formulação de reivindicações profissionais no plano da pesquisa e formação profissional para uma gestão urbana democrática; a avaliação e definição de diretrizes para atuação de suas entidades profissionais; e o conagração e intercâmbio de experiências profissionais (IAB/BA, 1982).

Foram apresentados relatórios regionais sobre os assuntos abordados. O relatório da Região V, São Paulo apresentou os textos “Experiências de Trabalho junto a movimentos populares na periferia”; “Questões profissionais, formas de atuação profissional” e a “Formação Profissional do Arquiteto” (IAB, 1982).

Figura 15: Plenário do XI Congresso Brasileiro de Arquitetos



Fonte: Revista Projeto nº 45, 1982.

No texto “Questões profissionais, formas de atuação profissional” foram apresentadas inicialmente as formas de atuação das entidades, o trabalho do arquiteto em empresas privadas e o trabalho do arquiteto dentro do Estado. Quanto às formas de atuação das entidades, foram destacados os aspectos nos quais elas atuavam para defesa do arquiteto e conquista do espaço no mercado de trabalho. O texto alertava que era necessário redefinir os objetivos da categoria para mobilizar os arquitetos e fortalecer as entidades de modo que elas fossem efetivamente representativas. Com isso, esperava-se concentrar a atividade política dos arquitetos em torno de entidades mais representativas, “evitando a atomização da categoria em inúmeras pequenas associações”. Os arquitetos consideravam como primordiais para coordenar a atuação dos arquitetos três entidades: o IAB, o Sindicato e o CREA (IAB, 1982, p.91). O documento lembrava que o IAB, primeira categoria a surgir, tinha acumulado no início da função das demais entidades, mas com o tempo promoveu a criação de novas estruturas em vista das necessidades da profissão.

Eram responsabilidade do IAB a defesa da arquitetura e da sua função social. Sua atuação se dava por meio de uma diretoria nacional e de núcleos regionais. Também eram responsabilidades do Instituto “a reestruturação da categoria, o apoio – inclusive material – às atividades específicas desenvolvidas pelos arquitetos nas outras entidades e a garantia de sua participação no processo de reconstrução da democracia” (IAB, 1982, p.92).

Cabia ao Sindicato a defesa do arquiteto, de suas condições e relações de trabalho. Dentro desses aspectos a entidade lutava pela justa remuneração do arquiteto (questões como o salário mínimo profissional, a tabela de honorários, dissídios, estabilidade de emprego e mercado de trabalho); pela garantia do cumprimento das leis existentes (incluindo a legislação profissional); a criação de delegacias ou quando for o caso de Associações profissionais, junto aos núcleos do IAB para implementação de suas atribuições; promover o relacionamento com as demais categorias de trabalhadores “na organização da luta pela defesa dos direitos fundamentais do Homem, da Justiça Social, do aprimoramento das instituições e da efetiva democratização do país” (IAB, 1982, p.92).

Por sua vez, ao CREA competia normatizar e defender o exercício da profissão do arquiteto. Por ser uma entidade multiprofissional, caberia a Câmara de Arquitetura buscar o aprimoramento da estrutura, criando estruturas autônomas como encaminhamento para a criação de um conselho próprio de arquitetura. Os arquitetos observavam que por ser a profissão minoritária no âmbito do sistema CONFEA/CREA era limitada a condição dos arquitetos em atuar em defesa da profissão. Por essa razão, o cumprimento da legislação profissional que deveria ser assegurado pelo Conselho precisava ser promovido pelos Sindicatos, Associações Profissionais e seus delegados. Ainda inserido no CREA, era necessário definir claramente as atribuições profissionais de cada profissão. Os arquitetos também deveriam lutar junto ao CREA e aos Sindicatos pela desvinculação dos Conselhos do Ministério do Trabalho, de modo a lhes ser assegurada a autonomia na atuação (IAB, 1982).

Quanto ao trabalho do arquiteto em empresas privadas, o texto considerava o aumento do contingente de assalariados na profissão também como resultado da abertura de novas áreas de atuação do arquiteto. Diante disso, algumas questões se apresentavam como preocupantes. O salário dos arquitetos, por exemplo, estava vinculado aos índices estipulados pelo Governo, o que dificultava negociações. As condições de contrato também eram bastante irregulares como o não registro ou o pagamento de profissionais por hora técnica, sem nenhuma garantia de estabilidade. A carreira funcional do arquiteto não apresentava políticas satisfatórias e o desempenho era muitas vezes atrelado ao preço de venda da hora técnica e à qualidade do trabalho. Por sua vez, a conservação de um acervo técnico de profissionais era incorreta, pois os trabalhos produzidos muitas vezes não eram vinculados ao seu autor, mas aos diretores da empresa aos que pertencia. Outra problemática era a inadequação da formação do arquiteto diante da ampliação do mercado de trabalho acarretando novas áreas de atuação uma pequena participação dos arquitetos. As formas de contratação do Estado, como exemplo, muitas vezes eram feitas

por pacotes de serviços de contratos – feitos por vezes com empresas estrangeiras – impossibilitando a participação de profissionais locais. Por fim, as empresas privadas também dependiam do Estado como contratante e muitas vezes vendiam horas técnicas de profissionais gerando um jogo de relação instável ao profissional contratado (IAB, 1982).

O trabalho no âmbito do Estado também apresentava condições problemáticas ao arquiteto. Quanto as questões empregatícias e funcionais existiam suas modalidades de contrato do arquiteto com o Estado – o funcionário público efetivo e o contratado. Aos contratados a título precário (desempenhavam função de arquiteto, mas foram contratados para outro cargo), o Estado não reconhecia o direito de se sindicalizar e o salário-mínimo profissional, sendo vítimas de salários mais baixos que os devidos. Os funcionários efetivos contavam com estabilidade, mas suas condições de acesso e permanência no cargo eram subjugadas às questões políticas. Além disso, o Estado não promovia políticas de promoção de cargo. Àqueles servidores contratados por empresas públicas, por meio do regime de CLT, possuíam maiores salários, contudo, não contavam com a estabilidade. Assim, os arquitetos esperavam que o Estado passasse a promover concursos públicos para a contratação de novos profissionais, considerando como critérios experiências anteriores de trabalho evitando a colocação de profissionais selecionados por influência. A atuação profissional no âmbito do Estado deveria considerar a participação popular nas decisões das políticas de habitação, transportes e sistema viário, preservação cultural e ambiental, lazer, educação, saúde e bem-estar de modo a atuar em prol da gestão democrática das cidades (IAB, 1982).

Já o texto “Experiências de Trabalho junto a movimentos populares na periferia”; “Questões profissionais, formas de atuação profissional” além de apresentadas conclusões e resoluções finais do Encontro Estadual, realizado no mesmo ano com a parceria de IAB/SP e SASP. Os arquitetos atestaram que era grande a participação de colegas junto aos movimentos populares de periferia em projetos, mas ainda não era uma unanimidade a prestação de tais serviços. Um dos aspectos destacados era que a população precisava estar minimamente organizada para receber os arquitetos, pois a solução dos problemas de forma individual se apresentava como ineficaz e onerosa. Os arquitetos compreendiam que existia a necessidade de seu trabalho na periferia, mas para sua realização “todas as práticas profissionais tradicionais são inadequadas”:

“Em primeiro lugar, é necessário desenvolver uma nova linguagem no diálogo entre profissional e população. Plantas, cortes, elevações e tudo aquilo que caracterizam a prática profissional tradicional tornam-se instrumentos abstratos e sem sentido. É, portanto, necessário desenvolver novas linguagens, para o que as experiências relatadas já apontam algumas direções. Em segundo lugar, neste tipo de trabalho, a relação entre arquitetos e a população se coloca muito mais na perspectiva de socializar as informações e o conhecimento dos profissionais, de forma a criar as condições para a própria comunidade e entender os problemas e as resoluções, do que na apresentação de soluções prontas. Em terceiro lugar, porque o processo de produção do espaço em tais circunstâncias é de tal forma diferenciado do que tradicionalmente se produz, que é necessário desenvolver uma forma mais dinâmica na relação projeto-obra. Por último, a organização democrática de comunidade coloca para o arquiteto a necessidade de

desenvolver uma relação de igual para igual com a população, exorcizando todo tipo de autoritarismo” (IAB, 1982, pp. 89-90).

Em consequência da necessária alteração da forma de trabalho do arquiteto na periferia, a formação dos novos profissionais necessitava de alteração para o cumprimento de tais atividades. O arquiteto, que se formava para trabalhar na prancheta, escritórios, empresas ou órgãos públicos necessitava de outras habilidades. Uma das experiências em curso citada foi o Laboratório de Habitação do Curso da Belas Artes de São Paulo.

Também era necessário que fossem criadas melhores condições de trabalho na periferia. Na situação vigente no período, com muitos arquitetos desempregados, subempregados ou trabalhando em outra área de atuação, esse campo de trabalho se apresentava como uma grande oportunidade. Contudo, os arquitetos reconheciam que a assistência técnica deveria ser concedida de forma gratuita, sob responsabilidade do Estado. Outro aspecto destacado era a necessidade de a organização dos movimentos populares serem independentes do Estado e de partidos políticos, evitando possíveis manipulações. Nesse âmbito, o papel dos arquitetos e outros técnicos junto aos movimentos era de “socialização das informações e na desmistificação dos argumentos técnicos que dão condições a população enfrentar de igual para igual os órgãos de administração, garantindo sua autonomia” (IAB, 1982, p.90).

Os arquitetos haviam atestado nas primeiras experiências que era possível produzir habitações com qualidade em custo menor daquelas que eram oferecidas oficialmente pelo Estado. Por isso, apresentava-se como possível a luta pela alteração das políticas habitacionais em curso:

“Uma nova política habitacional, a garantia de independência e autonomia dos movimentos e organizações populares, um novo relacionamento entre os técnicos e a comunidade e a abertura de um novo campo de trabalho para os arquitetos são partes indissociáveis de um novo relacionamento entre Estado e sociedade. Somente uma alteração no regime vigente e da atual estrutura de dominação é que garantirá sua viabilização” (IAB, 1982, p.91).

Entre as conclusões do evento, foram definidas diversas resoluções nos diferentes aspectos que afetavam a vida dos arquitetos. Em primeiro lugar, apontou-se a necessidade de democratização da sociedade, que envolveria a gestão da cidade da mesma maneira, como propunha a temática do congresso. Dentro desse aspecto, era necessário segundo o documento final defender a tecnologia nacional, assegurar condições de trabalho, melhorar as condições de vida, garantir liberdade de organização aos movimentos sociais. Além disso, os arquitetos se reconheciam junto das lutas dos trabalhadores requerendo a estabilidade do emprego, pelo direito a moradia, pela liberdade a autonomia sindical, bem como da efetivação da assembleia nacional constituinte²⁰⁰ (PROJETO, nº 46, 1982).

²⁰⁰ “A produção da arquitetura, a formação e o exercício profissionais nas conclusões dos grupos de trabalho” Revista Projeto, nº 46, 1982.

Quanto as características vigentes da profissão, a frequente divisão entre liberais e assalariados ganhou uma visão mais crítica da situação. Segundo o documento, enquanto os liberais teimavam em sobreviver, os docentes, enquanto assalariados, exerciam a profissão como “biscate, quase nunca como atividade profissional” (PROJETO, nº 46, 1982). Dessa forma, seguia-se mantendo o mito da valorização do arquiteto apenas como autor de projetos e não como um profissional cujas atividades são diversas.

Outra crítica expressa pelas decisões do evento, foi contra o Estado. Atribuía-se a visão capitalista do poder estatal a limitação do exercício do arquiteto em seu cargo público. Nessa posição, os profissionais se encontravam restritos à “execução de decisões pré-estabelecidas” (PROJETO, nº 46, 1982). Sobre as Instituições, o congresso reafirmava a necessidade dos profissionais de participarem das entidades, pois era por meio delas que se dava a luta pela democracia.

Dentro do Subtema que discutiu o exercício profissional, foram, novamente, debatidas as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e da necessidade da valorização profissional. Somou-se a esses debates a inclusão da CUT como espaço de debate no qual a categoria também se inseria, incluindo o desejo dos arquitetos de participar da luta pela independência da Central em relação ao Estado. (PROJETO, nº 46, 1982).

Nos aspectos relativos à formação profissional, os arquitetos seguiam protestando contra a ditadura e quanto a atuação dos arquitetos predominantemente para as “classes dominantes” em detrimento de atuarem para a maioria da população. Nesse sentido, era necessário criar novas estratégias de formação do arquiteto. Apesar da crise no ensino e das tentativas de reformulação mal sucedidas surgiram algumas experiências inovadoras, as quais deveriam ser reunidas na ABEA e institucionalizadas. Foi atestado que a Universidade seguia sendo um espaço de resistência durante os anos do Regime e era necessário gestar o processo de administração interna de forma democrática – por meio da criação de semanas de debate e discussão (PROJETO, nº 46, 1982).

Outro tema debatido no XI CBA foi o Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, com o texto “Formação Profissional do Arquiteto”, onde afirmava seu objetivo em prestar assistência técnica à habitação por meio da inserção de uma instituição acadêmica na periferia da cidade. Os organizadores da iniciativa acreditavam que a escola deveria oferecer uma estrutura de produção de conhecimento que permitisse o contato “com problemas concretos da população de baixa renda que, tradicionalmente, não é atendida pelo trabalho profissional dos arquitetos”. Para o Professor Jorge Caron, os cursos careciam de formas de enfrentamento de problemas que transcendiam o projeto, e que estivessem relacionados à pesquisa e ao canteiro. Para o arquiteto Joan Villa, coordenador do Laboratório, os arquitetos sempre se mostraram, por meio dos eventos, preocupados com as populações carentes e a proposta do Laboratório era trazer essa preocupação para a escola de arquitetura (IAB, 1982).

A assessoria oferecida pelo Laboratório implicava no fornecimento de projetos e reformas de obras comunitárias novas, sob a organização da própria comunidade; projeto e assessoria em formação de cooperativas habitacionais sob responsabilidade da população interessada; assistência técnica e orientação à construção e produção local de materiais; orientação e formação de mão-de-obra local; realização de pesquisas sobre materiais e processos de construção; projetos de reurbanização de favelas e assessoria a movimentos populares na área de habitação. O Laboratório contava com alunos e professores da Belas Artes dos quais faziam parte os estudantes Liliana Roemer, Maurício Queiroz, Marilita Giuliano, Márcio da Costa Pereira, Marta Genta, Ema Paula, Dagoverto Marques, Marianilci Grangipani, Luiz Caropreso, Visitacion Garcia, Durville Albuquerque Filho e Rodrigo Crispino (IAB, 1982).

Conforme os primeiros contatos com a população, o Laboratório passou a priorizar o atendimento às comunidades já organizadas, conforme afirmou Nabil Bonduki. Além disso, o Laboratório realizou outros trabalhos como um levantamento bibliográfico sobre Habitação Popular e linhas de financiamento do BNH e a organização de um catálogo de materiais de construção. Também apresentou dois projetos de pesquisa ao CNPq, promoveu palestras e debates e manteve contato com organismos, institutos de pesquisa, entidades de classe e organizações civis (IAB, 1982).

Os projetos que estavam em andamento no período eram: a colônia de férias dos trabalhadores do Takiplas, em Igaratá (projeto arquitetônico e ambiental); a urbanização da praça da Igreja de São Miguel Paulista e o projeto do Centro Comunitário; a reutilização das instalações da Igreja de Ermelino Matarazzo e o projeto de um edifício para creche e salão paroquial; o projeto de reurbanização da favela do Grajaú e um anexo à igreja de Guaianazes, ambos em São Paulo (IAB, 1982).

A atuação do Laboratório foi descrita da seguinte maneira:

“O Laboratório de Habitação vem se colocando na perspectiva de incorporar o conjunto das práticas gerais que se expressam em uma sociedade em permanente e intensa transformação, respondendo desde já as exigências de um novo profissional, de um arquiteto consciente e responsável de sua qualificação teórica e técnica, desde a sua formação na universidade até o exercício de suas atribuições e praticas profissionais, voltadas para o atendimento prioritário de todas as parcelas da população carente e alijadas do seu trabalho” (IAB, 1982, p. 97).

Bonduki (1986) também destacou que a experiência no Laboratório da FEBASP durou pouco, mas a repercussão para o ensino de arquitetura foi significativa, com a criação de órgãos semelhantes nas Faculdades de Santos, da PUC Campinas e da Unicamp. Além do aspecto arquitetônico, no aspecto político o LAB-HAB tinha como objetivo apoiar e fortalecer os movimentos sociais urbanos:

“Assessorávamos tecnicamente os movimentos – era a razão porque lá estávamos – em aspectos de arquitetura, construção e urbanismo. Atuávamos também formulando propostas de política habitacional, criando formas de linguagem que garantissem a comunicação entre técnicos e moradores e desenvolvendo instrumentos pedagógicos que facilitassem a compreensão dos mecanismos que regem a política habitacional do Brasil” (BONDUKI, 1986, p.17).

Para compreender o papel do LAB-HAB, Bonduki (1986) destacou as condições em que se encontrava o Brasil na época, como a crise econômica e a recessão do início dos anos 1980, somada a reorganização do movimento sindical nacional, de partidos políticos e de luta pela democracia. No âmbito da habitação, o autor destacou:

“Esta conjuntura apenas criou as condições objetivas – falta de qualquer alternativa de solução habitacional num enorme contingente de trabalhadores – para a deflagração de um processo de organização popular que objetiva a conquista de moradias. As novas formas de organização dos moradores e as propostas de política habitacional – baseadas a ajuda mutua e na auto-gestão – nascida no seio desses movimentos são frutos de um longo processo de luta desenvolvida na periferia nos anos 70, baseada nos princípios da auto-organização dos trabalhadores e na autonomia frente ao Estado que, superada a etapa de resistência subterrânea ao regime autoritário, avançou no sentido de propor novas formas de gestão das políticas urbanas, em consoante com a renovação do sindicalismo e a reorganização partidária” (BONDUKI, 1986, p.29).

A condição de falta de acesso à moradia, o arroxio salarial dos empregados somada a escassez de emprego formais trouxe um crescente processo de enfavelamento da população – principalmente pois, nessas condições, o pagamento de casas de aluguéis. Na cidade de São Paulo, em busca do enfrentamento dessas condições, foi criado o programa PRÓMORAR, que oferecia subsídios às famílias com renda de até três salários mínimos. Contudo, entre os anos de 1979 e 1982 foram financiadas apenas 5.000 unidades, com baixa qualidade de construção e de projeto. Ao mesmo tempo, a Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB – SP), que trabalhava com soluções de construção em massa, encarava a dificuldade de atender à população de baixa renda e aos desempregados, em consequência da modalidade de financiamento adotada (BONDUKI, 1986).

Assim, os moradores da periferia²⁰¹ de São Paulo estabeleciam uma clara crítica à política habitacional do governo, oferecendo sua proposta:

“Daí para a defesa da autoconstrução e do mutirão era um passo; na verdade, nos primeiros tempos desta discussão a ideia de que as casas deveriam ser construídas pelos futuros moradores chegava antes de qualquer coisa, como resultado da forte tradição desta prática entre os setores populares. Na chamada base do movimento que, em geral, não participava das reuniões da comissão, onde se aprofundava as propostas, nem das discussões mais gerais de política habitacional, o aspecto mais claramente compreendido era a opção pelo trabalho voluntário na construção da própria casa. Aos poucos, entretanto, foram sendo defendidos por todos outros elementos: a autonomia na compra dos materiais, a participação dos moradores no projeto arquitetônico e urbanístico, as questões financeiras como o valor da prestação e o total do empréstimo – relacionados com o tamanho da casa, o processo produtivo, etc.” (BONDUKI, 1986, p.69).

Para Bonduki, nesse processo também esteve vinculada a igreja, a tentativa de descentralizar o poder na mão do Estado e, além disso, a formação do Partido dos Trabalhadores, com a definição de políticas para diversas áreas da administração pública, com uma visão de autogestão promovida também para a

²⁰¹ Em 1984, foi organizado o 1º Encontro dos Movimentos de Moradia, que defenderam formalmente essas práticas para construção de habitações na periferia. No ano seguinte, organizou-se o 2º Encontro (BONDUKI, 1986).

participação de Joan Villa. Sua colaboração, segundo Bonduki, vinha de uma grande experiência com projeto, o trabalho na prancheta e em escritório de arquitetura (PINTO, 1989, p.113).

Após a realização do XI CBA, o último evento organizado no período estudado, o XII Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Belo Horizonte no ano de 1985, discutiu dois aspectos da atuação profissional: a participação comunitária no contexto democrático e as relações de trabalho na produção da arquitetura no Brasil Contemporâneo. Quanto à participação comunitária, os arquitetos destacavam o crescimento dos movimentos sociais urbanos e do planejamento participativo:

“As transformações ocorridas no contexto político e as consequentes mudanças na correlação de forças entre governo e sociedade trazem agora novas questões. É, portanto, momento oportuno para avaliarmos os conceitos com os quais temos trabalhado, os programas implementados e nossa participação neles. Momento também para explorarmos as novas possibilidades que se abrem para a prática profissional no âmbito do desenvolvimento comunitário” (PROJETO n° 80, 1985b).

Já no aspecto das relações de trabalho, os arquitetos lembraram que a inserção profissional havia se modificado nos últimos anos, resultando em novas relações de trabalho. Essas relações, por sua vez, orientariam as lutas a serem travadas pelas entidades profissionais nos anos seguintes (PROJETO n° 80, 1985b).

No evento, sob o tema “O arquiteto e a participação comunitária em um contexto democrático” (Tabela 29), o texto publicado pelo IAB/CE abordava que a prática do profissional empregado nos setores público e privado o afastava dos mecanismos de decisão da comunidade, pois sempre precisava responder à alguma autoridade. Em seu contexto de trabalho, a atuação do arquiteto encontrava-se “determinada não pelas demandas sociais prioritárias, mas pelas leis de mercado e pela dominação do Estado pelo capital” (PROJETO n° 81, 1985, p.85).

Entre os objetivos do evento estavam abrir oportunidade para o debate nacional da apropriação e produção do espaço habitado; realizar um balanço crítico do trabalho dos arquitetos e discutir os problemas e potencialidades da atuação e formação profissional diante da democratização do país; ampliar o debate envolvendo países do exterior; possibilitar a exposição e o debate de propostas individuais, de equipes multidisciplinares e de estudantes; debater as transformações nas relações de trabalho, legislação e exercício profissional; e, por fim, registrar e divulgar o conteúdo e os resultados do congresso (PROJETO n° 77, 1985).

Tabela 29: XII Congresso Brasileiro de Arquitetos

Tema: “A produção do espaço habitado no Brasil Contemporâneo”	Data: 1985	Local: Belo Horizonte
Subtemas		
O arquiteto e a constituinte		
O arquiteto e a organização do espaço nacional		
O arquiteto e a participação comunitária em um contexto democrático		
A produção e a apropriação da habitação no contexto da urbanização dependente		
Inovações tecnológicas e a produção e organização do espaço habitado		
O arquiteto e a questão ambiental		
Arquitetura como expressão do processo cultural brasileiro		
O sentido do passado na cidade contemporânea		
As relações de trabalho na produção da arquitetura no Brasil contemporâneo.		

Fontes: (PROJETO n° 81, 1985b)

Mesmo a atuação profissional no poder público enfrentava dificuldades em servir à sociedade como um todo, especialmente no planejamento urbano, que acabava por reproduzir mais segregação espacial. Nesse sentido, os arquitetos cearenses colocaram algumas perguntas: como criar alternativas para o planejamento da cidade que estava focado na especulação do solo, acumulação e reprodução do capital, além da exploração da força de trabalho?; estariam os arquitetos (a maioria pertencentes a classes sociais dominantes) dispostos a lutar pelas necessidades dos mais necessitados? (PROJETO n° 81, 1985b).

Como forma de engajamento aos arquitetos, o texto sugeria o apoio às lutas populares, a participação nas lutas pela profissão junto às entidades representativas, o apoio às outras categorias profissionais, a participação em partidos políticos ou movimentos políticos organizados, a luta por fazer valer os interesses das camadas mais carentes (nos limites da prática profissional) e a colocação dos conhecimentos técnicos a disposição das comunidades (PROJETO n° 81, 1985b).

Em reportagem na Revista Projeto, o IAB Nacional lembrava que o XII Congresso era uma oportunidade única para que os arquitetos assumissem uma posição pública a respeito do papel que reivindicavam para o progresso do país. Os arquitetos comentavam que era recente a luta que travaram no CREA para que a arquitetura não perdesse a exclusividade do campo do planejamento urbano, e, ao mesmo tempo, a categoria havia sofrido um duro golpe:

“No âmbito do Conselho Federal de Educação, o projeto do currículo mínimo do curso de arquitetura proposto após detidos estudos pelas entidades de arquitetos, permaneceu três anos em poder do relator, engenheiro Jucundino Furtado, do paraná, que acaba de devolver um parecer que desfigura seus pontos essenciais, como a carga horária mínima de treinamento de projetos, introduzindo matérias como a química, que somente um leigo no assunto pode julgar necessário num curso de arquitetura” (PROJETO, n° 80, 1985a).

Para o IAB isso atestava a desinformação sobre o real papel dos arquitetos ao nível dos órgãos de decisão. E reforçavam que nada mudaria caso os arquitetos não se mantivessem unidos. Esperava-se que 5.000 arquitetos participassem do evento, presidido pelo arquiteto Demétrio Ribeiro. Além disso, o evento teve como convidados do exterior os arquitetos Charles Correa, Eduardo Subirats, Eladio Dieste, Pedro Galeano, Fernando Salinas, Antônio Quintana, Rogelio Salmona, Fruto Vivas, José Dias, Jorge

Goldemberg e Jorge Glusberg. Como eventos prévios do Congresso, tanto a ABEA quanto os Sindicatos realizariam reuniões nacionais (PROJETO, n° 81, 1985a).

No evento, foi discutida no grupo de formação profissional uma resolução sobre o ensino de arquitetura e o currículo mínimo. Os arquitetos lembraram as grandes lutas travadas em 1979 para elaboração de uma nova proposta, que não logrou êxito, sendo engavetada no Conselho Federal de Educação. Desde aquele tempo até 1985 havia uma desmobilização dos arquitetos. A contrapartida encaminhada pelo engenheiro parecerista havia gerado protesto pelos arquitetos que decidiram encaminhar uma moção ao MEC, negando tal proposta (esta não foi encontrada nos acervos pesquisados). Somado a isso, os arquitetos pretendiam iniciar novas discussões regionais, bem como propor um Seminário Nacional de Ensino de Arquitetura, sintetizando as discussões em âmbito nacional (PROJETO, n° 81, 1985c).

5.2. Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo

Com o início da década, uma nova diretoria assumiu o Sindicato (Tabela 30):

Tabela 30: Diretoria do SASP nos anos 1980-1983

1. José Carlos Ribeiro de Almeida	Presidente
2. Yves de Freitas	Vice-Presidente
3. Vânia Moura Ribeiro	1ª Secretária
4. Carlos Alberto Taul	2º Secretário
5. Newton Massafumi Yamato	1º Tesoureiro
6. José Álvaro Coelho	2º Tesoureiro
7. Percival Brosig	Suplente
8. Otavio Y. Shimba	Suplente
9. Francisco Sgnini Jr.	Suplente
10. Carlos Bianco	Suplente
11. Celso Nigro E. de Oliveira	Suplente
12. Ari Vicente Fernandes	Suplente
13. Marilda S. Fróes	Conselho Fiscal
14. Nadir Curi Mezerani	Conselho Fiscal
15. Antônio José L. Aprilante	Conselho Fiscal
16. Umberto de Andrade Leone	Conselho Fiscal (Suplente)
17. Flávio Marcondes	Conselho Fiscal (Suplente)
18. José Roberto P. Graciano	Representante na FNA
19. Clara Levin Ant	Representante na FNA
20. Maria José Carneiro Muniz	Representante na FNA (Suplente)
21. Eduardo de Jesus Rodrigues	Representante na FNA (Suplente)

Fonte: Jornal Arquiteto Especial 20 anos.

Logo no início da sua gestão, José Carlos Ribeiro de Almeida foi chamado a intervir em uma crise que se dava na FAU Santos. Em 1982, ao assumir, o Prof. Noêmio demitiu 17 professores, sem uma justificativa clara:

“Com o início das aulas, todos os professores e alunos ficaram surpresos com as demissões e após uma grande reunião plenária definiu-se que tanto o corpo docente como o discente entrariam em greve pelo retorno dos 17 (dezesete) professores, dando início à segunda grande crise da FAUS” (FORTIS, 2004, p.28)

Assim, perdeu-se a comunicação entre a escola e a Sociedade Mantenedora, que implantou novas regras como o horário de fechamento do edifício²⁰² (PROJETO, n° 41, 1982a). Na ocasião, Dom Paulo Evaristo Arns foi chamado a intervir e os alunos pediam a reconstrução dos profissionais demitidos. Destacou-se aqui a intervenção do SASP no evento, pois enviou uma carta a escola questionando a demissão dos professores, bem como protestou pela falta de ética dos colegas que acabaram assumindo os cargos daqueles professores demitidos (PROJETO, n° 41, 1982b)²⁰³. Entre os professores demitidos estavam Jorge Caron e um colega seu, Fabio Eduardo Serrano, se solidarizou e pediu demissão, aumentando o número de professores demitidos para 18:

“Essa greve teve a duração de aproximadamente 100 (cem) dias, nos quais os professores e os alunos não abandonaram o ambiente da faculdade, substituindo as aulas por constantes reuniões, cujo ponto principal era o retorno dos 18 (dezoito) professores, com discussão, também, de assuntos relativos às melhorias e modificações acadêmicas, à política pedagógica da Faculdade e as relações entre a Faculdade e a Direção das Faculdades Católicas de Santos” (FORTIS, 2004, p.28).

Como resultado, foram readmitidos os professores e relocado no lugar da Direção o Prof. Oswaldo Correia Gonçalves para completar o biênio 1982/1983.

Nesse período, a FNA, que já se encontrava atuante em 1980, teve a posse da primeira diretoria²⁰⁴. Foi estabelecido como diretrizes pela Federação a luta pelo Estado de direito, a busca pela liberdade e autonomia sindical, pela reforma da CLT. Em sintonia com o IAB, a FNA visava representar e promover o arquiteto na sociedade e elaborar uma campanha de valorização profissional (PROJETO n° 20, 1980a). Um dos pontos notáveis quanto à atuação da FNA foi sua filiação à Confederação dos Profissionais Liberais, atestando sua que sua atuação visava abarcar os arquitetos que atuavam de tal maneira²⁰⁵ (PROJETO n° 23, 1980b).

Por sua vez, o SASP se comprometia a combater “a marginalização do arquiteto”. Segundo o presidente José Carlos Ribeiro de Almeida, o pior problema era o afastamento dos arquitetos do processo de projeto – tanto na esfera pública quanto privada. Entre as propostas de sua gestão estavam ações em conjunto com outras entidades, a ampliação da assistência jurídica aos arquitetos, a defesa do exercício profissional.

²⁰² “Alunos e professores da FAUS mobilizados contra medidas da mantenedora” (PROJETO, n° 42, 1982a).

²⁰³ “Crise pode baixar qualidade de ensino na FAUS” (PROJETO, n° 42, 1982b)

²⁰⁴ Foram empossados na diretoria da FNA Alfredo Paesani (presidente); Jorge Caron (1° vice); Clovis Ingelfritz (2° vice); José Maria Conde Drummond (3° vice) e Antônio Cláudio Moreira e Moreira (secretário). “Federação quer ampliar mercado de trabalho para arquitetos”. Revista Projeto n° 20, 1980a.

²⁰⁵ “Federação quer reformulação da política salarial” Revista Projeto n° 23, 1980b, p.12.

O SASP também pretendia atuar buscando a liberdade dos Sindicatos do sistema Estatal e, junto a CUT, lutar pelo direito de greve e pela liberdade de expressão²⁰⁶ (PROJETO, nº 21, julho de 1980a, p.05).

Figura 16: Diretoria do SASP e, no destaque, o presidente José Carlos Ribeiro de Almeida



Fonte: Revista Projeto nº 25, Dezembro, 1980, p.04.

Além da marginalização do arquiteto, outro aspecto combatido a época era o salário dos funcionários atuantes no governo. Um decreto-lei (nº 1.820) fora aprovado revogando o salário mínimo dos servidores públicos, o que acarretaria graves transformações na remuneração de todos os profissionais, incluindo os arquitetos. Reuniram-se, com a participação do SASP, 120 entidades em combate a esse decreto²⁰⁷ (PROJETO, nº 27, 1981).

As questões de precarização do trabalho também impactavam a formação dos arquitetos. Em um texto de autoria de Jorge Caron, o arquiteto lembrava as consequências que o modelo econômico acarretava, inclusive no ensino de arquitetura. Afinal, havíamos recebido o modelo de ensino por meio do acordo MEC/USAID. Contudo, os profissionais locais seguiam se esforçando por desenvolver uma tecnologia local, “com novas práticas e modelos para abandonar aqueles que foram impostos”²⁰⁸ (PROJETO, nº 24, outubro/novembro de 1980b, pp.10-11).

Quanto as questões políticas que envolviam a categoria, destacou-se no início da década de 1980 a atuação do SASP junto ao Partido dos Trabalhadores²⁰⁹. Naquele período, o SASP passava pela reformulação do seu Estatuto e buscava tornar-se “instrumento da luta dos trabalhadores arquitetos” (Projeto nº 35, 1981, p.15). A categoria estava dividida – entre patrões e empregados – e havia se transformado nos últimos 15 anos. O número de profissionais havia aumentado bem como as formas de assalariamento, gerando um rebaixamento da remuneração da categoria. Somado a isso, o SASP atestava que havia interesses contraditórios no meio da categoria, reafirmando a ausência de acordos em diversos aspectos.

²⁰⁶ “SASP promove combate à marginalização do arquiteto”. PROJETO, nº 21, julho de 1980a, (p.05).

²⁰⁷ “Campanha nacional – arquitetos e profissionais liberais contra a política salarial do governo”. PROJETO, nº 27, fevereiro de 1981, (p.05).

²⁰⁸ “Emprego e desemprego”, por Jorge Caron. (PROJETO, nº 24, outubro/novembro de 1980b, pp.10-11).

²⁰⁹ “O núcleo de arquitetos do PT e a atuação sindical da categoria” Projeto nº 35, novembro / dezembro de 1981, pp.15-16).

Era claro que patrões, assalariados e autônomos possuíam interesses econômicos específicos e, na sua maioria das vezes, opostos. Assim, colocava-se como questionamento: Somos realmente uma categoria? Com interesses comuns? O que nos une? No entanto, afirmava-se: “os interesses da profissão são mais importantes que os interesses específicos” (Projeto nº 35, 1981, p.15).

De forma categórica, os arquitetos do SASP afirmaram que os “patrões” haviam criado a Asbea e o Sindicato, em contrapartida, se encontrava esvaziado por conta de não definir sua representatividade. Assim, se fazia fundamental a definição do SASP “como meio concreto de defesa do trabalhador”. Ainda que subdivisões entre os próprios assalariados existissem – como entre os funcionários públicos e professores, por exemplo (Projeto nº 35, 1981, p.16).

Por fim, o SASP apontava a necessidade do desenvolvimento de uma política social do governo – pois não bastava apenas demandar trabalhos, mas garantir por meio de seu trabalho o atendimento à habitação, infraestrutura urbana, transporte, para todos os cidadãos. Dessa forma, o núcleo do Partido dos Trabalhadores – PT em meio ao Sindicato (cujos membros que o compunham não foram citados) visavam criar um movimento de grande mobilização da categoria, por meio de um sindicalismo de massa, combativo.

No início de 1982, o SASP iniciou uma campanha estadual contra o desemprego. Foi constatado que havia 9.000 arquitetos, sendo que 30% deles encontravam-se sem emprego. Além desses, a mesma porcentagem estava subempregada. Para os arquitetos reunidos no Sindicato era “inconcebível que num país com a demanda de 7 milhões de moradia, falte emprego aos arquitetos”²¹⁰ (Projeto nº 37, 1982b). Para a campanha, os arquitetos encaminharam um abaixo assinado ao governador, Paulo Maluf, requerendo a destinação de verba a obras de interesse social. Na ocasião, o assunto foi debatido no auditório do SASP com a participação de Artigas, Sérgio Zaratini, Mayumi de Souza Lima, Eurico Prado Lopes, Erminia Maricato, Alfredo Paesani, Clara Ant, entre outros²¹¹ (Projeto nº 38, 1982).

É necessário considerar que o desemprego não afetava apenas os arquitetos. Os engenheiros também se viam prejudicados. Horácio Ortiz, do Sindicato dos Engenheiros, apontava que as grandes obras só se concentravam em um grupo seleto de empresários, resultando em uma grande parte da categoria ociosa. Junto com o presidente do SASP, José C. Ribeiro de Almeida, protestavam contra a adoção de projetos padrão, que também aumentavam o desemprego. Em contrapartida, o membro do Sindicato de Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, Décio Lopes, afirmava que o ano de 1982 havia sido favorável. Ou seja, nota-se que a construção civil estava em desenvolvimento, mas sem a participação dos profissionais de engenharia e arquitetura²¹² (Construção São Paulo nº 1775, fevereiro de 1982).

²¹⁰ “SASP lança campanha estadual contra o desemprego” (Projeto nº 37, fevereiro, 1982b).

²¹¹ “Desemprego preocupa os arquitetos paulistas” Projeto nº 38, março, 1982).

²¹² “Desemprego, salários, falam os trabalhadores” (Construção São Paulo nº 1775, fevereiro de 1982, pp. 12-13).

Provavelmente, eram os únicos beneficiados no período as grandes empresas de projeto, que nesse momento, conforme Camargos (1994) estavam se internacionalizando pela falta de investimentos no país.

No ano de 1983, seguia-se a luta pela valorização do projeto, tema que foi capa de uma das edições da revista *Construção São Paulo*²¹³. Na reportagem, se posicionaram diversos arquitetos em defesa da valorização do projeto e da exclusividade deste ao profissional de arquitetura. Segundo Alberto Botti, a ausência de trabalho para o arquiteto se deu a partir de 1978 e com a crise econômica sua qualidade caiu. Era necessário traçar novos programas de atuação dos arquitetos na área governamental. Já Benno Perelmutter definiu a falta de qualidade dos projetos como consequência do boom imobiliário e do processo especulativo. Segundo o arquiteto, seus colegas não tiveram condições de evitar esse processo. Outro arquiteto consultado pela revista foi Roberto Aflalo, que criticou a formação dos novos profissionais, resultantes da reforma do ensino em 1969. Como iniciativa da AsBEA, criada por ele e Botti, entre outros, iniciaram um curso de Coordenação de Projetos, para ampliar a formação dos estudantes.

Por sua vez, Abrahão Sanovicz criticava a carga horária dos cursos de arquitetura, o aumento das faculdades e a qualidade da formação dos professores. Ainda que todos representassem a AsBEA, também requeriam o papel do IAB na transmissão de valores de um bom projeto. Ou seja, necessitavam de um apoio que a própria associação que criaram não foi capaz de gerar (*Construção SP*, nº 1837).

A diretoria do período subsequente, de 1983-1986 (Tabela 31), estabeleceu-se o Estatuto do Sindicato de Arquitetos, com carimbo da Delegacia Regional do Trabalho, encontrado no Arquivo do SASP. A cópia estava rasurada, com algumas anotações a caneta de acréscimos e correções, junto com algumas propostas anexadas da Diretoria do Triênio 1983-1986 para as Comissões e Grupos de Trabalho. Foram estabelecidas as seguintes comissões e seus respectivos responsáveis: Lúcio Gomes Machado (comissão de legislação), Regina Cutin (comissão de assalariados), Nadir Curi Mezerani (Formação profissional), Geraldo Puntoni (Comunicações) e José Carlos Ribeiro de Almeida (Representante do SASP) (*BOLETIM FNA*, Projeto nº 61, 1984a)²¹⁴.

²¹³ “Tarefa do Arquiteto: o valor e o significado do projeto em uma ampla e permanente campanha de conscientização” *Revista Construção São Paulo*, nº 1837, abril 1983, p.07.

²¹⁴ “Arquitetos pelas diretas” (*BOLETIM FNA*, Projeto nº 61, 1984a)

Tabela 31: Diretoria do SASP nos anos 1984-1986

1. Edson Eloy de Souza	Presidente
2. Carlos Bianco	Vice-Presidente
3. José Borelli Neto	Secretário
4. Elizabeth Teixeira	2ª Secretária
5. Flávio Marcondes	1º Tesoureiro
6. Francisco Segnini Jr.	2º Tesoureiro
7. Carlos Massato Miyomoto	Suplente
8. Wanderley M. Morelli	Suplente
9. Henrique Bianchini Filho	Suplente
10. Regina Cutin	Suplente
11. Flávio Luiz M. B. Moraes	Suplente
12. Haroldo Gallo	Suplente
13. Emerson de Paula	Conselho Fiscal
14. Otávio Yassuo Shimba	Conselho Fiscal
15. Lúcio Gomes Machado	Conselho Fiscal
16. Marcos de Azevedo Acayaba	Conselho Fiscal (Suplente)
17. José Carlos Caparica Olzon	Conselho Fiscal (Suplente)
18. Vera Lúcia de Campos Correa	Conselho Fiscal (Suplente)
19. José Carlos Ribeiro de Almeida	Delegados na FNA
20. Edson Eloy de Souza	Delegados na FNA
21. Carlos Bianco	Representante na FNA (Suplente)
22. Ernesto Theodor Walter	Representante na FNA (Suplente)

Fonte: Jornal Arquiteto Especial 20 anos.

No documento o capítulo I definia o Sindicato²¹⁵ como único representante legal da categoria dos arquitetos, “constituído e mantido por esses profissionais para sua defesa e representação em todas modalidades de suas atividades na base territorial do Estado de São Paulo”. O Sindicato visava a melhoria das condições de vida, estudo e trabalho, bem como a defesa das instituições democráticas, a melhoria das condições de ensino e formação profissional, além da defesa das artes e da cultura (SASP, 19-?). Interessante notar aqui que as atividades seguiam se sobrepondo entre as instituições – o SASP tinha em comum com o IAB/SP a defesa da profissão e em comum com a ABEA a melhoria das condições de ensino e formação do arquiteto e urbanista.

Eram prerrogativas do SASP, conforme artigo 2º, filiar-se a Central Sindical e a FNA; celebrar contratos e acordos coletivos de trabalho; eleger e designar representantes da categoria; criar delegacias sindicais para estender sua ação de abrangência territorial; colaborar com órgãos técnicos e consultivos do movimento sindical e do governo, para estudar e propor soluções para problemas trabalhistas; celebrar convênios com outros órgãos não sindicais da categoria visando “o conagraamento e união de esforços para atingir os objetivos do Sindicato”²¹⁶; organizar cursos de aperfeiçoamento profissional; participar do

²¹⁵ Nos pontos onde aparecia a palavra arquitetos, havia no documento um acréscimo manuscrito a caneta da palavra urbanistas como, Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas (SASP, 19-?).

²¹⁶ Os convênios foram estabelecidos com o IAB/SP em diversos momentos.

Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos e dos Congressos organizados pela FNA, bem como de outros Congressos e Eventos da Categoria (SASP, 19-?).

Segundo artigo 3º eram deveres do SASP: manter relações com as demais associações de categorias profissionais, buscando concretizar e defender os interesses nacionais; colaborar e defender a solidariedade entre os povos para concretizar a paz e o desenvolvimento em todo mundo; lutar pela defesa das liberdades individuais, coletivas e dos direitos fundamentais; constituir serviços para promoção de atividades culturais, profissionais e de comunicação; participar de entidades intersindicais nos âmbitos nacional e internacional, na luta pelos interesses da classe trabalhadora; colaborar com órgãos de apoio sindical; manter serviços de assistência jurídica aos associados; representar os interesses da categoria junto às autoridades administrativas e judiciárias; atuar em defesa do papel estratégico da ciência e tecnologia; promover e proteger as artes, ciências, cultura e tecnologia; colaborar com a sociedade como órgão técnico e consultivo (SASP, 19-?).

Eram condições de funcionamento do sindicato, conforme artigo 4º, a observância da legislação vigente, a inexistência de cargos eletivos cumulativamente aos remunerados pelo Sindicato; a existência na sede de um livro de registro dos associados; a gratuidade do exercício dos cargos eletivos; a abstenção de práticas que incorram em vinculação político-partidárias (SASP, 19-?).

Quanto as relações dos arquitetos com a CUT, houve o apoio de parte da categoria. Alfredo Paesani e Clara Ant, por exemplo, tornaram-se membros da executiva da CUT em São Paulo²¹⁷. Os arquitetos passaram a se posicionar sobre a correção do sistema de aposentadoria e previdência, bem como da garantia dos direitos conquistados anteriormente²¹⁸ (PROJETO nº 60, 1984b).

Quanto a visão que a sociedade tinha do arquiteto seguia-se com o discurso de que era necessário divulgar a profissão, pois ela era “ainda mal compreendida pela maioria da população”²¹⁹ (PROJETO nº 74, novembro de 1984a). Em 1985, foi realizado em São Paulo o X Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos, do qual só foi encontrado o temário (REVISTA PROJETO, nº 77, julho de 1985a). Também se seguiu no período a luta pelo salário mínimo profissional²²⁰.

²¹⁷ “Cresce adesão dos arquitetos à CUT” (Projeto nº 64, junho de 1984)

²¹⁸ “A CUT e as reformas da previdência” (Projeto, nº 59, 1984b).

²¹⁹ “A crise, os arquitetos e suas perspectivas” – Espaço IAB, Revista Projeto, nº 74, abril 1985a.

²²⁰ “Salário Mínimo Profissional – campanha é de todos” e “X ENSA” publicados no Boletim da FNA, (Revista Projeto, nº 77, julho de 1985a).

5.3. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura

No início da década de 1980, a Associação, antes sediada em um anexo do Edifício da FAU Maranhão, passou a ter sua sede no edifício da Belas Artes, na Praça da Luz. No Boletim nº 11, a diretoria agradeceu à direção da Faculdade de Belas Artes, em nome do coordenador do curso de Arquitetura, Jorge Caron, por ceder o espaço para a Associação. Nesse ano, a ABEA havia estabelecido como diretriz mudanças no Estatuto para a implantação de secretarias regionais e o desenvolvimento de uma programação para discussão da qualidade do ensino de arquitetura (ABEA, 1980).

Tabela 32: Diretoria da ABEA 1980-1981

1. Candi Hirano	Presidente
2. Vera Lúcia França Leite	Vice-Presidente
3. Francisco C. Alvim Neto	Secretária
4. Aurílio S. Costa Caiado (estudante)	Diretor

Segundo Gutierrez (2013) a mudança da ABEA para a Belas Artes se deu em vista da demolição do anexo do prédio à Rua Maranhão, na FAU USP, onde a Associação estava sediada. Contudo, notam-se algumas mudanças nessa diretoria da ABEA, com a ocupação do cargo de vice-presidente por Vera Lúcia França Leite, do Rio de Janeiro, a presença de um estudante. Além disso, pela primeira vez o presidente não era professor da FAUUSP, mas atuava como docente do Mackenzie e da PUC Campinas.

Figura 17: Reunião anual da ABEA



Fonte: Revista Projeto, nº 25, Dezembro de 1980, p.45.

Nesse momento, iniciou-se uma nova prática na defesa do ensino de arquitetura. Sem resultados efetivos na busca por uma real transformação no ensino de arquitetura e urbanismo, em 1981 a CEAU em conjunto com o Ministério da Educação propõe a criação do Primeg-ARQ (Programa Integrado de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura), de modo a promover o intercâmbio de experiências

e apoio entre escolas de arquitetura, melhorando a qualidade do ensino. Enquanto isso, a ABEA vivenciava um momento de reorganização:

“Os Encontros Nacionais de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, as Reuniões do Conselho Superior e os Congressos da Abea passaram a receber cada vez mais críticas relativas à representatividade dos associados e em decorrência das decisões. O que se questionava era a ausência ou a pouca participação de docentes e discentes nas discussões e decisões da Abea. Como eram representantes das Escolas, em geral dirigentes, docentes e discentes não representavam ou não participavam da instituição. Muitas vezes um contradizia o outro nas plenárias decisórias, sendo que o dirigente era quem representava oficialmente a instituição e era quem votava e decidia” (INEP/MEC, 2010, p. 79).

Nesse período um novo estatuto foi aprovado pelo Conselho Superior da ABEA no ano de 1982. Na abertura do Estatuto, os autores registravam a realização do Simpósio Nacional sobre a Formação do Arquiteto, na cidade de Goiânia, onde os arquitetos haviam discutido a massificação do ensino de arquitetura e a proliferação das escolas, com a consequente baixa qualidade dos profissionais formados, com pouco conhecimento. Por sua vez, esse movimento causava uma massa de excedentes profissionais e de rebaixamento dos salários. Diante desse quadro, a ABEA entendia que necessitava se revitalizar como associação, ocupando “seu verdadeiro espaço político na liderança do movimento pelo aprimoramento do ensino de Arquitetura, da pesquisa, da carreira docente e da autonomia administrativa, financeira e didática dos cursos de arquitetura” (ABEA, 1982, s/n). A ABEA então, inaugurava uma nova fase de luta pela redemocratização da Universidade Brasileira e de democratização da própria associação²²¹:

“... cujo acervo de serviço e contribuições ao ensino e a profissão deverá pautar-se pelo princípio do equilíbrio quantitativo entre os elementos básicos de sua estrutura: instituições de ensino de arquitetura, a comunidade docente e a comunidade discente. Da interação dessas forças surgirá uma ABEA capaz de dar sentido e completar o sistema estratégico e profissional do campo de arquitetura” (ABEA, 1982, s/n).

O objetivo da Associação ganhou nesse novo Estatuto o acréscimo das partes envolvidas nas Instituições de ensino – pois a ABEA se propunha seguir congregando as instituições de nível superior de ensino de arquitetura, através das comunidades docente e discente, bem como de outras pessoas físicas e jurídicas interessadas em seu avanço. O primeiro artigo reforçava a busca pelo equilíbrio representativo na composição de seus elementos estruturais – instituições de ensino, comunidade docente e discente (ABEA, 1982).

Além desse, os objetivos da Associação elencados no artigo segundo eram: desenvolver sua atividade sempre como entidade educacional, cultural, independente, não tomando posições político-partidárias, nem de caráter discriminatório, quanto as ideologias, crenças religiosas ou origens raciais; a luta pela autonomia nos aspectos administrativo, didático e financeiro dos cursos de arquitetura; o aprimoramento

²²¹ Esse sistema, no documento, era composto pela ABEA, o IAB, a FNA e a Secretaria de Arquitetura da UNE.

de ensino e da pesquisa, bem como da estrutura administrativa e técnica das instituições filiadas; o aperfeiçoamento dos métodos de ensino e apoio à pesquisa científica; a adoção de medidas de formação e aperfeiçoamento de docentes, para o “desenvolvimento e prestígio da carreira universitária no campo da Arquitetura”, visando uma melhor formação dos docentes; a promoção de intercâmbio com educadores nacionais e estrangeiros; o relacionamento com entidades culturais, educacionais e estudantis das demais profissões; representar junto aos poderes nacionais a criação e funcionamento das escolas de arquitetura no Brasil e as instituições que visam o ensino; incentivar a gestão local das questões de ensino (ABEA, 1982).

Podiam se associar à ABEA tanto as instituições quanto alunos, professores ou estudiosos em ensino de arquitetura como sócios individuais. Segundo artigo 5º eram obrigações dos associados atuar para que a Associação atingisse seus objetivos, participar das comissões e atividades para os quais eram designados, selar pelo cumprimento do estatuto e pagar pontualmente as anuidades. Os associados poderiam ser excluídos a critério do Conselho Superior (ABEA, 1982).

Seguiam sendo órgãos administrativos da ABEA o Conselho Superior, a diretoria e os órgãos consultivos. Surgiram dois novos itens administrativos: o Congresso da ABEA (CONABEA) e os Conselhos Regionais. O CONABEA seria o órgão máximo de decisão e deliberação da ABEA, onde estariam representadas as escolas de arquitetura, a diretoria da ABEA e as entidades profissionais e estudantis associadas. Segundo artigo 10º, era função do CONABEA: traçar diretrizes de coordenação e atuação das escolas no que dizia respeito a ensino, pesquisa e políticas educacionais; fiscalizar as deliberações de Congressos anteriores; modificar o Estatuto, pelo voto de 2/3 dos delegados; decidir sobre a extinção da ABEA e eleger sua diretoria (ABEA, 1982).

A diretoria era composta pelo presidente, vice-presidente, secretário geral, secretário, secretário de finanças e subsecretário de finanças. Suas funções permaneciam aquelas apresentadas no Estatuto inicial, em 1973. Por sua vez, os Conselhos Regionais, criados nesse Estatuto, eram organizados por conjuntos de Estados e Territórios “cuja facilidade de intercâmbio e coordenação possa contribuir para o enriquecimento político da ABEA”. Estes teriam direito a autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto próprio, cumprindo o Estatuto da ABEA (ABEA, 1982). A princípio, os Conselhos Regionais estavam organizados em Região Norte-Nordeste (Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); Região Centro (Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal; Minas Gerais e Espírito Santo); Região Centro-Leste (Rio de Janeiro); Região Centro-Oeste (São Paulo, Mato Grosso do Sul) e Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Esses conselhos seriam constituídos de um membro da administração, um docente e um discente eleitos em cada escola de arquitetura da região e um representante das entidades profissionais da Região associada à ABEA. Esse ofício da ABEA ainda constava o endereço da Rua Maranhão, 88 – sede da FAUUSP.

Após a aprovação de seu novo estatuto, a ABEA chamava os arquitetos a retomarem os encontros de estudantes, professores e profissionais, pois preocupava-se com a condição do ensino, sendo que 75% dos alunos em cursos de arquitetura estavam matriculados em faculdades privadas. A Associação e a CEAU estavam atuando em frentes específicas, colaborando, inclusive com a criação do PRIMEG-ARQ, mas era necessário também retomar a participação dos estudantes nas discussões – incluindo a reativação dos Centros Acadêmicos²²² (Projeto nº 30, 1981b). Em um dos eventos organizados para a retomada dos debates relativos ao ensino, ocorrido em Goiânia, os arquitetos afirmaram a necessidade de retomar o período rico de discussões que havia se dado entre os anos de 1958 e 1962²²³ (Projeto nº 32, 1981).

Fato é que se seguia, ainda na década de 1980, a discussão da proposta de reformulação do Currículo Mínimo de 1969. Uma comissão formada pelos arquitetos Jorge Caron, Candi Hirano, Edgar Graeff, Fernando Rabelo e os estudantes Nilton Vasconcelos, Carlos Dias Comas e Demerval Monteiro elaboraram um texto, cuja entrada foi dada no Conselho Federal de Educação em 15 de fevereiro de 1981. As principais demandas eram a valorização de um debate pela conformação de um novo ensino de arquitetura, a necessidade de se retomar a importância da função social do Currículo. Os autores do parecer (que não foi encontrado nas fontes consultadas) lembravam o que fora afirmado com a carta de Ouro Preto – que um novo currículo Mínimo era uma tarefa necessária, mas não garantia em si mesmo a melhoria do ensino²²⁴ (PROJETO, nº 34, 1981).

Em 1982, uma nova diretoria tomou posse (Tabela 33) e foram retomados os eventos para discussão sobre o ensino de arquitetura e urbanismo. Houve a realização do VII Encontro Nacional sobre a Formação do Arquiteto, que objetivava elaborar um plano para a formação profissional. O encontro foi estruturado através do debate de diversos Temas, entre os quais estavam a formação do arquiteto, com uma série de subtemas: a pesquisa e a formação do conhecimento na área da arquitetura, com pesquisa e formação permanente. Nesse subtema, foi discutida a necessidade de cada escola absorver as questões colocadas pelos movimentos populares, de modo a assegurar um efetivo atendimento ao povo brasileiro. Além disso, acreditava-se que era necessário desenvolver a pesquisa e o questionamento durante a formação²²⁵ (PROJETO nº 37, fevereiro de 1982a).

²²² “Formação profissional – a retomada dos encontros” (Projeto nº 30, 1981b).

²²³ “Em Goiânia formação profissional em debate”. Projeto nº 32, agosto de 1981.

²²⁴ “Proposta para reformulação do Currículo Mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo”. (PROJETO, nº 34, outubro, 1981).

²²⁵ “As propostas finais do VII Encontro nacional sobre a Formação do Arquiteto” Projeto nº 37, fevereiro de 1982a.

Tabela 33: Diretoria da ABEA 1982-1985

1. Fernando Carlos Rabelo	Presidente
2. Jaime Goncalves de Almeida	Vice-Presidente
3. Rui Rocha Filho	Secretário Geral
4. Eduardo Fortes Bustamane Debrassi (estudante)	Secretário
5. Elizabeth Cardoso Metran	Secretaria de Finanças
6. Anderson Claro	Subsecretário de Finanças

Fonte: ABEA, 1982.

A nova diretoria visava criar um espaço de discussão nacional e diversificado. A composição com membros de diversos estados e escolas era notável. O presidente Fernando Carlos Rabelo era diretor da FAU da Universidade Católica de Goiás; o vice-presidente, Jaime Goncalves de Almeida, da Universidade de Brasília; Rui Rocha Filho da FAU da Universidade Católica de Goiás; o estudante Eduardo Fortes Bustamane Debrassi, da PUC Campinas; Elizabeth Cardoso Metran, professora da FAU da Universidade Católica de Goiás, e Anderson Claro, do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina) (ABEA, 1982).

Outro tema retomado nas discussões da nova diretoria foram os currículos mínimos e plenos. Defendeu-se a necessidade de realizar seminários pra debate das entidades com as escolas de modo institucionalizado – como um Fórum. Entendia-se, no aspecto do ensino, que se fazia necessária a participação de todas as entidades – ABEA, IAB, FNA, além das escolas e dos estudantes, para pressionar o Conselho Federal de Educação. Também se defendia como necessidade a criação de uma comissão que atuasse junto ao MEC com a composição de um arquiteto por entidade – ABEA, IAB, FNA, CONFEA e UNE (PROJETO n° 37, fevereiro de 1982).

Entre os demais subtemas de discussão se apontavam a necessidade de seleção e formação na carreira dos docentes; a avaliação permanente da qualidade do ensino oferecidos pelas instituições, a integração interdisciplinar nos cursos; a avaliação da produção dos arquitetos como critério para aferir a qualidade do ensino. Em um dos subtemas foram debatidos os critérios básicos para avaliação, controle, autorização, abertura, funcionamento e reconhecimento dos novos cursos. Para conceder abertura aos novos cursos foram sugeridos como critérios para a CEAU a verificação da autonomia dos cursos, assessoria, quais eram suas inovações, o quadro docente, a possibilidade do aumento de vagas nas escolas já existente, a solidez e a tradição das universidades em questão, se existiam cursos de apoio como Engenharias e Artes; devia dar-se preferencia a abertura de cursos em Universidades e não em escolas isoladas; a relação do número alunos e professores, a bibliografia das disciplinas, o oferecimento de laboratórios e ateliers somado ainda ao espaço físico (PROJETO n° 37, fevereiro de 1982).

Por fim, o encontro defendia a necessidade da participação de arquitetos e estudantes na reestruturação da ABEA, bem como o direito de todos participantes ao voto para cargos nas universidades e a luta pelo ensino gratuito (PROJETO n° 37, fevereiro de 1982).

Em meio as escolas, os professores também encontravam um ambiente desafiador de trabalho. Os arquitetos formados eram contestados pelo baixo nível de sua formação, enquanto os professores eram contratados pelo nível de amizade. Outro aspecto que fora destacado era a instabilidade de trabalho dos professores, que viviam “o fantasma das demissões semestrais”. Assim, questionava-se “até quando vamos aceitar que o ensino permaneça tão rentável quanto abandonado?”²²⁶ (PROJETO, nº 49, 1983).

Em uma reunião ocorrida no IAB/SP, Cesar Mazzacorati comentou que em 1976 lecionava em 04 distintas escolas e Zanettini afirmou que reconhecia que a universidade não valorizava o professor²²⁷ (Construção SP, 1841).

Durante os anos 80, aspectos específicos com ensino foram discutidos por grupos menores de professores, reunindo, por exemplo, professores de paisagismo, que discutiam a importância das disciplinas como obrigatórias nos cursos de graduação²²⁸. No mesmo período, uma experiência no ensino se destacava fora do Estado de São Paulo, a da universidade Católica de Goiás, implantada com a participação e Edgar Graeff²²⁹.

Alguns problemas voltaram a surgir nas escolas privadas e, em 1984 se deu uma crise no ensino da FEBASP, quando Jorge Caron deixou a direção da escola²³⁰ (PROJETO, nº 67, 1984). Em 1985, a ABEA passou a mediar as discussões em meio a crise na escola. Os alunos requeriam a volta dos professores que tiveram seus contratos suspensos e a ABEA, por sua vez, sugeriu que fosse nomeada uma comissão externa para intervir e cooperar na formação de um novo corpo docente; esperava-se que a situação trabalhista dos professores fosse regularizava e as demais informações divulgadas de maneira pública²³¹.

Desde a época do reconhecimento do curso, em 1983, iniciou-se uma polêmica em meio ao corpo docente e discente. Os professores requeriam melhores salários enquanto os alunos protestavam o preço das mensalidades. Deve-se considerar também o convívio nesse período com os movimentos da Diretas-Já – os alunos eram convocados pelos professores, como Joan Villa, para participarem dos protestos e passeatas (ROSA, 2004).

Em 1984, houve uma greve na escola com a duração de um ano e a consequente demissão de todo o corpo docente – com exceção de Nelson Milani e Sérgio Malacrida. Em meio a continuidade do conflito, deu-se a busca por novos professores. Em 1985, Caron demitiu-se da diretoria da FEBASP enfrentando

²²⁶ “Ensino: professores lutam contra o desinteresse e desamparo generalizado” (PROJETO, nº 49, março, 1983).

²²⁷ “Uma saída para o arquiteto: a busca de unidade dentro da categoria e a atuação mais próxima da sociedade como um todo” Revista Construção São Paulo, no 1841, maior de 1983, p.05.

²²⁸ “Observações e conclusões do encontro dos professores de paisagismo” Revista Projeto nº 54, outubro de 1983c, p.35

²²⁹ “Aprendizado de Arquitetura: uma experiência na Universidade Católica de Goiás” Revista Projeto nº 54, outubro de 1983d, pp.40-47.

²³⁰ “Caron deixa a Coordenação do CAU FEBASP (Projeto nº 67, 1984, p.12)

²³¹ “A solução que a ABEA propõe para a crise na Belas Artes” (PROJETO, nº 87, abril, 1986)

uma série de reivindicações como maiores salários, mais recursos para os Laboratórios e outras questões de política interna. Com a nomeação de um interventor e o agravamento da crise, uma greve paralisou²³² a escola que, por sua vez, demitiu todos os professores e encerrou as atividades de Laboratório de Habitação. Outro motivo da crise que se deu em 1985, em vista das políticas federais, houve uma severa depreciação do salário, acarretando na greve geral do curso. Nesse momento, a ABEA intermediou os diálogos.

Assim, como discussões relativas à regulamentação da profissão não tiveram conclusão com o fim do Regime Militar, as discussões a cerca do Currículo Mínimo não avançaram. Foi documentado um intenso processo participativo nas discussões a cerca do assunto entre os anos de 1978 e 1979, que visou discutir soluções e propostas. Contudo, até 1985 nenhum resultado concreto foi obtido²³³ (PROJETO, nº 76, junho de 1985).

Encerrado em 15 de março de 1985, o Regime Militar trouxe uma mudança significativa nos espaços de discussão sobre a formação do arquiteto. No ano seguinte, em 1986, a Revista AU publicou uma série de textos refletindo sobre a experiência das escolas como a de São José dos Campos²³⁴, e das novas escolas, como a de São Carlos, que buscavam iniciar um novo período na formação dos arquitetos e urbanistas²³⁵. Sobretudo, questionavam-se os novos rumos do ensino e para onde caminhar a formação do arquiteto, mas uma questão era certa – “a adequação da escola só se dará a contento da sociedade se for de maneira democrática”²³⁶ (REVISTA AU, nº 05, Abril de 1986c, p. 38).

Segundo Santos Junior (2001), em todo esse panorama histórico do ensino e da profissão do arquiteto e urbanista, desde 1969, com o estabelecimento do Currículo Mínimo, foi possível identificar que as mudanças reivindicadas no ensino estavam relacionadas à busca de novos rumos para o campo profissional do arquiteto. Contudo, sem a aceitação das tentativas de mudança no ensino promovidas pela ABEA no período da Ditadura, houve um “refluxo em suas atividades, ensejado pelas condições políticas a época e como decorrência da perda do relevo da atividade do arquiteto e urbanista no tecido social brasileiro”.

A perda de espaço do arquiteto e urbanista foi, por muitos profissionais, justificada em vista dessa ampliação do número de vagas no ensino de arquitetura em uma distribuição desigual no território. Se

²³² A partir de 1987 novos professores foram recontratados e um nova grande mudança se deu na escola com o despejo do edifício da Pinacoteca, em 1989 (ROSA, 2004).

²³³ “Documento sobre o ensino” Projeto nº 76, junho de 1985.

²³⁴ “Espaço de Utopia”, por Livia Alvares Pedreira (Revista AU, nº 05, Abril de 1986a, p. 31).

²³⁵ “Momento da Razão” (REVISTA AU, nº 05, Abril de 1986b, p. 36).

²³⁶ “Abrir portas e janelas” REVISTA AU, nº 05, Abril de 1986c, p. 38.

notarmos a expansão do ensino no Estado de São Paulo, as novas escolas estavam instaladas todas próximas da capital. Para Santos Junior (2001) a abertura de vagas respondia “à logica mercadológica do modelo privatista do ensino superior, com o oferecimento de vagas de acordo com as dimensões dos mercados potenciais e o abandono da ideia de equacionamento das demandas profissionais por região do país”.

Em 1985, ano de redemocratização do país, a ABEA foi refundada e ressurgiu como Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Dessa forma, passou a congregar além dos dirigentes, docentes e discentes das escolas associadas, voltando a ampliar o alcance das discussões sobre o ensino de arquitetura e urbanismo, agora em um país livre da Ditadura Militar.

No mesmo ano foi realizado o 1º CONABEA (Congresso da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo), com a eleição de uma nova diretoria e um novo conselho²³⁷, que estariam sediados dessa vez fora do Estado de São Paulo, na UnB, em Brasília. Contudo, o Currículo Mínimo não sofreu nenhuma alteração no período estudado por esse trabalho. Ainda em maio de 1984, os arquitetos seguiam cobrando um retorno do Conselho Federal de Educação, que recebera a proposta em 1981 e até então não havia dado uma resposta²³⁸ (PROJETO n° 63, 1984b).

Nesse período, segundo Graeff (1995), ainda pode-se atestar alguma resistência:

“Nesse quadro realmente melancólico, de quase estagnação da arquitetura brasileira e do seu ensino, cumpre destacar, em contrapartida, a resistência teimosa dos estudantes e de muitos docentes. E é preciso reconhecer também a presença permanente e exemplar do Instituto de Arquitetos do Brasil, com sua tranquila e corajosa oposição ao descalabro instalado no país. Durante muitos anos, cerca de um decênio, o IAB se viu, por carência de liberdade para discutir abertamente os problemas da morada do homem brasileiro, impedido de realizar o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos. Mas, através do seu Conselho Superior, da Direção Nacional e dos Departamentos Estaduais, recusou-se a omissão e a subserviência, manifestando sempre com a maior clareza suas críticas às políticas e iniciativas desastrosas da ditadura concernentes ao espaço habitado. Mesmo nas condições mais adversas o IAB concebeu e conseguiu criar a Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo de assessoramento ao Ministério da Educação e Cultura (CEAU-MEC). E a própria Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA), tão frágil e tão criticada, apesar de tudo, um fator de reagrupamento nas escolas e entre as escolas” (GRAEFF, 1995, p. 52).

²³⁷ “1º Conabea: sede definitiva e outras notícias da ABEA” (Projeto, n° 69, novembro de 1984a).

²³⁸ Notícia publicada no Espaço do IAB, na Revista Projeto, n° 63, maio de 1984b, com o título “Arquitetura precisa do currículo mínimo”.

5.4. Atividades Conjuntas

5.4.1. Atividades realizadas pelo IAB/SP e SASP

O IAB/SP e o SASP seguiram com algumas atividades conjuntas no início da década de 1980, mas elas foram menos frequentes que no período anterior. Quanto a atuação profissional, com a ausência de empregos cresciam os protestos contra a regulamentação da atividade profissional dos técnicos de 2º grau. Além de ser resultado de um decreto presidencial sem discussão previa, este concedia direito aos técnicos de projetar e acompanhar a construção de edifícios. Os arquitetos previam que como consequência dessa lei, haveria um maior achatamento de salários e afirmavam que os maiores interessados eram os responsáveis pelo mercado imobiliário e dos interesses empresariais²³⁹ (PROJETO nº 21, 1980b). A atuação dos técnicos enquanto arquitetos era rechaçada por todas as Instituições e manifestos já haviam sido feitos contrários a decisão pelo IAB, FNA e Sindicatos²⁴⁰ (PROJETO, nº 22, agosto, 1980). Os arquitetos reconheciam que os técnicos tinham direitos trabalhistas, mas apontavam consequências caso eles passassem a ter autonomia para executar projetos – ainda que com um limite de metragem. Um dos pontos abordados era o rompimento a relação entre formação e exercício profissional, podendo gerar um esvaziamento das universidades e um consequente retrocesso no desenvolvimento de pesquisas e tecnologia nacionais²⁴¹ (PROJETO nº 21, 1980c).

Deve-se notar que as discussões e protestos a cerca dos técnicos de nível médio perduraram até o ano de 1985, sem um consenso da categoria e de como deveria ser encarada a atuação desses profissionais²⁴² (PROJETO nº 74, abril 1985b).

Diante das condições expostas, era de extrema importância o papel das Instituições²⁴³. Assim, estabeleceu-se que a atuação do IAB e dos Sindicatos não deveria ser discutida quanto a suas finalidades e objetivos. Os dois deveriam unir forças e atuar, dependendo da situação, de forma coletiva ou independente. Quanto à relação do IAB com o sistema CONFEA/CREA, seguia-se com um projeto de encaminhamento da profissão a um conselho próprio. Apenas por meio deste seria possível dar integridade aos campos de atuação profissional e fiscalizar a profissão por meio de um órgão autônomo e independente. Também foi debatida a relação IAB / Universidades e, por consequência, as relações do

²³⁹ Protestos contra a regulamentação dos técnicos de 2º grau. Projeto nº 21, julho de 1980b, p.05.

²⁴⁰ “Arquitetura – atribuição do arquiteto” PROJETO, nº 22, agosto, 1980, p.05.

²⁴¹ “Técnicos de nível médio – regulamentação sem demagogia”. PROJETO, nº 21, julho, 1980c.

²⁴² “A FNA e a Regulamentação da profissão dos técnicos de nível médio”, Boletim FNA, Revista Projeto nº 74, abril de 1985b.

²⁴³ Na plataforma, uma análise da situação do país e do arquiteto. Projeto nº 21, julho de 1980d (p.48).

Instituto com a ABEA e a CEAU. Assim, o IAB se prontificava a “marcar presença” em ambas esferas, defendendo a participação de professores e alunos nas decisões das faculdades, de modo que fossem encaminhadas democraticamente (PROJETO, n° 21, julho de 1980d, p.48).

O IAB lutava, assim, pela integridade do campo profissional do arquiteto e de uma fiscalização própria – com órgão autônomo e democraticamente estruturado²⁴⁴ (PROJETO, n° 54, outubro de 1983a). Essa busca por uma legislação autônoma se dava desde a década de 1950 e no ano de 1983 o CONFEA instalou uma Comissão de Estudos de Legislação Profissional. Para o Sindicato do Rio Grande do Sul, eram necessários defender três princípios nas discussões da comissão: quem poderia exercer a profissão, o modo desse exercício e quem fiscalizaria (PROJETO, n° 57, 1983)²⁴⁵. Segundo Edson Eloy, era necessário ter uma maneira democrática de representação no sistema CREA/CONFEA. Além disso, deveria ser assegurada a integridade das funções do arquiteto, sem admitir compartimentalizações ou especializações. Outro aspecto requerido pelo arquiteto foram correções no ensino de arquitetura²⁴⁶.

Em um debate promovido pela Revista Construção São Paulo, na sede do CREA, apresentou diferentes posições das profissões que estavam representadas pelo Conselho, como era de se esperar. Enquanto parte dos engenheiros defendia a integração dos técnicos de 2º grau no conselho, outros se opunham. Além disso, profissionais como Ismael Brunstein, eram contrários a criação de órgãos independentes para áreas afins, ou seja, contra a criação de um órgão autônomo aos arquitetos. Em contrapartida, o arquiteto Edson Eloy afirmou que o sistema não fosse alterado em sua composição, fatalmente surgiriam conselhos próprios independentes. O debate, assim, revelava a distinção de opiniões entre arquitetos e engenheiros. Enquanto aos engenheiros não se fazia necessária a reformulação da Lei, para os arquitetos era imprescindível. Para Jon Maitrejean, participante do debate, “não aceitamos e nem compreendemos a representatividade do CONFEA”. Em nome do IAB, Rita Artigas defendia uma reformulação profunda da Lei e a retomada da discussão do que os engenheiros chamavam de reserva de mercado pela definição do projeto enquanto atribuição do arquiteto²⁴⁷ (CONSTRUÇÃO SP, n° 1871, 1983).

Fato é que os arquitetos reconheciam que seus interesses não seriam defendidos em um conselho onde eram a minoria²⁴⁸ (PROJETO n° 61, 1984b). Não havia instância específica de análise dos arquitetos. Os profissionais sentiam que viviam uma situação “paradoxal” em meio ao CONFEA/CREA. Eram cerca de 30.000 arquitetos, com 40 cursos de graduação, com suas atribuições sujeitas a alteração em um conselho onde não eram representados²⁴⁹ (PROJETO n° 69, 1984b).

²⁴⁴ Nota publicada no Boletim do IAB na revista Projeto sob o título “A luta pela legislação profissional”.

²⁴⁵ “A lei 5.194 deve ser mudada”. PROJETO, n° 53, novembro, 1983

²⁴⁶ “Lei no 5.194: prosseguem os debates” (PROJETO, n° 59, janeiro de 1984^a).

²⁴⁷ “Todos querem modificar a lei” CONSTRUÇÃO SP, n° 1871, 1983).

²⁴⁸ “A posição da DN sobre a legislação profissional” (PROJETO n° 61, 1984b).

²⁴⁹ “A identidade profissional no contexto da lei” (PROJETO n° 69, novembro de 1984b).

Outro aspecto a ser investigado é que mesmo certos de que o espaço dos arquitetos era fora do Sistema CONFEA/CREA, IAB e Sindicatos pensavam em uma transição e forma distinta²⁵⁰. Enquanto o IAB/SP acreditava que o caminho era uma ruptura imediata e a criação de uma Lei e um Conselho próprios, os Sindicatos entendiam que o melhor caminho era uma transição por meio da criação de uma Câmara especializada dentro do CREA, para, depois, tornar-se autônoma (PROJETO, nº 71, janeiro de 1985).

O que se apresentava como necessidade aos arquitetos, que enfrentavam problemas nas diversas esferas da profissão, era a “busca de unidade dentro da categoria”²⁵¹. A apresentação das atribuições profissionais do arquiteto não podia passar apenas pela atuação como projetista, pois, nessas circunstâncias, os escritórios permaneciam sobrevivendo de forma precária. Na ocasião, uma reunião fechada havia sido organizada no IAB/SP com o presidente do SASP, Jose Almeida, Alfredo Paesani, Cesar Mazacoratti, Paulo Bastos, Sigbert Zanettini, Gilberto Belleza (GFAU - Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) e Vlademir Lucio Rosa (CAFAU-PUCCampinas - Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Cada um apresentou um aspecto a ser defendido. Paesani destacou que o arquiteto não deveria atuar apenas com o projeto, mas na construção como um todo, o que havia sido negado na década de 1960. Ainda, acreditava que era necessário que o arquiteto buscasse “outras plateias” saindo de discussões que se encerravam dentro da própria categoria.

Já Zanettini, defendia a união dos arquitetos com o Sindicato de Engenheiros, pois, sozinhos não teriam a representatividade necessária. Além disso, fazia uma dura crítica ao IAB, chamando-o a “esquecer um pouco os profissionais que produzem arquitetura no atelier”. Naquele momento, o presidente do SASP no período, Jose Carlos, ainda questionava quem participava da categoria - os arquitetos eram 11 mil profissionais, mas onde estavam?

²⁵⁰ “Legislação – breve histórico” (PROJETO nº 71, janeiro de 1985).

²⁵¹ “Uma saída para o arquiteto: a busca de unidade dentro da categoria e a atuação mais próxima da sociedade como um todo”. Revista Construção São Paulo, nº 1841, maio 1983, p.05.

Figura 18: Charge de Paulo Caruso sobre a ausência da participação dos arquitetos nas reuniões



Fonte: Revista Projeto nº 35, novembro/dezembro, 1981.

Mazacoratti, que havia se formado na FAU em 1974, e atuava como arquiteto assalariado nas empresas atestou um novo movimento na atuação profissional. Enquanto nas décadas anteriores a abertura de escritório era a primeira opção profissional, naquele momento os arquitetos só abriam seu próprio escritório caso não encontrassem uma posição como assalariado em alguma empresa. Quanto a essa condição, Paesani classificava-a como subemprego na maior parte das vezes, pois o assalariamento justo eram condição de poucos profissionais - de uma elite da categoria (provavelmente o caso de Rodrigo Lefevre na Hidroservice).

Segundo, José Carlos Ribeiro de Almeida, o SASP vivia em meio aos conflitos:

“Meio de empregados, meio de empregadores, meio sem jeito, balançava-se entre a defesa dos arquitetos assalariados e de escritórios de arquitetura – com a ressalva de que se tratava de “pequenos” escritórios... Nascido no ventre do IAB, o SASP em seus primórdios, atuava com mais clareza como uma réplica do instituto do que no seu papel de sindicato, o que era de se esperar, em função dos quadros que o formaram. Discutia tabelas com mais desenvoltura do que salários, condições de contratação de projeto em vez de condições de trabalho, duplicidade de atuação que gerou competição entre as duas entidades e os inevitáveis conflitos que daí resultam” (ALMEIDA In ARQUITETO 20 ANOS, 1992, pp.10-11).

Fato é que as instituições buscavam meios de atuar para conceder garantias profissionais aos arquitetos. Uma das iniciativas comuns entre o IAB e o SASP foi a criação de um cadastro único de profissionais autônomos. O cadastro visava uma distribuição mais igualitária de trabalho, pois, “garantiria a participação de todos os interessados nos processos de contratação mais a abertura de um campo de trabalho para um número maior de profissionais” por meio de critérios melhor definidos²⁵² (PROJETO,

²⁵² “Cadastro único de profissionais. (PROJETO, nº 59, 1984c, p.17).

nº 59, 1984c). No mesmo ano do início do cadastro, o SASP e o IAB/SP uniram-se no Comitê Pró Eleições Diretas²⁵³.

III Encontro Estadual de Arquitetos

Em 1982, III Encontro Estadual de Arquitetos, foi organizado sob o grande tema “O arquiteto e a gestão democrática da cidade” (

Tabela 34). Como objetivos, o III EEA pretendia contribuir para a formulação e sistematização de perspectivas democráticas de produção e gestão da cidade, e o papel do arquiteto nesse contexto, reunindo os profissionais para discutir as suas práticas na sociedade; avaliar e formular o papel político que as entidades representativas dos arquitetos podiam exercer; participar do debate político nacional em curso, contribuindo com as suas formulações; elaborar um relatório paulista para o XI Congresso Brasileiro de Arquitetos (IAB/SP; SASP, 1982 b, s/n).

Tabela 34: III Encontro Estadual de Arquitetos

Tema: “O arquiteto e a gestão democrática da cidade”	Data: 16 e 19 de setembro de 1979	Local: FAU USP
Grupos de Trabalho	Discussões e arquitetos participantes	
A formação profissional do arquiteto	“Crise das Faculdades de Arquitetura no Estado” como desdobramentos do 7º Encontro Nacional sobre Formação ²⁵⁴ , por Joan Villa	
Questões urbanas, do uso do solo, de habitação e dos serviços e equipamentos públicos	- “Política Urbana”, por Sérgio Zaratini, Nelson Nucci, Candido Malta Campos Filho, Alaor Café Alves e Willian Munford - “Política Habitacional”, por Luiz Fingeremann, Pedro Paulo Branco, Celso Lamparelli, Júlio Artigas, Paulo Bruna (representando a EMURB) e Henri Cherkesian (representando a COHAB) - “Preservação”, por Helena Saia - “Centerville”, por José Geraldo M. de Oliveira - “Experiências de Arquitetos com Trabalhos na Periferia”, por Nabil Georges Bonduki - “Produção da Cidade”, por Sergio Zaratini	
Questões profissionais e o processo de produção da arquitetura	- “CREA/CRA – Legislação”, por Renato Nunes - “Formas de Produção da Arquitetura”, por Flávio Marcondes - “Trabalho do Arquiteto Dentro do Estado”, por Maria Sampaio Tavares; - “Trabalho do Arquiteto em Empresas Privadas”, por Carlos Bianco	
Papel e forma de atuação das entidades	“Relacionamento das Entidades” – Associação Profissional de Arquitetos e Participação nos Programas de Governo, por José Carlos Ribeiro de Almeida	

Fontes: (IAB/SP; SASP, 1982 b, s/n).

²⁵³ “Arquitetos Brasileiros e as Eleições Diretas Já” (PROJETO, nº 63, maio de 1984a).

²⁵⁴ Esse encontro retomava a série ocorrida entre os anos de 1958 e 1962. Seus objetivos foram levantar e analisar a situação da formação do arquiteto; a busca por referências filosóficas, ideológicas e metodologias para discussão sobre a formação e a definição de linhas gerais da formação do arquiteto (IAB/GO, in Circular nº 08 de 1981 da ABEA)

Ocorreram também dois debates – um deles com os candidatos ao Governo do Estado, com a participação dos arquitetos Jorge Wilhelm, Júlio Neves, Mayumi Souza Lima, Paulo M. Bastos, Vania Moura Ribeiro e os presidentes do IAB/SP, José Magalhães Junior, e do SASP, José Carlos R. de Almeida. Um segundo debate teria como tema a Política Cultural com a presença de Fábio Magalhães, Mario Gruber, João Batista Vilanova Artigas, Clovis Moura e Francisco Ramalho Junior (IAB/SP; SASP, 1982 a, s/n). Nas fontes consultadas nessa pesquisa não foram encontrados os debates e teses apresentadas.

5.5.2. Atividades realizadas pelo IAB/SP, SASP e ABEA

As discussões relativas ao novo currículo mínimo se deram de forma mais intensa desde o evento promovido pela ABEA em Ouro Preto, no ano de 1977. Em 1981, as resoluções de anos de debate foram submetidas a análise do Ministério da Educação e Cultura, sob o parecer de Jucundino da Silva Furtado,²⁵⁵ só viria a ser emitido em 1985. O processo havia sido conduzido de forma democrática entre os arquitetos, com a coordenação da CEAU e da ABEA, com a colaboração do IAB e dos Sindicatos. Além disso, foi destacado que a proposta traduzia “com bastante rigor o pensamento e as aspirações dos docentes, discentes e profissionais de arquitetura”²⁵⁶. Contudo, o próprio coordenador da CEAU atestava que o texto deveria ser revisado, pois continha “ideias prolixas e mal alinhavadas” resultantes do grande número de colaboradores.

A análise de Jucundino da primeira parte apresentada pelos arquitetos – das considerações gerais – destacava que os arquitetos apontavam as condições políticas e institucionais do Currículo Mínimo de 1969, nas quais eles afirmava não entrar no mérito, como sendo vinculadas aos interesses dominantes. O autor do parecer também destacou o trecho no qual os arquitetos declaravam a crise que se deu no ensino de arquitetura pela falta de autonomia universitária, da falta de liberdade e da política de privatização do ensino.

²⁵⁵ Deve-se considerar que esse parecer passou por discussões entre as escolas de arquitetura de todo país, baseados na publicação da CEAU/MEC de uma versão preliminar da resolução que definiria o curso de Arquitetura e Urbanismo. Após essa resolução ser enviada para parecer das escolas, as respostas foram compiladas em um caderno – “Material enviado pela Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU – Subsídios para reformulação do Novo Currículo Mínimo”. Neste documento, muitas escolas questionaram o curto período disponibilizado para discussão e elaboração de um parecer que envolvessem toda a comunidade, requerendo mais tempo para emitirem conclusões. Entre as escolas de São Paulo, por exemplo, para o diretor do Mackenzie, Walter Saraiva Kneese, era mais prudente manter o Currículo Mínimo vigente por mais um tempo, se modo que as comissões pudessem adequá-lo com mais tempo. Oswaldo Correa Gonçalves, da FAU Santos, também afirmou que o tempo era insuficiente para a participação dos alunos e professores nas discussões, requerendo um prazo maior para o parecer da escola. Para o Diretor da FAU de Mogi das Cruzes, Sérgio Ferraz Gontijo de Carvalho, era inviável fazer uma contribuição crítica mais profunda naquele momento. Os alunos da referida faculdade protestaram por meio do Diretório Acadêmico contra a forma que estava sendo conduzido o processo, sem que se sentissem representados. Em contrates, a Faculdade Farias Brito, dirigida por Aldo Tahan, enviou uma resposta à CEAU elaborada pelos seus professores – ainda que tenha recebido protesto de Lauresto Esher, chefe de departamento, pela não participação dos alunos e da ausência de crítica no parecer emitido pela faculdade (CEAU, 19?).

²⁵⁶ MEC/CFE. Processo 561/81. Curso de Arquitetura e Urbanismo – Fixação dos mínimos de conteúdo e duração. 1985.

Quanto ao perfil do arquiteto, foi definido que este “cuida do agenciamento espacial da morada urbana”, incluindo o espaço edificado e urbano, o desenho de objetos, a comunicação visual. A construção, era vista como um campo de trabalho comum aos engenheiros, mas no qual o arquiteto deveria coordenar e ser o responsável pela autoria dos projetos.

Como motivos para a reformulação do currículo, estavam a unidade da formação profissional no país ao mesmo tempo que permita necessárias adequações regionais e locais. Os conteúdos curriculares, em forma de matérias, poderiam ser trabalhadas pelas escolas, desde que possuíssem estreita vinculação entre os diferentes projetos de edificação, planejamento, paisagem e demais áreas.

O novo currículo, que seguiria respeitando a carga horária mínima, deveria estar setorizado em três grupos de matérias, sem que estes fossem compartimentos estanques. Eram eles as matérias de qualificação profissional específica (setor de projeto de arquitetura); matérias de qualificação profissional, fundamentação e instrumentação técnica (setor de tecnologia da arquitetura); matérias de qualificação profissional, fundamentação e instrumentação teórica e histórica (setor de teoria e história da arquitetura).

Cada setor teria uma série de matérias²⁵⁷. O de projeto de arquitetura seria composto pelas matérias de planejamento e projeto de edificação, urbanismo e paisagismo; estuda da forma plástica e arquitetônica. O setor de tecnologia da arquitetura conteria as matérias de estrutura, condicionamento de ambientes, tecnologia da construção. Por fim, o setor de teoria e história conteria as matérias de edifício, a cidade e a paisagem na história da humanidade; fundamentos técnicos da arquitetura e fundamentos do planejamento urbano e regional. A carga horária nos três setores era proposta, respectivamente, com 45% para o setor de projetos; 25 % para o de tecnologia e 10% para aprofundar um ou mais setores de interesse da escola.

O parecer constava ainda com um histórico do processo, relatando que o Arquiteto Newton Silveira Obino era o Coordenador do PIMEG ARQ, enviou um ofício ao Presidente do CFE em 10 de setembro de 1982, solicitando “providências para que seja apreciada a nova proposta de Currículo Mínimo para os cursos de Arquitetura, já encaminhada em fevereiro de 1980” (MEC/CFE, 1985, p.07). O mesmo destacava que ele havia sido fruto de três anos de mobilização das 43 escolas do país. Contudo, Jucundino afirmava que o parecer havia dado entrada no CFE em abril de 1981.

Outro aspecto destacado no parecer foi que simultâneo as discussões que tramitavam no CFE, após a submissão da proposta discutida pelos arquitetos, o MEC firmou um protocolo com o CONFEA para uma ação conjunta com o conselho. Nesta, requeria que o CONFEA “apresentasse os seus pontos de vista e colaboração referente ao novo currículo mínimo de Arquitetura” (MEC/CFE, 1985, p.08). Na ocasião, o CONFEA instituiu um grupo de trabalho para a discussão do qual faziam parte um

²⁵⁷ O currículo mínimo definido por matérias era uma definição aprovada pela Indicação número 8 de 1968, aprovada pelo Conselho Federal de Educação (MEC/CFE, 1985).

representante do MEC, e quatro arquiteto convidados: Joany Machado, Maria das Merc6es V. Bittencourt, Francisco L. Danna e Daniel Geraldo G. de Holanda. Subscreveram ao relat6rio o engenheiro civil Danilo Sili Borges e o Arquiteto Edgar Graeff – 6nico nome que se apresentava nas discuss6es entre as Institui6es estudadas neste trabalho.

O parecerista apontou quatro pontos a serem considerados: a denomina66o do curso, a inclus6o em uma 6rea de conhecimento e o estabelecimento de mat6rias / mat6rias comuns a todos os cursos da 6rea; a elimina66o ou manuten66o de mat6rias b6sicas ou de ciclo b6sico; a inclus6o de mat6rias de forma66o geral. Quanto a denomina66o do curso, o parecer analisava que era usado o termo “curso de arquitetura” e n6o “arquitetura e urbanismo”. Diante das resolu66es profissionais anteriores, incluindo uma resolu66o do CONFEA, a 218 de 1973, que definia atua66es ao urbanista de forma separada, era necess6rio que se tomasse uma decis6o – o curso era de “Arquitetura” ou de “Arquitetura e Urbanismo”.

Quanto a inclus6o na 6rea de conhecimento, era necess6rio definir se o curso estava na grande 6rea de Ci6ncias Sociais Aplicadas, Artes ou Ci6ncias Exatas e Tecnol6gicas. Essa decis6o afetaria o oferecimento das mat6rias b6sicas – que interferia na organiza66o dos cursos. Al6m disso, Jucundino defendia que essa defini66o poderia evitar sobreposi66es de atividades profissionais.

Outro aspecto destacado era o conceito adotado pela proposta dos arquitetos de fundir mat6rias, propondo sua integra66o. Ao ver do parecerista isso descumpriria o curr6culo m6nimo, sendo o CONFEA 6nico sistema que conferia as atribui66es profissionais vinculadas a forma66o. Ou seja, se n6o fossem cumpridas as mat6rias m6nimas, n6o se poderia conceder o t6tulo de arquiteto a tais profissionais.

Foi feita uma nova sugest6o de agrupamento das mat6rias, ao inv6s de ter tr6s grupos, passou a ter seis divis66es – mat6rias de forma66o b6sica, de forma66o geral, de qualifica66o profissional geral, de qualifica66o profissional espec6fica, de complementa66o para integraliza66o curricular e aquelas exigidas por legisla66o espec6fica, como EPB e Educa66o f6sica. Para o relator, esta divis6o poderia se adequar a divis6o proposta pelos arquitetos em pequenos ajustes.

Por fim, o relator sugeria a prova66o do projeto de resolu66o, que estava definido no parecer, alterando sugest66es dos arquitetos. Para tal, o IAB, a ABEA, o CONFEA e a FNA poderiam ter um per6odo de 180 dias para emitir parecer. Todos, al6m das escolas, eram convidados a se pronunciar quanto aos pontos espec6ficos abordados no relat6rio como o nome do curso, a 6rea de concentra66o e as mat6rias que se apresentavam. O parecer foi assinado em 04 de julho de 1985. Contudo, sabe-se que este n6o foi aprovado, sendo a mudan6a do curr6culo do curso de arquitetura e urbanismo apenas efetivada em 1994.

6. Considerações Finais

Contar a história de uma profissão passa pelo estudo das suas Instituições. Se até o início da década de 1970 o relato a respeito da profissão dos arquitetos pôde ser construído exclusivamente através do IAB, a partir dessa década o cenário das instituições representativas dos arquitetos passou a ser múltiplo com a criação dos Sindicatos, da ABEA e de outras associações como a AsBEA e a ABAP. Foi justamente a motivação de conhecer a história da profissão do arquiteto em meio ao período do Regime Militar (1964-1985) que levou à investigação da atuação das instituições. Esse período representou a transição da autonomia do IAB, como instituição soberana, para uma representatividade compartilhada com as demais instituições.

No Estado de São Paulo, os primeiros 30 anos de atuação do IAB/SP (1943-1973) passaram por uma série de fases distintas, mas que tinham um objetivo comum – promover a profissão do arquiteto e garantir sua atuação no desenvolvimento nacional. Para sua promoção, o IAB/SP apoiou em seus primeiros anos a criação de escolas de arquitetura (não mais atreladas as Escolas Politécnicas ou de Belas Artes). Com o crescimento do número de profissionais formados, foi possível promover mudanças na formação dos arquitetos nessas novas escolas. Uma relação bastante próxima do IAB/SP, especialmente com a FAUUSP, possibilitou a criação do Currículo Mínimo de 1962, com a participação de arquitetos, professores e alunos.

Contudo, em 1964, o Regime Militar mudando o cenário nacional as necessidades de atuação dos arquitetos. Um dos impactos da política econômica, foi a permissão de livre acesso ao país do capital e de companhias estrangeiras. Houve um grande crescimento das empresas de projeto e das construtoras, as quais passaram a atuar no mercado da construção civil e do projeto de arquitetura, levando os arquitetos e seus escritórios a uma diminuição de seus trabalhos. O próprio CONFEA autorizou a atuação de empresas estrangeiras no país, desde que contassem com um representante local, através da Resolução nº 209. Contudo, os arquitetos, no VII CBA, através da figura de Alberto Botti manifestavam preocupação. As concorrências entre as empresas e os pequenos escritórios de arquitetura alijavam os arquitetos de participarem de grandes projetos. Como consequência, ao mesmo tempo que os arquitetos passaram a ter mais oportunidades de emprego enquanto assalariados nessas companhias, os escritórios e os profissionais liberais padeciam da ausência de projetos.

Somado a isso, em 1966, com a aprovação de Lei nº 5.194, a qual regulava a profissão dos engenheiros, arquitetos e agrimensores, foram frustradas as expectativas dos arquitetos de terem o projeto como sua atribuição profissional exclusiva. Afinal, a lei não definia as atribuições de cada profissional. Além disso, os arquitetos seguiam sendo representados por um Conselho no qual eram a minoria.

Assim, no primeiro dos três Congressos Brasileiros de Arquitetos promovidos pelo IAB na década de 1960, realizado em Salvador no ano de 1966, foi discutida a criação dos Sindicatos. Eles seriam um espaço de diálogo exclusivo dos arquitetos e um meio para a criação de um conselho próprio. No Estado de São Paulo, o IAB/SP mobilizou os arquitetos de sua diretoria para seguir a receita da criação do SASP com a criação da Associação Profissional e posterior aprovação do Ministério do Trabalho. Esse processo perdurou os anos finais da década de 1960.

Simultaneamente as atividades da criação dos Sindicatos, o IAB viveu um período de outras mudanças ocasionadas pelo Regime Militar. O ano de 1969 foi marcado tanto pela imposição de um novo Currículo Mínimo para os cursos de Arquitetura, quanto pela cassação dos professores da FAUUSP. Outro fato importante, que impactou a formação dos arquitetos, foi a política educacional nacional, resultante do acordo MEC-USAID, a qual por meio do Currículo Mínimo incentivou a ampliação do número de faculdades sem um cuidado com a qualidade do ensino ofertado. Naquele momento, a maioria das novas vagas do ensino superior foram criadas nas faculdades privadas, as quais seguiam o Currículo Mínimo imposto como um modelo suficiente. Preocupações quanto a infraestrutura dos novos cursos não passava pela análise do MEC. Bastava seguir o padrão e acrescentar a carta do IAB atestando que o mercado de trabalho não estava saturado para que se autorizasse a criação de novos cursos. Como a demanda na capital paulista por vagas era crescente, o IAB não hesitou em apoiar a criação dos novos cursos.

Ainda assim, com a criação da CEAU, o governo do Regime Militar buscava controlar o ensino superior. No caso dos cursos de Arquitetura, o IAB participou da criação da Comissão de Especialistas e não apenas indicou membros através do IAB para compô-la, mas idealizou a criação de uma instituição que pudesse dialogar com essa instância federal. Como resultado, houve a criação da ABEA.

Toda essa movimentação do IAB e reação às demandas que se apresentavam relativas à atuação profissional e a formação se deram em meio ao “Milagre econômico”. Nos três CBA organizados após o início do Regime Militar, apresentavam-se como preocupação dos arquitetos a sua participação em meio ao desenvolvimento econômico e não quanto às questões políticas do Regime Militar. Como exceções, percebeu-se que no VI CBA (1966) as discussões caminhavam em torno da necessária adaptação da formação do arquiteto (que recebia crítica por estar inadequada a seu tempo e por ser definida sem a participação dos estudantes). Por sua vez, no VIII CBA (1969) os temas de discussão eram sobre a industrialização e o subdesenvolvimento econômico, provavelmente no contexto local, visto que o ingresso das empresas estrangeiras também era justificado pela necessidade de aperfeiçoamento da indústria local. Entre esses dois eventos se deu o VII CBA (1968) o qual apresentou preocupações quanto a criação dos Sindicatos e em debater a Lei nº 5.194. Assim, atestou-se que nos eventos promovidos pelo IAB/SP até então havia poucas manifestações às consequências trazidas pelo Regime Militar e tão pouco a ampliação do número de escolas criadas com apoio do Instituto.

Em 1973 iniciou-se um novo ciclo, com a atuação conjunta das três instituições – o IAB/SP, o SASP e a ABEA. Assim foi constituída a “política do tripé”, cunhada por Miguel Pereira, que visava criar instituições independentes do IAB/SP. Entretanto, as três instituições tiveram uma atuação conjunta para que se consolidassem no campo profissional. Pôde-se atestar essa atuação por meio dos documentos que comprovaram a união entre o IAB/SP e o SASP na criação do Jornal Arquiteto, na promoção do Convênio Cultural e dos Encontros Estaduais de Arquitetos. Por parte da ABEA, as participações do IAB/SP nas reuniões com a CEAU mostravam uma cumplicidade e um certo incentivo do Instituto para dar força e representatividade à ABEA, ou vice e versa. Com isso, a Associação promoveu um esforço no sentido de propor um novo Currículo Mínimo, gestado também com apoio do SASP. As discussões para o novo Currículo foram iniciadas pela ABEA nos encontros que se deram entre os professores de disciplinas específicas nos anos de 1974 e 1975. Em 1977, foi realizado o Encontro de Ouro Preto no qual reuniram-se as comissões representativas de cada escola e estabeleceram-se resoluções para o ensino de arquitetura. Como resultado, em 1981 foi proposto um novo Currículo, analisado por anos pelo MEC, sem aprovação. Este, defendia a unicidade do ensino de arquitetura, sem especializações.

Outro aspecto que permitiu comprovar a atuação conjunta das Instituições nesse período foi a Teoria Ator-Rede. Ao seguir os atores, destacaram-se (Apêndice B) alguns nomes por atuarem simultaneamente em mais de uma entidade profissional como os casos de Alfredo Paesani (no biênio 1972 – 1973) como membro do Conselho Superior do IAB/SP e presidente do SASP; o de Pedro Paulo Saraiva (também no biênio 1972 – 1973) como membro do Conselho Superior do IAB/SP e do Conselho Fiscal do SASP; de Geraldo Vespaziano Puntoni, (entre os anos de 1974 e 1977) ocupando a presidência do SASP e o Conselho Fiscal do IAB/SP; Marlene Yurgel, que ocupou pelo ano de 1973 simultaneamente a secretaria da ABEA e o Conselho Superior do IAB/SP; Maria Cecília Scharlack (entre os anos de 1974 e 1977), no biênio 1974-1975 como 2ª secretária do IAB/SP, seguido do cargo de Conselheira Fiscal no biênio 1975-1976, enquanto ocupou no SASP o Conselho Fiscal; William Munford, com o cargo de Conselheiro Superior do IAB/SP e membro do Conselho Fiscal do SASP no biênio 1974-1975. Com isso, pode-se atestar uma proximidade maior entre as entidades e seus diretores no período inicial do SASP e da ABEA.

Após a realização do IX CBA (1976) e o I EEA (1977) decisões tomadas pelo IAB/SP e pelo SASP, especialmente, iniciaram um novo período nas relações entre as entidades, quando passaram a buscar rumos distintos. No IX CBA, o IAB/SP foi acusado pelos autores do texto sobre a FAU São José dos Campos, junto com as demais entidades, de ter uma ação tendenciosa na defesa da formação, ou seja, de não lutar pelas demandas dos estudantes. Ao mesmo tempo, foi exposto o conflito com os estudantes que participaram do evento e não puderam votar nas assembleias que envolviam as decisões relativas à profissão. Se pelo lado do IAB/SP existia a intensão de se apresentar como um Instituto que agregava todos os arquitetos, na prática esse discurso não se cumpria. Por sua vez, SASP se via focado na consolidação e atuação da Cooperativa – atraindo recém-formados e assalariados. Somado a isso, em

1977, a Igreja Católica deu início ao Movimento das Comunidades de Base, bem como se iniciaram uma série de greves dos trabalhadores, no ABC paulista. Era um movimento de reação da população ao Regime Militar, especialmente porque a condição econômica e social só se precarizava após o fim do “milagre econômico”. Outros aspectos que destacavam a tomada de rumos distintos entre as instituições foram o episódio de rompimento do Convênio Cultural, do qual fizeram parte Jorge Caron e Júlio Katinsky além do encerramento da publicação do Jornal Arquiteto no formato que havia sido iniciado em 1972.

Entre os anos de 1978 e 1979, para Maitrejean, o SASP conseguiu se tornar independente, criando “uma base estrutural e administrativa que fornecesse às próximas gestões as condições necessárias para o desenvolvimento do ideal sindical dentro da nossa categoria” (ARQUITETO/SP, ESPECIAL). O resultado, foi o início da década de 1980 com sua atuação mais próxima do PT e da CUT. Observa-se aqui que os arquitetos do Sindicato se posicionavam junto ao grupo dos demais trabalhadores do país e não mais com o grupo dos profissionais liberais.

Em 1980, duas mudanças de endereço devem ser notadas – o SASP mudou para uma sede independente do IAB/SP, na Rua Avanhandava, enquanto a ABEA passou a ocupar uma sala no Edifício da FEBASP, na Praça da Luz. O curso da Arquitetura e Urbanismo da FEBASP tinha diversos professores mais próximos do Sindicato do que o IAB/SP, com Jorge Caron, Juan Villa e Nabil Bonduki.

Entre 1980 e 1985, foram poucos os diretores das Instituições que ocuparam espaços simultâneos em mais de uma delas. Foram eles José Carlos Ribeiro de Almeida, ocupando posições na diretoria do SASP e do IAB/SP no biênio 1980-1981 e Vânia Moura Ribeiro, no biênio 1982-1983 (Apêndice C). Como abordado, não se pode atribuir relações de causa e consequência a essa movimentação, mas também é inegável atestar as ações conjuntas promovidas nesse primeiro período, em detrimento de uma posição mais independente de cada entidade nos anos subsequentes.

Nos anos 1980, IAB/SP e o SASP adotaram visões distintas quanto ao mercado de trabalho. Para o IAB, a precarização do trabalho que se apresentava não tinha relações com a expansão do ensino e o aumento do número de profissionais recém-formados. Já, para os membros do SASP todos esses indicativos eram resultado da política do Regime Militar e impactavam diretamente a vida dos arquitetos. Outro aspecto que se pensava enquanto rumos distintos era a saída do CREA. Enquanto para o IAB/SP criar um Conselho autônomo era medida inadiável, o SASP acreditava ser possível criá-lo a partir da Câmara de Arquitetos estabelecida em meio ao CONFEA. Ainda assim, sabe-se que só foi possível a criação de um Conselho próprio em 2010.

Quanto à formação, grande parte dos jovens arquitetos estava sendo formada nas novas escolas de arquitetura, as quais dentro de suas possibilidades buscavam implantar um ensino que capacitasse o arquiteto a atuar no contexto que se apresentava – como profissionais liberais, assalariados nas grandes

empresas de projeto ou em cargos públicos. Iniciativas como a de São José do Campos, ou mesmo do LAB-HAB da Febasp tiveram pouca duração. Elas buscaram abordar o trabalho do arquiteto para além do seu atelier de projetos, buscando mostrar aos alunos que havia uma grande parte da sociedade sem acesso aos serviços que poderiam ser prestados pela categoria. Nesse contexto, ainda que iniciativas experimentais tenham tentado formar os arquitetos de maneira crítica, sobretudo nos dois casos citados, elas foram extintas. Deve-se considerar que uma das questões que se apresentavam em comum entre o IAB/SP e o SASP era o apoio na criação das novas escolas privadas, ainda que nos eventos ambas instituições se posicionavam contra o ensino pago.

Em meio ao Regime Militar, o IAB/SP foi acusado por alunos das faculdades e pelos jovens arquitetos de ser um grupo fechado, o qual reunia os profissionais liberais já consolidados em seus escritórios. Discutiu-se nos debates relativos à profissão a preocupação com os recém-formados e que era necessário criar novas oportunidades de trabalho. Contudo, como os arquitetos reunidos no IAB/SP, em sua maioria, já havia se consolidado no mercado, como atestou Durand (1972), talvez estes não estivessem interessados em promover mudanças. Assim, na década de 1970, o crescente número de jovens arquitetos passou a se associar ao Sindicato, onde direitos trabalhistas dos arquitetos seriam atendidos – o que incluía as discussões sobre salário mínimo e autoria de projeto.

Algumas tensões podem ser notadas após a criação do SASP e da ABEA quanto ao espaço ocupado pelas instituições e quais arquitetos cada uma delas representava. Seria o Sindicato um órgão para arquitetos liberais, chefes de outros arquitetos, ou apenas para profissionais assalariados? O próprio SASP, conforme sua gestão apresentava visões diferentes. Se para Geraldo Puntoni, presidente entre os anos 1974 e 1977 o SASP era formado para profissionais assalariados, seu presidente seguinte, Jon Maitrejean, se posicionava afirmando que o arquiteto seguia como profissional liberal. A presença das 03 Instituições no Estado enfraqueceu as lutas pela profissão e pela qualidade da formação ou fortaleceu-as? Nesse aspecto entende-se que em meio as condições apresentadas no período do Regime Militar a existência das três entidades permitiu que houvesse espaço de debate e defesa dos direitos dos arquitetos diante das imposições do governo – tanto na formação quanto na atuação profissional.

Observa-se que o IAB/SP, o SASP e a ABEA, objetivavam defender os interesses dos arquitetos e urbanistas em todas as frentes – no ensino, na atuação profissional e na promoção do campo profissional. Os estatutos mostram-nos as sobreposições de objetivos presentes, incluindo um ilusório posicionamento apolítico defendido por cada uma das instituições. Ainda que fosse atribuição da ABEA ocupar “seu verdadeiro espaço político na liderança do movimento pelo aprimoramento do ensino de Arquitetura, da pesquisa, da carreira docente e da autonomia administrativa, financeira e didática dos cursos de arquitetura” (ABEA, 1982, s/n), sabe-se que não apenas o IAB/SP mas o SASP seguiam interferindo nos processos de discussão em meio às crises no ensino. Isso se deu na década de 1980 na FAU Santos e na FEBASP. Contudo, deve-se compreender as entidades como um dos poucos espaços

de debate presentes à época e, portanto, fundamentais para o entendimento do período. Seus arquivos, ainda que carentes de uma sistematização e por isso, desconhecidos, permitem a divulgação de suas ações e intenções, destacando a importância de seu papel para a construção do campo profissional. É provável que a sequência não uniforme das fontes seja consequência das oscilações entre momentos mais repressivos do Regime (como no final dos anos 1960) e momentos de maior abertura, como a retomada dos Congressos Brasileiros de Arquitetos em 1976, durante o momento de transição “lento, gradual e seguro”, conforme defendido no governo Geisel. Ao mesmo tempo, a documentação se tornou mais restrita no início da década de 1980, quando a crise econômica se agravou, provavelmente, afastando os profissionais das instituições.

Juntas, as três entidades acreditavam em uma regulamentação profissional autônoma e em um novo Currículo adequado a todo o país. Em vista das discussões sobre a atuação profissional e o restrito mercado de trabalho do arquiteto estarem calcadas na ampliação do número de profissionais formados, consequência do crescente número de escolas, é fundamental compreender a posição do IAB/SP e do SASP em relação às políticas da ABEA. Especialmente se considerarmos que diversos diretores das entidades profissionais atuavam como professores e diretores nas escolas de arquitetura recém-criadas no Estado de São Paulo. Inevitavelmente em um período de escassez de trabalho projetual, as escolas serviam como refúgio ao desemprego e pensar o ensino de arquitetura e urbanismo de maneira mais ampla se fazia desafiador. Se faz em pesquisas futuras, ampliar o olhar sobre as relações entre a ABEA e a CEAU. Assim como se faz necessário compreender se havia entre as escolas de arquitetura e as instituições, por meio dos professores, uma relação mais intensa do que aquela que pode ser comprovada pelos documentos.

Entretanto, um dos acordos entre as Instituições foi o entendimento de que nenhum dos arquitetos abriram mão da atuação do enquanto generalista. Ainda que surgissem propostas quanto ao retorno do ensino de urbanismo como um curso de pós-graduação, conforme a Legislação da FNA de 1945, e defendessem formações específicas nas áreas de paisagismo e uma melhor preparação dos estudantes para as diversas áreas da profissão – design, comunicação visual e urbanismo – compreendiam o arquiteto como aquele profissional definido na década de 1960. Assim, seguia-se com o ideário do arquiteto como coordenador de projetos, cuja atuação profissional se dava como liberal, sem que seu trabalho fosse confundido com a atuação de um desenhista/projetista. Percebe-se também, que ao final da década de 1980, houve uma busca pela unidade da categoria. Assim, esperavam-se lutar pela transformação do ensino e da profissão de forma democrática e coletiva, o que não havia sido possível nos últimos 19 anos.

Sobre os agentes, reforça-se a necessidade de compreendermos a história da arquitetura e do urbanismo, aqui inserida no contexto do ensino e da profissão no Estado de São Paulo, como resultado de um conjunto amplo de personagens. Naturalmente, com o aumento do número de arquitetos formados nas novas Faculdades e cursos a amostra desses agentes também cresceu. Chama atenção a renovação dos

arquitetos presentes nas diretorias das entidades com o passar do tempo. Inicialmente, muitos se sobrepunham entre o IAB/SP e o SASP, especialmente. Contudo, a partir da década de 1980 há um descolamento maior dos agentes que passaram a ser diferentes nessas duas entidades – provavelmente reflexo da mudança de endereço e de buscas por iniciativas próprias do SASP. Quanto aos agentes da ABEA, inicialmente com diretorias enxutas, a Associação passou a integrar mais membros fora do âmbito paulista com o passar dos anos – adquirindo de fato uma configuração nacional. Deve-se destacar que mesmo a ABEA sendo uma Associação Brasileira, apenas no Estatuto de 1982 ela inicia a atuação por meio de núcleos regionais – efetivando sua presença em todo território nacional.

Com esse trabalho, buscou-se contar parte da história que permeia a profissão do arquiteto no Brasil, em um período que ainda necessita ser explorado. Entende-se que alguns temas merecem maior aprofundamento em pesquisas futuras, pois se destacaram nessa cronologia como temas transversais ao período. Entre eles estão os debates acerca do Currículo Mínimo, os problemas relativos à falta de emprego (ou o subemprego de arquitetos em escritórios, sem registro formal) bem como a função social do arquiteto diante do crescimento das áreas urbanas nas cidades paulistas e em todo território nacional. Outro aspecto que deve ser desenvolvido em pesquisas futuras são aqueles relativos à categorização dos agentes aqui levantados. Um olhar mais aprofundado sobre os 217 arquitetos, membros das diretorias das instituições, identificando estratos por análises de gênero, formação, origem, cargos que ocupavam profissionalmente, também levantariam novas questões de pesquisa.

Em vista da crescente ampliação do ensino privado no país e da permanência de múltiplas associações profissionais, podem ser encontradas semelhanças, iniciativas e tensões que perduram até os dias atuais. Entre elas, está o questionamento quanto à continua ampliação do número de cursos de Arquitetura e Urbanismo – os quais não são mais autorizados pelos IAB's locais. Somado a isso vemos uma profissão polarizada em diversas instituições – entre as quais permanecem o IAB/SP, o SASP e a ABEA, além da ABAP e da AsBEA, com um baixo engajamento de profissionais, como se nenhuma delas representassem efetivamente os arquitetos e urbanistas. Por fim, seguimos carecendo de uma formação abrangente e adequada, que nos permita atender as reais demandas da sociedade em um aspecto mais amplo desse conceito. Entre as atuações conjuntas e a busca por rumos distintos compreende-se por onde já caminhamos entende-se que é possível estabelecermos novas questões sempre que revisitarmos a história da formação e da profissão do arquiteto e urbanista.

Referências Bibliográficas

- ABEA. Boletim nº 01. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1976a, 08p.
- _____. Boletim nº 02. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1976b, 16p.
- _____. Boletim nº 05. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1977a, 12p.
- _____. Boletim nº 06. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1977b, 12p.
- _____. Boletim nº 07. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978b, 16p.
- _____. Boletim nº 10. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1979a, 08p.
- _____. Boletim nº 11. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1980, 06p.
- _____. Conselho de Diretores: Recomendações dos Encontros Nacionais e Encontros Regionais 1975/1976. São Paulo, 1976.
- _____. Estatuto 1982. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1982. Caixa no 94 – Formação e Legislação Profissional do Arquivo Morto do IAB/SP. São Paulo. Consultado em 20 de janeiro de 2015.
- _____. Informe sobre a nova diretoria 1982-1983. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1982. Caixa no 94 – Formação e Legislação Profissional do Arquivo Morto do IAB/SP. São Paulo. Consultado em 20 de janeiro de 2015.
- _____. Regimento. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 19-?.
- _____. Sobre a História do Ensino de Arquitetura no Brasil. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978a, 91p.
- Anais IX Congresso Brasileiro de Arquitetos. Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo. 1976.
- Anais X Congresso Brasileiro de Arquitetos – Arquitetura Brasileira Após Brasília, Brasília. Volume 02, 1979.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. De produtor Independente a Assalariado: Notas sobre a produção do Arquiteto. II Encontro Estadual de Arquitetos, 1979. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.
- ALMEIDA, José Carlos Ribeiro de Almeida. A memória do ambiente em que nasci o Sindicato In: Arquiteto 20 anos – Edição Especial. São Paulo, 1992. pp.10-11.
- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial. 2000. 365p.
- AZEVEDO, Ricardo Marques de. Texto Apresentado na mesa redonda sobre Formação Profissional. II Encontro Estadual de Arquitetos, 1979. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2014. pp 23-79.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. Brasil: Arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2011. 429p.

- Bienal. Ata da 26ª Reunião do Conselho Diretor da Bienal de Arquitetura, 13 de fevereiro de 1973a. Arquivo da Bienal, Pasta E. 12.13.2 S 2.1. Consultado em 18 de Agosto de 2017.
- Bienal. Ata da 27ª Reunião do Conselho Diretor da Bienal de Arquitetura, 22 de fevereiro de 1973b. Arquivo da Bienal, Pasta E. 12.13.2 S 2.1. Consultado em 18 de Agosto de 2017.
- BORGES, Vera. Reputação, mercado e território: o caso dos arquitetos. *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 74 | 2014, posto online no dia 06 fevereiro 2014, consultado no dia 12 julho 2018. URL: <http://journals.openedition.org/spp/1457>.
- BOTTI, Alberto Rubens. O IAB e os Novos Processos de Planejamento. VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, Belo Horizonte, 1968. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.
- BRASIL. Comissão Especial. Currículo Mínimo de Arquitetura. Parecer, n. 384, de 6 de maio de 1969. Coordenador: Clóvis Salgado; Relator: Celso Kelly; Celso Cunha; José Borges dos Santos in ABEA. Sobre a História do Ensino de Arquitetura no Brasil. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978, 91p.
- CAMARGO, Teresinha. As empresas de projeto de engenharia de grande porte no Brasil: passado, presente e a reengenharia para o futuro. Tese de Doutorado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1994.
- CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. Estado e Empreiteiros no Brasil – Uma análise setorial. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1993. 173p.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduf, 2017.
- CARON, Jorge O. Plano para o estabelecimento de um Programa de Ensino (19-?) CEDOC Jorge Caron. Caixa no 54. Consultado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, em 17 de junho de 2016.
- CARON, Jorge O. Convênio IAB/SASP – Anexo 01 (1974). CEDOC Jorge Caron. Caixa no 54. Consultado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, em 17 de junho de 2016.
- CARON, Jorge O. Carta – Convênio IAB/SASP (1978a). CEDOC Jorge Caron. Caixa no 54. Consultado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, em 17 de junho de 2016.
- CEDOC Jorge Caron, Caixa no 25. Consultado em 21 de Junho de 2017.
- CERASOLI, Josianne Francia. A formação do campo conceitual de estudos sobre a cidade: (im)possibilidades de uma abordagem biográfica In: *Urbanistas e Urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografias* [org.] FARIA, Rodrigo de; CERASOLI, Josianne; LIRA, Flaviana. São Paulo: Alameda, 2014. 308p.
- COMISSÃO MISTA CONESP/IAB/SASP. CEDOC Jorge Caron. Caixa no 25. Consultado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, em 17 de junho de 2016.
- CONVÊNIO IAB/SASP (1974). Jorge Caron. Caixa no 54. Consultado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, em 17 de junho de 2016.
- CUNHA, Luiz Carlos. Sobre o Ensino de Arquitetura. VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, Bahia, 1966. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.
- DEDECCA, P. G. Redes e Instituição: considerações historiográficas a partir da atuação do IAB. In: *Simpósio Arquitetura e Escrita: aproximações historiográficas*. Caderno de Resumos. FAUUSP: 2018.

- _____. Arquitetura e Engajamento: O IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920 – 1970). Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.
- DURAND, José Garcia. A profissão do arquiteto (estudo sociológico). Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972. 113p.
- ESCOLA DE ARQUITETURA DE MINAS GERAIS, I Inquérito Nacional de Arquitetura, 1963.
- FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA - FNA. Regimento. Rio de Janeiro. 1945. 40p.
- FARIA, Rodrigo de. Pensar por redes. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo I – modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018. (pp. 288-330).
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação. 2001. 660p.
- FAUUSP. Programa Proposto para 1962. São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1962.
- FÁVERO, M. de L. de. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*. Curitiba, nº 28, p. 17-36, 2006, Editora UFPR.
- FERNANDES, Ari. Moção encaminhada à sessão plenária de encerramento do II Encontro Estadual de Arquitetos, no dia 06 de outubro de 1979. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.
- FICHER, Sylvia. Ensino e Profissão: o curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1989, 2v.
- _____. Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 400p.
- FIM DE SEMANA, Ermínia Maricato (1976). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>
- FORTIS, Sergio Novita. A formação do arquiteto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNISANTOS – Universidade Católica de Santos – trajetória, organização curricular e condições de funcionamento no período de 1970 a 2003. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Santos, Santos: 2004. 103p.
- GFAU. Moções GFAU, 1979. – II Encontro Estadual de Arquitetos Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP e Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – SASP, 1979a. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.
- GOLDSMITH, William W. São Paulo, cidade mundial: indústria, miséria e resistência. pp. 17-43. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade de São Paulo: passado e presente*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 316p.
- GRAEFF, E. A. Arte e Técnica na Formação do Arquiteto. Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, São Paulo, 1995. 142 p.
- GUTIERREZ, E. J. B. A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e os seus primeiros tempos (1973-1985) In: MONTEIRO, A. M. R. G. et al. *A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: ABEA, 2013. 168p.

IBRAHIM, José. Perspectivas do Novo Sindicalismo. São Paulo: Edições Loyola – CEDAC, 1980. Coleção Brasil dos Trabalhadores. 62p.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. 3 anos de IAB – Diretoria Nacional 1977-1979. 1979b.

_____. Ata da Sessão Especial para Fundação do Departamento Estadual de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil. São Paulo 06.11. 1943.

_____. Boletim Informativo no 05 – IAB/BA – Departamento da Bahia, outubro de 1966. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015. 4p.

_____. Contribuição dos arquitetos brasileiros para um projeto nacional, 1972. São Paulo. Arquivo Morto, Caixa no 148 – Documentos Diversos 1963 a 1975. Consultado em 20 de janeiro de 2015.

_____. Estatuto, Rio de Janeiro, 1965. 24p.

_____. Programa – XI Congresso Brasileiro de Arquitetos – Bahia 82, 1982.

_____. Regulamento do XI Congresso Brasileiro de Arquitetos, Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Bahia, 1982a. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL/SÃO PAULO. Atas das reuniões do Conselho Diretor do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo. Biênio 1972 / 1973. Caixa no 107 B – Livro de Registros de Atas do período 1946 a 1975. São Paulo. Consultado em 20 de janeiro de 2015.

_____. Atas das Assembleias 1976 – 1977. Arquivo Morto, Caixa no 012. Consultado em 20 de janeiro de 2015.

_____. Atas das Assembleias do Conselho Diretor, 1979. Arquivo Morto, Caixa no 013 – Assembleias 1979. Consultado em 20 de janeiro de 2015.

_____. Boletim de Notícias – Circular nº 30 – Novembro. São Paulo, 1968. 7p.

_____. Circular nº 34. São Paulo, 1945, Caixa nº 55 do Arquivo do IAB SP. Consultada em 06 de Junho de 2013.

_____. Circular do Departamento de SP, julho, 1975, 13p.

_____. Circular do Departamento de SP, setembro, 1975, 15p.

_____. Circular do Departamento de SP, abril, 1980, 6p.

_____. Inquérito Preliminar entre Arquitetos de São Paulo (19-?). CEDOC Jorge Caron. Caixa no 53. Consultado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, em 17 de junho de 2016.

_____. Livro de Atas no 06: de 1965 a 1970. Caixa no 107 B – Livro de Registros de Atas do período 1946 a 1975. São Paulo. Consultado em 20 de janeiro de 2015.

_____. Moção em Separado – Grupo 07. VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1966F. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Moção Paulista ao IX Congresso Brasileiro de Arquitetos. 1976b Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Nota de assessoria de imprensa do IAB - IX Congresso Brasileiro de Arquitetos: Congresso reunirá dois mil arquitetos em São Paulo, 1976a. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Participantes do VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1966C. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Proposta no 01 Elaborada pelo Grupo de Trabalho Depoimentos IAB/SP. VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1968b. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Proposta no 02 Elaborada pelo Grupo de Trabalho Depoimentos IAB/SP. VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1968c. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Proposta no 03 Elaborada pelo Grupo de Trabalho Depoimentos IAB/SP. VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1968d. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Regulamento do VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1966a. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Regulamento do VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos. 1969. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 151 – Cursos anos de 74, 75, 85, 86 e 87. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Regulamento do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos. 1975. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 097 – Gestão 1974 a 1975. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Relação dos Trabalhos Apresentados. VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1968a. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Relatório 6º Grupo: O Exercício da Profissão em Função da Arquitetura e do Meio Ambiente, tendo em vista integrar o Arquiteto no Planejamento para desenvolvimento do Brasil, 1966D. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Relatório 7º Grupo: Revisão e Atualização do Ensino de Arquitetura de Forma a tornar o Arquiteto Apto a se integrar objetiva e operativamente no planejamento, 1966E. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Relatório dos Grupos 1 e 2 aprovado na 2ª reunião plenária do VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1968e. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Relatório do Grupo de Formação Profissional do II Encontro Estadual de Arquitetos, 1979a. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 148 – Documentos Diversos 1973 - 1975. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; SINDICATO DE ARQUITETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IAB/SP;SASP). Agenda – III Encontro Estadual de Arquitetos Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP e Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – SASP, 1982a. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Minuta da Proposta de Diretrizes da Escola de Taubaté – do Vale do Paraíba, bem como das Diretrizes para estruturação do currículo da Escola de Taubaté – II Encontro Estadual de Arquitetos Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP e Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – SASP, 1979a. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Moções II Encontro Estadual de Arquitetos Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP e Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – SASP, 1979. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

_____. Regulamento do III Encontro Estadual de Arquitetos, Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP e Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – SASP, 1982 b. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia. Brasília: INEP/CONFEA, 2010. 187p.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo I – modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018. 335p.

JORNAL ARQUITETO. “Jornal de Arquitetos para arquitetos”. São Paulo: no 01, jul. 1972a, p.01.

_____. “A velha confusão entre conselhos e sindicatos”. São Paulo: no 01, jul. 1972b, p.12.

_____. “Contribuição dos arquitetos brasileiros para um projeto nacional”. São Paulo: no 01, Jul. 1972c, pp.10-11.

_____. “Escolas terão associação nacional”. São Paulo: no 05, nov. 1972a, p.04.

_____. “A reunião do Conselho Superior em Goiânia”. São Paulo: no 05, nov. 1972b, pp.08-09.

_____. “Rio-Santos, continua a luta por projeto nacional”. São Paulo: no 06, dez. 1972a, pp.04-05.

_____. “Resolução 209 não é resposta ao esforço do país”. São Paulo: no 06, dez. 1972b, p.05.

_____. “Bienal: está tudo ponto para o grande acontecimento”. São Paulo: no 07, jan. 1973, pp.11-13.

_____. “O simpósio nacional de escolas de arquitetura”. São Paulo: no 08, 1973, p.21.

- _____. "O que se discutiu no Simpósio de Escolas da Bienal". São Paulo: no 10, 1973, pp.08-09.
- _____. "Ensino de Arquitetura tem comissão especial". São Paulo: no 13, 1973, p.18.
- _____. "ABEA quer melhorar ensino de Arquitetura". São Paulo: no 14, 1973, p.04.
- _____. "Eleições no Sindicato de São Paulo serão no dia 18 de setembro". São Paulo: no 17, 1974, p.20.
- _____. "IAB define programa de trabalho para o período 1974/76". São Paulo: no 18, 1974, pp.12-13.
- _____. "Sindicato dos Arquitetos de SP tem nova sede". São Paulo: no 20, 1974, p.14.
- _____. "Sindicatos ampliam sua ação territorial". São Paulo: no 23, 1975, p.04.
- _____. "FAU – São José: uma crise na busca da nova Universidade". São Paulo: no 24, maio 1975, pp.12-13.
- _____. "Sindicato luta para elevar arrecadações". São Paulo: no 27, ago. 1975, p.14.
- _____. "SASP discute em documento a situação sindical". São Paulo: no 28, set. 1975a, p.06.
- _____. "Nos cadernos do IAB, a prática profissional em São Paulo". São Paulo: no 28, set. 1975b, pp.14-15.
- _____. "Cursos IAB/SASP: um retrospecto destes três anos". São Paulo: no 28, set. 1975c, p.06.
- _____. "ABEA, dois anos de uma nova prática". São Paulo: no 31, dez. 1975, pp.08-09.
- _____. "Curso de arquitetura e urbanismo da FEBASP só depende do CFE". São Paulo: no 34, p.06.
- _____. "Em cinco moções, a preocupação com a qualidade do ensino". São Paulo: no 41, nov./dez. 1976, p.28.
- _____. "Fayet: como praticar a democracia numa comunidade de 6 mil". São Paulo: no 42, jan. 1977, pp.04-05.
- _____. "Paulo Lúcio: o Congresso, os Sindicatos e a nova realidade profissional". São Paulo: no 43, fev. 1977a, pp.14-15.
- _____. "Edmilson: tudo mudou. A profissão, a classe e a clientela do IAB". São Paulo: no 43, fev. 1977b, pp.14-15.
- _____. "As escolas discutem os seus problemas". São Paulo: no 44, mar. 1977, p.04.
- _____. "Eleições em SP, propostas para um debate". São Paulo: no 45, Abril, 1977, p.06.
- _____. "Em busca de um novo currículo". São Paulo: no 46, maio 1977, p.14.
- _____. "Ensino a espera do consenso". São Paulo: no 47, jun. 1977a, p.04.

- _____. “A direção nacional já elaborou a pauta da discussão”. São Paulo: no 47, jun. 1977b, p.05.
- _____. “Formação de cooperativas será debatida no encontro de Campinas”. São Paulo: no 50, set. 1977, p.14.
- _____. Suplemento ARQUITETO nº 51, 1977.
- _____. “Maitrejean e sua filosofia sindical”. São Paulo: no 51, out. 1977, p.18.
- _____. “A revitalização do IAB, através da participação coletiva”. São Paulo: no 54, fev. / mar. 1978a, p. 03.
- _____. “O IAB e os caminhos para a democracia”. São Paulo: no 54, fev. / mar. 1978b, p. 04
- _____. “A nossa velha e restritiva estrutura sindical”. São Paulo: no 55, Abril / Maio 1978a, p. 03.
- _____. “O documento do Grupo de Trabalho do IAB”. São Paulo: no 55, Abril / Maio 1978b, pp. 14-15.
- _____. “Sindicatos e atribuições profissionais dos arquitetos”. São Paulo: no 56, jul. 1978, p.16.
- _____. “É preciso descartar fantasmas, diz Taddei nesse balanço semestral”. São Paulo: no 57, ago./set. 1978a, p. 03
- _____. “Ideologia e Produção da Arquitetura”. São Paulo: no 57, ago./set. 1978b, p. 14.
- _____. “Maitrejean quer maior participação do Sindicato”. São Paulo: no 59, nov. 1978, p. 03,
- _____. “Preocupação com a reformulação dos currículos”. São Paulo: no 60, dez. 1978 /jan. 1979, p.04.
- _____. “Um balanço crítico das lutas pelo novo Currículo Mínimo”. São Paulo: Arquiteto – Projeto no 11, São Paulo, p.21.
- _____. “Um balanço (quase) completo do II Encontro Estadual de Arquitetos”. São Paulo: no 66 – out./nov. 1979.
- _____. “As perspectivas do trabalho do SASP para 1980”. São Paulo: no 67 – dez./jan. 1980.
- _____. ARQUITETO ESPECIAL 20 ANOS, 1992

JORNAL A TRIBUNA. Cooperativa: um novo mercado que está surgindo. Sexta-Feira, 22 de Dezembro de 1978
In: Dossiê da Cooperativa de Arquitetos: Novembro de 1978 – Fevereiro de 1980. Arquivo SASP. Consultado em junho de 2016.

JORNAL CORREIO DO POVO. Instalado Simpósio de Escolas de Arquitetura. 12 de julho de 1973. Arquivo Wanda Svevo, Consultado 18 de Agosto de 2017.

JORNAL CORREIO POPULAR DA TARDE. Currículo Escolar Preocupa os Arquitetos no Simpósio. 12 de Julho de 1973. Arquivo Wanda Svevo, Consultado 18 de Agosto de 2017.

JORNAL DA TARDE. Arquitetos premiados, estudantes insatisfeitos: foi o fim da Bienal. 16 de Julho de 1973. Arquivo Wanda Svevo, Consultado 18 de Agosto de 2017.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO. Mestres e estudantes discutem os rumos da Arquitetura. 11 de Julho de 1973. Arquivo Wanda Svevo, Consultado 18 de Agosto de 2017.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. Arquitetura Chega a Periferia. p.20-21 de 22 de Abril de 1979. CEDOC Jorge Caron, Caixa no 25. Consultado em 21 de Junho de 2017.

JORNAL DO IAB SÃO PAULO. “IAB e FAU (DF) – atuação nacional na solução da crise” São Paulo: dez. 1968. pp.11-12.

_____. “FAU em Santos”. São Paulo: dez. 1968. p.4.

_____. Edição Especial. São Paulo: jul. 1983. 3p.

_____. Edição Especial. São Paulo: maio. 1983. 3p.

_____. Ano 04, nº 20. Jun. 1984. 8p.

_____. Ano 04, nº 21. Ago. 1984. 8p.

JORNAL FOLHA DA TARDE. Arquitetura: Simpósio abre-se hoje em SP. 10 de julho de 1973. Matéria Jornalística 4084. Arquivo Wanda Svevo, Consultado 18 de Agosto de 2017.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Os Congressos de Julho – Que tipo de Arquiteto é o ideal? 11 de Julho de 1973. Arquivo Wanda Svevo, Consultado 18 de Agosto de 2017.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. População e Sociedade: Mudanças Sociais no Brasil, 1960 – 2000. pp. 31-73.

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. pp. 147 – 177. In: KOWARICK, Lúcio (org.). As lutas sociais e a cidade de São Paulo: passado e presente. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 316p.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 7a edição. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. 499p.

MAITREJEAN, Jon A. V. Exemplos dos problemas enfrentados na gestão. In: Arquiteto 20 anos – Edição Especial. São Paulo, 1992. p.06.

MARICATO, E. Entrevista: Sindicato dos Arquitetos de São Paulo. Disponível em: <https://erminiamaricato.net/entrevista-sindicato-dos-arquitetos-de-sao-paulo-sasp/>. Consultado em 27 de novembro de 2016.

MAZZACORATTI, César Luiz. A questão da consciência e da formação da consciência profissional dos arquitetos. II Encontro Estadual de Arquitetos, 1979. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

MEC/DAU – Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Universitários, Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Diagnóstico das Condições de ensino e pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Brasil – 1974. Departamento de Documentação e Divulgação: Brasília, 1977

MEC/CFE. Processo 561/81. Curso de Arquitetura e Urbanismo – Fixação dos mínimos de conteúdo e duração. 1985.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de (org.). Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul: memórias de quatro décadas (1973 – 2013). Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2014. 444p.

MENEZES, U. T. B de. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 23, no 45, julho de 2003, pp 11-36.

MEZERANI, Nadir Curi. Ensino – profissão. II Encontro Estadual de Arquitetos, 1979. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 007 – III Encontro Estadual de Arquitetos set. 1982. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

MILLAN, C. B. O Ateliê na Formação do Arquiteto: Relatório Apresentado pelo Professor Carlos Barjas Millan, Coordenador do Grupo de Estudos do Ateliê. São Paulo: Setor de Publicações. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1962, 46p.

MONTEIRO, A. M. R. de G. O Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: a Expansão dos Cursos no Estado de São Paulo no Período de 1995 a 2005. Tese de doutorado. Unicamp, 2007. 293p.

MOREIRA, Susana Maria. O ensino de arquitetura e urbanismo nos anos 70: a experiência da FAU São José dos Campos. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1989. 146p.

NAKANDAKARE, Fernando Shigueo. O Instituto de Arquitetos do Brasil na disseminação da profissão do arquiteto moderno entre 1945 – 1969. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, 2018. 235p.

NUNES, Livia Fernanda Ribeiro. Os 05 professores comunistas: Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Edvaldo Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. 251p.

OKAMOTO, Jun; BASTOS, Paulo de Mello Bastos; CRISTOFANI, Telesforo; KNEESE, Walter Saraiva. Revisão e Atualização do Ensino de Arquitetura. VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1966. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

OLIVEIRA, Newton; MUNIZ, Fernanda Maria de Freitas. A Revisão e a atualização do ensino de Arquitetura de forma a tornar o arquiteto apto a se integrar objetiva e operativamente no Planejamento. VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, Bahia, 1966. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

OLIVEIRA, Antônio Francisco de. A Regulamentação do Exercício Profissional da Arquitetura no Brasil. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 2011. 420p.

OLIVEIRA, Celina Gomes. A gênese a CUT: oposição sindical (e o Novo Sindicalismo) na construção da Central. Dissertação de Mestrado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1995. 158p.

PAESANI, Alfredo. Cooperativa de Arquitetos como nova forma de organização de trabalho: Bairro popular como ampliação do mercado para o arquiteto, Campinas, 1977. Caixa 003. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

PAESANI, Alfredo Serafino. A memória do ambiente em que nasci o Sindicato In: Arquiteto 20 anos – Edição Especial. São Paulo, 1992. p.06.

PEREIRA, Miguel Alves. Arquitetura e os caminhos de sua explicação. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984. 220p.

_____. Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional. São Paulo: Pini, 2005. 267p.

PINTO, Gelson Almeida. A prática do projeto no ensino de arquitetura: investigação sobre algumas experiências – São Paulo – 1958/1985. Volume 01. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – São Carlos, 1989. 216p.

PULHEZ, Magaly Marques. O arranjo gerencial – Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014. 427p.

PUNTONI, Geraldo Vespaziano. Em um período difícil, o registro do Arquiteto In: Arquiteto 20 anos – Edição Especial. São Paulo, 1992. p.09.

Regulamento do I Encontro Estadual de Arquitetos, 1977. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 003. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

REIS, Daniel Aarão. A vida política: entre a Ditadura e a Democracia – da modernização conservadora ao reformismo moderado, 1960 – 2010. pp. 75-125. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). Modernização, Ditadura e Democracia: 1964 – 2010. Volume 05. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

REVISTA ACRÓPOLE. “Reivindicações”. São Paulo: no 322, out. 1965, p.21.

_____. “O arquiteto e seus direitos autorais”. São Paulo: no 329, jun. 1966, p.18.

_____. “O exercício da profissão”, São Paulo: no 334, nov. 1966, p. 44.

_____. “Aspectos da Nova Lei”. São Paulo: no 336, jan. 1967, p.18.

_____. “Arquitetura: ensino e pesquisa”. São Paulo: no 339, maio, 1967, p.18.

_____. “Reivindicações”. São Paulo: no 344, out. 1967, p.18.

_____. “Relatório Final do Encontro”. São Paulo: no 345, nov. 1967, p.13.

_____. “O trabalho nos foge das mãos”. São Paulo: no 349, abril, 1968, p.14.

_____. “A renovação do ensino de arquitetura”. São Paulo: no 350, maio, 1968, p.14.

_____. “Os resultados no Fórum da FAU”. São Paulo: no 351, jun. 1968, p.09.

_____. “Um mal, as concorrências integradas”. São Paulo: no 356, nov. 1968, p. 14

_____. “A propósito de um novo currículo mínimo para o ensino da arquitetura”. São Paulo: no 361, maio, 1969, p.12.

_____. “Sindicato de Arquitetos”. São Paulo: no 374, jun. 1970, p.12.

_____. “Uma nova faculdade de Arquitetura”. São Paulo: no 379, nov. 1970, p.12.

_____. “A profissão e uma pesquisa”. São Paulo: no 380, dez. 1970, p.10.

_____. “A arquitetura e seu ensino”. São Paulo: no 383, abril. 1971, p.12.

_____. “Brasil, país sem arquitetos”. São Paulo: no 388, set. 1971, p.12.

_____. “Marginalização do arquiteto”. São Paulo: no 390, 1971, p.05.

REVISTA AU. “Espaço de Utopia”. São Paulo: no 05, Abril 1986a, p. 31.

_____. “Momento da Razão”. São Paulo: no 05, Abril 1986b, p. 36.

_____. “Abrir portas e janelas”. São Paulo: no 05, Abril 1986c, p. 38.

REVISTA CONSTRUÇÃO SÃO PAULO. “Seminário e simpósio também no programa”. São Paulo: no 1321, 1973, p.34. Consultada no Arquivo Multimeios – Centro Cultural Sp.

_____. “Desemprego, salários, falam os trabalhadores”. São Paulo: no 1775, fevereiro de 1982, pp. 12-13.

_____. “Tarefa do Arquiteto: o valor e o significado do projeto em uma ampla e permanente campanha de conscientização”. São Paulo: no 1837, abril 1983, p.07.

_____. “Uma saída para o arquiteto: a busca de unidade dentro da categoria e a atuação mais próxima da sociedade como um todo”. São Paulo: no 1841, maio 1983, p.05.

_____. “Todos querem modificar a lei” São Paulo: no 1871, 1983.

REVISTA PROJETO. “Arquitetos buscam alternativa de trabalho”. São Paulo: no 18, jan./fev. 1980, p.07.

_____. “Começa a aumentar o trabalho de arquitetos em todo país”. São Paulo: no 19, mar./abril 1980a, p.s/n.

_____. “Arquitetos em busca do mercado profissional”. São Paulo: no 19, maio 1980b, p.05.

_____. “Federação quer ampliar mercado de trabalho para arquitetos”. São Paulo: no 20, jun. 1980a, p.71.

_____. “IAB busca maior atuação junto a comunidade”. São Paulo: no 20, jun. 1980b, p.70.

_____. “SASP promove combate à marginalização do arquiteto”. São Paulo: no 21, jul. 1980a, p.05.

_____. “Protestos contra a regulamentação dos técnicos de 2º grau”. São Paulo: no 21, jul. 1980b, p.05.

_____. “Técnicos de nível médio – regulamentação sem demagogia”. São Paulo: no 21, jul. 1980c, p.50.

_____. “Na plataforma, uma análise da situação do país e do arquiteto”. São Paulo: no 21, jul. 1980d, p.48.

_____. “Arquitetura – atribuição do arquiteto”. São Paulo: no 22, ago. 1980, p.05.

_____. “Mercado de trabalho: desenvolvimento nacional”. São Paulo: no 23, set. 1980a, p.16.

_____. “Federação quer reformulação da política salarial”. São Paulo: no 23, set. 1980b, p.12.

_____. “A questão do salário”. São Paulo: no 24, out./nov. 1980a, pp.10-11.

_____. “Emprego e desemprego”. São Paulo: no 24, out./nov. 1980b, pp.10-11.

- _____. “Campanha nacional – arquitetos e profissionais liberais contra a política salarial do governo”. São Paulo: no 27, fev. 1981, p.05.
- _____. “O arquiteto assalariado”. São Paulo: no 29, setembro de 1981, p.s/n).
- _____. “É preciso ampliar a área de atuação do arquiteto”. São Paulo: no 30, jul. 1981a, p. 12.
- _____. “Formação profissional – a retomada dos encontros”. São Paulo: no 30, jul. 1981b, p.05.
- _____. “Em Goiânia formação profissional em debate”. São Paulo: no 32, ago. 1981, p.10.
- _____. “Proposta para reformulação do Currículo Mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo”. São Paulo: no 34, out. 1981, p.74.
- _____. “O núcleo de arquitetos do PT e a atuação sindical da categoria”. São Paulo: no 35, nov. / dez. 1981, pp.15-16.
- _____. “As propostas finais do VII Encontro nacional sobre a Formação do Arquiteto”. São Paulo: no 37, fev. 1982a, p. 13.
- _____. “SASP lança campanha estadual contra o desemprego”. São Paulo: no 37, fev. 1982b, p.07.
- _____. “Desemprego preocupa os arquitetos paulistas”. São Paulo: no 38, mar. 1982, p.s/n.
- _____. “Alunos e professores da FAUS mobilizados contra medidas da mantenedora”. São Paulo: no 42, jul./ago. 1982a, p. s/n.
- _____. “Crise pode baixar qualidade de ensino na FAUS”. São Paulo: no 42, jul./ago. 1982b, p.32.
- _____. “Experiência na FAU Santos”. São Paulo: no 44, de out. 1982, p. s/n..
- _____. “A produção da arquitetura, a formação e o exercício profissionais nas conclusões dos grupos de trabalho”. São Paulo: no 46, dez. 1982, p.19.
- _____. “Ensino: professores lutam contra o desinteresse e desamparo generalizado”. São Paulo: no 49, mar. 1983, p.14.
- _____. “A lei 5.194 deve ser mudada”. São Paulo: no 53, jul. 1983, p. s/n.
- _____. “A luta pela legislação profissional”. São Paulo: no 54, ago. 1983a, p. s/n.
- _____. “Os grandes desafios dos arquitetos”. São Paulo: no 54, ago. de 1983b, p. s/n.
- _____. “Observações e conclusões do encontro dos professores de paisagismo”. São Paulo: no 54, ago. 1983c, p.35.
- _____. “Aprendizado de Arquitetura: uma experiência na Universidade Católica de Goiás”. São Paulo: no 54, ago. 1983d, pp.40-47.
- _____. “Lei no 5.194: prosseguem os debates”. São Paulo: no 59, jan. 1984a, p.19.
- _____. “A CUT e as reformas da previdência”. São Paulo: no 59, jan. 1984b, p. s/n.
- _____. “Cadastro único de profissionais”. São Paulo: no 59, jan. 1984c, p.17.

- _____. “Arquitetos pelas diretas”. São Paulo: no 61, mar. 1984a, p. s/n.
- _____. “A posição da DN sobre a legislação profissional”. São Paulo: no 61, mar. 1984b, p. s/n.
- _____. “Arquitetos Brasileiros e as Eleições Diretas Já” São Paulo: no 63, maio 1984a, p. s/n.
- _____. “Arquitetura precisa do currículo mínimo”. São Paulo: no 63, maio 1984b, p. s/n
- _____. “Cresce adesão dos arquitetos à CUT”. São Paulo: no 64, jun. 1984, p. s/n.
- _____. “Caron deixa a Coordenação do CAU FEBASP”. São Paulo: no 67, set. 1984, p.12)
- _____. “1º Conabea: sede definitiva e outras notícias da ABEA” São Paulo: no 69, nov. 1984a, p.03.
- _____. “A identidade profissional no contexto da lei” São Paulo: no 69, nov. 1984b, p. s/n.
- _____. “Legislação – breve histórico” São Paulo: no 71, jan. 1985, p. s/n.
- _____. “A crise, os arquitetos e suas perspectivas”. São Paulo: no 74, abril 1985a, p. s/n.
- _____. “A FNA e a Regulamentação da profissão dos técnicos de nível médio”, Boletim FNA, São Paulo: no 74, abril 1985b, p. s/n.
- _____. “Documento sobre o ensino” São Paulo: no 76, jun. 1985, p.36.
- _____. “Salário Mínimo Profissional – campanha é de todos”. São Paulo: no 77, jul. 1985a, p. s/n.
- _____. “XII Congresso Brasileiro de Arquitetos: inscrições e regulamento geral”. São Paulo: no 77, jul. 1985, pp. 26-28.
- _____. “X ENSA”. São Paulo: no 78, jul. 1985) p. s/n.
- _____. “O arquiteto e a participação comunitária em um contexto democrático” São Paulo: no 81, nov. 1985, pp.85-86.
- _____. “A solução que a ABEA propõe para a crise na Belas Artes” São Paulo: no 87, abril, 1986, p. s/n.

REVISTA VEJA. I Bienal Internacional de Arquitetura – Tema: o ambiente que o homem organiza. São Paulo: 20 de junho de 1973, no 250, pp. 84-92. Arquivo Multimeios – Divisão de Acervo, Documentação e Conservação do Centro Cultural São Paulo. Consultado em novembro de 2016.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. pp. 233-283. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). Modernização, Ditadura e Democracia: 1964 – 2010. Volume 05. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ROSA, Tatiana Schilaro Santa. Memória Histórica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Iniciação Científica. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. São Paulo: 2004. 2020p.

SALVATORI, Elena. Arquitetura no Brasil: ensino e profissão. Arquitetura Revista, São Leopoldo, vol. 4, n. 2, jul./dez. 2008. p. 57.

_____. De la originalidad a la competencia: la enseñanza de arquitectura en la UFRGS, Porto Alegre, Brazil: 1962 – 1994. Tese de Doutorado. Universidad Politécnica de Catalunya. Barcelona, 2005. 241p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969 – 1994. Tese de Doutorado, FAUUSP, 2001. 209p.

SÃO PAULO, Ato no 3.894 de agosto de 1967, intitulado “Normas para a seleção de firmas ou profissionais de engenharia e arquitetura para a elaboração de estudos e projetos”. Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 098B – Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09. Consultado em 21 de Janeiro de 2015.

SERAPIÃO, Fernando. Arquitetura brasileira: AsBEA 40 anos. São Paulo: Editora Monolito, 2013. 287p.

SILVA, Clóvis Ilgenfritz da; Burmeister, Newton. Houve uma transformação na história da categoria. In: Arquiteto 20 anos – Edição Especial. São Paulo, 1992. p.13-14.

SINDICATO DOS ARQUITETOS DE SÃO PAULO. ABEA – 1977 – 1979. Arquivo SASP – Caixa 07. Consultado em maio de 2017.

SINDICATO DOS ARQUITETOS DE SÃO PAULO. Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana da Grande São Paulo, 1978. Consultada no Arquivo do SASP em 13 de Junho de 2016.

SINDICATO DOS ARQUITETOS DE SÃO PAULO. Dossiê da Cooperativa de Arquitetos: Novembro de 1978 – Fevereiro de 1980. Arquivo SASP. Consultado em junho de 2016.

SINDICATO DOS ARQUITETOS DE SÃO PAULO. Estatuto (19-?). Arquivo SASP. Consultado em junho de 2016.

SINDICATO DOS ARQUITETOS DE SÃO PAULO. Livro de Atas: 03 de maio de 1976 a 28 de Março de 1978. Arquivo SASP. Consultado em junho de 2016.

SINDICATO DOS ARQUITETOS DE SÃO PAULO. Proposta sobre o desenvolvimento dos estudos relativos ao novo currículo mínimo aprovadas na reunião CEAU/ABEA, com as escolas de arquitetura e urbanismo, IABs e Sindicatos em 13, 14 e 15 de dezembro de 1978. Arquivo SASP – Caixa 07. Consultado em maio de 2017.

SINGER, Paul. O processo econômico. pp.183-231. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). Modernização, Ditadura e Democracia: 1964 – 2010. Volume 05. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SOUZA, Jacqueline Adriana Diorio de. A prática profissional do arquiteto no Brasil: o debate em revistas especializadas (1962 – 1996). Dissertação de Mestrado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013. 272p.

VIDOTTO, T. C. A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948 - 1962. 2014. 260p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas, 2014.

WISSENBAACH, V. II Inquérito Nacional de Arquitetura. Editora Projeto: Rio de Janeiro, 1982.

APÊNDICES – Relação das Diretorias das Instituições Representativas dos Arquitetos durante o Regime Militar

APÊNDICE A – Diretorias do IAB/SP 1964-1971

Arquitetos	Biênio 1964-1965	Biênio 1966-1967	Biênio 1968-1969	Biênio 1970-1971
1. Alberto Rubens Botti	Presidente	Conselho Superior (Titular)		
2. Arnaldo Paoliello	Vice-Presidente	Vice-Presidente		
3. Ary de Queiroz Barros	1º secretário			
4. Carlos Eduardo Pompeu	2º secretário			
5. Fábio Arantes Aquino Leme	1º tesoureiro			
6. Ivan Gilberto Castaldi	2º tesoureiro			
7. João Clodomiro Browne de Abreu	Diretor			
8. Júlio José Franco Neves	Diretor	Presidente		
9. Lívio Edmundo Levi	Diretor			
10. Maurício Tuck Schneider	Diretor	Conselho Superior (Suplente)	Secretário Geral	
11. Roberto Aflalo	Diretor	1º Secretário		
12. Rodney Guaraldo	Diretor	2º Tesoureiro		
13. Antônio Ferraz de Andrade Filho	Conselho Fiscal			
14. Wilson Maia Fina	Conselho Fiscal			
15. Miguel Badra Junior	Conselho Fiscal			
16. Jon Maitrejean		2º Secretário		
17. Israel Sancovicz		1º Tesoureiro	2º Vice-Presidente	
18. Eduardo Corona		Conselho Fiscal		Conselho Fiscal
19. Eurico Prado Lopes		Diretor	Diretor	
20. José Carlos Ribeiro de Almeida		Diretor	2º Tesoureiro	
21. Gesel Himmelstein		Diretor		
22. Telésforo Cristofani		Diretor		

Arquitetos	Biênio 1964-1965	Biênio 1966-1967	Biênio 1968-1969	Biênio 1970-1971
23. Fábio Penteadó		Conselho Superior (Titular)		
24. Oswaldo Corrêa Gonçalves		Conselho Superior (Titular)		Conselho Superior (Titular)
25. Eduardo Kneese de Mello		Conselho Superior (Titular)		
26. Roger Zmerkhó		Conselho Superior (Titular)	1º Vice-Presidente	
27. Pedro Paulo de Melo Saraiva		Conselho Superior (Suplente)		Presidente
28. Roberto Cerqueira César		Conselho Superior (Suplente)	Conselho Superior	
29. Nestor Goulart Reis Filho		Conselho Superior (Suplente)		
30. Rodrigo Brotero Lefèvre		Conselho Superior (Suplente)		
31. Walter Saraiva Kneese de Mello		Conselho Superior (Suplente)	Conselho Superior	
32. Abelardo Gomes de Almeida			Presidente	
33. Alfredo Serafino Paesani			3º Vice-Presidente	1º Vice-Presidente
34. Siegbert Zanettini			1º Secretário	Conselho Superior (Titular)
35. Bona de Villa			2º Secretário	
36. Rubens Gouvea Carneiro Vianna			Conselho Fiscal	
37. Gregório Zolko			1º Tesoureiro	
38. Geraldo Vespasiano Puntóni			Diretor	
39. Humberto Lagrotta			Diretor	
40. Luiz Alfredo Stockler			Diretor	
41. Marino Fernandes Barros			Diretor	
42. Mario de Azevedo			Diretor	
43. Marlene Yurgel				2º Vice-Presidente
44. Renato Luiz Martins Nunes				3º Vice-Presidente
45. Raymundo de Paschoal				Secretário Geral
46. José Magalhães Junior				1º Secretário
47. Luiz Gonzaga Camargo				2º Secretário
48. Ezequim Bertoldi				Conselho Fiscal

Arquitetos	Biênio 1964-1965	Biênio 1966-1967	Biênio 1968-1969	Biênio 1970-1971
49. Ruy Gama				Conselho Fiscal
50. Kalil Dabdab Neto				1º Tesoureiro
51. José Eduardo de Castro Bicudo				2º Tesoureiro
52. Décio Tozzi				Diretor
53. David Araújo Benedito Ottoni				Diretor
54. Francisco Petracco				Diretor
55. Sérgio Zaratin				Diretor
56. Luigi Villavecchia				Diretor
57. Walter Maffei				Diretor
58. Paulo de Mello Bastos				Conselho Superior (Titular)
59. Leo Ribeiro de Moraes				Conselho Superior (Titular)
60. Araken Martinho				Conselho Superior (Suplente)
61. Arnaldo Antônio Martinho				Conselho Superior (Suplente)
62. Maria Giselda Cardoso Visconti				Conselho Superior (Suplente)

APÊNDICE B – Diretorias do IAB/SP, SASP e ABEA 1972-1979

Arquitetos	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
1. Paulos Mendes da Rocha								
2. Francisco Lúcio Petracco								
3. Hélio Pasta								
4. Abrahão Sanovicz								
5. Edgar Gonçalves Dente								
6. João de Deus Cardoso								
7. Lúcio Gomes Machado*								
8. Plínio Croce								
9. Ludovico Martino								
10. César Bergstrom Lourenço								
11. Sami Bussab								
12. Eduardo de Castro Mello								
13. Oswaldo Correa Gonçalves*								
14. Pedro Paulo Saraiva**								
15. Jon Maitrejean*								
16. Rubens Gouvea Carneiro Vianna								
17. Maria Giselda Cardoso Visconti*								
18. Alfredo Paesani**								
19. Renato Luiz Martins Nunes								
20. José Magalhães Junior								
21. Benno Perelmutter								

Arquitetos	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
22. Júlio Roberto Katinsky								
23. Geraldo Vespaziano Puntoni**								
24. Eduardo Kneese de Mello								
25. Abelardo Gomes de Abreu								
26. Gregório Zolko								
27. Roberto Loeb								
28. Helene Afanasieff								
29. Edith Gonçalves de Oliveira								
30. João Clodomiro Browne de Abreu								
31. Israel Sancovicz*								
32. Sergio Pileggi								
33. José Luiz Fleury de Oliveira								
34. Leo Bonfim Junior								
35. Luiz Ernesto Gadelha								
36. Nestor Goulart Reis Filho								
37. Aluizio José Rosa Monteiro								
38. Marlene Yurgel								
39. Eurico Prado Lopes								
40. Ruy Gama*								
41. Eduardo Corona*								
42. Walter Maffei								
43. Maria Cecília Scharlack								
44. Leon Dikstein								
45. Vasco da Gama								

Arquitetos	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
46. Nadir Falquiere								
47. Tito Livio Frascino								
48. Haron Cohen								
49. José Cláudio Gomes								
50. Fábio Goldman								
51. Rita Olmo Aprigliano								
52. Rogério Antônio Dorsa Garcia								
53. Alessandro Ventura								
54. João Batista Vilanova Artigas								
55. Sérgio Zaratín								
56. William Munford								
57. Fuad Jorge Cury								
58. Jorge Wilhelm								
59. Maurício Kogan								
60. Paulo Lúcio de Brito								
61. Rodney Guaraldo								
62. Antônio Melchior								
63. Paulo Celso Dornelles del Picchia								
64. Ricardo Chahin								
65. Roberto Bonfim Junior								
66. Teru Tamaki								
67. Sérgio Teperman								
68. Luiz Gonzaga Camargo*								
69. Paulo Sérgio de Souza e Silva *								
70. Nelson André								
71. José Expedito Prata								

Arquitetos	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
72. Ana Maria Dente								
73. Edson Eloy de Souza								
74. Ernesto Theodoro Walter								
75. Roberto Gonçalves da Silva								
76. José Álvaro Coelho								
77. José Borelli Neto								
78. José Carlos Ribeiro de Almeida								
79. Luiz Claudio Villares*								
80. João Honório de Mello Cunha								
81. João Walter Toscano								
82. Pedro Taddei								
83. Pedro Taddei Neto								
84. Paulo de Mello Bastos								
85. Samuel Szpiegel								
86. Paulo Sérgio de Souza e Silva								
87. Marta Maria Soban Tanaka								
88. Marcia Lucia Guilherme								
89. José Sales Costa Filho								
90. Roberto Ventura								
91. Silvio Melcer Dworecki								
92. Pedro Antônio Galvão Cury								
93. Roberto Saruê								
94. Antônio Carlos Carneiro								
95. Antônio Luis Dias de Andrade Janjão								
96. Benedito Lima de Toledo								
97. Bernardo Alfredo Kopfler Kelly								
98. Luiz Carlos Chichierchio								
99. Décio Tozzi								

Arquitetos		1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
100.	Antônio Fernandes Panizza								
101.	Carlos Alberto Cerqueira Lemos								
102.	Zelma Cincotto								
103.	Motol Tsubouchi								
104.	Idal Feferbaum								
105.	Celso Julio								
106.	Carlos Alberto Tauil								
107.	Nelson Trezza								
108.	Therezinha Banevicius								
109.	Olair Falcirolli de Camillo								
110.	Gil Mendes Coelho e Mello								
111.	Jorge Caron								
112.	Sérgio F. Gontijo de Carvalho								
113.	Célio Pimenta								

Legenda:

* Frequentou mais de uma Instituição no período

** Frequentou mais de uma Instituição simultaneamente no período

IAB/SP

SASP

ABEA

APÊNDICE C – Diretorias do IAB/SP, SASP e ABEA 1980-1985

Arquitetos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
1. César Galha Bergstrom Lourenço						
2. Araken Martinho						
3. Sergio Zaratini						
4. Ubirajara P. Fontes						
5. Christina de Castro Mello						
6. Antônio da Costa Santos						
7. Neide Angela Jopert Cabral						
8. José Eduardo de Castro Bicudo Tibiriça						
9. Cleber José Bonetti Machado						
10. Roberto Israel Eisenberg Saruê						
11. Antônio Carlos Carneiro						
12. José de Almeida Pinto						
13. Joan Villa						
14. Helena Aparecida Ayoub Silva						
15. Sérgio Luiz Bianco						
16. Henrique Bianchini Filho*						
17. José Sales Costa Filho						
18. Ernesto Theodoro Walter*						
19. Jon Adoni Vergareche Maitrejean						
20. José Carlos Ribeiro de Almeida						
21. Renato Luiz Martins Nunes						
22. Ruy Gama						
23. Paulo de Mello Bastos						
24. Pedro Taddei Netto						

Arquitetos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
25. Eurico Prado Lopes						
26. Walter Renan Abreu Maffei						
27. Marta Maria Soban Tanaka						
28. Ubirajara Gilioli						
29. Yves de Freitas						
30. Vânia Moura Ribeiro**						
31. Carlos Alberto Tauil						
32. Newton Massafumi Yamato						
33. José Álvaro Coelho						
34. Percival Brosig						
35. Otavio Y. Shimba						
36. Francisco Segnini Jr.						
37. Carlos Bianco						
38. Celso Nigro E. de Oliveira						
39. Ari Vicente Fernandes						
40. Marilda S. Fróes						
41. Nadir Curi Mezerani						
42. Antônio José L. Aprilante						
43. Umberto de Andrade Leone						
44. Flávio Marcondes						
45. José Roberto P. Graciano						
46. Clara Levin Ant						
47. Maria José Carneiro Muniz						
48. Eduardo de Jesus Rodrigues						
49. Candi Hirano						
50. Vera Lúcia França Leite						
51. Francisco C. Alvim Neto						
52. Aurílio S. Costa Caiado (estudante)						

Arquitetos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
53. José Magalhães Junior						
54. Cândido Malta Campos Junior						
55. Rita de Cássia Vaz Artigas						
56. Maria de Fátima Infante Araujo						
57. Maria de Lourdes Carvalho						
58. Luis Laurent Bloch						
59. Edgar Gonçalves Dente						
60. Maria Tavares						
61. Helena Saia						
62. José Geraldo Martins de Oliveira						
63. Walter Mackhol						
64. Joaquim Claudio de Oliveira Barreto						
65. José Fabio Zamith Calazans						
66. Celso Coaracy de Moraes Franco						
67. Roberto Mac Fadden						
68. Fábio Goldman						
69. João Honório de Mello Cunha						
70. Luiz Carlos Costa						
71. Eideval Bolanho						
72. Jorge Wilhelm						
73. Vicente de Paula Borges Bicudo						
74. Célio Pimenta						
75. Edith Gonçalves de Oliveira						
76. Elisabete França						
77. Newton Yamato						
78. Calim Jabur						
79. Pedro Galvão Cury						
80. Antônio Fernandes Panizza						
81. Geraldo Puntoni						

Arquitetos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
82. Laura Martinez Guidugli						
83. Edson Eloy de Souza						
84. José Borelli Neto						
85. Elizabeth Teixeira						
86. Carlos Massato Miyomoto						
87. Wanderley M. Morelli						
88. Regina Cutin						
89. Flávio Luiz M. B. Moraes						
90. Haroldo Gallo						
91. Emerson de Paula						
92. Lúcio Gomes Machado						
93. Marcos de Azevedo Acayaba						
94. José Carlos Caparica Olzon						
95. Vera Lúcia de Campos Correa						
96. Fernando Carlos Rabelo						
97. Jaime Goncalves de Almeida						
98. Rui Rocha Filho						
99. Eduardo Fortes Bustamane Debrassi (estudante)						
100. Elizabeth Cardoso Metran						
101. Anderson Claro						

Legenda: * Frequentou mais de uma Instituição no período

** Frequentou mais de uma Instituição simultaneamente no período

IAB/SP

SASP

ABEA

APÊNDICE D - Índice de arquitetos por ordem alfabética

1. Abelardo Gomes de Abreu	Conselho Fiscal SASP (1972-1973)
2. Abelardo Gomes de Almeida	Presidente do IAB/SP (1968-1969)
3. Abrahão Sanovicz	3º Vice-Presidente IAB/SP (1972-1973)
4. Alberto Rubens Botti	Presidente do IAB/SP (1964-1965) e membro do Conselho Superior Titular (1966-1967)
5. Alessandro Ventura	Diretor IAB/SP (1974-1975)
6. Alfredo Serafino Paesani	3º Vice-Presidente do IAB/SP (1968-1968); 1º Vice-Presidente do IAB/SP (1970-1971); Suplente do Conselho Superior do IAB/SP e Presidente SASP (1972-1973); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1974-1975) e (1976-1977); Delegado Titular SASP (1978-1979)
7. Aluizio José Rosa Monteiro	Vice-Presidente ABEA (1973-1975)
8. Ana Maria Dente	Suplente SASP (1974-1977)
9. Anderson Claro	Subsecretário de Finanças ABEA (1982-1985)
10. Antônio Carlos Carneiro	Diretor IAB/SP (1978-1979); Diretor IAB/SP (1980-1981)
11. Antônio da Costa Santos	1º Secretário IAB/SP (1980-1981)
12. Antônio Fernandes Panizza	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1978-1979) e (1984-1985)
13. Antônio Ferraz de Andrade Filho	Conselho Fiscal do IAB/SP (1964-1965)
14. Antônio José L. Aprilante	Conselho Fiscal SASP (1980-1983)
15. Antônio Luis Dias de Andrade Janjão	Diretor IAB/SP (1978-1979)
16. Antônio Melchior	Conselho Fiscal – Titular SASP (1974-1977)
17. Araken Martinho	Conselho Fiscal do IAB/SP - Suplente (1970-1971); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1980-1981)
18. Ari Vicente Fernandes	Suplente SASP (1980-1983)
19. Arnaldo Antônio Martinho	Conselho Fiscal do IAB/SP - Suplente (1970-1971)
20. Arnaldo Paoliello	Vice-Presidente do IAB/SP (1964-1965; 1966-1967)
21. Ary de Queiroz Barros	1º Secretário IAB/SP (1964-1965)

22. Aurílio S. Costa Caiado (estudante)	Diretor da ABEA (1980-1981)
23. Benedito Lima de Toledo	Diretor IAB/SP (1978-1979)
24. Benno Perelmutter	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1972-1973); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1974-1975); Presidente IAB/SP (1976-1977); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1978-1979)
25. Bernardo Alfredo Kopfler Kelly	Diretor IAB/SP (1978-1979)
26. Bona de Villa	2ª Secretária IAB/SP (1968-1969)
27. Calim Jabur	Conselho Fiscal IAB/SP (1984-1985)
28. Candi Hirano	Presidente ABEA (1980-1981)
29. Cândido Malta Campos Junior	1º Vice-Presidente IAB/SP (1982-1983)
30. Carlos Alberto Cerqueira Lemos	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1978-1979)
31. Carlos Alberto Tauil	Diretor SASP (1978-1979); 2º Secretário SASP (1980-1983)
32. Carlos Bianco	Suplente SASP (1980-1983); Vice-Presidente SASP e delegado suplente na FNA (1984-1986)
33. Carlos Eduardo Pompeu	2º Secretário do IAB/SP (1964-1965)
34. Carlos Massato Miyomoto	Suplente SASP (1984-1986)
35. Célio Pimenta	Secretário ABEA (1978-1979); Secretário Geral IAB/SP (1984-1985)
36. Celso Coaracy de Moraes Franco	Conselho Fiscal IAB/SP (1982-1983); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1984-1985)
37. Celso Julio	Diretor SASP (1978-1979)
38. Celso Nigro E. de Oliveira	Suplente SASP (1980-1983)
39. César Galha Bergstrom Lourenço	Conselho Fiscal IAB/SP (1972-1973); Conselho Fiscal IAB/SP (1978-1979); Presidente IAB/SP (1980-1981)
40. Christina de Castro Mello	Secretária Geral IAB/SP (1980-1981)
41. Clara Levin Ant	Representante do SASP na FNA (1980-1983)

42. Cleber José Bonetti Machado	2º Tesoureiro IAB/SP (1980-1981)
43. David Araújo Benedito Ottoni	Diretor IAB/SP (1970-1971)
44. Décio Tozzi	Diretor IAB/SP (1970-1971); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1978-1979)
45. Edgar Gonçalves Dente	Secretário Geral IAB/SP (1972-1973); Diretor IAB/SP (1982-1983)
46. Edith Gonçalves de Oliveira	Diretora SASP (1972-1973); 1ª Secretária IAB/SP (1984-1985)
47. Edson Eloy de Souza	3º Vice-Presidente IAB/SP (1976-1977); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1978-1979); Presidente SASP e Delegado na FNA (1984-1986)
48. Eduardo Corona*	Conselheiro Fiscal IAB/SP (1966-1967); (1970-1971); 3º Vice-Presidente IAB/SP (1974-1975); Presidente ABEA (1976-1977) e (1978-1979)
49. Eduardo de Castro Mello	2º Tesoureiro IAB/SP (1972-1973)
50. Eduardo de Jesus Rodrigues	Representante Suplente do SASP na FNA (1980-1983)
51. Eduardo Fortes Bustamane Debrassi (estudante)	Secretário ABEA (1982-1985)
52. Eduardo Kneese de Mello	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1966-1967); Conselho Fiscal SASP (1972-1973)
53. Eideval Bolanho	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1982-1983); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1984-1985)
54. Elisabete França	2ª Secretária IAB/SP (1984-1985)
55. Elizabeth Cardoso Metran	Secretária de Finanças ABEA (1982-1985)
56. Elizabeth Teixeira	2ª Secretária SASP (1984-1986)
57. Emerson de Paula	Conselho Fiscal SASP (1984-1986)
58. Ernesto Theodoro Walter	1º Secretário IAB/SP (1976-1977); Conselho Fiscal IAB/SP (1980-1981); Delegado Suplente do SASP na FNA (1984-1986)
59. Eurico Prado Lopes	Diretor IAB/SP (1966-1967); Presidente IAB/SP (1974-1975); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1976-1977); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1978-1979) e (1980-1981)
60. Ezequim Bertoldi	Conselheiro Fiscal IAB/SP (1970-1971)

61. Fábio Arantes Aquino Leme	1º Tesoureiro IAB/SP (1964-1965)
62. Fábio Goldman	Diretor IAB/SP (1974-1975); 2º Vice-Presidente IAB/SP (1976-1977); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1978-1979); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1982-1983); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1984-1985)
63. Fábio Penteado	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1966-1967)
64. Fernando Carlos Rabelo	Presidente ABEA (1982-1985)
65. Flávio Luiz M. B. Moraes	Suplente SASP (1984-1986)
66. Flávio Marcondes	Conselho Fiscal – Suplente SASP (1980-1983); 1º Tesoureiro SASP (1984-1986)
67. Francisco C. Alvim Neto	Secretária ABEA (1980-1981)
68. Francisco Lúcio Petracco	Diretor IAB/SP (1970-1971); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1972-1973); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1974-1975)
69. Francisco Segnini Jr.	Suplente SASP (1980-1983); 2º Tesoureiro SASP (1984-1986)
70. Fuad Jorge Cury	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1974-1975)
71. Geraldo Vespaziano Puntoni**	Diretor IAB/SP (1968-1969); Conselho Fiscal IAB/SP (1974-1975); Conselho Fiscal IAB/SP (1976-1977); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1984-1985); Vice-Presidente SASP (1972-1973); Presidente SASP (1974-1977); Delegado Titular SASP (1978-1979)
72. Gesel Himmelstein	Diretor IAB/SP (1966-1967)
73. Gil Mendes Coelho e Mello	Diretor SASP (1978-1979)
74. Gregório Zolko	1º Tesoureiro IAB/SP (1968-1969); Tesoureiro SASP (1972-1973)
75. Haroldo Gallo	Suplente SASP (1984-1986)
76. Haron Cohen	Diretor IAB/SP (1974-1975); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1976-1977)
77. Helena Aparecida Ayoub Silva	Diretora IAB/SP (1980-1981); 2ª Secretária IAB/SP (1982-1983); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1984-1985)
78. Helena Saia	Diretora IAB/SP (1982-1983)
79. Helene Afanasieff	Secretária SASP (1972-1973)
80. Hélio Pasta	2º Vice-Presidente IAB/SP (1972-1973)
81. Henrique Bianchini Filho*	Conselho Fiscal IAB/SP (1980-1981); Suplente SASP (1984-1986)
82. Humberto Lagrotta	Diretor IAB/SP (1968-1969)
83. Idal Feferbaum	1ª Tesoureira SASP (1978-1979)

84. Israel Sancovicz	1º Tesoureiro IAB/SP (1966-1967); 2º Vice-Presidente IAB/SP (1968-1969); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1976-1977); Suplente SASP (1972-1973)
85. Ivan Gilberto Castaldi	2º Tesoureiro IAB/SP (1964-1965)
86. Jaime Goncalves de Almeida	Vice-Presidente ABEA (1982-1985)
87. Joan Villa	Diretor IAB/SP (1980-1981); 3º Vice-Presidente IAB/SP (1982-1983)
88. João Batista Vilanova Artigas	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1974-1975) e (1976-1977)
89. João Clodomiro Browne de Abreu	Diretor IAB/SP (1964-1965); (1966-1967); Suplente SASP (1972-1973); Conselho Fiscal – Suplente SASP (1974-1977); 2º Tesoureiro SASP (1978-1979)
90. João de Deus Cardoso	1º Secretário IAB/SP (1972-1973)
91. João Honório de Mello Cunha	Diretor IAB/SP (1976-1977); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1982-1983)
92. João Walter Toscano	Diretor IAB/SP (1976-1977); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1978-1979);
93. Joaquim Claudio de Oliveira Barreto	Diretor IAB/SP (1982-1983); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1984-1985)
94. Jon Adoni Vergareche Maitrejean	2º Secretário IAB/SP (1966-1967); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1972-1973) e (1980-1981); Presidente SASP (1978-1979)
95. Jorge Caron	Delegado Suplente SASP (1978-1979)
96. Jorge Wilhelm	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1974-1975); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1982-1983)
97. José Álvaro Coelho	1º Tesoureiro IAB/SP (1976-1977); 2º Tesoureiro SASP (1980-1983)
98. José Borelli Neto	2º Tesoureiro IAB/SP (1976-1977); Diretor IAB/SP (1978-1979); Secretário SASP (1984-1986)
99. José Carlos Caparica Olzon	Conselho Fiscal – Suplente SASP (1984-1986)
100. José Carlos Ribeiro de Almeida	Diretor IAB/SP (1966-1967); 2º Tesoureiro (1968-1969); Diretor IAB/SP (1976-1977); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1980-1981); Presidente SASP (1980-1983); Delegado do SASP na FNA (1984-1986)
101. José Cláudio Gomes	Diretor IAB/SP (1974-1975); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1976-1977)
102. José de Almeida Pinto	Diretor IAB/SP (1980-1981); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1984-1985)
103. José Eduardo de Castro Bicudo Tibiriça	2º Tesoureiro IAB/SP (1970-1971); 1º Tesoureiro IAB/SP (1980-1981)

104. José Expedito Prata	Suplente SASP (1974-1977)
105. José Fabio Zamith Calazans	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1982-1983)
106. José Geraldo Martins de Oliveira	Diretor IAB/SP (1982-1983)
107. José Luiz Fleury de Oliveira	Suplente SASP (1972-1973)
108. José Magalhães Junior	1º Secretário IAB/SP (1970-1971); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1972-1973); Secretário Geral IAB/SP (1974-1975); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1976-1977); Presidente IAB/SP (1982-1983); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1984-1985)
109. José Roberto P. Graciano	Representante do SASP na FNA (1980-1983)
110. José Sales Costa Filho	2º Secretário IAB/SP (1978-1979); Conselho Fiscal IAB/SP (1980-1981)
111. Júlio José Franco Neves	Diretor IAB/SP (1964-1965); Presidente (1966-1967)
112. Júlio Roberto Katinsky	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1972-1973); Diretor IAB/SP (1976-1977)
113. Kalil Dabdab Neto	1º Tesoureiro IAB/SP (1970-1971)
114. Laura Martinez Guidugli	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1984-1985)
115. Leo Bonfim Junior	Suplente SASP (1972-1973)
116. Leo Ribeiro de Moraes	Conselho Superior - Titular IAB/SP (1970-1971)
117. Leon Dikstein	Conselho Fiscal IAB/SP (1974-1975) e (1976-1977)
118. Lívio Edmundo Levi	Diretor IAB/SP (1964-1965)
119. Lúcio Gomes Machado	2º Secretário IAB/SP (1972-1973); Vice-Presidente SASP (1978-1979); Conselho Fiscal SASP (1984-1986)
120. Ludovico Martino	Conselho Fiscal IAB/SP (1972-1973)
121. Luigi Villavecchia	Diretor IAB/SP (1970-1971)
122. Luis Laurent Bloch	2º Tesoureiro (1982-1983); Conselho Fiscal IAB/SP (1984-1985)
123. Luiz Alfredo Stockler	Diretor IAB/SP (1968-1969)
124. Luiz Carlos Chichierchio	Diretor IAB/SP (1978-1979)
125. Luiz Carlos Costa	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1982-1983)

126. Luiz Claudio Villares*	Diretor IAB/SP (1976-1977); Conselho Fiscal – Suplente SASP (1978-1979)
127. Luiz Ernesto Gadelha	Suplente SASP (1972-1973)
128. Luiz Gonzaga Camargo	2º Secretário IAB/SP (1970-1971); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1978-1979); Suplente SASP (1974-1977)
129. Marcia Lucia Guilherme	1ª Secretária IAB/SP (1978-1979)
130. Marcos de Azevedo Acayaba	Conselho Fiscal – Suplente SASP (1984-1986)
131. Maria Cecília Scharlack	2ª Secretária IAB/SP (1974-1975); Conselho Fiscal IAB/SP (1976-1977); Conselho Fiscal – Suplente SASP (1974-1977)
132. Maria de Fátima Infante Araujo	Secretária Geral IAB/SP (1982-1983); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1984-1985)
133. Maria de Lourdes Carvalho	1ª Secretária IAB/SP (1982-1983); 1ª Tesoureira IAB/SP (1984-1985)
134. Maria Giselda Cardoso Visconti*	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1970-1971); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1972-1973); Diretora SASP (1978-1979)
135. Maria José Carneiro Muniz	Representante Suplente do SASP na FNA (1980-1983)
136. Maria Tavares	Diretora IAB/SP (1982-1983)
137. Marilda S. Fróes	Conselho Fiscal SASP (1980-1983)
138. Marino Fernandes Barros	Diretor IAB/SP (1968-1969)
139. Mario de Azevedo	Diretor IAB/SP (1968-1969)
140. Marlene Yurgel	2ª Vice-Presidente IAB/SP (1970-1971); Secretária ABEA (1973-1975)
141. Marta Maria Soban Tanaka	Secretária Geral IAB/SP (1978-1979); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1980-1981)
142. Maurício Kogan	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1974-1975)
143. Maurício Tuck Schneider	Diretor IAB/SP (1964-1965); Conselho Superior – Suplente (1966-1967); Secretário geral (1968-1969)
144. Miguel Badra Junior	Conselho Fiscal IAB/SP (1964-1965)
145. Motol Tsubouchi	Conselho Fiscal – Suplente SASP (1978-1979)
146. Nadir Curi Mezerani	Conselho Fiscal SASP (1980-1983)

147. Nadir Falquero	1º Tesoureiro IAB/SP (1974-1975)
148. Neide Angela Jopert Cabral	2ª Secretária IAB/SP (1980-1981)
149. Nelson André	Suplente SASP (1974-1977)
150. Nelson Trezza	Diretor SASP (1978-1979)
151. Nestor Goulart Reis Filho	Conselho Superior – Suplente (1966-1967); Presidente ABEA (1973-1975)
152. Newton Massafumi Yamato	1º Tesoureiro SASP (1980-1983)
153. Newton Yamato	Conselho Fiscal IAB/SP (1984-1985)
154. Olair Falciroli de Camillo	Diretor SASP (1978-1979)
155. Oswaldo Corrêa Goncalves	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1966-1967); (1970-1971) e (1972-1973); Vice-Presidente ABEA (1976-1977)
156. Otávio Yassuo Shimba	Suplente SASP (1980-1983); Conselho Fiscal SASP (1984-1986)
157. Paulo Celso Dornelles del Picchia	Conselho Fiscal – Suplente SASP (1974-1977); Diretor SASP (1978-1979); IAB/SP (1978-1979)
158. Paulo de Mello Bastos	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1970-1971); 1º Vice-Presidente (1978-1979); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1980-1981); (1982-1983) e (1984-1985)
159. Paulo Lúcio de Brito	Vice-Presidente SASP (1974-1977)
160. Paulo Sérgio de Souza e Silva	Suplente SASP (1974-1977); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1978-1979)
161. Paulo Mendes da Rocha	Presidente do IAB/SP (1972-1973); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1974-1975), (1976-1977) e (1978-1979)
162. Pedro Antônio Galvão Cury	1º Tesoureiro IAB/SP (1978-1979); 2º Tesoureira IAB/SP (1984-1985)
163. Pedro Paulo de Melo Saraiva	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1966-1967); Presidente IAB/SP (1970-1971); Conselho Superior – Titular IAB/SP e Conselho Fiscal SASP (1972-1973)
164. Pedro Taddei	Diretor IAB/SP (1976-1977)
165. Pedro Taddei Neto	Presidente IAB/SP (1978-1979); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1980-1981)
166. Percival Brosig	Suplente SASP (1980-1983)
167. Plínio Croce	Conselho Fiscal IAB/SP (1972-1973)

168. Raymundo de Paschoal	Secretário Geral IAB/SP (1970-1971)
169. Regina Cutin	Suplente SASP (1984-1986)
170. Renato Luiz Martins Nunes	3º Vice-Presidente IAB/SP (1970-1971); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1972-1973); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1980-1981); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1982-1983); Presidente IAB/SP (1984-1985)
171. Ricardo Chahin	Tesoureiro SASP (1974-1977); Conselho Fiscal – Titular SASP (1978-1979)
172. Rita de Cássia Vaz Artigas	2ª Vice-Presidente IAB/SP (1982-1983); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1984-1985)
173. Rita Olmo Aprigliano	Diretor IAB/SP (1974-1975)
174. Roberto Aflalo	Diretor IAB/SP (1964-1965); 1º Secretário IAB/SP (1966-1967)
175. Roberto Bonfim Junior	Tesoureiro SASP (1974-1977)
176. Roberto Cerqueira César	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1966-1967); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1968-1969)
177. Roberto Gonçalves da Silva	2º Secretário IAB/SP (1976-1977)
178. Roberto Israel Eisenberg Saruê	2º Tesoureiro IAB/SP (1978-1979); Diretor IAB/SP (1980-1981); 1º Tesoureiro (1982-1983)
179. Roberto Loeb	Tesoureiro SASP (1972-1973)
180. Roberto Mac Fadden	Conselho Fiscal IAB/SP (1982-1983)
181. Roberto Ventura	Conselho Fiscal IAB/SP (1978-1979)
182. Rodney Guaraldo	Diretor IAB/SP (1964-1965); 2º Tesoureiro IAB/SP (1966-1967); Conselho Fiscal – Titular SASP (1974-1977)
183. Rodrigo Brotero Lefèvre	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1966-1967)
184. Roger Zmerkhol	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1966-1967); 1º Vice-Presidente IAB/SP (1968-1969)
185. Rogério Antônio Dorsa Garcia	Diretor IAB/SP (1974-1975)
186. Rubens Gouvea Carneiro Vianna	Conselho Fiscal IAB/SP (1968-1969); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1972-1973)
187. Rui Rocha Filho	Secretário Geral ABEA (1982-1985)
188. Ruy Gama	Conselho Fiscal IAB/SP (1970-1971); 2º Vice-Presidente IAB/SP (1974-1975); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1980-1981); Secretário ABEA (1976-1977)

189. Sami Bussab	1º Tesoureiro IAB/SP (1972-1973); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1976-1977)
190. Samuel Szpiegel	2º Vice-Presidente IAB/SP (1978-1979)
191. Sérgio F. Gontijo de Carvalho	Vice-Presidente ABEA (1978-1979)
192. Sérgio Luiz Bianco	Diretor IAB/SP (1980-1981)
193. Sergio Pileggi	Suplente SASP (1972-1973)
194. Sérgio Teperman	Diretor SASP (1974-1977); Conselho Fiscal – Titular SASP (1978-1979)
195. Sérgio Zaratín	Diretor IAB/SP (1970-1971); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1974-1975) e (1976-1977); 2º Vice-Presidente IAB/SP (1980-1981)
196. Siegbert Zanettini	1º Secretário IAB/SP (1968-1969); Conselho Superior IAB/SP – Titular (1970-1971)
197. Silvio Melcer Dworecki	Conselho Fiscal IAB/SP (1978-1979)
198. Telésforo Cristofani	Diretor IAB/SP (1966-1967)
199. Teru Tamaki	Tesoureiro SASP (1974-1977); Conselho Fiscal – Titular SASP (1978-1979)
200. Therezinha Banevicius	Diretora SASP (1978-1979)
201. Tito Livio Frascino	2º Tesoureiro IAB/SP (1974-1975); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1976-1977)
202. Ubirajara Gilioli	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1980-1981); Conselho Superior – Titular IAB/SP (1982-1983)
203. Ubirajara P. Fontes	3º Vice-Presidente IAB/SP (1980-1981)
204. Umberto de Andrade Leone	Conselho Fiscal – Suplente SASP (1980-1983)
205. Vânia Moura Ribeiro	1ª Secretária SASP (1980-1983); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1982-1983)
206. Vasco da Gama	Conselho Fiscal IAB/SP (1974-1975)
207. Vera Lúcia de Campos Correa	Conselho Fiscal – Suplente SASP (1984-1986)
208. Vera Lúcia França Leite	Vice-Presidente ABEA (1980-1981)
209. Vicente de Paula Borges Bicudo	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1982-1983)
210. Walter Mackhol	Diretor IAB/SP (1982-1983)
211. Walter Renan Abreu Maffei	Diretor IAB/SP (1970-1971); 1º Secretário IAB/SP (1974-1975); Secretário Geral IAB/SP (1976- 1977); Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1980-1981)
212. Walter Saraiva Kneese de Mello	Conselho Superior – Suplente IAB/SP (1966-1967); Conselho Superior – Titular – IAB/SP (1968- 1969)

213. Wanderley M. Morelli	Suplente SASP (1984-1986)
214. William Munford	Conselho Superior – Titular IAB/SP (1974-1975); Conselho Fiscal – Titular SASP (1974-1977); Delegado Suplente SASP (1978-1979)
215. Wilson Maia Fina	Conselho Fiscal IAB/SP (1964-1965)
216. Yves de Freitas	Vice-Presidente SASP (1980-1983)
217. Zelma Cincotto	Conselho Fiscal – Suplente SASP (1978-1979)